

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XVII — Abril/Junho de 1956 — N.º 66

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: WALDEMAR LOPES

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 52-3605
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

GIORGIO MORTARA INDÍCIOS DA FREQUÊNCIA DAS UNIÕES CONJUGAIS LIVRES EM ALGUNS ESTADOS DO BRASIL	81
ALFRED SAUVY DOIS TÉCNICOS PRECURSORES DE MALTHUS: BOESNIER DE L'ORNE E AUXIRON	87
ESTUDOS & SUGESTÕES Estatísticas do custo da vida — ROBERT MORSE WOODBURY	95
DE ONTEM E DE HOJE A província do Rio de Janeiro em 1856 — CONSELHEIRO NICOLAU TOLENTINO	98
NOÇÕES DE METODOLOGIA Novo método de pesquisa de resultados experimentais — G. BLET	125
A ESTATÍSTICA NAS AMÉRICAS Aplicação da amostragem nos inquéritos agropecuários na América Latina	132
REPORTAGEM A economia agropecuária em São Paulo	138
INFORMAÇÕES GERAIS O controle do Anuário Estatístico Alemão — Pesquisa do nível mental da população brasileira	139
LEGISLAÇÃO Resoluções da JEC	145
ATRAVÉS DA IMPRENSA Nova legislação para o Brasil (W. Barbosa) — Recenseamento (W. Barbosa) — As informações do IBGE (Manoel de Vasconcelos) — Monografias do CNE (Luís Bravo) — O romance da Estatística (Heron Domingues)	149
BIBLIOGRAFIA	155
RESENHA Novo presidente do IBGE — 20.º aniversário do IBGE — Atividades da JEC — Secretaria-Geral do CNE — conferência sobre assimilação cultural do imigrante — I Painel Nipo-Brasileiro — Concurso para sociólogos e demógrafos — XVIII Congresso Internacional de Geografia — Curso sobre Direito Financeiro — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — Pequenas notícias — Necrológio	157

GIORGIO MORTARA

INDÍCIOS DA FREQUÊNCIA DAS UNIÕES CONJUGAIS LIVRES EM ALGUNS ESTADOS DO BRASIL

As uniões conjugais estáveis contraídas sem a sanção legal são muito frequentes na maior parte da América Latina, e no Brasil em particular

Algumas dessas uniões são consagradas pelo rito religioso; outras — que por isso serão aqui chamadas “livres” — carecem também desse reconhecimento

No censo demográfico de 1.º de julho de 1950, a qualificação de “casado” foi aplicada — conforme as instruções do Serviço de Recenseamento — também aos componentes dos casais unidos apenas pelo vínculo religioso. E uma apuração dos resultados desse censo mostrou que cerca de um quarto dos que se declararam “casados” não eram tais diante da lei, embora o sendo diante da religião¹

Essa extensão da qualificação de “casado” constitui uma vantagem — do ponto de vista estatístico — para a determinação das uniões livres². Com efeito, a classe dos declarados solteiros deixa de incluir os que são componentes de casais unidos apenas pelo vínculo religioso, de modo que, se resultar que alguns declarados solteiros vivem em união conjugal, pode-se presumir o caráter “livre” desta. Assim, encontrando-se mulheres solteiras com quatro ou cinco filhos, poder-se-á afirmar que a grande maioria delas vive ou tem vivido em união livre. É claro que também algumas mulheres casadas (especialmente entre as separadas de fato ou desquitadas) e viúvas vivem em união livre; entretanto elas constituem apenas a minoria e não se torna possível descobri-las pelo censo.

O principal elemento de identificação da união livre fornecido pela apuração do censo é o que diz respeito aos filhos tidos. É certo que, em parte preponderante, as solteiras que tiverem filhos vivem ou viveram em união livre. É certo, de outro lado, que os filhos tidos pelas solteiras foram todos ilegítimos (enquanto outros ilegítimos estão incluídos entre os filhos tidos pelas mulheres casadas e viúvas).

No presente estudo serão sumariamente examinados alguns dados deduzidos do censo de 1950 sobre o assunto.

Estes dados relativos foram calculados com base nos dados absolutos constantes da publicação definitiva das apurações do censo demográfico de 1950 para os quatro Estados mais populosos do Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul³.

DADOS comparativos, para os quatro Estados especificados acima, acerca das mulheres solteiras de 15 anos e mais, são apresentados na tabela I. Cumpre advertir que no cálculo das proporções constantes desta tabela, como também da II, foram excluídas as mulheres de idade ignorada ou de estado conjugal ignorado.

¹ Veja-se Ovídio de Andrade Jr., *Classificação da população brasileira segundo o estado conjugal*, “Revista Brasileira de Estatística”, N.º 59, 1954 (Comunicação apresentada à Conferência Mundial da População, Roma, 1954).

² No censo de 1940, além de cerca de 3 982 000 casais unidos pelo vínculo legal e 1 329 000 unidos somente pelo vínculo religioso, foram encontrados 808 000 casais em união livre.

Estes dados, que não foram divulgados oficialmente, não sendo considerados suficientemente próximos da verdade no que diz respeito à última categoria de uniões, constam do estudo de O. de Andrade Jr. citado na nota anterior.

³ Volumes: XXV, Tomo 1; XXI, Tomo 1; XX, Tomo 1; XXVIII, Tomo 1, do VI Recenseamento Geral do Brasil (Rio, IBGE, 1954-55).

A primeira seção da tabela I dá a proporção das mulheres solteiras, por grupos de idade e em conjunto, a partir da idade de 15 anos

Já as proporções de conjunto indicam fortes diferenças entre os diversos Estados, com efeito, sobre 1 000 mulheres de 15 anos e mais, são solteiras apenas 297 em São Paulo, mas 455 na Bahia. Situam-se entre esses extremos as proporções em Minas Gerais (342 por 1 000) e no Rio Grande do Sul (348)

TABELA I
Dados comparativos sobre as solteiras que tiveram filhos,
para alguns Estados do Brasil
(Censo demográfico de 1^o-VII-1950)

IDADE Anos completos	EM 1 000 MULHERES SÃO SOLTEIRAS				EM 1 000 SOLTEIRAS TIVERAM FILHOS				EM 1 000 MULHERES QUE TIVERAM FILHOS SÃO SOLTEIRAS			
	São Paulo	Minas Gerais	Bahia	Rio Grande do Sul	São Paulo	Minas Gerais	Bahia	Rio Grande do Sul	São Paulo	Minas Gerais	Bahia	Rio Grande do Sul
15 a 19	858	812	884	857	5	7	31	15	51	68	300	140
20 a 24	432	427	577	470	28	46	174	84	26	43	231	87
25 a 29	208	247	392	267	64	102	358	183	19	36	209	71
30 a 34	130	173	322	187	90	148	466	270	14	32	198	64
35 a 39	97	129	287	157	110	191	542	332	13	29	194	63
40 a 44	81	118	274	131	104	192	551	345	10	27	187	55
45 a 49	69	98	248	118	104	194	552	347	8	22	168	48
50 a 59	62	93	234	109	110	200	518	329	8	22	151	43
60 a 69	57	94	226	110	139	202	481	327	9	23	139	44
70 a 79	56	95	222	111	169	244	468	339	11	28	135	47
80 e mais	57	108	240	123	227	269	468	372	15	36	153	60
15 e mais	297	342	455	348	31	56	244	110	15	32	191	63

Encontram-se diferenças ainda maiores considerando-se a marcha da proporção das solteiras em relação à idade.

No grupo de 15 a 19 anos de idade, a maior parte das mulheres ainda não contraiu casamento. Mas já no grupo de 20 a 24 anos a proporção das solteiras fica inferior à metade em São Paulo (432 por 1 000), em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, enquanto na Bahia (577 por 1 000) excede largamente a metade. No grupo de 30 a 34 anos as solteiras constituem pouco mais de um oitavo (130 por 1 000) do número total das mulheres em São Paulo, mas quase um terço (322 por 1 000) na Bahia. Nas idades sucessivas a proporção das solteiras declina, estabilizando-se em torno do nível de cerca de 60 por 1 000 em São Paulo e de 230 por 1 000 na Bahia, ocupam posições intermediárias Minas Gerais, com cerca de 100 por 1 000, e o Rio Grande do Sul, com cerca de 115.

Em três dos quatro Estados, a proporção das solteiras aumenta um pouco nas idades mais avançadas. Este aumento é, totalmente ou em grande parte, aparente, dependendo da maior frequência da declaração de idades superiores à verdade entre as solteiras, as quais tiveram menores ocasiões do que as mulheres que casaram, de lembrar-se da sua verdadeira idade.

Salienta-se a proporção excepcionalmente elevada das solteiras na Bahia, confirmando as informações fornecidas pelos censos anteriores⁴ (em 1940, contavam-se 479 solteiras por 1 000 mulheres de 15 anos e mais).⁵ Mas também as

⁴ Veja-se *A população do Estado da Bahia segundo o sexo, o estado conjugal e a idade, no volume "Características demográficas da Bahia"* (Rio, IBGE, 1949), págs 111 a 119

⁵ Comparam-se abaixo as proporções de solteiras apuradas nos diversos grupos de idade em 1940 e em 1950

Tabela A

BAHIA

ANO DO CENSO	SOLTEIRAS EM 1 000 MULHERES EM IDADES DE ANOS							
	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 e mais
1940	893	520	342	291	257	246	247	268
1950	884	494	305	262	234	226	222	240

Em todos os grupos de idade a proporção de solteiras é sensivelmente menor em 1950 do que em 1940, mas ainda bem elevada.

Vale a pena lembrar que a proporção das solteiras na população feminina da Bahia em idades de 15 anos e mais atingia no passado valores mais elevados (573 por 1 000 em 1920, em comparação com 479 em 1940 e 455 em 1950). O rumo da sua variação parece mostrar que a frequência das uniões livres na Bahia tende a diminuir através do tempo.

proporções de solteiras em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul excedem fortemente as de São Paulo, embora sendo muito inferiores às da Bahia

A SEGUNDA seção da tabela I, dando a proporção das solteiras que tiveram filhos (nascidos vivos ou nascidos mortos), mostra que, em todos os Estados considerados, uma fração não desprezível das solteiras experimentou as dores, senão sempre as alegrias, da maternidade

Esta fração aproxima-se de um quarto do total das mulheres de 15 anos e mais na Bahia (244 por 1 000), excede um décimo no Rio Grande do Sul (110), e se torna muito menor em Minas Gerais (56) e sobretudo em São Paulo (31 por 1 000)

A marcha, em relação à idade, da proporção de solteiras que tiveram filhos, é rapidamente ascendente até o grupo de 35 a 39 anos. Nos grupos mais moços, essa proporção é relativamente baixa, note-se, entretanto, que já no de 15 a 19 anos ela sobe para 31 por 1 000 na Bahia, enquanto em São Paulo atinge apenas 5 por 1 000. Eliminando-se gradativamente, pelo casamento, as solteiras mais castas ou mais cautas, e multiplicando-se os casos de uniões livres, a proporção das solteiras que tiveram filhos chega a exceder a metade no grupo de 35 a 39 anos (542 por 1 000) na Bahia e se aproxima de um terço (332) no Rio Grande do Sul, é menor em Minas Gerais (191) e mínima mas não desprezível em São Paulo (110 por 1 000). Nas idades maduras e senis essa proporção varia em sentidos diferentes nos diversos Estados, oscilando sem clara tendência no Rio Grande do Sul, diminuindo um pouco na Bahia e subindo nitidamente em São Paulo e em Minas Gerais.

Ressalta a proporção muito elevada de solteiras que tiveram filhos na Bahia, já verificada por ocasião do censo de 1940,⁶ dando indicio da grande frequência das uniões livres nesse Estado. Também no Rio Grande do Sul revelam-se bastante frequentes essas uniões. Parece nitidamente menor a sua frequência em Minas Gerais, e muito menor em São Paulo.

As mulheres solteiras constituem uma fração fortemente variável, de Estado para Estado, do total das que tiveram filhos: 191 por 1 000 na Bahia, 63 no Rio Grande do Sul, 32 em Minas Gerais e 15 em São Paulo.

Como consta da terceira seção da tabela I, a proporção das solteiras entre as mulheres que tiveram filhos atinge seu máximo nas idades mais moças: 300 por 1 000 na Bahia, 140 no Rio Grande do Sul, 68 em Minas Gerais e 51 em São Paulo, no grupo de 15 a 19 anos.

Ao subir da idade, essa proporção tende a diminuir até o grupo de 45 a 49 anos, onde ela desce para 168 por 1 000 na Bahia, 48 no Rio Grande do Sul, 22 em Minas Gerais e 8 em São Paulo. Nas idades sucessivas varia moderadamente; o sensível aumento no grupo de 80 anos e mais depende, provavelmente, na maior parte, da frequência especialmente elevada entre as solteiras de erios de envelhecimento nas declarações de idade.

A proporção muito elevada das mulheres solteiras entre as que tiveram filhos na Bahia confirma a existência de um grande número de uniões livres nesse

⁶ Em 1940 a apuração abrangeu apenas as solteiras que tiveram filhos nascidos vivos, enquanto em 1950 incluiu também as que só tiveram filhos nascidos mortos. Por isso, as proporções calculadas com base nessas duas apurações não são rigorosamente comparáveis.

Tabela B

BAHIA

ANO DO CENSO	TIVERAM FILHOS EM 1 000 SOLTEIRAS EM IDADES DE ANOS								
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 59	60 e mais
1940	24	166	366	484	570	578	575	535	522
1950	31	174	358	466	542	551	552	518	476

As proporções verificadas em 1950, embora incluindo as mulheres que tiveram somente filhos nascidos mortos, ficam inferiores às de 1940 em quase todos os grupos de idade; mantêm-se, entretanto, em nível bem elevado.

Acêcia da fecundidade comparativa das mulheres nas diversas classes de estado conjugal, veja-se, para a Bahia, o estudo sobre *A fecundidade e a prolicidade da mulher, segundo o estado conjugal e a idade, no Estado da Bahia*, no volume citado na nota 5.

Para o conjunto do Brasil e para todas as Unidades da Federação encontram-se dados e comentários nos *Estudos sobre a fecundidade da mulher no Brasil, segundo o estado conjugal* (Rio, IBGE, 1949).

Estado Cumpre salientar que em 1940 fôra encontrada uma proporção um pouco mais elevada (257 solteiras em 1 000 mulheres que tiveram filhos), embora a apuração se referisse apenas às mulheres que tiveram filhos nascidos vivos.⁷

Os dados da tabela II sôbre os filhos tidos pelas mulheres solteiras constituem um complemento útil e interessante dos dados sôbre a fecundidade dessas mulheres.

TABELA II
Dados comparativos sôbre os filhos tidos por mulheres solteiras,
para alguns Estados do Brasil
(Censo demográfico de 1.º-VII-1950)

IDADE Anos completos	EM 1 000 FILHOS TIDOS FORAM TIDOS POR SOLTEIRAS				FILHOS TIDOS POR 1 000 SOLTEIRAS QUE OS TIVERAM				SOBREVIVEM, DE 1 000 FILHOS TIDOS PELAS MULHERES DE							
	São Paulo	Minas Gerais	Bahia	Rio Grande do Sul	São Paulo	Minas Gerais	Bahia	Rio Grande do Sul	São Paulo		Minas Gerais		Bahia		Rio Grande do Sul	
									Sol- teiras	Ca- sadas	Sol- teiras	Ca- sadas	Sol- teiras	Ca- sadas	Sol- teiras	Ca- sadas
15 a 19	55	69	292	143	1 492	1 481	1 604	1 508	807	851	770	836	736	791	840	884
20 a 24	23	36	213	86	1 837	1 963	2 397	2 082	782	838	746	814	699	774	805	879
25 a 29	15	25	178	67	2 406	2 630	3 401	2 952	751	818	734	798	677	758	797	869
30 a 34	11	21	160	57	3 058	3 398	4 348	3 808	727	795	726	780	656	741	781	859
35 a 39	9	18	150	54	3 580	3 970	5 132	4 662	717	771	717	764	640	728	773	845
40 a 44	7	16	140	45	4 191	4 387	5 551	5 058	689	750	707	745	624	708	757	834
45 a 49	6	14	125	38	4 591	4 855	5 843	5 244	677	732	684	729	597	696	750	819
50 a 59	6	13	114	33	5 300	4 868	5 953	5 432	656	711	674	705	571	679	733	803
60 a 69	7	15	105	33	6 142	5 199	5 992	5 604	627	686	641	680	534	655	697	777
70 a 79	10	20	103	37	6 806	5 864	6 122	5 830	614	661	618	657	495	627	672	757
80 e mais	16	25	121	49	7 895	5 454	6 315	6 180	552	614	562	615	451	583	618	709
15 e mais	9	19	143	48	3 142	3 382	4 375	3 822	708	759	705	754	625	718	763	834

Que fração constituem os filhos tidos pelas solteiras do total dos filhos tidos declarados pelas mulheres recenseadas em 1950? A primeira seção da tabela II responde a esta pergunta 143 por 1 000 na Bahia, 48 por 1 000 no Rio Grande do Sul, 19 por 1 000 em Minas Gerais e 9 por 1 000 em São Paulo.

Como já foi advertido, também parte dos filhos tidos declarados pelas mulheres casadas e viúvas nasceram fora do casamento civil ou religioso (antes do casamento, para ambas as classes, durante o casamento — decerto em pequeno número —, para ambas as classes; depois do enviuvaramento — provavelmente em número não grande — para a segunda classe) As proporções referidas acima são, portanto, inferiores às proporções completas dos nascidos fora do casamento civil ou religioso, entre os filhos tidos pelas mulheres recenseadas

As proporções dos ilegítimos entre estes filhos são ainda maiores, e muito maiores em alguns casos, incluindo também os nascidos de uniões contraídas sômente pelo rito religioso

A proporção dos filhos tidos por mulheres solteiras sôbre o total dos filhos tidos atinge seu máximo nas idades mais moças: 292 por 1 000 no grupo de 15 a 19 anos na Bahia, 143 no Rio Grande do Sul, 69 em Minas Gerais, 55 em São Paulo

⁷ Comparam-se abaixo alguns resultados dos dois últimos censos, advertindo mais uma vez que os de 1940 se referem apenas às mulheres que tiveram filhos nascidos vivos, enquanto os de 1950 incluem também as mulheres que só tiveram filhos nascidos mortos

Tabela C

BAHIA

ANO DO CENSO	SOLTEIRAS EM 1 000 MULHERES QUE TIVERAM FILHOS, EM IDADES DE ANOS									
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 59	60 e mais	
1940	267	237	238	230	223	217	190	170	161	
1950	300	231	209	198	194	187	168	151	140	

Em quase todos os grupos de idade as proporções verificadas em 1950 são nitidamente inferiores às de 1940.

Declina, sucessivamente, essa proporção, até o grupo de idade de 45 a 49 anos, onde desce para 140 por 1 000 na Bahia, 45 no Rio Grande do Sul, 16 em Minas Gerais e 7 em São Paulo. Nas idades seguintes varia moderadamente, mostrando certa tendência a subir nas idades mais avançadas (em parte, provavelmente, em consequência dos erros de envelhecimento nas declarações de idade, mais frequentes entre as solteiras).

Cumpre salientar que a proporção dos filhos nascidos vivos e nascidos mortos tidos por solteiras, sobre o total dos tidos pelas mulheres de 15 anos e mais recenseadas em 1950 na Bahia (143 por 1 000), embora bastante elevada, fica inferior à correspondente proporção observada em 1940 (164 por 1 000), que se referia aos filhos nascidos vivos.

Um sério fundamento para conjeturas sobre o caráter das uniões das quais procedem os filhos tidos pelas mulheres solteiras é fornecido pelos dados da segunda seção da tabela II, que indicam o número médio de filhos tidos por 1 000 solteiras prolíficas. Dividindo por 1 000, obtém-se o número médio de filhos por mulher.

Cumpre lembrar que os dados se referem aos filhos tidos até a data do censo, de modo que podem ter a significação de medidas definitivas da prolificidade das solteiras somente para as mulheres em idades de 50 anos e mais, que apenas em raros casos terão tido outros filhos depois do censo.

Entre estas mulheres o número médio dos filhos tidos é muito elevado em todos os quatro Estados, oscilando em torno de seis.

E já no grupo de idade de 30 a 34 anos verificam-se médias de três a quatro filhos tidos.

Essa abundante prolificidade deixa presumir que a grande maioria das solteiras que tiveram filhos não os tiveram em uniões ocasionais e sim em uniões de caráter permanente, mas livres. Esta característica é comum aos quatro Estados observados, embora — como foi visto atrás — a frequência das uniões livres seja nelas muito diferente. É, todavia, significativa a correlação entre a frequência e a prolificidade das uniões livres na Bahia, onde 244 por 1 000 solteiras de 15 anos e mais tiveram filhos, o número médio dos filhos por elas tidos até a data do censo^s é de 4,38, enquanto em São Paulo, onde a proporção das solteiras prolíficas é apenas de 31 por 1 000, o número médio dos filhos tidos desce para 3,14. Observam-se valores intermediários no Rio Grande do Sul (3,82) e em Minas Gerais (3,38), onde também as proporções das solteiras prolíficas (respectivamente 110 e 56 por 1 000) são intermediárias às da Bahia e de São Paulo.

As condições econômicas e sociais nas quais são procriados e criados os filhos de solteiras são, em geral, mais desfavoráveis do que as condições encontradas pelos filhos das casadas.

Dessa diferença dá indício a menor sobrevivência dos primeiros. De 1 000 filhos, nascidos vivos e nascidos mortos, tidos pelas solteiras da Bahia até a data do censo de 1950, sobreviviam nessa data apenas 625, enquanto sobreviviam 718 por 1 000 dos filhos tidos pelas casadas, do mesmo Estado. Taxas de sobrevi-

^s Lembra-se, mais uma vez, que a apuração do censo de 1950 inclui entre as mulheres prolíficas também as que tiveram somente filhos nascidos mortos, e entre os filhos tidos os nascidos mortos, enquanto a apuração de 1940, cujos resultados estão comparados abaixo com os de 1950 dá a proporção dos filhos tidos nascidos vivos em relação às mulheres que tiveram filhos nascidos vivos.

Tabela D

BAHIA

ANO DO CENSO	FILHOS TIDOS POR 1 000 SOLTEIRAS QUE TIVERAM FILHOS, EM IDADES DE ANOS								
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 59	60 e mais
1940	1 556	2 295	3 248	4 128	4 908	5 484	5 781	5 820	5 882
1950	1 601	2 397	3 401	4 348	5 132	5 551	5 843	5 953	6 071

Levando-se em conta o diferente âmbito das duas apurações, pode-se dizer que os resultados dos dois censos mostram notável paralelismo.

A proporção média geral dos filhos tidos nascidos vivos, em relação às solteiras de 15 anos e mais que os tiveram, é de 4,328 por 1 000 em 1940, enquanto em 1950 a proporção média geral dos filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos, em relação às solteiras de 15 anos e mais que os tiveram, é de 4,375 por 1 000.

vência muito mais elevadas observam-se no Rio Grande do Sul, ainda entretanto com forte diferença a favor dos filhos de casadas, dos quais sobrevivem 834 por 1 000, em comparação com 763 por 1 000 filhos de solteiras. A terceira seção da tabela II apresenta também dados para Minas Gerais e São Paulo, com taxas intermediárias e diferenças no mesmo sentido.

A dúvida de que essas diferenças possam depender simplesmente da diferente composição por idade dos grupos das solteiras prolíficas e das casadas prolíficas é eliminada pelas comparações por grupos de idade efetuadas na citada seção da tabela II. Verifica-se, por exemplo, que na Bahia sobrevivem 699 por 1 000 filhos de solteiras e 774 por 1 000 filhos de casadas em idades de 20 a 24 anos, 640 por 1 000 filhos de solteiras e 728 por 1 000 filhos de casadas de 35 a 39 anos, 571 por 1 000 filhos de solteiras e 679 por 1 000 filhos de casadas de 50 a 59 anos. Em todos os Estados a taxa de sobrevivência dos filhos de solteiras é constante e nitidamente inferior à dos filhos de casadas coetâneas.

Das taxas de sobrevivência deduzem-se facilmente taxas de mortalidade: é claro, por exemplo, que, se sobreviverem 679 por 1 000, já faleceram 321 por 1 000. Expõe-se em nota um ensaio do cálculo de taxas de mortalidade ⁹.

A ANÁLISE comparativa dos dados do censo de 1950 sobre a composição segundo o estado conjugal e sobre a fecundidade da população feminina revelou grandes diferenças entre os quatro principais Estados do Brasil.

A elevada frequência relativa de mulheres solteiras, a elevada frequência relativa de prolíficas entre as solteiras, o número médio muito elevado de filhos tidos por mulher prolífica, indicam que as uniões conjugais livres de caráter permanente são muito numerosas na Bahia. A menor frequência relativa de solteiras, a baixa frequência relativa de prolíficas entre estas, indicam que esse tipo de união é relativamente raro em São Paulo. Menos raro parece ser em Minas Gerais e mais freqüente no Rio Grande do Sul.

A comparação entre as taxas de sobrevivência dos filhos de solteiras e dos filhos de casadas — as primeiras constantemente inferiores às segundas — mostra que as uniões livres se verificam principalmente nas camadas econômica e socialmente mais baixas da população.

⁹ Cálculo baseado nas taxas de sobrevivência da tabela::

Tabela E

BAHIA (1950)

ESTADO CONJUGAL DAS MÃES	FALEGERAM ANTES DA DATA DO CENSO, DE 1 000 FILHOS TIDOS (N V E N M) POR MULHERES EM IDADES DE ANOS							
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 59
Solteiras	264	301	323	344	369	376	403	429
Casadas	209	236	242	259	272	292	304	321

Os dados paralelos para 1940 expostos abaixo não são comparáveis com os da tabela E, não sendo incluídos no denominador da taxa de mortalidade os filhos tidos nascidos mortos.

Tabela F

BAHIA (1940)

ESTADO CONJUGAL DAS MÃES	FALEGERAM ANTES DA DATA DO CENSO, DE 1 000 FILHOS TIDOS (N V) POR MULHERES EM IDADES DE ANOS							
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 59
Solteiras	262	288	296	308	323	353	381	425
Casadas	167	187	222	243	217	276	289	311

Na comparação dos dados de 1940 com os de 1950 é indispensável levar em conta a diferença dos elementos do cálculo. Para mostrar a influência desta diferença será suficiente o seguinte exemplo.

Suponha-se um número total de 1 000 filhos tidos, dos quais 950 nascidos vivos e 50 nascidos mortos, e sejam 750 os sobreviventes na data do censo.

Calculam-se as taxas de sobrevivência de 750 por 1 000 sobre o número total dos nascidos e de 789 por 1 000 (= 750/950) sobre o número dos nascidos vivos.

E, logo, as taxas de mortalidade de 250 por 1 000 e de 211 por 1 000.

Levando-se em conta o diferente critério de cálculo, as taxas da tabela E (1950) indicam uma mortalidade em geral um pouco menor do que as da tabela F (1940).

ALFRED SAUVY

DOIS TÉCNICOS PRECURSORES DE MALTHUS: BOESNIER DE L'ORNE E AUXIRON

AS IDÉIAS SÔBRE POPULAÇÃO NO SÉCULO XVIII

⓪ SÉCULO XVIII muito se preocupou com o problema de população. Poucos são os autores, mesmo literários, que não se tenham manifestado a respeito. De modo geral, o crescimento da população é considerado, senão um bem em si mesmo, pelo menos um objetivo desejável.

Em princípio, o raciocínio fundamental se inspira no espírito de domínio e é encontrado em tôdas as épocas, sob diferentes aspectos, desde Bodin e o advento da monarquia absoluta quanto mais elevado é o número de súditos, mais pode o rei contar com soldados e rendas fiscais, quanto mais poderosa a marinha, mais respeitado o soberano no país e no exterior. Dentio desta perspectiva, desprezado o bem-estar individual, a riqueza se identifica com a população.

A teoria do poder absoluto foi exposta de modo claro, abertamente, se não da forma mais cínica, por Turmeau de la Morandière, em três trabalhos inspirados num populacionismo exagerado,¹ que pode ser resumido na seguinte citação: "É necessário multiplicar os súditos e os animais."

Esta doutrina foi-se modificando pouco a pouco, quando o Estado ou a classe dirigente tomaram o lugar do soberano. Alia-se a ela o argumento moderno, mais razoável, das chamadas "despesas gerais da Nação": a Nação passa a ter grande número de obrigações independentes da população, ou que pelo menos não crescem tão depressa quanto ela. Por conseguinte, o aumento do número de homens reduz a despesa por cabeça e aumenta a prosperidade. A êste argumento se opõem as considerações sobre a diminuição das rendas ou a limitação dos recursos naturais.

Estudo publicado na revista "Population", no número correspondente a outubro-dezembro de 1955. Tradução, devidamente autorizada, de Maria Helena Günevald Miglievich.

¹ Ver *Travaux et Documents*, caderno n.º 21: "Les doctrines françaises avant 1800. De Budé à Condorcet, par Joseph J. Spengler. Quelques démographes ignorés du XVIIIe siècle: de la Morandière, de Caveirac, Cefivol, Finto."

Damos aqui algumas indicações sobre Turmeau de la Morandière, que nos foram gentilmente transmitidas pelo Sr. Claude de Bonnault.

Denis Turmeau, conde da Morandière, nasceu em Ménais (Loir-et-Cher), a 7 de outubro de 1719. Escritor e autor de projetos, membro de diversas academias, escrevia e aconselhava os homens altamente colocados. Em 1794, êle ainda vivo, foram sequestrados de sua casa cartas, planos, memórias, manuscritos, etc e enviados ao Depósito literário, rua Marc (Arch. Nat. T. 1639).

Obras impressas conhecidas:

Représentation à M. le lieutenant général de police de Paris sur les courtisanes à la mode et les demoiselles de bon ton. Paris, 1762.

Appel des étrangers dans nos colonies. Paris, 1763.

Principes politiques sur le rappel des protestants en France. Paris, 1764.

Police à établir sur les mendiants, les vagabonds, etc. Paris, 1764.

Manuscritos:

Mémoire sur la police de Versailles, novembro 1761 (Bibl. Nat., Nouvelles acquisitions fr. 23 631. Bauffremont, 272 fol. 51-56).

Recueil de pièces formé par M. D. L. Turmeau de la Morandière (Bibl. Nat., Nouvelles acquisitions fr. 11 126 P. III-IX. Liste des ouvrages imprimés et manuscrits de M. de la Morandière). Entre os manuscritos figura: "Moïens de peupler et de cultiver nos colonies. Réflexions sur la Louisiane et sur toutes nos possessions d'outre-mer, etc."

É de surpreender que estas últimas considerações não tenham despertado mais a atenção dos autores do século XVIII ou que, pelo menos, não tenham tido em vista um limite além do qual o poderio do rei diminuísse.² A explicação deve ser procurada em diversas causas:

- a) a grande mortalidade da época,
- b) a crença imaginária no decréscimo da população francesa, a qual só se dissipou, lentamente, a partir de 1770;
- c) o pouco interesse da classe dirigente em relação à população miserável, submarginal, que desaparecia pouco a pouco por falta de recursos;
- d) a existência de terras não cultivadas, cuja extensão não era bem conhecida. Por um fenômeno psicológico clássico, ocorrido particularmente entre os doutrinários da abundância, de todas as épocas e notadamente do século XX, o não medido se assemelha ao desmedido e o ilimitado ao infinito,³
- e) enfim, e talvez antes de mais nada, a doutrina do poder absoluto se alia e se concilia com considerações morais ou religiosas, encontrando o conceito "crescei e multiplicai-vos" plena aplicação

Poucos autores ousaram atacar sem reservas o tabu populacionista

Dissemos que a partir de 1770 a crença no decréscimo da população, tão obstinada desde o final do reinado de Luís XIV, deu lugar a considerações menos pessimistas, após os trabalhos de Expilly (1763-1770) e de Messance (1766). Ao mesmo tempo, com o declínio da autoridade religiosa e monárquica, as doutrinas tornaram-se menos exclusivistas. O populacionismo puro figura sempre em grande número de manuais ortodoxos, mas os fisiocratas e outros não consideram mais o acréscimo de população como a fonte de todos os bens. Deverá ela, pelo menos, enquadrar-se no que chamariamos hoje um processo geral de desenvolvimento. Regulando-se pelas próprias subsistências, a população não pode crescer sem cair na miséria, se a produção, e particularmente a produção agrícola, também não se desenvolver ao mesmo tempo. Esse desenvolvimento se obtém proporcionando à terra "meios" que a tornarão mais fértil.⁴ A lei das rendas que decrescem não será tratada, senão um pouco mais tarde, por Dupont de Nemours

A noção do mínimo vital para o trabalhador começa a aparecer então, sem que a noção da população ideal, evocada por Voltaire,⁵ tome qualquer consistência.

Em vésperas da Revolução, numerosos são os que começam a se desinteressar pelo problema da população. Assim que o despotismo e sua taras desaparecerem, dizem os liberais, a população aumentará por si mesma, e igualmente se desenvolverá seu bem estar, sem que haja mais a preocupação acerca de população deficiente ou superpopulação. A questão é, portanto, essencialmente política. Esta situação se assemelha, de forma curiosa, à dos soviéticos de hoje. Segundo eles, são unicamente os vícios do capitalismo que criam uma aparente superpopulação, ou melhor, que possibilitam a subpopulação, privando as famílias dos meios necessários à existência. Num regime comunista a população deve crescer naturalmente, e, seja qual for o ritmo desse aumento, não deve de forma alguma constituir motivo de inquietação, não havendo por que se preocupar.

Este otimismo é, de resto, o de grande número de utopistas franceses. Enquanto Thomas More previa a dispersão das unidades que se tornassem muito numerosas, os idealistas franceses continuavam confiantes nas possibilidades da Natureza, cujos recursos, uma vez desaparecido o despotismo, poderiam ser normalmente explorados. Tão lamentáveis e ao mesmo tempo tão nocivas para a produção eram as exigências do fisco, que para eles todos os males desapareceriam quando estas exigências desaparecessem.

Alguns autores, não utopistas, aliás, são de certa forma mais prudentes, quando se referem à possibilidade de superpopulação. Helvetius, Holbach, Buffon, o Abade Mann, Isnard, etc.

A superpopulação constitui preocupação pouco atual. Não é mencionada em nenhum dos numerosos trabalhos que analisam os meios de reduzir ou mesmo suprimir a mendicância. Nunca se soube da existência de alguma política apta a reduzir o número de miseráveis, mediante a redução do número de homens.

² Sobre a população ideal, em termos de bem-estar, e a população ideal em termos de poder, ver nossa *Théorie Générale de la Population. Volume I, Economie et population*, P U F.

³ Um homem tão sério como Argenson dizia que o território francês poderia alimentar uma população cinquenta vezes mais numerosa. Sem dúvida, havia êle citado este número sem cálculo preciso, mais ou menos ao acaso. Mas êste exemplo, entre muitos outros, revela a expressão do que não foi medido.

⁴ Esta palavra "meios", tão evocadora, é preferível ao termo moderno "investimentos".

⁵ O ponto principal não é de ter-se um superfluo em homens, mas de tornar menos infelizes, dentro do possível, aqueles que temos.

Volveremos agora nossa atenção para um técnico florestal, Boesnier de L'Orne, e um engenheiro, Auxiron, que acentuaram com precisão os riscos do despovoamento

1 Boesnier de l'Orne

VIDA E OBRA⁶ — Paul Boesnier de L'Orne nasceu em Blois, a 27 de fevereiro de 1724, de uma família de comerciantes protestantes, convertida ao catolicismo em fins do século XVII. Diretor de Águas e Florestas, foi, em seguida, prefeito de Blois. Morou em Paris, fez várias viagens à Alemanha, vindo a moirer celibatário em Blois, em 1793.

Seu principal trabalho, *Do espírito do governo econômico*, apareceu em Paris, em 1775. A Biblioteca Nacional lhe atribui também a autoria de *Reflexões sobre as madeiras e os meios capazes de proporcionar ao Reino melhores provisões de lenha e madeira de construção, bem como produção mais lucrativa* (Blois, 1789), e *Ensaio sobre os princípios da moral natural* (Blois 1792), sem que esteja provado não ter sido o primeiro volume escrito por seu sobrinho, Paul Boesnier de L'Orne, também diretor particular de Águas e Florestas.

Além disso, ele teria publicado em 1769 um pequeno trabalho intitulado *Do restabelecimento do imposto dentro de sua ordem natural* que não foi encontrado.

Do espírito do governo econômico parece haver alcançado inicialmente algum êxito. No mesmo ano que este, foi publicada uma análise de Gautier (Coquelin e Guillaumin). Traduzido, pelo menos, para o italiano, logo desapareceu na massa de obras fisiocráticas e outras, em geral de maior destaque, que se sucediam nessa época, tão rica em doutrinas econômicas.

Boesnier não é citado (tendo assinado suas obras) nem por Barbier, nem pelos biógrafos Hoefler e Feller. Coquelin e Guillaumin, certamente, não tiveram em mão sua obra, então muito rara, limitando-se transcrever estas duas linhas elogiosas de Blanqui: "O autor é adepto dos economistas do século XVIII, porém, mais claro e mais conciso que seus discípulos. Causou menos ruído que os outros e talvez seja mais digno de ser lido."

As numerosas histórias das doutrinas econômicas na maioria o desconhecem. Particularmente, não foi citado por Spengler.

DOUTRINA ECONÔMICA GERAL — De modo geral, Boesnier se prende à escola fisiocrática: direito de propriedade, diversidade das propriedades, agricultura fonte de todas as riquezas, liberdade de comércio, imposto único sobre a terra, desprezo das classes operárias e, sobretudo, advento da ordem natural.

Fixemos, no entanto, dois pontos:

a) o princípio "A cada um segundo sua capacidade" está claramente enunciado. "Fazer com que cada classe e cada indivíduo goze do direito que tem à própria subsistência, na proporção em que são úteis à sociedade — esta a perfeição da ordem econômica."

b) encontra-se um esquema da teoria sobre escoamento de mercadorias:

"O direito de propriedade sobre as terras aráveis se estende às vinhas, aos bosques e aos prados, proporcionalmente à extensão daquele direito. Não faltará feno para a terra, terra para o vinho e vinho para os tonéis () Os produtos da França são trocados por produtos da Inglaterra, Espanha e América, etc. (reciprocamente)."

"*Do espírito . . .*", segundo o autor, foi escrito muito antes de ser publicado. Foi, portanto, contemporâneo da *Fisiocracia*, obra fundamental e primeira a aparecer com a doutrina exposta em diversos artigos. Sendo, sem dúvida, anterior às obras dos fisiocratas "oficiais" — Le Trosne, Le Marquier de la Rivière, Dupont de Nemours, Bandeau, Morellet, etc — é, todavia, posterior às de Abeille e Pattulo.

O que vamos expor, principalmente, são suas idéias sobre população.

POPULAÇÃO — Boesnier julga, como os fisiocratas, que o crescimento da população não é um fim em si, mas caminha com o desenvolvimento agrícola. Contudo, menos otimista que seus discípulos, o que ele mais teme é o excesso de população.

"O objetivo principal de um governo não deve ser fomentar ou sustentar, no Estado, uma população mais ou menos numerosa. Seu cuidado paternal deve

⁶ As informações biográficas e bibliográficas dadas aqui foram extraídas do trabalho "La doctrine économique de Boesnier de l'Orne", de Pierre Drouet d'Aubigny, Paris, 1908.

ser o de assegurar o bem-estar da população existente. Os meios capazes de torná-la maior ou diminuí-la poderiam contrariar êsse objetivo essencial, para a felicidade de todos ”

Temos, agora, uma concepção do “optimum” econômico, mais bem exposta que nunca:

“Um povo numeroso demais estaria sujeito à falta de meios para seu sustento, um povo em número insuficiente não disporia dos meios que constituem fôrça e riqueza. O bem-estar do povo reside, por conseguinte, entre êsses dois extremos ”

Uma população mais elevada seria possível, acrescenta, se ela aceitasse a privação de alguns produtos não indispensáveis.

“Na França, se não se fizesse uso do vinho, fumo, açúcar e café, poder-se-ia alimentar maior número de homens. Mas, os homens não gozariam mais das comodidades e do bem-estar que a vida, na França, oferece.”

Esta idéia, inspirada em Cantillon, é seguida de uma frase contestável e de certa forma enigmática. “Ora, êste gôzo é causa poderosa, a mais poderosa de todos, do crescimento da população.”

Aqui surge uma contradição, que se encontra em todo o trabalho: obtém-se naturalmente êste “optimum”, que garante o mais elevado bem-estar? A frase precedente parece responder de forma negativa. É que o autor se preocupa simultaneamente em evitar qualquer intervenção do Estado e em não se chocar com o tabu populacionista ainda tão vivo. Ademais, êle não indica, em nenhuma outra passagem como pode uma população tender naturalmente para o “optimum”. Os fatores familiares ou simplesmente demográficos são postos de lado. Talvez se trate de um crescimento bastante harmonioso, capaz de atender às necessidades do momento. Nada mais.

Abramos aqui um parêntesis. O embaraço de Boesnier, em face dos problemas de população, é o mesmo de Adam Smith e da maioria dos economistas liberais ou marxistas. Os liberais se perturbam com êste problema de fundo sociológico. Quanto aos marxistas, trata-se, tal como os revolucionários de 1780, mais de uma atitude que de uma doutrina; considerando o problema inexpressivo em relação à economia comunista, êles se limitaram até agora à crítica das doutrinas capitalistas malthusianas.

Boesnier pretende responder também às objeções dos que visam aos cofres públicos e o poder, mais do que o bem-estar dos indivíduos. “Nas circunstâncias atuais, a riqueza ou a facilidade de vida, condições essenciais do bem-estar dos cidadãos, são bem mais úteis à fôrça e ao poderio de um Estado que uma população muito densa ”

O poder do Estado assenta na renda supérflua dos indivíduos. De sorte que, “se cada indivíduo de uma sociedade, por numerosa que seja, não tiver com que satisfazer às necessidades primárias da vida, o Estado não terá nem fôrça, nem poder ”

É oportuno acentuar, mais uma vez, os perigos de uma política populacionista. “Seria um êrro, portanto, ver o crescimento da população como o objetivo direto do govêrno econômico, essa teoria, como já mostramos, traria as mais desastrosas conseqüências ”

Reagindo contra a doutrina que tende a aumentar a população graças à indústria, Boesnier evoca o risco da guerra e da falta de meios para a subsistência dessa “população precária”

O sistema protecionista, destinado a aumentar o número de empregos nas indústrias, tende, em todos os países, para “a ruína geral”. A indústria deve servir, unicamente, para garantir o consumo dos produtos agrícolas.

Quanto à distribuição das riquezas, tornamos a encontrar as idéias fisiocráticas, relativas à necessária desigualdade. “A repartição das terras poderia conduzir à guerra e a igualdade extrema acarreta extrema injustiça.” Mas, o receio de um excesso, em sentido diverso, conduz aqui também à noção do “optimum” e do equilíbrio. Não se trata de sentimentos humanitários mas de repercussões econômicas: “Se, por qualquer êrro da constituição ou da administração, se estabelecesse uma tão grande desigualdade de riquezas que elas ficassem como que concentradas num pequeno número de famílias não haveria mais intercâmbio, nem circulação, nem consumo interno ”

Citando o exemplo da Polônia, Boesnier mostra que, em tais circunstâncias, os riscos tenderão a consumir produtos supérfluos estrangeiros, trocando-os por víveres e reduzindo assim a população (esta também é a idéia de Cantillon). Não se procure, diz êle, combater êste mal reduzindo o comércio exterior. Veremos, então, muitos milhares de homens ocupados apenas em satisfazer os caprichos de um pequeno número. Hipnotizado pela preocupação de não restringir

em nada a liberdade do comércio, Boesnier não vê que para a população pobre a solução protecionista é preferível à primeira, pois lhe permite a penetração no âmbito econômico.

Se o autor denuncia ainda a inutilidade de qualquer intervenção do Estado, para combater os efeitos dessa desigualdade, admite, ao contrário, a intervenção contra as suas causas e propõe seja corrigido o excesso dessa desigualdade.

Dissemos que esta preocupação de evitar o excesso de desigualdade é puramente econômica e não revela o mínimo interesse pelas classes trabalhadoras. Com efeito, ele faz sua a tese, tão propagada na época, da preguiça natural do trabalhador: "Dai a um operário o dôbro do que ele necessita para sua subsistência e cedo deixará de trabalhar. E é concedendo muito pouco além do que ele necessita para a sua subsistência diária que se consegue que o povo trabalhe de um extremo a outro de sua vida."

O comércio exterior, determina gastos e "força, assim, o povo a trabalhar". Os salários baixos são úteis ao emprego, "o nível baixo de salário multiplica os trabalhos, permitindo remuneração ao maior número."

É preciso evitar a multiplicação dos feriados, de forma a manter a concorrência em face a outros Estados. Encontramos todos esses argumentos nas atitudes, senão nas doutrinas capitalistas atuais.

Acrescentemos, por fim, que Boesnier, levado pelas razões econômicas, sempre se pronuncia contra o pacto colonial e a favor da independência das colônias.

Em suma, o que domina totalmente essa teoria é a concepção da ordem natural e a aversão a qualquer artifício. A ordem natural não se faz acompanhar de nenhum excesso, mas, nenhuma fórmula precisa é exposta sobre a maneira de fixar a população neste justo equilíbrio que lhe garante o mais elevado bem-estar. Nenhuma intervenção do Estado é prevista para reprimir o excesso de conforto individual. Tanto quanto os fisiocratas oficiais, Boesnier não ousa ultrapassar este Rubicon. Auxiron irá um pouco mais além.

* * *

2. Auxiron

CLAUDE-François-Joseph d'Auxiron, nascido em Besançon, no ano de 1728, foi oficial de artilharia, estudou as ciências matemáticas e tornou-se engenheiro. Morreu em Paris, em 1778.

Seu principal trabalho se intitula *Princípios de todo governo ou exame das causas da grandeza ou do enfraquecimento de todo Estado, considerada a sua essência, independentemente dos costumes* (Paris, 2 vol in-12°, 1766). Além deste, escreveu também: *Memória sobre os meios capazes de fornecer à capital águas salubres* (Paris, 1765), e ainda, traduzido do alemão. *Teoria sobre os rios, compreendendo a arte de construir sobre águas, bem como prevenir seus danos*.

Citado por Hoefer, Barbier e Auérard, Auxiron, apesar da sua forte personalidade, não é mencionado na maioria dos compêndios de história das doutrinas econômicas (exceto no de Lichtenberger), nem mesmo no dicionário Coquelin e Guillaumin. Foi, todavia, citado e comentado por J.-J. Spengler.⁷

A obra *Princípios*, como a de Boesnier, *Do espírito*, tornou-se raríssima.

Como bom engenheiro, Auxiron declara que empregará o método matemático. Com efeito, trata-se de fórmulas econômicas muito raras, lineares, e que não constituem verdadeiro avanço em relação ao quadro econômico de Quesnay. Os raciocínios são lógicos, porém (como ainda em nossos dias, muito freqüentemente) demasiado estáticos. Assentam num número bem limitado de fatores, considerados, erroneamente, independentes do restante. Uma síntese geral baseada nesses trabalhos suscitaria algumas contradições.

A estática e o gosto pelo equilíbrio conduzem Auxiron a acusar como nefastas as mudanças de método ou os deslocamentos do comércio de uma cidade para outra. As fórmulas insuficientemente desprovidas de movimento são, ainda hoje, atuais.

Em resumo, antes matemático que técnico, ele se deteve mais no estudo dos equilíbrios permanentes que dos movimentos geradores do progresso técnico.

RENDIMENTOS DECRESCENTES E SUPERPOPLAÇÃO — O principal mérito de Auxiron é o de ter, contrariamente às opiniões dos fisiocratas, apresentado com clareza a chamada lei dos rendimentos decrescentes, citando Ricardo.

⁷ *Economie et population. Les doctrines françaises avant 1800*, I.N.E.D. e P.U.F., 1954, pgs 247, 275 a 280, e 328 (Edição americana: *French Predecessors of Malthus. A study in eighteenth-century wage and population theory*, Duke University Press, Durham, 1942, pp. 264, 286 a 303, 358).

“Os futuros lavradores serão forçados a compensar, com o máximo de trabalho, a infecundidade das terras que lhes couberem por herança ”

“Preparado o terreno, essas mesmas terras não poderão suportar qualquer tributo, nem darão ao lavrador rendimento superior ao de que o mesmo necessita para a subsistência ”

O decréscimo das rendas tanto obriga a reduzir os impostos como a realizar trabalho mais intensivo, e, ainda, a diminuir o salário. Seja como for, há perda de riqueza. Mas, à medida que a população aumentar, as condições de vida dos trabalhadores tornar-se-ão piores. Por este motivo, é necessário suavizar os tributos impostos às terras pobres (I, 43).

Auxiron corrobora esta lei, citando o exemplo da China e da Suíça superpovoadas, e ataca os autores mais otimistas, dentre eles J -J Rousseau

Este engenheiro, no entanto, não desconhece o sentido do progresso técnico, mesmo na agricultura, porquanto recomenda notadamente o adubo das terras, os pastos artificiais e a irrigação. Contudo, não liga os dois fenômenos no tempo

Uma população, que tende assim a alcançar um número superior ao que comporta o território, deve-se controlar a si mesma. Mas, Auxiron, como vários outros autores, não precisa suficientemente o mecanismo que permita o controle da subnatalidade ou da supermortalidade. “As crianças que nascem não poderiam ser sustentadas. Esta classe se extingiria progressivamente e outros pobres, aparecidos nas classes vizinhas, viriam igualmente a extinguir-se ”

Declara o autor, no entanto, que uma população que cresce naturalmente, sem controle, pode aumentar de 1/30, em um ano, o que corresponde, em 25 anos, à sua duplicação, conforme mais tarde admitiu Malthus. Preocupa-se ainda em declarar que esse ritmo se verifica numa população cujos indivíduos se distribuem, normalmente, nas diversas classes de idades. Uma população composta sobretudo de jovens, como a das colônias, pode aumentar até 1/2 por ano. Esse crescimento anual de 3,3% parece excessivo, pois só é atingido atualmente pelas populações normalmente fecundas e cuja mortalidade seja inferior à dos povos do século XVIII. Seja como for, desprezando as progressões geométricas (que levam, fatalmente, a uma conclusão malthusiana), Auxiron calcula que a população francesa chegaria a contar 60 milhões, em 60 anos, e 140 milhões, em 90 anos

LIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO — Auxiron não faz alusão às práticas anticoncepcionais, que, no entanto, começavam a propagar-se. Queria propor uma política de limitação da população, mas confundiu os meios. Assim, limita-se ele a recordar a antiguidade e Platão, a assinalar o caso de Formosa e, depois, a referir-se em termos vagos à Europa contemporânea. “Sem falar de nossos costumes, não nos faltam na Europa instituições que admiravelmente contribuem para diminuir a população. Algumas existem que alcançam por elas mesmas seus objetivos. Há uma multidão de pequenas instituições que trabalham em cooperação e obtêm desta maneira resultados os mais significativos. Não quero reter-me em minúcias, porque elas são facilmente reconhecíveis ”

Pretende ele, com esta frase enigmática, fazer alusão às guerras, ao aborto? Difícil julgar. Em todo caso, ele exclui explicitamente uma redução da agricultura e do comércio, remédio pior do que o mal. Seja como for, decide-se a violar o grande tabu da época, propondo favorecer o celibato. É, parece, o autor francês que, antes de Malthus, foi mais longe neste caminho.

POPULAÇÃO ATIVA E EMPREGO — Auxiron teve o mérito de pôr em evidência a importância da distribuição profissional, tão esquecida em nossos dias

Num país isolado, a quantidade de trabalho é rigorosamente determinada pela população, assim como a distribuição em classes sociais. Mecanismos reguladores intervêm para fazer respeitar as proporções, mas esses mecanismos são dolorosos

Distorções poderiam produzir-se provocando, ao mesmo tempo, o desemprego em certos ramos e o excesso de empregos em outros. A mudança de “modo” é um dos fatores de ruptura do equilíbrio.

Por outro lado, o imposto pode modificar a distribuição profissional

DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS E CLASSES SOCIAIS — No prefácio, intenções generosas se manifestam. “As classes necessitadas é que devem ser prezadas pelo governo”; mas este sentimento humano cede facilmente diante do encadeamento rigoroso dos mecanismos. A preocupação contínua do equilíbrio conduz fatalmente à defesa da ordem social

O impôsto sôbre o trabalhador, diz êle, obriga-o a trabalhar mais. Entretanto, é preciso evitar que êle sucumba sob a tarefa.

É inútil recorrer a uma redivisão de terras. Seria isto o meio de tornar o Estado infeliz e fraco. A preguiça se generalizaria.

Seria preciso tachar os ricos mais do que os pobres? Depois de alguma hesitação, resposta negativa. Prevendo o que chamaríamos hoje a isenção na base do "minimum" vital (isto é, certa progressividade), Montesquieu enganou-se, afirma Auxiron. O impôsto deve ser simplesmente proporcional aos recursos.

Convém excluir dos colégios os filhos dos operários, pois haverá sempre bastantes candidatos para as altas posições. Daí a tendência, nas classes abastadas, a evitar o casamento.

IMPÔSTO — Dialético mais do que sentimental, Auxiron não cede ao mito eterno do antifisco, resistência meritória numa época em que os excessos do impôsto eram também destruidores.

Sem dúvida, há lá, como em tôda parte, uma justa medida, mas o impôsto tem, além de sua justificativa financeira, uma utilidade econômica: obriga particularmente os que a êle estão sujeitos a trabalhar mais. A colheita não é um recurso recomendável, porque o agricultor terá tendência a esgotar as terras. Êle volta finalmente ao produto líquido dos fisiocratas, único capaz de evitar tôda redução da riqueza e de população.

Isto conduz êste "tecnocrata" a sonhar com uma situação ideal, favorável ao Estado: garantir a totalidade do excedente, do produto líquido. Assim seria atingido o mais alto poder. De resto, quanto mais elevado o impôsto, mais o govêrno é forte e menos revoltas há a temer, raciocínio que devia, alguns anos mais tarde, receber um singular desmentido.

COMÉRCIO — Ao lado de considerações gerais, muito favoráveis ao comércio livre, comuns à maioria dos autores dêsse tempo, excetuando-se alguns moralistas, deparamo-nos com observações interessantes.

a) *o empobrecimento da Espanha não é devido à emigração*, como foi muitas vêzes dito. A Inglaterra experimentou um empobrecimento tão forte quanto a Espanha, mas conservou e desenvolveu o comércio exterior, enquanto a Espanha, cheia de ouro, deixou que o seu entrasse em declínio.

b) *o número dos comerciantes é excessivo*. "Não há quase cidade na França onde não haja cinco ou seis vêzes mais varejistas do que é preciso. E quando uma pessoa entendida prova que êles vendem caro de mais, não deixam nunca de responder que vendem pouco." Observação que pode servir de consôlo aos consumidores de hoje mas também desanimá-los, reduzindo a esperança de ver desaparecer o mal enraizado,

c) *a nacionalização do comércio seria muito vantajosa*. Apresentando sérias reações contra uma proposta tão audaciosa, talvez inspirada pela observação precedente, Auxiron, um pouco complacentemente, cita Montesquieu e evoca as numerosas obras públicas do Estado, existentes em diversos países da Europa.

LUXO — Sôbre esta grande questão do século, tão controvertida, encontramos uma opinião oposta à de Quesnay e muito próxima da de Cantillon. O luxo que não consome senão coisas inúteis não é destrutivo e pode ser admitido ao contrário do luxo supérfluo de subsistência — o de coisas úteis. De fato, ao critério de utilidade se prende ainda o argumento moral, tão tenaz nesta questão.

Os comentários mostram que Auxiron sentiu a verdadeira diferença entre a consumação de trabalho (aceita por êle) e a destruidora superconsumação do que é natural. A esta observação se prende a condenação das áreas reservadas à caça que, consumindo terras, reduz a população.

Esta distinção essencial é de novo encontrada nas leis suntuárias. O impôsto só deve onerar o luxo destruidor.

O luxo do supérfluo deve ser tolerado, porque é preciso que o rico gaste seu rendimento de alguma maneira. Ora, êles não podem investir totalmente e constantemente reinvestir. Não serviria de nada, neste caso, ser rico.

Quanto à caridade, pode ainda menos absorver o conjunto do supérfluo; seria substituir o trabalho (que corresponde à despesa) pela consumação, sem trabalho, substituir os operários por mendigos.

MOEDA, CRÉDITO — Este técnico, pouco conformista, é hostil ao crédito privado, que lhe parece frágil, mas se sente fortemente atraído pelo dinheiro-papel, que julga preferível ao metal. Mas seus argumentos são de um simplismo um pouco desconcertante

Que o principal inconveniente seja o risco de contrafação, pode isto ser admitido a rigor, na época, mas depois do enunciado da estrita teoria quantitativa da moeda (os preços são proporcionais à quantidade de moeda em circulação), não se vê bem a vantagem final do processo, senão o de fornecer uma forma desviada de falência. E quando se ouve dizer que os metais cairiam simultaneamente com o papel, pergunta-se se o autor falou sério ou seguiu alguma trilha verdadeiramente rígida. A teoria monetária, por mais audaciosa, marca um recuo sobre Law e Dutot.

DESCENTRALIZAÇÃO — Uma observação final: nem a plethora dos comerciantes, nem o subdesenvolvimento dos campos arruinados pelo capital hipertrofiado datam de nossa época. “Todo o mundo diz que Paris arruína as províncias. Nada mais verdadeiro, pois que Paris atrai continuamente o dinheiro delas. Daí esmorecerem as províncias.”

O remédio proposto se assemelha a um daqueles preconizados hoje por J -F Gravier: a economia local deve ficar no local.

VISTA DE CONJUNTO — Como Necker vinte anos mais tarde, como Ricardo e outros, mas um dos primeiros, parece, Auxiron reconheceu o prazo fatal da sorte que pesa sobre os trabalhadores, embora se resignando a este estado de coisas julgado “natural”, pelo receio de, uma vez ferido o dogma da propriedade, não mais encontrar uma base sólida.

Pode-se lastimar também que um admirador tão vivo do comércio não se tenha beneficiado mais das vantagens advindas de trocas de idéias — como tantas pessoas que chegaram à economia política por uma via heterodoxa, este engenheiro poderia ter enriquecido e feito progredir consideravelmente a ciência.

Se este espírito árido e judicioso tivesse podido reforçar-se ao contato das realidades e enternecer-se ao contato dos homens, teríamos nele um desses grandes precursores que edificam em proporção ao que destroem.

ROBERT MORSE WOODBURY

ESTATÍSTICAS DO CUSTO DA VIDA

NORMAS E TÉCNICAS ATUAIS

A MEMÓRIA que a seguir divulgamos, da autoria de antigo estatístico-chefe do Bureau Internacional do Trabalho, foi apresentada à III Conferência Interamericana de Estatística, realizada em Petrópolis em junho de 1955. No texto, traduzido por Waltensir Dutra, foram feitas pequenas alterações, visando à sua atualização e a uma leitura mais corrente.

O ÂMBITO deste trabalho limita-se aos números índices do custo da vida ou, com mais propriedade, aos números índices de preço para o consumidor, juntamente com a disponibilidade dos estudos sobre os gastos das famílias, necessários para a obtenção de pesos adequados para os índices dos grupos de população em exame. A área geográfica limita-se aos países do Hemisfério Ocidental.

As III e IV Conferências Internacionais do Trabalho adotaram, para estes dois tópicos, resoluções que estabelecem normas sobre os números índices do custo da vida e sobre os estudos dos gastos familiares. Essas resoluções proporcionam uma base adequada ao estudo do estado do trabalho nesse campo, nos vários países americanos.

O objetivo deste rápido exame da situação dos números índices do custo da vida nos países americanos não é apenas chamar a atenção para pontos em que os atuais índices possam ser melhorados, com a finalidade de se adaptarem com maior perfeição às normas internacionais, mas também examinar os modos pelos quais as facilidades do sistema interamericano poderiam ser postas, de modo efetivo, a serviço dos interessados em estimular o progresso nesse campo.

Em geral, as recomendações existentes cobrem um número considerável de pontos, e é possível afirmar que poucos países no mundo — se existe algum — cumprem integralmente aquelas recomendações. Mesmo nos países mais adiantados há aspectos suscetíveis de melhoria.

Além disso, as necessidades de um país, com relação aos índices do custo da vida, dependem indubitavelmente da respectiva extensão geográfica, da sua riqueza, da sua população e da diversidade de condições nele existentes. Tais necessidades aumentam com a

flutuação da moeda em circulação e com a crescente dependência do índice dos salários e outros pagamentos. Não pretendemos estabelecer confrontos inadequados, mas assinalar o caminho para um melhoramento, de modo que cada país possa utilizar nossas sugestões da maneira que lhe for mais vantajosa. Na verdade, cada país conhece melhor do que ninguém suas próprias condições, suas dificuldades e problemas específicos e, por isso, está em melhores condições para resolver o que deve ser feito.

O melhor é, conseqüentemente, limitar este artigo a um número comparativamente reduzido de pontos, que sejam os mais importantes. É o procedimento mais necessário, já que para muitos detalhes não há recomendações claras nem exposições precisas dos processos adotados. Mesmo com relação a pontos principais, é difícil algumas vezes determinar exatamente a situação de um país, baseando-se nas fontes disponíveis.

Disponibilidade do índice do custo da vida

A PRIMEIRA pergunta a ser feita é se existe realmente um número índice de custo da vida em todos os países americanos. Esta pergunta está respondida pela Resolução da II Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, de abril de 1925, que diz: "Cada país deveria publicar estatísticas sobre as flutuações do custo da vida."

Dos 22 países americanos, todos, exceto El Salvador, possuem atualmente números índices do custo da vida. E El Salvador fez recentemente um estudo sobre as condições de vida familiar, tendo em preparo um índice do custo da vida.

Grupos básicos de gastos

Um segundo ponto a ser considerado é a recomendação de que o número índice do custo da vida deve cobrir os cinco grupos de despesas: alimentação, vestuário, calefação e iluminação, aluguel e despesas diversas.

Relativamente a este ponto, dois países — Cuba e Nicarágua — não aplicam ainda a norma e têm seus índices limitados à alimentação apenas; um terceiro país, México, exclui do índice o aluguel.

Bases do sistema de ponderação

A RECOMENDAÇÃO de que o número índice do custo da vida seja baseado em recentes estudos das condições de vida das famílias do grupo econômico ou classe a que corresponde o índice, foi destacada na resolução adotada pela VI Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, em 1947. Na II Conferência, foram também mencionados métodos alternativos para derivar os pesos das estatísticas de consumo, caso sejam adequadas, ou de "estimativas teóricas, computadas com base em toda informação disponível".

Dos 22 países americanos, todos, exceto três, utilizam estudos das condições de vida das famílias. O Uruguai usa uma estimativa teórica, e Cuba, um "consumo *per capita* (1936) ajustado ao crescimento da população", enquanto a Nicarágua emprega "estimativas do consumo semanal de uma família de cinco pessoas, em julho de 1946". Os dois últimos cobrem apenas o item da alimentação.

No que diz respeito à frequência dos estudos das condições de vida das famílias, a recomendação sugere que sejam feitos pelo menos uma vez cada dez anos. Há, porém, uma alternativa, dando margem ao uso de estudos por amostragem, para indicar a necessidade de estimativas revistas, em intervalos mais ou menos curtos.

Dos 19 países que baseiam seus índices nos estudos das condições de vida das famílias, uma considerável proporção — oito — fizeram esses estudos em 1943, ou antes — isto é, em período superior ao intervalo máximo de 10 anos. Por outro lado, observa-se que vários países concluíram recentemente novos inquéritos sobre o consumo familiar.

Grupos econômicos compreendidos

As recomendações de 1925 ressaltam a importância de obter-se números índices referentes ao grupo dos trabalhadores industriais, conjuntamente com áreas e grupos econômicos que se considerem de utilidade, em qualquer parte onde haja acentuada diferença entre as condições. As últimas recomendações supõem que o índice deve ser previsto para um grupo particular e expõem os métodos para obter um índice que atenda a esse propósito. Acentuam a necessidade de definir o grupo e dar uma descrição completa dos métodos seguidos.

A maioria dos índices das nações americanas refere-se à classe operária e a grupos de rendas reduzidas, produzidas pelos salários.

Fórmula

Um problema importante é o da fórmula a ser aplicada no cálculo do índice. Quanto a isso, as resoluções das Conferências Internacionais de Estatísticos do Trabalho não são explícitas. Implicitamente, porém, parecem recomendar a fórmula de Laspeyres, de uma média aritmética de preços relativos com pesos de base fixa, encontrando-se esta no início do período e correspondendo ao estudo das condições de vida da família. Assim, está redigido, o parágrafo III das resoluções adotadas pela IV Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho:

"Os objetivos que podem ser atendidos por tais índices, no período do pós-guerra, são as medidas de modificações do tempo em preços de varejo, correntemente cobrados dos consumidores em: a) nível de consumo de pré-guerra, de um grupo econômico determinado por tipos específicos de consumidores; b) um nível de consumo de pós-guerra de um grupo econômico determinado em tipos específicos de comunidade; c) um nível de consumo de uma norma determinada, levando-se em conta as substituições dos preços mais baixos, ou quaisquer outras substituições impostas pelas circunstâncias, considerando-se, ao máximo, a possibilidade de manutenção da mesma norma de suficiência permitida pela prática".

No texto acima, os itens *a* e *b* parecem compreender a fórmula de Laspeyres, baseada em pesos de pré-guerra e pós-guerra, respectivamente, enquanto a parte *c* admite substituições ao se desenvolver a fórmula, e graças às quais a comparação pode ser mantida no mesmo nível.

A fórmula de Laspeyres é, na prática, adotada em quase todos os países. Entre os 22 países americanos, as exceções são Cuba e Venezuela, onde são empregadas as medidas geométricas, em lugar das aritméticas. No Uruguai, o índice mais recente é uma média simples.

Frequência

A RESOLUÇÃO da Conferência de Estatísticos do Trabalho, de 1925, especificou que "os números índices deveriam ser calculados com a frequência necessária, tendo em conta a importância relativa das variações dos preços. Nas circunstâncias atuais, poderiam ser compilados com vantagem, uma vez por mês. Em circunstâncias mais estáveis, porém, sua publicação em intervalos menos frequentes poderá ser suficiente."

Os índices do custo da vida de todos os países americanos são publicados mensalmente. O levantamento dos preços sobre os quais se baseiam os cálculos é efetuado mensalmente, ou em períodos ainda menores — semanalmen-

te, três vezes por semana e até diariamente, como no caso dos preços dos artigos de alimentação. Os preços de artigos de vestuário podem ser levantados mensalmente, ou com menor frequência; os do aluguel, trimestralmente ou, em alguns casos, duas vezes por ano ou apenas uma vez.

Uso da amostragem

As recomendações de 1947 acentuam a importância das técnicas de amostragem na seleção dos artigos a serem focalizados e das fontes onde são obtidos os preços. A resolução descreve minuciosamente, os métodos que devem ser seguidos e as fontes a serem usadas, incluindo "os métodos de amostragem usados em sua seleção". Como o emprêgo da amostragem é relativamente recente, não é de surpreender que ela não tenha sido usada na obtenção dos índices mais antigos. A tendência, porém, é para o uso cada vez mais intensivo das técnicas de amostragem nos levantamentos dos índices do preço para o consumidor.

O reconhecimento da necessidade de emprêgo da amostragem na seleção das famílias para o estudo das condições de vida é recente. Esse método foi adotado em alguns dos estudos realizados por países americanos, ultimamente.

Aspectos administrativos

ALGUMAS das recomendações da mencionada Conferência referem-se a detalhes de administração: a necessidade de seleção cuidadosa de pessoal e treinamento para coleta de preços; a importância dos métodos de verificação dos preços, e a inclusão de frutas e hortaliças na lista dos artigos levantados, bem como de artigos de consumo tidos como duráveis e semi-duráveis. Outras recomendações dizem respeito aos preços que devem ser coletados. Por exemplo: os preços que são realmente pagos pelos consumidores, inclusive os de "liquidação", e tendo-se em conta os descontos concedidos aos clientes em geral. Devem ser mencionadas ainda as referências feitas, naquelas resoluções, aos preços do mercado ilegal ou "negro".

São muito limitadas as informações sobre o cumprimento dessas Resoluções, por parte dos países americanos, na preparação da maioria dos atuais números índices em uso.

Fatores periódicos

ALGUMAS das resoluções tratam dos artigos periódicos, em geral. Assim por exemplo, na Resolução de 1947:

"Havendo artigos cujos preços não possam ser coletados durante todos os meses do ano, ou que apresentem grande diferença entre as diversas estações, não é aconselhável utilizar as cifras dos preços não corrigidos ou ponderações constantes o ano inteiro.

"Por conseguinte, sempre que seja necessário ou possível, deve-se levar em conta os fatores periódicos, tanto no consumo como nos preços.

"Também devem ser levados em conta os fatores periódicos na compra de vestuários, combustíveis e outros artigos que apresentam variações segundo as épocas do ano."

O problema dos fatores periódicos recebeu atenção considerável, notadamente na Argentina, Canadá e nos Estados Unidos. A importância desse aspecto depende, obviamente, da importância das variações, segundo as estações, no consumo e preços. As recomendações são gerais, posto que os métodos e técnicas neste campo podem ser, talvez, considerados como experimentais.

Conclusões

É DIFÍCIL obter informações minuciosas para descrever exatamente o que se faz nos diferentes países americanos. É difícil obter dados para um relatório geral, a não ser mediante uma extensa correspondência e demoradas visitas às diferentes repartições de estatística. Ao examinar os processos específicos, cada país leva em conta não só as recomendações gerais, como também os problemas particulares que tem de enfrentar. Sob esse ponto de vista, seria talvez mais útil promover o intercâmbio de experiências no nível técnico entre os países do Hemisfério Ocidental do que tentar qualquer avaliação dos esforços feitos para conseguir a padronização dentro das normas internacionais.

Com poucas exceções, os índices do custo da vida no continente americano baseiam-se correntemente em inquéritos demasiado velhos sobre as condições de vida da família ou em sistemas de ponderação não derivados de estudos de partes reais de consumo na "família".

A PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO EM 1856

HÁ precisamente um século, o Conselheiro Nicolau Tolentino, Presidente da Província do Rio de Janeiro, apresentava à Assembléa Legislativa um relatório que constitui amplo repositório de fatos e observações do maior interesse histórico. O relatório é da autoria, aliás, do seu antecessor, Conselheiro Luiz Antônio Barbosa, como se explica no inttôto. Por ser extenso, foi dividido em duas partes, tendo sido incluídas algumas tabelas estatísticas consideradas importantes, do ponto de vista documentário

SENHORES da Assembléa Legislativa Provincial:

Respeitosamente vos saúdo, e cordialmente me congratulo pela prometedora reunião dos Dignos e Ilustrados Representantes da província do Rio de Janeiro

Como vós, senhores, venho hoje a este recinto fazer preito e homenagem à lei suprema do Estado

E só o princípio de obediência à lei, e à vontade de nosso Augusto Soberano, me poderiam obrigar a investir-me do elevado cargo com que fui honrado por imperial nomeação de 30 de abril último

Por ela designado para 5.º vice-presidente desta província, no impedimento de seu illustre presidente, e dos distintos cidadãos que deveriam substituí-lo, cabe-me o desempenho de uma missão para a qual me falecem tôdas as habilitações que naqueles abundam

Conheço, porém, as feições mais distintivas do caráter fluminense, de que me prezo possuir algumas das menos excelentes qualidades, que o nascimento e a educação entre vós necessariamente me deviam inspirar; e, pois, invoco vossa generosa benevolência para minhas faltas: perdoai-as em atenção ao zêlo com que sempre me esforço por cumprir meus deveres

Não venho, contudo, baldo de informações preciosas sobre a história administrativa do ano que findou. No luminoso trabalho, que me apresso em apresentar-vos, do exm.º sr. conselheiro Luiz Antônio Barbosa, ao entregar-me a administração da província, encontrarei ampla compensação do acanhado esbôço que a curteza do tempo, a escassez dos materiais e a pobreza de inteligência, me não deixaram traçar sobre a laiga base das necessidades e dos urgentes melhoramentos desta importante província, por cuja prosperidade faço os mais fervorosos votos

Aí vos proponho, a par da exposição detalhada dos fatos, e de sua judiciosa aprecia-

ção, o complexo das medidas que nas conveniências do serviço público este hábil administrador julgou prudente adotar

Matéria, pois, tereis para ilustrar vossas discussões, e ensejo oportuno de continuardes na gloriosa tarefa de dotar nossa merecedora província com as medidas tendentes a desenvolver a riqueza de seu solo, a exploração e cultura de suas matas, o fácil transporte de seus valiosos produtos, a par dos outros melhoramentos materiais e morais, dando assim maior realce ao puro brilho desta formosa es-trela da esfera nacional

CULTO PÚBLICO

ELO moral e sublime que prende a criatura ao Criador, a religião é o sólido fundamento de todo o edifício social: dela essencialmente depende a felicidade dos povos, a prosperidade das nações; e pois não podia eu começar este relatório senão por objeto de tamanha veneration e transcendência, embora pouco me caiba dizer sobre êle

Uma só crença religiosa preexistente ao pacto fundamental do Estado, e aí consagrada, liga felizmente tôda a família brasileira. Não temos portanto essas lutas intestinas que em outros países a diferença de seitas quotidianamente gera em prejuízo da sociedade; nem há sequer ligeiramente influenciado sobre o espírito público a existência de outro culto trazido pela necessidade da colonização, e que aquella lei fundamental sábiamente peimitiu

A unidade de religião influi poderosamente na nacionalidade dos povos, nas suas tendências políticas e morais, nos princípios de sua legislação, e mesmo nas suas relações internacionais; é, pois, um dever sagrado do govêrno sustentá-la em tôda a sua força e inteireza

Para êsse fim os poderes gerais e provinciaes não se têm poupado a sacrificios pecuniários, erigindo templos em tôdas as povoações; mas essa parte material de sua missão orto-

doxa torna-se deficiente e ineficaz enquanto não tivermos um numeroso clero morigerado e instruído, que seja o fervoroso intérprete da religião cristã, e dos sublimes preceitos do evangelho, e exerça com abnegação e zelo o sagrado ministério de dar consolação, socorro e pasto espiritual ao rebanho que lhe é confiado. Sem que esta primeira necessidade social seja satisfeita, levantai emboira altares nesses sertões, onde nem ainda penetraram as primeiras luzes da instrução elementar, e tê-los-eis muitas vezes profanados pelos seus próprios ministros, nem sempre capazes de compreender e praticar a moral santa do Redentor.

Felizmente possuímos nessa classe respeitável varões ilustrados e virtuosos, capazes de regenerá-la com seu exemplo e palavra.

O clero, pois, virtuoso e ilustrado, eis a primeira necessidade do culto público, o elemento vital para fortalecer nas consciências as ciências religiosas.

Do apenso sob n.º 1* vereis quais as paróquias criadas e providas de párocos: algumas ainda se acham vagas, e outras não estão mesmo inauguradas.

Podem alfaias e paramentos, bem como mudança de sede, algumas freguesias, cujos papéis vos serão presentes oportunamente.

TRANQUILIDADE PÚBLICA

A DIUTURNA menção que desta cadeia vos tem constantemente sido feita por meus diversos antecessores, de que a ordem pública se manifesta inalterável em toda a provincia, é o garante mais seguro de sua crescente prosperidade, e o padrão mais honroso das virtudes cívicas de seus habitantes. Compraz-me reiterar essas mesmas palavras, na inteira segurança de que a não interrompida successão de semelhante fato trazido ao vosso conhecimento radicará como um dogma, que o espirito de ordem, e de obediência à lei, é um sentimento profundo de que fazem timbre os fluminenses. E, pois, como um eco do que cada ano ouvis, repetirei — a tranquillidade pública permanece imperturbável em toda a provincia.

SAÚDE PÚBLICA

MELANCÓLICO é o quadro que sob este capítulo me cõme o dever de apresentar-vos, e pôsto que sobremodo desbotado seja êle pela luz que expande o do meu hábil predecessor, o sr. conselheiro Barbosa, ainda assim terá traços de bem lúgubre escuro para impressionar vosso civismo, e excitar vossa solicitude pelo perigo de nossa provincia, que um fatal successo veio até certo ponto malar.

Em seus inescrutáveis mistérios aprouve à providência divina fazer pesal sobre este ameno país um flagelo ainda entre nós desconhecido.

A cóleira-morbo, surgindo ameaçadora na provincia do Pará, ceifando centenaes de vi-

das com a rapidez do relâmpago, derramando o terior por toda a parte, investiu ainda mais assoladora sobre a provincia da Bahia, para aí representar cenas cheias de horror neste drama funesto das misérias e das calamidades humanas.

Nossos irmãos ao norte e ao sul do Império, mais ou menos passaram pelo terrível açoitado de tão cruel epidemia; o luto cobriu centenaes de familias, e prestantes cidadãos no pósto do dever, e na sublimidade da dedicação, succumbiram gloriosamente lutando em socorro de seus semelhantes: a pátria planteia esses filhos, que na hora angustiada da provação deixam acrisolado testemunho de tantas virtudes reunidas.

Infelizmente esta provincia não escapou à sanha exterminadora da epidemia. Acometendo em julho do ano findo a capital do Império, fez terrível explosão sobre diversos pontos do Rio de Janeiro. O município de Campos foi o mais flagelado nessa quadra calamitosa; todos os demais foram com maior ou menor violência atacados pela cóleira: a vida normal da provincia resentiu-se de tamanho desastre; a lavoura impotente via quebrar-se os instrumentos de seu trabalho; as obras públicas e particulares retardaram-se ou suspenderam-se pela escassez ou falta de operários, e pelo terror de que muitos se possuíram; a comunicabilidade retraiu-se pela contigação que impunha o tratamento da epidemia, ou pelo receio de sua contagiosidade; os transportes encaeceram, e de todas estas causas acumuladas resultou como necessário cortejo a miséria, e mesmo a fome nas classes pobres da sociedade.

Nesta desolação geral, no meio do pavor que perturbava todos os espiritos, que esticava e enegrecia todos os horizontes, a caridade pública veio dar testemunho irrefragável da indole nacional, da solicitude do governo, e particularmente dos sentimentos de humanidade que constituem um dos traços mais recomendáveis da fisionomia moral dos fluminenses.

Irradiando sobre todos os pontos em que o mal ia acometendo, e naqueles que poderia atacar, simbolizada na autoridade governamental, na ação coletiva dos estabelecimentos pios, ou nos esforços individuais do cidadão, a caridade pública exerceu extensamente o attributo da origem divina de que dimana a ubiquidade.

Por toda a parte, e ao mesmo tempo, os conselhos higiênicos, os auxílios da ciência, os preceitos da humanidade levaram admoestação aos sãos, cura aos enfermos, e consolação ao aflito. Proveu-se à penúria do pobre, aos receios do abastado, às precisões de todos.

Fôra um devido tributo de justiça e de gratidão nacional mencionar aqui os nomes dos prestantes cidadãos que nessa desastiosa conjuntura rivalizaram em generosidade e dedicação para atenuar o mal ou extirpá-lo, e os esforços e sacrificios com que, barateando cômodos e existência, espontaneamente vieram em auxílio da autoridade no empenho de salvar a vida de seus semelhantes.

* Deixa de ser incluído na presente publicação.

Quiseia, logo após os nomes dos exmos srs Sá Rêgo, Visconde de Baependi, e conselheiro Barbosa, que tantos serviços prestaram na espinhosa posição em que os colocou o dever, hastear, como um troféu de abnegação e civismo, essa lista seleta de homens de coração; o temor, porém, de omitir o nome de um só de tantos e tão conspícuos varões, não me cabendo então o pôsto que oia ocupo, e o receio de não dar todo o realce a atos de tão subido quilate, me entibiamam nesse propósito

Ainda em maio último manifestou-se o mal na freguesia de S Nicolau de Suui; pequenos, porém, foram aí os seus estragos, não excedentes as vítimas de 24 pessoas

O governo geral, como sempre rápido e providente no momento do perigo, expediou todos os auxílios que o caso reclamava, e à administração provincial só coube auxiliá-lo em mui pequena escala, para não duplicar inutilmente as provincias tomadas

Felizmente longe já vi de nossa provincia êsse flagelo; cabe-nos agora a tarefa de reparar os estragos que causou em sua passagem devastadora

Do apenso sob n.º 2¹ conhecereis a despesa feita com os socorros públicos dados pelo govêrno

INSTRUÇÃO PÚBLICA

TRATA-SE, como sabeis, de reformar êste importantíssimo ramo de serviço, e dessa tarefa occupa-se o excelentíssimo presidente, por todos os títulos competente para bem desempenhá-la; abstenho-me por isso de considerações sobre matéria de si tão espinhosa, e limito-me a dar-vos ligeiras informações sobre o estado do ensino, que mais detalhadamente encontrareis no relatório daquele ilustrado funcionário

Ensino Primário

EIS o estado atual desta parte da instrução pública:

Escolas públicas do sexo masculino	106	
Escolas públicas do sexo feminino	58	164
	—	
Escolas particulares do sexo masculino	40	
Escolas particulares do sexo feminino	22	62
	—	

É, pois, o número das escolas 226

As públicas são freqüentadas por:

Alunos do sexo masculino	3 791	
Alunos do sexo feminino	1 345	5 136
	—	

As particulares são freqüentadas por:

Alunos do sexo masculino	466	
Alunos do sexo feminino	372	838
	—	

É, portanto, o número de alunos 5 974

Do mapa apenso sob n.º 3 * conhecem-se as diferentes freguesias da provincia onde se acham estabelecidas as escolas, e o número, sexo e idade dos respectivos alunos; é resumo de semelhante mapa que os 5 136 alunos que freqüentam as 164 escolas públicas, são das idades seguintes:

	Sexo M	Sexo F	Total
De 6 anos de idade	435	283	768
De 7 anos de idade	513	224	737
De 8 anos de idade	573	232	803
De 9 anos de idade	506	217	723
De 10 anos de idade	509	194	703
De 11 anos de idade	392	99	491
De 12 anos de idade	323	132	455
De 13 anos de idade	230	33	263
De 14 anos de idade	132	5	137
De 15 anos de idade	39	2	41
Maiores de 15 anos	15	—	15
	3 715	1 421	5 136

Dos supraditos alunos foram aprovados 209, sendo 151 do sexo masculino e 58 do feminino

Os professores atualmente em exercício compõem-se de:

Professores de 1.ª classe	9	
Professores de 2.ª classe	149	158
	—	

Sendo:

Vitalícios	33	
Efetivos e regulares	104	
Interinos	21	158
	—	
Do sexo masculino	103	
Do sexo feminino	55	158
	—	

Funcionaram em diversas escolas 5 professoras, e 14 professores adjuntos

Comparados êstes algarismos com os de anos anteriores dá-se um pequeno aumento na freqüência de alunos nas escolas públicas

Mas, em verdade, se atendeirmos a que a população livre da provincia do Rio de Janeiro oiça por 285 000 almas, e se dela tomamos um sétimo para a de 6 a 14 anos, haverá para êste grupo de idades 40 714; deduzindo os alunos que freqüentam as aulas da provincia, 5 974, e mais um terço dêstes para os que porventura recebam educação nas casas paternas ou particulares, 1 991 (7 965), teremos que 32 749 meninos deixam de receber êste alimento tão profícuo à vida social das nações Entiego à vossa ilustrada apreciação êstes dados, que sem dar por exatos são os únicos a que pude socorrer-me na matéria sujeita

Instrução secundária

AS AULAS secundárias da capital, oia em exercício, são unicamente a de francês e a de inglês; a primeira é freqüentada por 20 alunos

¹ Constitui, na presente publicação, a tabela I

* Deixou de ser incluído na presente publicação

TABELA I

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA FEITA COM SOCORROS AOS INDIGENTES ATACADOS DA EPIDEMIA REINANTE NOS DIVERSOS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA DESDE QUE ELA SE MANIFESTOU ATÉ 30 DE JUNHO DE 1856

Gratificação a médicos	52:2518022	
Gratificação a boticários	3:3538633	
Gratificação a enfermeiros	5:5188122	
Ajudas de custo e transporte a médicos e boticários	5:8243260	
Medicamentos e sua condução	25:8358090	
Compra de roupa e gêneros distribuídos a indigentes	14:3978145	
Enterramentos	3:7658920	
Díctas	1:7108436	
Escolas distribuídas aos pobres	10:8088980	
Utensílios para hospitais e alugueis de casas	10:0428403	
Despesas diversas	6:8298392	
Quantias entregues e de que ainda não deram conta os responsáveis	21:6728530	
Réis	162:0038947	
Para fazer face a esta despesa concedeu a lei n.º 772	60:0008000	
Para fazer face a esta despesa concedeu a lei n.º 848	40:0008000	100:0008000
Para fazer face a esta despesa concedeu o governo geral	56:0008000	
Donativos feitos por diversos cidadãos como se demonstra no balanço	8:7508000	
Despesa efetuada	164:7508000	
SALDO	Réis	162:0038947

e a segunda por 14 As de música vocal e instrumental estão sem professor

Continua não provida a aula de latim, e absteve-me de o fazer persuadido de que a época da reforma é a mais azada para o seu preenchimento

Os liceus de Campos e de Angra dos Reis estão, como sabeis, sem execução, em virtude da deliberação tomada pelo excellentissimo presidente da provincia em 14 de dezembro do ano de 1854, pelos motivos que apresentou em o relatório que no ano de 1855 entregou ao vice-presidente que o substituiu

Lei de subvenção aos colégios particulares

A LEI n.º 819 de outubro do ano passado autoizou o govêrno a auxiliar alguns colégios particulares da provincia com uma prestação annual de 4:0008000 réis, sob certas condições que garantissem a efficácia de semelhante medida, facultando ainda igual auxilio a qualquer outro que, além dessas, preenchesse outras exigências

Dois até agora têm sido os colégios que se collocaram nas condições daquela lei: os de que são directores o sr João Baptista Calógeas, em Petrópolis, e o sr João Henrique Freese, em Nova Friburgo Ambos êles offereceram, além do ensino gratuito aos 20 meninos pobres externos que a lei exige, dá-lo também a 5 internos O primeiro começou a fluir da subvenção a contar do 1.º de janeiro do corrente ano, o segundo ainda a não solicitou

Para aproveitar quanto antes os offerecimentos dêsses directores mandei annunciar pelas fôlhas públicas que seriam prefeitos para o internato dos referidos colégios os alunos po-

bres, que se tivessem distinguido por seu talento, applicação e moralidade, os filhos de empregados e professores públicos com mais de 10 anos de serviço, sobrecarregados de familia e pobres

Poucos foram os pais que solicitaram a admissão no internato gratuito em tais colégios para seus filhos: ao do sr Calógeas, foram até hoje admitidos 4 meninos, e ao do sr Freese unicamente 3

No primeiro dos ditos estabelecimentos existem 89 alunos, dos quais 5 internos e 2 externos gratuitamente, sendo que um dos internos gratuitos já ali estava, antes dos quatro indicados pela presidência Ambos êstes estabelecimentos estão nas condições do art 2.º da pré-citada lei; creio, porém, que na sua execução mal preencheirá ela as benéficas vistas com que foi decretada

* * *

Por deliberação de 28 de abril último, havia o excellentissimo Presidente da Provincia resolvido auxiliar o estabelecimento nesta capital de um colégio particular, sob a direção dos srs desembargador Antônio Manuel Fernandes, e seus irmãos, os bacharéis Fernando Manuel Fernandes e Manuel Antônio Fernandes, incorporando-lhe as aulas públicas de instrução secundária existentes na capital, que seriam sujeitas ao regime do colégio, ficando os ordenados dos respectivos professores a cargo dos cofres provinciais, dos quais receberiam, além disso, os instituidores, uma subvenção de 6:0008000 réis annuaes, e mais a de 4008000 réis por cada um dos professores que empregassem, não comprehendidos aquêles outros públicos, uma vez que o número dêles não excedesse de cinco, enquanto estivessem as aulas públicas incorporadas ao colégio, e de sete quando se não achassem estas providas, ou fôsssem retilhadas

Em compensação das vantagens concedidas obrigai-se-ia o dito estabelecimento a manter as cadeiras necessárias para o ensino das matérias preparatórias exigidas nas faculdades jurídicas, havendo alunos para frequentá-las, e a admitir gratuitamente vinte alunos indicados pela presidência, sendo dez externos e dez internos e, dêstes últimos, cinco, aos quais proveria de todo o necessário, pagando os outros cinco somente metade da pensão estabelecida

Em consequência, porém, de não aquiescerem os referidos cidadãos a tôdas as condições da presidência, desistiram da empresa a que se haviam proposto, ficando assim sem êxito aquella deliberação

SEGURANÇA INDIVIDUAL

INFELIZMENTE não posso por êste lado apresentar-vos informações satisfatórias

Do apenso sob n.º 4, * que me foi apresentado pelo chefe de policia interino em 9 de

* Deixou de ser incluído na presente publicação

julho último, consta que nos meses de maio e junho anteriores tiveram lugar na provincia, além de outros fatos notáveis nêles mencionados, cinco de homicídios, dois de ferimentos, três de ofensas físicas, e três de arrombamentos de prisão. As participações posteriores dão além destes mais os seguintes:

— No dia 28 de junho, no curato de Carmo em Cantagalo, deu Bernardino Ferreira Coelho um tiro de espingarda num indivíduo de nome Rogério, que morreu instantaneamente: o réu está prêso e procede-se a sumário

— No dia 6 dois soldados de caçadores de linha da guarnição do Forte de Parati, apresentaram-se na cidade agredindo os moradores, e pôsto fôsem afinal presos pelas praças do corpo policial ali estacionado, mataram uma pessoa e feriram a muitas outras, algumas gravemente

— No dia 11 de julho foi arrombada na praia de Icaraí desta cidade a casa de João Evangelista e José Dias, e roubados todos os objetos nela existentes: os réus indigitados estão recolhidos à prisão

— Na noite de 13, e no mesmo lugar, foi José dos Santos Bastos atacado por José Joaquim dos Santos e Miguel de Frias, que também estão presos

— Na noite de 17 levantaram-se os canteiros trabalhadores da estrada de Mangaratiba, com o fito, diziam êles, de proteger seu chefe de nome Graça, que pretendia assassinar a Fortunato de tal, chefe dos cavouqueiros: o delegado de polícia de S. João do Príncipe, acompanhado do respectivo subdelegado, mandando por êsse motivo dar busca nos ranchos e lugares vizinhos em que se acham os canteiros, apieendeu grande número de armas, pólvora e chumbo

— Falecendo nesta cidade Laureana de tal, cuja morte se attribuía à propinação de veneno, o delegado da polícia procedeu à autópsia do cadáver, do qual extraiu o estômago e fígado, que enviou para a côrte a fim de sofrer a competente análise

FÓRÇA PÚBLICA

OS ELEMENTOS de que se compõe a fôrça pública nesta provincia são: a guarda nacional, o corpo policial, a esquadra de pedestres, e o contingente de tropa de 1ª linha, prestado pelo governo geral

Guarda Nacional

A GUARDA nacional divide-se em 15 comandos superiores, compreendendo 12 corpos de cavalaria, 7 esquadões e 1 companhia avulsa da mesma arma; 1 secção e 2 companhias de artilharia; 32 batalhões e 2 secções do serviço ativo; 10 batalhões e 15 secções da reserva

Dois quadros, que apenso a êste relatório sob ns 5 e 6,* deixam ver a organização especial dada a cada comando superior pelos decretos gerais de 31 de janeiro 7, 26 e 27 de

fevereiro, 2 de abril, 6 de maio, 7 e 21 de junho, 14 de agosto, 3 de setembro e 26 de novembro de 1852, e 26 de novembro de 1853, e a numeração que compete a cada um dos corpos, esquadões e as companhias avulsas de cavalaria, companhias avulsas de artilharia, batalhões e secções do serviço ativo e de reserva, em virtude do decreto n.º 1280 de 23 de novembro do ano passado

De acôrdo com essa organização fizeram-se as nomeações dos officiaes, menos para alguns corpos dos quatro comandos superiores de Macaé e Capivari, Cabo Frio e Saquarema, Santo Antônio de Sá e Rio Bonito, Cantagalo e Nova Friburgo

Consta das participações recebidas que ficou concluída a qualificação nas freguesias de Nossa Senhora da Piedade, no Rio Claro; de Nossa Senhora dos Remédios, em Parati; do Senhor Bom Jesus do Ribeirão de Santa Ana, S. José do Campo Belo e Nossa Senhora da Conceição, em Resende; de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, em Itaguaí; de Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas, e Sto Antônio do Rio Bonito, em Valença; de S. Pedro de Alcântara de Petrópolis, na Estrêla; de S. Gonçalo, em Niterói; de Santa Ana da Ilha Grande de Fora, em Angra dos Reis; de Sto Antônio dos Guarulhos e Santa Rita, em Campos; da Aldeia de S. Pedro, e curato de S. Vicente de Paulo, em Cabo Frio; de Santa Ana de Itacurucá, em Mangaratiba; de S. João Batista, Nossa Senhora das Neves e Nossa Senhora da Conceição de Calapebus, em Macaé; e de Araruama em Saquarema

Tem marchado morosa a organização desta fôrça, que tantos serviços há prestado ao país em dias azarosos, e por isso cumpre acelerá-la, e pô-la no pé de regularidade e préstimo inerente a semelhante instituição: será um auxiliai poderoso na deficiência de outra fôrça sufficiente para a guarda das localidades, que poderá exercer a sua benéfica influencia, reprimindo crimes, fazendo respeitar a autoridade e dando segurança e sossêgo a todos os habitantes dos pontos menos policiados da provincia

Corpo policial

A AVULTADA despesa que exige a organização dêste corpo não permite que se eleve sua fôrça à altura das necessidades que todos os dias manifesto às autoridades locais para policiar seus respectivos distritos

O mapa apenso sob n.º 7* apresenta-vos o estado efetivo do corpo e o detalhe de seu serviço. Analisai sua distribuição pelos diversos pontos da provincia, comparai-a com as precisões dessas localidades, calculai ainda no litoral como uma exigência momentosa, e de pundonor nacional, a repressão do tráfico, metei também em conta as ocorrências imprevisitas que obrigam a reforçar um ou outro destacamento, a mandar fazer uma diligencia importante ou longinqua, e chegareis à con-

* Deixaram de ser incluídos na presente publicação

* Deixou de ser incluído na presente publicação

vicção de que exíguos são os meios materiais de que dispõe o govêrno provincial para desempenhar um dos deveres mais preferentes de sua árdua missão; tôda a sociedade bem constituída sofre em seus fundamentos, definha e se degraada, desde que não tem a segurança individual por elemento e garantia de sua existência

O corpo policial apenas com 155 praças de cavalaria, inclusive inferiores, não pode fornecer os diversos destacamentos que mais desta alma necessitam, e deixa na capital uma fôrça disponível para occorrer a qualquer eventualidade que exija repentinamente o seu empiego Dizendo-vos que essa disponibilidade é apenas de 24 homens, tenho-vos dado a medida mais exata da carência que se manifesta neste ramo de serviço da provincia

De 103 presos que se acham na casa de detenção e 41 climinosos na cadeia da Armação, como se vê dos apensos sob ns 8 e 9, * muito trabalho se poderia utilizar com vantagem das obras, e da condição física e moral destes infelizes, se se pudessem dispensar algumas praças para os conduzir e guardar nos diferentes misteres em que conviesse occupá-los

Diversos serviços da municipalidade, do asilo de Santa Leopoldina, do cemitério de Maruí, da exploração de pedreiras, e outros, subtrahiriam êstes homens ao ócio das prisões, que ainda mais os deprivava em detimento da sociedade, a quem cumprie procurar reabilitá-los

Cada dia, e de tôdas as partes, reiteram-se reclamações à presidência para proveer de fôrça certos pontos que dela muito carecem Teuho incessantemente feito sentir esta necessidade ao govêrno imperial, solicitando-lhe que fumentasse o destacamento de linha aqui existente, o qual apenas se compõe de 50 homens, conforme o apenso sob n.º 10 ** Só assim fôra possível atender às mais urgentes dessas reclamações, entregando a maior parte do serviço da capital a esta fôrça, e distribuindo a policial pelo resto da provincia

Poder-se-ia então aumentar o número de praças de cavalaria do corpo policial, e diminuir o das de infantaria na necessária proporção, visto como é aquella alma a mais azada para o serviço dos destacamentos, e a de que mais falta se sente

De outro modo será indispensável, a despeito do que em principio dêste capitulo expozinho, elevar a maior número as praças de semelhante corpo

Do movimento do respectivo hospital consta que durante o ano, que decorre de julho de 1855 a junho último, foram ali tratadas 180 praças, das quais tiveram alta 178, e existtem em tratamento 2 Dêstes enfermos 5 foram atacados da cólera-morbo benigna

O apenso sob n.º 11 * mostra as praças dêste corpo condenadas no periodo de janeiro

* Deixaram de ser incluídos na presente publicação

** Deixou de ser incluído na presente publicação

do ano findo a junho do corrente, por crimes que cometeram

Esquadra de pedestres

A ESQUADRA de pedestres criada pela autorização n.º 559 de 24 de setembro de 1851, por sua organização em pequenos grupos locais, sem a disciplina necessária que moralize e subordine esta fôrça assim disseminada, e composta em sua máxima parte de homens pertencentes às últimas gradações da escala social, com vencimentos que não satisfazem às mais paucas exigências da vida comum, não pode preencher as faltas de que se ressentem a policia das localidades O apenso sob n.º 12 * apresenta o quadro desta fôrça, e seus vencimentos

CONTRABANDO DE AFRICANOS

COM a mais viva efusão de júbilo vos anuncio que desde vossa última reunião até agora, não foi conspuicado nenhum ponto do litoral desta provincia pelo odioso e imoral contrabando de africanos

A permanência que êste fato vai tomando de dia em dia é o mais enérgico protesto que o país apresenta aos olhos do mundo contra a indébita interferência estranha nos seus negócios internos

Enquanto o arbítrio e a violência pretendiam coagii nos ao desempenho de um compromisso nacional, que havíamos livremente contraído; enquanto se nos quis impoz os ditames da fôrça, e erigi-los em lei suprema do estado, o ressentimento público levantou sempre, como devida represália, o firme antemural de sua resistência, em que vinham embater e quebrar-se esforços, ameaças e tropelias A nação ferida em sua dignidade, revoltada contra o abuso da fôrça, repulsou uma exigência, que destruía pela forma os foios de que gozava pela essência

Foi assim que a protéria do contrabandista especulou extensamente com o pundonor nacional, que enxergando no contrabando a vindita de uma afronta imerecida, nem sempre reclamou com severidade o castigo que exigia

O sentimento desta ofensa, e preconceitos que antigos hábitos haviam encarnado em grande parte da nossa população agrícola, alimentaram a reação por todo o tempo que durou a coação

Logo, porém, que ela se moderou, talvez mais pela ineficácia dos resultados, do que como reparação da injustiça que se nos illogava, o bom senso do país, libertando-se do estado impressivo a que havia sido levado por tão inqualificável procedimento, compreendeu que era ensejo oportuno de repeli a imputação de cumplicidade que se lhe queria dar em tão desumano comércio

* Deixou de ser incluído na presente publicação

O governo achou então o assenso unânime do país inteiro para auxiliá-lo nesse empenho de honra e timbre nacional, desde que pôde ele ser tomado como o livre e espontâneo cumprimento de um dever, e depois que a coação estranha desistiu do intento de humilhar-nos.

Tôdas as tentativas têm sido até hoje malogradas; no entretanto, não basta isso para escarmentar o audacioso traficante, que acomete o impossível, se no impossível entrevê o engodo que o tenta e fascina.

Cumpre que a autoridade e o povo, sempre vigilantes, não se deixem iludir pelo desaparecimento falaz destes infatigáveis aventureiros, que só espreitam ocasião azada para agravar os males do país, perpetuando nêlo um elemento retardatário de nossos costumes e de nossa civilização

A autoridade não está desaparecida, e na hora do conflito ela e o povo farão o seu dever.

ESTADO FINANCEIRO

Renda Provincial

A NÃO ser o pernicioso efeito da epidemia, que tantos males causou à fortuna particular, e tantos dispêndios aos cofres públicos, risinho e animador fôra o quadro da situação financeira da provincia

Nenhuma nuvem até então se descortinava no seu horizonte que fizesse recear pela prosperidade do futuro que lhe prometem os elementos preexistentes, e os que cada dia mais se desenvolvem e acumulam em presença da paz, do espirito de associação e da multipli-

cidade das transações comerciais, que o vapor, poderoso móvel da civilização moderna, tão eficazmente veio auxiliar.

A calamidade, porém, que tantos braços roubou à lavoura, fonte de nossos principais recursos, forçosamente deve trazer um desfalque à renda, desde que abalou fortunas, escasseou o trabalho e comprometeu a produção

Em prova da primeira das proposições que tenho enunciado, apresento-vos o quadro apenas sob n.º 12² da razão ascendente que tomara a renda até o passado exercício, suposto que já no último período dêste atuasse a causa enervante de sua progressão Dêsse quadro vê-se que tôdas as rendas de ano a ano têm ido dando maior produto, pôsto que sua arrecadação não pudesse ainda ser regulada pelos meios mais eficazes, e de melhor fiscalização Isso não obstante, excedeu sempre ela às previsões legislativas, dando resultados além de tôda a provável expectação Apenas a respeito da décima urbana nota-se que a arrecadação não tem correspondido ao respectivo orçamento, se bem que tenha como as demais aumentado anualmente Êsse fato porém é devido a que pela natureza desta renda lançada, fica sempre por arrecadar uma parte dela que entra no exercício, ou exercícios subsequentes na verba — cobrança de dívida ativa E efetivamente, se ao produto arrecadado juntar-se o que ficou por arrecadar ter-se-á a sua equi-ponderância com o orçamento.

Fato análogo dá-se também em algumas outras rendas, no exercício de 1855, como abaixo demonstro; mas então a outras causas deve-se atribuir êste fenômeno Foram tais rendas as quatro seguintes:

<i>Exercício de 1855</i>	<i>Orçado</i>	<i>Arrecadado</i>	<i>Diminuição</i>
1 Sêlo de heranças e legados	102:318\$000	83:836\$434	18:481\$566
2 Rendimento do evento	12:278\$000	9:655\$070	2:622\$930
3 Passagens de rios, pontes e barcas	177:070\$000	156:728\$488	20:341\$512
4 Cobrança de dívida ativa	17:994\$000	15:022\$809	2:971\$191
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	309:660\$000	265:242\$801	44:417\$199

A respeito da primeira nenhuma base segura pode haver para aproximadamente orçá-la, dependente como é, de eventualidades em extremo variáveis, que não estão subordinadas às costumárias previsões que regulam a suputação das outras rendas; por isso apenas conviria tomar como elemento do cálculo para estimá-la, o geralmente adotado do termo médio do seu produto nos três exercícios anteriores, o qual apenas daria a soma de Rs 84:886\$614, que ainda assim fôra além do arrecadado em 1:049\$820 Tomou-se, porém, por base, ao que parece, a cobrança do exercício de 1854, que subira a Rs 102:357\$413, devido isso, por sem dúvida, a ocorrências transitórias, cuja reprodução se não pode racionalmente esperar em todos os anos

A segunda ainda com mais motivos sugere idênticas considerações por sua índole sobre-

modo casual, e mesmo rara; nem me parece que deva ela formar verba distinta de receita no orçamento, tendo por melhor que seja reunida a um artigo, que sob o titulo — depósitos — compreenda essa e outras arrecadações, que como tal devem ser consideradas na contabilidade pública

Quanto à terceira, o decrescimento que se nota entre o orçado e o que entrou nos cofres provinciais, e que mesmo se dá entre a arrecadação dos exercícios de 1854 e de 1855, é puramente nominal; por isso que falta neste último exercício computar-se a renda das duas barreiras de Mangaratiba e da Pedra, que em virtude do contrato com o empresário da construção, conclusão e melhoramento daquela pri-

² Constitui, na presente publicação, a tabela n.º II

QUADRO DA RENDA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO ORÇADA E ARRECADADA NOS QUATRO ANOS DE 1852 A 1855

ESPECIFICAÇÃO	1852		1853		1854		1855	
	Orçada	Arrecadado	Orçada	Arrecadado	Orçada	Arrecadado	Orçada	Arrecadado
Contribuição de polícia.....	29:790\$600	34:456\$000	33:000\$000	39:900\$100	41:800\$000	42:318\$000	44:591\$000	44:706\$765
Sêlo de heranças e legados.....	72:300\$000	89:809\$803	75:000\$000	102:357\$413	72:000\$000	62:492\$637	102:318\$000	83:836\$434
Rendimento do evento.....	5:000\$000	12:193\$264	6:000\$000	8:702\$000	6:000\$000	9:574\$565	12:278\$000	9:655\$070
Décima urbana.....	79:202\$562	73:178\$553	84:000\$000	77:283\$175	86:361\$000	80:140\$231	91:009\$000	88:614\$771
Meia siza.....	62:900\$000	136:137\$518	64:000\$000	162:997\$835	73:000\$000	179:563\$065	143:132\$000	185:067\$753
Multas.....	416\$000	1:118\$099	1:100\$000	1:166\$806	1:000\$000	1:125\$726	287\$000	1:228\$080
Impôsto sôbre o gado.....	8:928\$000	11:354\$000	9:000\$000	11:390\$000	9:348\$000	12:972\$000	10:910\$000	11:454\$000
Patente sôbre o consumo d'aguardente.....	79:545\$000	88:170\$000	86:000\$000	93:925\$000	89:510\$000	100:455\$000	93:800\$000	103:645\$000
Passagens de rios, pontes e barreiras.....	182:870\$000	144:450\$400	140:000\$000	151:732\$440	147:290\$000	177:395\$734	177:070\$000	156:728\$488
Próprios provinciais.....	672\$825	671\$915	672\$000	1:229\$548	2:200\$000	2:031\$250	2:000\$000	2:028\$247
Prêmios de bilhetes de loterias não reclamados.....	2:000\$000	3:830\$000	2:428\$000	4:240\$000	2:000\$000	4:190\$000	4:390\$000	5:740\$000
Produto líquido de loterias a beneficio de igrejas e casas de caridade.....	82:800\$000	82:800\$000	82:800\$000	82:800\$000	82:800\$000	82:800\$000	82:800\$000	82:800\$000
Cobrança da dívida ativa.....	10:000\$000	17:184\$902	10:000\$000	16:753\$361	12:910\$000	17:152\$924	17:994\$000	15:022\$809
Quota de 4% sôbre o café.....	720:000\$000	1.022:877\$845	800:000\$000	983:387\$449	860:000\$000	1.233:599\$219	998:000\$000	1.459:492\$888
Emolumentos.....	\$	6:049\$003	10:000\$000	6:389\$519	6:000\$000	6:426\$459	6:218\$000	6:886\$308
Impôsto sôbre segos.....	\$	640\$600	\$	1:746\$800	2:000\$000	\$	\$	\$
Novos direitos.....	\$	48\$640	\$	35\$660	\$	65\$060	\$	38\$780
SOMA.....	1.286:424\$937	1.724:971\$442	1.404:000\$000	1.746:037\$106	1.499:209\$000	2.012:361\$570	1.786:337\$000	2.256:910\$393
Excesso da arrecadação sôbre o orçamento.....	438:546\$455		332:037\$106		513:092\$570		470:023\$393	

N.B. O impôsto sôbre segos do exercicio de 1854 em diante passou a ser arrecadado pelas câmaras municipais.
Contadoria da tesouraria provincial do Rio de Janeiro, 1.º de julho de 1856.

O contador, Francisco Antônio de Almeida.

meira estrada, e do de conservação das da Pedra e João de Oliveira, deu-se aos respectivos empresário e arrematante como concessões dos mesmos contratos. Ora, havendo produzido estas duas barreiras no exercício de 1854 a soma de 34:200\$ rs, e não sendo de crer que no de 1855 fôsse menor o seu rendimento, é evidente que a êste artigo de receita se deve adicionar neste último exercício a importância que em virtude dos ditos contratos deixou de ser arrecadada pela província, e foi cedida aos referidos indivíduos na importância de 20:333\$334, o que eleva semelhante renda à soma de 177:061\$812, colocando-a assim nas condições ascendentes dos demais outros impostos provinciais; parecendo-me portanto que provada fica a existência nominal do decréscimo que esta renda apresenta

A quarta finalmente indicaria que uma melhor arrecadação dentro do exercício ia fazendo com que pouca renda restasse por cobrar depois de encerrado êle; e por isso que a importância da dívida ativa iria diminuindo à medida que menos ficasse por arrecadar de um para outro exercício, se outra coisa não de-

nunciasse o quadro que sob êste artigo especial vos apresento mais adiante. Daí se conclui que o algarismo de semelhante verba de receita, devendo ir acompanhando na arrecadação o progressivo aumento que a dívida ia tendo em sua importância anual, não seguiu, no entretanto, essa progressão, sem dúvida pela índole peculiar das rendas de lançamento, o qual sofre durante o ano de sua exação consideráveis modificações, que diminuem a importância lançada, e porque deixando elas de ser cobradas em seus devidos prazos, difficilmente se arrecadam ao depois, por ausência, falta, relutância, ou mesmo miséria dos contribuintes

A ação fiscal frouxa e demorada pode ser também uma das causas desta diminuição

Nota-se, porém, que de entre tôdas as rendas a que em maior escala contribui para o excesso da arrecadação sôbre o orçamento é a proveniente dos 4% sôbre o café exportado: o acréscimo aqui tem tomado proporções tais que no ano findo representa êle só a quase totalidade da diferença sôbre o orçamento, como melhor se vê do seguinte quadro:

Excesso da arrecadação

Anos	4% sôbre o café	Outras rendas	Total
No exercício de 1852	302:877\$845	135:668\$610	438:546\$455
No exercício de 1853	183:387\$449	148:649\$657	332:037\$106
No exercício de 1854	373:599\$219	189:493\$351	513:092\$570
No exercício de 1855	461:492\$888	8:530\$505	470:023\$393
	-----	-----	-----
	1 321:357\$401	432:342\$123	1 753:699\$524
	-----	-----	-----

Da demonstração acima, pois, se conhece que sendo o excesso do arrecadado sôbre o orçamento no exercício de 1855 de Rs 470:023\$393, só a renda dos 4% do café produziu Rs 461:492\$888, enquanto que o resultado das diferenças para mais ou para menos das outras rendas apenas dá um aumento de R\$ 8:330\$505. É verdade que foi êste também o ano em que tal excesso chegou a tão subido algarismo, devido ao aumento da exportação dêste produto sujeito ao impôsto provincial, que sendo em 1854 de 8:781\$552 @ subiu em 1855 a 10:299\$118 @, pôsto que o têmo médio do seu preço fôsse neste menor do que naquele ano 12,16 rs por arrôba. O mapa apenso sob n.º 14³ servirá ainda para cabal convicção do que venho de expender

É, pois, a produção do café o elemento vital da província, o manancial fecundo de que deriva ela seus mais valiosos recursos. Enquanto tôdas as outras rendas produziram no exercício findo de 1855 a soma de 797:417\$505,

como se vê do quadro apenso sob n.º 13,⁴ subiu unicamente a do café à de 1 459:492\$888, o que estabelece a relação desta para a totalidade das rendas da província de cerca 64,7%; sendo, portanto, a das outras reunidas apenas de 35,3%

Em sua árida mas incontestável evidência têm os algarismos uma lógica severa, que dispensando dissertações, melhor do que palavras formam o raciocínio; êles, pois, vos indicarão com segurança o móvel poderoso de nossa prosperidade, quero falar-vos da lavoura; e aí na longa escala dos produtos que ela pode gerar, vereis por certo radicadas vossas convicções, deparando em primeiro lugar com o café, como o mais valioso de todos êsses produtos. Êste e aquela reclamam portanto o concurso poderoso de vossas luzes, de vosso auxilio, de vossa incessante solicitude. Trânsito fácil, eis a quantidade conhecida para a solução feliz de um dos mais iminentes problemas da situação

Esta direção de idéias leva-me forçosamente a apresentar-vos agora, em prova da segunda proposição que em princípio dêste capítulo

³ Constitui, na presente publicação, a tabela II

⁴ Constitui, na presente publicação a tabela III

TABELA III
MAPA DEMONSTRATIVO DA EXPORTAÇÃO DO CAFÉ NAS ÉPOCAS ABAIXO DECLARADAS

1. *Tributado*

EPOCAS	RIO DE JANEIRO		MINAS		TOTAL		Preço médio do café tributado	Valor desta exportação	Produto de 4% sendo 90,97 de C/ do Rio de Janeiro e 9,03 de C/ de Minas
	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb			
1852 — 1.º semestre.....	3 366 107	15	334 131	19	3 700 239	2	3\$427,63	12.683:067\$850	507:322\$714
1852 — 2.º »	4 169 737	11	413 902	22	4 583 640	1	3\$365,71	15.127:238\$925	617:089\$557
1853 — 1.º »	3 290 777	—	326 654	1	3 617 431	1	3\$460,45	12.517:975\$000	500:719\$000
1853 — 2.º »	3 244 336	30	322 044	8	3 566 381	6	4\$068,03	14.508:179\$175	580:327\$167
1854 — 1.º »	3 074 122	27	305 148	5	3 379 271	—	4\$051,44	13.690:946\$950	547:637\$878
1854 — 2.º »	4 914 428	18	487 823	10	5 402 251	28	3\$741,09	20.210:317\$700	808:412\$708
1855 — 1.º »	4 559 128	3	452 551	31	5 011 683	2	3\$732,00	18.703:641\$925	748:145\$677
1855 — 2.º »	4 809 979	19	477 455	11	5 287 434	30	4\$048,37	21.045:539\$375	856:221\$575
1856 — 1.º »	3 409 720	19	338 460	26	3 748 181	13	4\$232,06	15.866:298\$825	634:651\$953
SOMA.....	34 538 338	14	3 458 175	5	38 296 513	19	3\$786,59	145.013:205\$725	5.800:528\$922

2. *Livre*

ÉPOCAS	MUNICÍPIO DA CÔRTE		SÃO PAULO		SANTA CATARINA		BAHIA		ESPIRITO SANTO		TOTAL		Valor desta exportação nos mesmos preços médios
	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb	Arrôbas	lb	
1852 — 1.º semestre.....	1 643	1	597 195	3			13 996	19	37 999		650 833	20	2.230:816\$870
1852 — 2.º »	1 127	30	650 743	5			6 289		68 126	1	726 286	4	2.444:468\$476
1853 — 1.º »	444	30	498 499	18			11 172		46 675	15	556 792	31	1.920:754\$241
1853 — 2.º »	396	19	532 143	8			6 351		51 431		590 321	27	2.401:446\$970
1854 — 1.º »	510	20	532 996	31			13 205	16	34 303		581 016	3	2.353:951\$842
1854 — 2.º »	716	20	716 242	8			3 009		63 742	10	783 810	12	2.932:305\$155
1855 — 1.º »	415	7	719 487	31			15 414		51 632	18	786 949	24	2.936:896\$467
1855 — 2.º »	256	1	842 939	3			12 833		110 885	14	966 913	18	3.914:423\$865
1856 — 1.º »	600	21	577 819	20	800		33 243	26	60 495		672 959	6	2.845:676\$617
SOMA.....	6 111	24	5 668 166	31	800		155 514	26	525 299		6 315 883	17	23.989:740\$503

TABELA III (Conclusão)

3. Total geral da exportação

ÉPOCAS	EM GÊNERO		Importância em réis
	Arrôbas	lb	
1852 — 1.º semestre.....	4 351 072	22	14.913.884\$720
1852 — 2.º >	5 309 926	5	17.871.707\$401
1853 — 1.º >	4 174 224		14.444.729\$241
1853 — 2.º >	4 156 703	1	16.909.826\$145
1854 — 1.º >	3 960 287	3	16.044.898\$792
1854 — 2.º >	6 186 062	8	23.142.622\$855
1855 — 1.º >	5 798 632	26	21.640.538\$392
1855 — 2.º >	6 254 343	16	25.319.863\$240
1856 — 1.º >	4 421 140	19	18.714.975\$442
SOMA.....	44 612 397	4	169.002.946\$228

4. Discriminação por províncias

PROVÍNCIAS	TÉRMO MÉDIO		1852		1853		1854		1855		1856
	Em gênero	Em percentagem	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre						
Rio de Janeiro.....	7 738 763 (a)	78,6	77,36	78,53	78,83	78,06	77,62	79,44	78,62	76,91	77,12
Minas.....	768 324 >	7,75	7,68	7,79	7,83	7,75	7,71	7,89	7,80	7,64	7,66
Município da Côte.....	991 >	0,01	0,04	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,10	0,01
São Paulo.....	1 263 028 >	12,74	13,73	12,26	11,94	12,81	13,46	11,58	12,43	13,32	13,08
Santa Catarina.....	991 >	0,01									0,01
Bahia.....	26 768 >	0,27	0,32	0,12	0,27	0,15	0,31	0,05	0,28	0,21	0,75
Espirito Santo.....	115 001 >	1,16	0,87	1,28	1,12	1,24	0,88	1,03	0,89	1,77	1,37
SOMA.....	9 913 866 >	100									

Contadoria da tesouraria provincial do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1856. — O contador, Francisco Antônio de Almeida.

enunciei, o reverso de tão bela medalha, tê-lo-eis no quadro que vou apresentar-vos da

relação entre a renda do 1º semestre do ano que findou e a do que corre; ei-lo:

<i>Impostos provinciais</i>	1855	1856
Dízimo do café	659:720\$428	544:805\$670
Contribuição de polícia	36:049\$000	30:875\$500
Patente sobre o consumo de aguardente	90:222\$500	70:565\$000
Décima urbana	2:637\$630	2:387\$484
Meia sisa	43:550\$817	36:080\$562
Taxa de heranças e legados	7:071\$725	21:384\$350
Dívida ativa	305\$640	884\$320
Imposto sobre o gado	1:806\$000	1:460\$000
Bens do evento	2:021\$000	2:507\$000
Multas	63\$860	44\$346
Emolumentos	2:389\$105	3:013\$931
Taxa de barreiras	51:683\$548	48:394\$020
Próprios provinciais	645\$784	639\$787
Prêmios de bilhetes de loteria não reclamados	1:340\$000	4:450\$000
Renda não classificada	\$	187\$251
Receita extraordinária	3:393\$352	3:496\$608
	<hr/>	<hr/>
	902:900\$389	771:075\$829
	<hr/>	<hr/>
Diminuição da renda no 1º semestre do corrente ano		131:824\$560

Da comparação destes algarismos resulta a sanção do facto que vos denunciei. A renda tende a decrescer no presente ano, e semelhante tendência ressaltou-se evidentemente do abalo geral que experimentaram todas as fontes e todos os meios de riqueza que alimentam os cofres provinciais. O principal ramo da nossa lavoura e da nossa renda teve já neste último semestre um desfalque de cerca de 115 contos, ou 17,5% menos que em igual período do ano findo, e todos os demais impostos, que derivavam seu incremento da mesma comum origem, apresentam depressão análoga: o mal atacando o trabalho enervou a produção, e infelizmente receio que seus efeitos vão-se desdobrando sobre o futuro, se muita previdência e esforços não reconstruam os elementos que semelhante catástrofe desmantelou, e não substituírem por novos e melhores instrumentos os que ela veio aniquilar.

A economia, vós o sabeis, é sempre o mais heróico e eficaz remédio em circunstâncias tais: ela não coarctaria o necessário, mas desaconselha o supérfluo, ou o menos urgente. Ocioso e importuno fôra pois rememorar-vos os principais empenhos que já pesam sobre a provincia, além de outros de ordem menos preferente; sendo que destes é prudente, por enquanto, abrir mão.

A criação de alguns recursos novos fôra porventura uma medida frutuosa, se pudessem elles extrair-se da matéria imponible que possuímos; é, porém, ella entre nós ainda pouco abundante, e a que temos já se acha sufficientemente onerada; não sendo por certo agora razão oportuna de sobrecarregá-la com tributos, que sem conseguir o fim que se deverte em mira, quicá contrariassem as necessidades de sua adopção com sacrificio dos contribuintes, sem vantagem da renda, e em detrimento do país.

A parcimônia das despesas é, pois, por enquanto, a medida que mais judiciosa me parece. Em vossa sabedoria, porém, resolverei o que melhor convenha.

Orçamento para 1857

DEPOIS das considerações que vos tenho feito sobre o estado da arrecadação da renda da provincia no corrente exercicio, cabe-me apresentar-vos o orçamento para o de 1857, que acompanha este relatório.*

Foi calculada a receita, pelo que respalda as rendas não lançadas, sobre o termo médio da arrecadação dos três últimos exercicios, regra geralmente seguida entre nós, e quanto aos impostos lançados pela importância do seu lançamento no exercicio corrente; a renda arrematada foi orçada sobre o preço dos atuais contratos.

Pôsto que na marcha ou desenvolvimento regular da renda seja racional tomar-se para o orçamento o termo médio della nos três últimos anos, cumpre todavia attender que semelhante base é sobremodo falível e injudiciosa, sempre que circunstâncias anormais venham alterar a successão costumária dos factos, e prometam um certo período de duração em que novos phenomenos constituam uma época de resultados dessemelhantes aos até então obtidos.

Assim é que tendo marchado a renda da provincia em uma progressão ascendente até o ano findo, em que se deu o aparecimento da epidemia, e havendo esta manifestamente influido no algarismo daquella, como o denuncia a arrecadação do primeiro semestre do presente exercicio, cuja diminuição não posso atribuir

* Deixou de ser incluído na presente publicação.

buir a outra causa, seria evidente que se infelizmente ainda atuasse semelhante causa de modo a fazer reeçar que seus efeitos abrangessem os anos futuros, o termo médio da renda dos três anteriores, de crescente prosperidade, não poderia servir de base da provável renda para 1856 e seguintes, nos quais teriam de sentir-se ainda os efeitos deprimentes da causa que havia interrompido o relativo progresso da renda daqueles anos anteriores; devendo-se por isso atender no cálculo de sua suputação a este elemento contradiatório do crescimento normal da renda

E se a hipótese figurada se convertesse em fato, é claro que o orçamento que vos apresento para o exercício de 1857 pecaria na base, por exagerado e improvável em suas apreciações e algarismos. Confiado, porém, no auxílio da providência e nos atos de vossa sabedoria, espero que a nossa província se repará do abalo que experimentou; e por isso que a renda de 1857 não descera das presunções do orçamento em questão, que a eleva a Rs 2 023:802\$000, sendo ainda assim menor do que a arrecadada em 1855, Rs 233:108\$393, em atenção às considerações que no artigo antecedente acabei de expor

Passando às despesas do mesmo orçamento achareis nas respectivas tabelas a comparação que mandei fazer entre os pedidos do orçamento do exercício anterior e os do presente, e explicada devidamente a procedência dos excessos ou diminuições que entre eles se encontram, a fim de apreciardes, como convém, o movimento que na parte das despesas tem ocasionado as necessidades da província

Odenei reduções no pedido de algumas verbas, por entender que sem prejuízo do serviço podiam elas ser cerceadas. Pareceu-me avultada a verba do expediente para a secretaria do governo, e por isso, de 3:000\$ rs, a fiz reduzir a 2:000\$ rs (tabela n.º 3) * Também considerei excessiva a do expediente da inspetoria geral de instrução, enquanto conservar-se esta repartição com a organização que ora tem, sendo a ocasião oportuna de elevar esta despesa, quando se tratar da reforma autorizada pela lei n.º 747, para que deu fundos o art 1.º § 73 da de n.º 848 do ano findo (tabela n.º 6 apêndice n.º 1) *

Não ousei fazer alteração alguma na rubrica — policia e segurança pública, — no que respeita ao pessoal pago pelos cofres da província, que me parece demasiada para as exigências deste ramo de serviço no seu estado normal; dois amanuenses, dois adidos, um arquivista e um porteiro, se possuem eles as habilitações que para tais empregos se requer, sobejam por certo para o expediente da policia; mais valera pagar melhor reduzindo o pessoal a outro mais habilitado (tabela n.º 8) *

Parece-me pelas funções cometidas aos empregados da casa de detenção, que também são eles de sobra para o serviço que é ali necessário (dita tabela) *

Não encontro razão fundada para que só o agente do registro da Pedra tenha 700\$ rs enquanto que os outros percebem unicamente 600\$ rs (tabela n.º 16) *

Creio que o pessoal da administração das obras públicas, pelo que diz respeito aos engenheiros avulsos, pode ser reduzido; no entanto que me parece equitativo converter em odenado a gratificação de 200\$ rs que vence o desenhador do arquivo; por isso que seu odenado de 400\$ rs não é proporcionado ao trabalho que deve prestar (tabela n.º 17) *

Em outro lugar, tratando do cemitério de Maruí, vos digo que me parece exagerado o pessoal que lhe deu a deliberação de 30 de outubro do ano findo: convém reduzi-lo às restritas necessidades deste serviço; de outro modo será mais uma dificuldade para que dêle se encarregue qualquer corporação (como muito convém à índole da administração pública), e um ônus excrecente para os cofres provinciais, (tabela n.º 22) *

Talvez algumas outras reduções aconselhasse a razoável economia dos dinheiros públicos; em minha especial posição, porém, acanhame de trazê-las à vossa consideração. Demais, autorizado o govêno como está para muitas e importantes reformas administrativas, é então, e a par das indicações que em seus efeitos forem elas apresentando, que convém regular o serviço sobre o regime de uma restita economia

Dívida ativa da província

PELO quadro constante do apenso n.º 15, ⁵ a que ainda não se pode dar o cunho da exatidão, por depender de exame mais acurado, e de uma liquidação completa, vereis que tem a província uma dívida ativa de 292:565\$509 proveniente das seguintes rendas:

Imposto sobre o consumo de aguarente	135:169\$751
Décima urbana	92:353\$855
Contribuição da policia	57:656\$348
Imposto sobre o gado	3:639\$005
Patente sobre os engenhos	3:138\$750
Impostos sobre seges	607\$800
	<hr/>
	292:565\$509

Destas parcelas se reconhece que o imposto da aguarente e o da décima urbana, são os que contribuem em maior escala para o algarismo da dívida, vindo logo após a contribuição da policia. Isto parece em verdade denunciar por um lado vício no sistema que rege semelhantes imposições, e por outro tibieza nos exatores, e insuficiência de meios coercitivos para a arrecadação executiva que cabe ao fisco. Estas considerações, por sem dúvida, vos levariam à autorização conferida ao govêno pelo § 8.º do art 3.º da lei n.º 848 do

* Deixou de ser incluída na presente publicação

⁵ Constitui, na presente publicação, a tabela IV

* Deixou de ser incluída na presente publicação

TABELA IV
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

ANOS A QUE RESPEITA A DÍVIDA	IMPOSTOS						Total da dívida
	Décima urbana	Polícia	Patente sobre aguardente de consumo	Patente sobre engenhos	Imposto do gado	Sobre seges	
1836 a 1837.....	1:547\$411	1:188\$480	7:986\$222	\$	67\$525	\$	10:789\$638
1837 a 1838.....	1:545\$865	1:002\$400	5:662\$152	\$	39\$240	\$	8:249\$657
1838 a 1839.....	2:008\$151	997\$600	5:163\$838	\$	96\$880	\$	8:266\$469
1839 a 1840.....	2:601\$868	1:010\$400	6:404\$680	\$	167\$360	\$	10:184\$308
1840 a 1841.....	2:753\$436	1:671\$200	33:174\$288	\$	\$	\$	37:598\$924
1841 a 1842.....	3:283\$913	1:095\$200	5:841\$000	1:060\$000	\$	\$	11:280\$113
1842 a 1843.....	3:092\$879	818\$400	4:291\$800	2:453\$750	\$	\$	10:656\$629
1843 a 1844.....	4:728\$793	999\$200	5:706\$000	\$	\$	\$	11:433\$993
1844 a 1845.....	5:252\$173	843\$200	6:622\$000	\$	\$	\$	12:717\$373
1845 a 1846.....	7:037\$372	1:165\$600	6:522\$000	\$	108\$000	\$	14:832\$972
1846 a 1847.....	5:710\$755	1:160\$000	5:644\$000	\$	238\$000	\$	12:752\$755
1847 a 1848.....	6:154\$701	1:015\$360	6:542\$000	\$	508\$000	\$	14:220\$061
1848 a 1849.....	7:280\$969	1:167\$200	8:063\$000	\$	1:294\$000	\$	17:805\$169
1849 a 1850.....	8:849\$361	1:874\$800	7:115\$000	\$	\$	\$	17:839\$161
2.º semestre de 1850.....	7:610\$465	2:257\$000	4:130\$090	\$	\$	\$	14:027\$465
TOTAL DA DÍVIDA LIQUIDADA.....	69:488\$112	18:266\$049	118:867\$780	3:513\$750	2:519\$005	\$	212:654\$687
Por liquidar:							
1851.....	13:728\$718	4:725\$500	6:316\$100	\$	\$	\$	24:770\$318
1852.....	12:638\$149	10:288\$000	6:245\$000	\$	1:260\$000	383\$000	30:814\$149
1853.....	14:248\$806	10:289\$000	7:380\$000	\$	\$	465\$800	32:383\$606
1854.....	16:727\$976	9:013\$500	5:535\$000	\$	\$	\$	31:276\$476
1855.....	22:877\$242	11:031\$000	6:910\$000	\$	\$	\$	40:818\$242
SOMA.....	149:709\$003	63:613\$040	151:253\$880	3:513\$750	3:779\$005	848\$800	372:717\$478
A deduzir:							
A importância que se arrecadou por conta da dívida acima, nos exercícios de 1851 a 1855	57:355\$148	5:956\$692	16:081\$129	375\$000	140\$000	241\$000	80:151\$969
TOTAL PRESUMÍVEL DA DÍVIDA.....	92:353\$855	57:656\$348	135:169\$751	3:138\$750	3:639\$005	607\$800	292:565\$509

Contadoria da tesouraria provincial, em 5 de julho de 1856. — O Contador, Francisco Antônio de Almeida

ano passado, da qual não tem êle ainda feito uso por aguardar o regulamento do governo geral sobre o mesmo assunto, que consta estar-se elaborando, para sobre êle pautar as disposições que devem reger a arrecadação dêste imposto provincial

Em face, pois, dessa, e da muito mais lata autorização com que investistes o governo pelas leis ns 699 e 737 de 7 e de 30 de outubro do ano de 1854, fôra a meu ver conveniente conferir-lhe também a faculdade de regular melhor a imposição e arrecadação dêstes dois outros objetos

A conveniente reorganização da tesouraria assim auxiliada dotaria com meios mais coercitivos a cobrança da dívida, cometendo êsse ramo administrativo aos cuidados especiais da procuradoria fiscal, e ao juízo dos feitos da provincia, por cujo intermédio cumpre que seja promovida semelhante arrecadação

Tenho mandado proceder a uma liquidação radical da dívida em questão, para que se reconheça sua exata importância e o estado de sua solvabilidade. É um trabalho urgente e indispensável, que deve preceder a qualquer medida que diga respeito ao acervo da dívida já existente

Terminarei êste artigo transcrevendo aqui a opinião muito atendível do inspetor da tesouraria sobre semelhante assunto

"A disposição do regulamento de 22 de novembro de 1849, que cometeu a cobrança da dívida ativa provincial em cada município às respectivas coletorias, attribuo a pouca renda desta espécie que anualmente entra para os cofres, visto como só a pagam aquêles coletados que o querem fazer amigavelmente, por faltarem aos coletores os necessários meios coercitivos para os compêlir; e por isso proponho a revogação daquelle regulamento, e que passe essa incumbência a ser exercida pelo dr procurador fiscal a quem se enviará, à proporção que se fôr liquidando a dívida ativa de cada município, as competentes certidões para promover a sua execução perante o juízo dos feitos, para o que se criará mais dois lugares de officiais de justiça, aos quais se abonará uma ajuda de custo para as despesas de viagem, que será deduzida das porcentagens a que tiverem direito, pelas quantias recolhidas à tesouraria provenientes das execuções por êles feitas. Com esta medida julgo que se melhorará muito êste ramo de receita "

Dívida passiva da provincia

PELOS quadros apensos sob números 16 e 17 * teréis cabal conhecimento do estado dêste importante e sagrado compromisso da provincia. Do primeiro dêles se vê onde existiam em fins de junho último os títulos da dívida provincial

O valor dêstes títulos acompanha no mercado o dos emitidos pelo governo geral com uma diferença de 5 a 6%. A pontualidade com

que a provincia do Rio de Janeiro tem constantemente pago os dividendos de sua dívida, os recursos de que dispõe, para que jamais seja preterido êste dever que contraiu, seriam, por sem dúvida, considerações valiosas perante seus credores para que tais titulos andassem ao par, ou muito próximos dos da dívida nacional. Quero attribuir a ausência dêsse fato à amortização de que porventura se receiam os possuidores daqueles titulos quando os têm comprado para fazer dêles fonte de renda; e não obstante estar ella suspensa desde algum tempo, não tem contudo, como a do governo geral, um longo período de permanência que radique a crença de que semelhante amortização não terá lugar ainda por largos anos, mesmo no interesse dos credores e do próprio estado

Por mais esta consideração, se valiosa vos parecer, e nomeadamente pelas que apresentei acêrca da renda da provincia, entendo conveniente que continueis a autorizar o governo para suspender a amortização da dívida fundada

Próprios provinciais

BEM quisera poder apresentar-vos a descrição de todos os próprios da provincia, e dar-vos assim conta exata e detalhada dêste importante ramo a cargo da administração, para cujo tombamento já fôra nomeada uma comissão em abril de 1853, e mais tarde reorganizada em julho de 1854. Não me é, porém, possível fazê-lo, por não se haverem obtido nenhuns esclarecimentos sobre os próprios existentes nos diferentes pontos fora da capital

Tenho expedido as necessárias ordens para a obtenção dos elementos indispensáveis à confecção dêste trabalho, e é de esperar que, mais feliz do que eu, possa meu sucessor expor-vos em um quadro completo o estado da propriedade provincial. Por agoa limito-me a oferecer-vos apenas a relação dos próprios que existem na capital; são êles:

Teatro de Santa Teresa, sito na rua da Imperatriz

Dito em construção que se acha abandonado

Quartel do corpo policial, sito na rua da Glória e terrenos anexos que se acham afogados a diversos

Casa da tesouraria, sita na rua do Imperador

Dita da secretaria do governo na mesma rua

Prédio denominado — Palacete — sito na rua da Prala, e casinhas anexas

Casa de detenção, sita na rua de São João

Terrenos anexos à mesma onde se acha a abegoaria, ferraria, pedreira das obras públicas, etc

Cemitério de Mauú

Sítio do Bumba, no Cubango

Chafariz da praça da Memória.

* Deixaram de ser incluídos na presente publicação

Dito da dita de Martim Afonso
 Caixa d'água de São Lourenço
 Minas d'água de São Lourenço
 Fonte do Ingá
 Dita da rua Fresca
 Dita da rua nova de São Domingos
 Dita na rua Áurea do Ingá

6 de cadeias e casas de detenção dos anos de 1835 a 1849
 4 de pontes e cais dos anos de 1852 a 1855
 1 de cemitérios do ano de 1854
 1 das obras da capital do ano de 1855

—
 112

Uma barca de excavação contendo uma máquina movida a vapor e seus pertences, constantes de uma barca de vapor de força de 14 cavalos para reboque, 8 batelões ou salopas, sendo 6 de madeira e 2 de ferro (ao serviço do govêrno geral)

Um escaler da presidência

Uma prancha de serviço das obras da capital

Tomada de contas

PELO apenso sob n.º 18* vereis que desde janeiro até fim de junho últimos se tem tomado 86 contas; a saber:

1 da tesouraria provincial
 1 da mesa provincial
 35 de coletorias
 2 do corpo policial
 8 de loterias
 2 de epidemia
 1 da repartição da policia.
 1 dos alimentos aos presos pobres, etc
 1 de casas de caridade
 5 de igrejas
 2 de estradas
 1 da cadeia
 25 de obras da capital
 —
 86

Do referido apenso sob n.º 18,* se vê que dos alcances reconhecidos na importância de Rs 1:585\$604 tem entrado para os cofres a quantia de Rs 571\$394, restando ainda a de Rs 1:014\$210, a respeito da qual vou dar as necessárias providências, a fim de que seja devida indenizada a fazenda provincial

Pelo outro apenso sob n.º 19* vereis que estão ainda por tomar 112 que se resumem nas seguintes classes:

2 da tesouraria provincial do ano de 1855
 1 da mesa provincial do ano de 1855
 30 de coletorias do ano de 1855
 1 de baiteira do ano de 1855
 6 de loterias do ano de 1854
 8 de casas de caridade dos anos 1835 a 1855
 29 de estradas do ano de 1837 a 1855
 23 de igrejas do ano de 1841 a 1855

* Deixou de ser incluído na presente publicação

No meu sentir, é a tomada de contas a função mais importante da fiscalização pública. Reconheço, em verdade, que de sua natureza é trabalho moioso; mas indispensável e imprescindível à ordem e à moralidade administrativa. Tenho porém para mim que a causa principal do atraso que se nota neste serviço deriva-se em grande parte da boa ou má organização das diversas estações incumbidas de desempenhá-lo, e obrigadas mais tarde a trazer e sujeitar seus atos à comparação com as regras que os devem reger. Assim pois a tomada das contas será mais ou menos rápida, mais ou menos clara e fácil conforme o maquinismo e o modo de funcionar dessas estações for mais ou menos simples, sistemático e expedito. Com isto quisera ainda, se é preciso, dar maior relevo à urgente necessidade da reorganização administrativa do serviço provincial, para que por esse serviço regularmente desempenhado, e convenientemente representado no documento que sob o nome de balanço vos é todos os anos apresentado, possais apreciar e julgar dos atos da administração que vos dá contas.

Convênio sobre o café

Como sabeis, esta questão de subida magnitude para os nossos recursos, tendo sido resolvida por um acôrdo com a provincia de Minas Gerais, de que resultara o convênio de 17 do julho de 1851, ficou ainda pendente de solução pelo que respeita à provincia de São Paulo

O govêrno, convidando logo depois daquele convênio a presidência dessa provincia a entrar em ajuste sobre este interessante assunto, não tem podido até hoje chegar a uma decisão; no entretanto o mencionado convênio com a presidência de Minas Gerais, havendo sido feito unicamente pelo prazo de três anos, já se acha terminado desde o ano de 1854; continua porém ainda a observar-se sob as mesmas bases, pôsto que não houvesse sido renovado conforme o autorizastes pela lei n.º 687 de 29 de setembro de 1854

Não consta na secretaria que depois do último officio à presidência de São Paulo em 27 de outubro de 1854, respondendo ao que della fôra recebido, de 17 desse mesmo mês e ano, continuasse correspondência alguma no sentido de concluir um convênio que aproveita a ambas as provincias

O presidente de São Paulo, accusando em seu dito officio a remessa que o desta provincia lhe fizera da lei acima citada, inquiriu se estava elle habilitado para entrar no ajuste, e se aceitava para isso as bases estabelecidas no artigo 9.º do orçamento daquela provincia que por cópia lhe remeteu, e que é o seguinte:

"Art 9º — O governo fica autorizado a celebrar com a presidência do Rio de Janeiro um convênio em que se regule o pagamento dos direitos de saída devidos a esta província pela exportação do café de sua produção, que demandar o mercado da praça do Rio de Janeiro, não devendo o referido convênio ser feito por mais de dois anos, e nem com menos de 20% em favor desta província da totalidade da arrecadação, que se fizer na mesa provincial do consulado do Rio de Janeiro Não obstante o sobredito convênio, o govêrno dará as providências para que se continue a escrituração da saída de todo o café da província, a fim de que se conheça a sua produção O convênio abrangerá os direitos do café exportado pelo Ariró já recebidos no dito consulado, e não restituídos ao cofre desta província, mas êstes direitos serão contratados na razão de 14 a 20% "

Em resposta a semelhante officio declarou a presidência que estando habilitada para entrar no ajuste em questão, não julgava todavia a província de São Paulo com direito a uma quota de 20% do total arrecadado, em face dos dados fornecidos pela exportação dos anos de 1846 a 1849; e que quanto à questão da exportação do café pelo Ariró, pedia explicações a respeito, visto nada constar sobre a reclamação que semelhante lei intentava

Em verdade, a pretensão de 20% sobre a totalidade da arrecadação da mesa provincial do Rio de Janeiro é uma exigência que sobe de ponto em exageração; porquanto pelos dados que ministra o mapa apenso sob n.º 14 * vê-se que o termo médio da exportação do café, pela mesa provincial desta província, de conta da de São Paulo, corresponde a 1 263 028 arrôbas por ano, equivalentes a Rs 4 782:569\$194; devendo por consequência caber-lhe uma quota do impôsto, se o convênio existisse, na importância de Rs 191:302\$767 Exigindo porém aquella província receber 20% da totalidade da arrecadação, pretende ella que a exportação dêste gênero de sua peculiar produção, que se faz pela dita mesa, seja igual a 1 954 023 arrôbas por ano, o que corresponderia a um valor de Rs 7 399:083\$952; devendo-lhe portanto caber do impôsto uma quota de Rs 295:963\$358

Nenhuma boa razão assiste à província de São Paulo para pretender um convênio que não é justificado pelos fatos constantes coligidos na estação exportadora do póito do Rio de Janeiro

No entretanto, tenho a crença de que um acôrdo equitativo, fundado em bases menos arbitrárias, e que poderiam ser estabelecidas pela estatística da exportação dêste produto, que se pudesse organizar sobre os documentos públicos da província de São Paulo, e pelos que existem nesta, bonificaria imensamente os interesses de ambas, não só pelo lado da arrecadação, como pela repressão da fraude que semelhante fato importaria, conciliando-se assim interesses que jamais devem estar em antagonismo, visto como, partes integrantes da sociedade brasileira, as províncias não po-

dem deixar de convergir tôdas para o mesmo fim de harmonizar, servir e aumentar êsses interesses em vantagem da prosperidade geral, de que são ellas participes

Tendo sido encarregado o administrador da mesa provincial de visitar as diversas repartições exatoras da província, e de inspecionar o estado delas, e a maneira por que desempenhavam suas obrigações os respectivos empregados, deu conta desta comissão com zelo e intelligência que muito o abonam

À vista de seu relatório, que me foi apresentado pelo inspetor da tesouraria, terei de tomar algumas medidas administrativas em ordem a moializar a fiscalização e melhorá-la

Nêle é proposta com justificados fundamentos a remoção do registro da Mambucaba para a povoação da freguesia, de que está distante, sem utilidade alguma fiscal, em detrimento do respectivo empregado, que com mesquinho vencimento mal pode subsistir, aumentando-se-lhe as privações pela localidade em que se acha isolado

Também parece-me conveniente trazer o registro de Parati para a cidade: logo que tenha devidamente examinado estas questões tratarei de resolver a respeito

O sistema de guias cobrindo o café, que das províncias limítrofes entra nesta, é por sua natureza suscetível de fraudes, que difficilmente se poderiam impedir; faz-se além disso vexatório em sua veificação fiscal nos pontos em que esta deve ter lugar, conforme o exige o ait 2.º do regulamento de 30 de maio de 1836, que manda fazer a conferência das guias com o gênero por ellas acompanhado, pesando-o ou medindo-o, sempre que pelas simples inspeção ocular houver suspeita de differença

O resultado prático de semelhante exigência, para obliterar os seus inconvenientes, é que nos registos calcula-se pelo número dos animais carregados, a quantidade do café conduzido, o que as mais das vezes dá um excesso da quantidade expressa na guia para a realmente transportada; excesso que é preenchido no ato da exportação pela mesa provincial com café desta província passível do impôsto, e que no entretanto fica isento, visto os portadores das guias completarem com êle a differença que provém do modo por que é feita a conferência

Além dêste fato, que prejudica o algarismo da exportação do café de produção fluminense, tenho ainda informações muito exatas de que é guiado como vindo de São Paulo café do Rio de Janeiro: nem é isso um fato novo, embora não tenha êle hoje as proporções de outro tempo

A anexação do Bananal ao território desta província, onde está encravado, é uma providência que conciliaria interesses muito atendíveis, e uma reclamação justificada dos habitantes daquele município, que a têm solicitado com instância As divisas naturais, o cômodo dos municípios, as necessidades do fisco, devem por sem dúbida merecer dos poderes do Estado o favorável defeimento de semelhante pretensão Dêles pende o meio mais adequado para a repressão da fraude que prejudica os nossos cofres, e que desapareceria inteiramente

* Deixou de ser incluído na presente publicação

com a aquiescência da provincia de São Paulo a um convênio de mútuo interesse, e no qual fôra ella por certo a mais bem aquinhoada Lisonjeio-me de que chegaremos a esse acôrdo, porque para elle dão-se tôdas as razões de reciproca conveniência, que me proponho a sujeitar oportunamente ao illustrado juízo da presidência daquela provincia

Garantia de juros a emprêsas

PELAS leis n.º 669 de 28 de outubro de 1853; 714 de 13, 719, 723, 724 de 25 de outubro de 1854, e 795 de 25 de setembro do anno findo, foi autorizada a garantia de juros para a realização de diversos melhoramentos nas vias de comunicação da provincia; a saber:

1.º — A lei 669 de 28 de outubro de 1853 garantiu a construção de uma estrada de ferro desde a Imperial cidade de Niterói até Campos e São Fidélis, com um ramal por Nova Friburgo e Cantagalo, um mínimo de juros de 5% ao anno

2.º — A lei 714 de 13 de outubro de 1854 garantiu à empresa da estrada de ferro, denominada de D Pedro II, sobre o capital despendido na sua construção desde o seu ponto de partida, na capital do Império, até os limites desta provincia, um juro adicional de 2% ao anno

3.º — A lei 719 de 25 do mesmo mês e anno, garantiu a quem escavasse, alargasse e aperfeiçoasse o canal de Campos a Macaé, e o continuasse até a baía de Niterói, um mínimo de juros sobre um capital de seis mil contos, de 5% ao anno

4.º — A lei 723 da supradita data garantiu a quem canalizasse a lagoa Araruama até Cabo Frio, o juro por 50 annos, sobre um capital não superior a cem contos, de 6% ao anno

5.º — A lei 724 de igual data, além de outros favores a quem contratasse a construção, conclusão, melhoramento e custeio das estradas para carros abaixo declaradas, garantiu sobre um capital previamente limitado, e pago depois de começarem a transitar em uma parte dessas estradas não menor de um terço de sua extensão, carros de quatro rodas, o mínimo de juros até 5% ao anno São ellas:

1.ª — De Ariró a Resende

2.ª — Do Presidente entre a Villa de Itaguaí e a da Barra Mansa, e o seu prolongamento até a cidade de Resende

3.ª — De Mangaratiba ao Rio Claro até o Pouso Sêco, e o Município de Barra Mansa

4.ª — Do Comércio

5.ª — De Petrópolis à ponte do Paraibuna

6.ª — Do Pôrto das Caixas, ou do ponto mais conveniente à margem do rio Macacu, até Nova Friburgo e Cantagalo

7.ª — Do Presidente Pedreira, prolongada até o Rio Preto, com ramais por Pirai, Vasouras e Valença

8.ª — De Cantagalo a Macaé

9.ª — De São Salvador de Campos a São Fidélis, prolongada até Cantagalo

10.ª — Da Serra de Parati com o atalho do governador até São Paulo, autorizado pela lei n.º 655 art. 1.º

A 1.ª garantia não se tem até hoje realzado, porque nenhuma companhia ou particular se há proposto a esta empresa, e propondo mesmo a crer que se não realizará, desde que a taxa da garantia concedida às outras vias férreas, e algumas estradas de carros, foi elevada a 7%

Circunstâncias mui prósperas podem porém occorrer de futuro que acoçoem alguma empresa, a tomar como apoio de sua organização esta mesma taxa, sobretudo se uma grande soma de probabilidades augurar então maiores e razoáveis lucros aos capitais que nisso empregar

Demais, esta garantia é na hipótese de que se não realize a de que trata a lei n.º 719 de 25 de outubro de 1854, por isso que a concessão de uma exclui a de outra

A 2.ª garantia já se acha em via de realzação em presença da estrada de ferro de Pedro II de que sabeis a inauguração e andamento Importou ella no 1.º semestre de 1855 em 14:529\$000 rs e no semestre que acaba de findar em junho do corrente anno, em 33:436\$057 rs devendo este algarismo ir subindo nos iguais períodos subseqüentes

A respeito da 3.ª garantia, também nada há realzado, e persuado-me que lhe são applicáveis as mesmas observações que deixo feitas tratando da 1.ª com a qual tem afinidade

Sobre a 4.ª lei de garantia nada há igualmente feito, nem creio que por enquanto cresçam as probabilidades de seu êxito

Quanto à 5.ª finalmente começou já em parte a ser efetiva, pelos contratos feitos com a presidência para as estradas de Mangaratiba, de Petrópolis ao Paraibuna, e de Macacu a Cantagalo

Do acima expellido resulta que da garantia de juros concedida a diversas empresas, pesa já sobre os cofres provinciais um ônus de 47:959\$057, além da soma de 90:000\$000 a que montam as três estradas de 15% sobre as 1 000 ações tomadas pela provincia, da empresa da estrada de Mangaratiba, ônus que terá ainda por algum tempo de tomar maiores proporções; e se bem que possa este encargo da actualidade produzir subidas vantagens no futuro, que sobejamente compensem tal sacrificio, a prudência contudo aconselha a não despendar com mão larga e generosa estes favores que só muito atendíveis considerações podem merecer; visto como são elles compromissos embaraçosos, e algumas vêzes arriscados, que podem prejudicar serviços não menos importantes, e até mesmo afetar o crédito e a pontualidade com que a administração pública deve satisfazer todos os empenhos que contra

Nem se diga que a garantia de algumas empresas será puramente nominal; porquanto, ainda as muito prometedoras têm o período mais ou menos longo de seu começo, em que gastam avultados capitais, sem meios de renda immediata, até se porem em estado de co-

meçar a funcionar mesmo parcialmente, sendo que neste período a garantia provincial tem necessariamente de realizar-se; e embora venha ela mais tarde a ser compensada, cumpre todavia atender se o estado dos cofres, em presença dos muitos outros compromissos que se devem satisfazer, apresenta uma soma disponível para ser aplicada a este outro empenho

Reconheço em verdade, que em um país novo, rico de elementos naturais, mas ainda baldo de meios e recursos, que só o tempo, a civilização e a experiência podem produzir, a ação benéfica da autoridade, e o impulso de seu auxílio, deve acoroçar, promover mesmo, todas as empresas que se proponham a dotá-lo com os melhoramentos indispensáveis à obtenção de sua prosperidade, e à solução de todos os problemas vitais que mais interessam a uma nascente sociedade. Mas estes deveres, por certo de ordem mui elevada, têm outros de não menor magnitude, que lhes são preferentes, e que formam a base de toda associação polí-

tica que, como a nossa, procura robustamente constituir-se

Se, porém, empresas se apresentarem tomando a si a construção de estradas importantes que sejam grandes artérias de comunicação dos centros mais produtores da província, dos quais não exista ainda facilidade de transporte para o nosso grande mercado, nesse caso tenho por econômica a bonificação de um juro a tais empresas, porque com isso poupar-se-á a avultada soma que, em reparos e conservação de más estradas, gasta a província, sem no entretanto dotar o público com um trânsito sempre livre e fácil. Então a garantia do juro, embora nominal não seja, é uma economia em toda a força da expressão, intuitivamente aconselhada pelas conveniências da causa política.

Terminarei este artigo geral das *Finanças da Província* apresentando-vos o estado dos créditos no fim do primeiro semestre do corrente exercício

	<i>Fixado</i>	<i>Despendido</i>
Representação provincial	49:000\$000	3:769\$985
Secretaria do govêrno	33:600\$000	13:777\$686
Culto público	17:050\$000	1:235\$886
Arquivo estatístico	4:000\$000	820\$230
Instrução primária	156:110\$000	26:173\$526
Instrução secundária	27:570\$000	2:258\$844
Empregados aposentados e em disponibilidade	17:362\$000	9:078\$340
Fôrça e segurança pública	261:653\$675	96:590\$423
Saúde e caridade pública	45:920\$000	4:345\$298
Fiscalização e arrecadação das rendas	149:291\$240	54:605\$830
Obras públicas	815:807\$915	332:703\$632
Empréstimo provincial	383:460\$000	60:712\$705
Exercícios findos e restituições	34:000\$000	1:037\$321
Despesas diversas	70:920\$000	8:328\$400
	<hr/> 1 865:746\$000	<hr/> 615:438\$106
Saldo do crédito para o resto do corrente exercício		<hr/> 1 250:307\$894

REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA PROVÍNCIA

Secretaria da presidência

O PESSOAL da secretaria conta hoje, além do que lhe foi marcado pela lei n.º 610 de 4 de outubro de 1852, mais um chefe da secção criada pela deliberação de 17 de abril último, e 8 adidos que meus antecessores admitiram ao serviço desta repartição.

Circunstâncias, às vèzes imperiosas, exigem a adoção desta medida, que satisfaz por certo às necessidades do momento; mas que não deixa de ter inconvenientes, desde que cessem essas ocorrências que a aconselharam. O serviço, tenho notado, poucas vèzes aproveita com o auxílio que lhe trazem indivíduos sem a necessária experiência do trabalho que provocou sua admissão, e sem serem sujeitos a uma prova de sua habilitação para o desempenho dos encargos que se lhes vão cometer. Não têm a responsabilidade de empregado, nem possuem as garantias que a este são

conferidas, falta-lhes a sanção legal de sua existência, a qual só se justifica por uma ou outra circunstância transitória, que é o que lhes deve marcar a duração; no entretanto que passadas essas exigências permanecem êles nas estações, adquirindo assim como que um direito a continuarem no serviço público, que provisoriamente os admitiu, criando-se destarte dificuldades que podem trazer constrangimento no desempenho de deveres, e na regular ação da autoridade.

É mais um elemento heterogêneo para a disciplina das repartições, sobretudo quando são êles aquinhoados de modo a ferir susceptibilidades, que se devem supor no pundonor de todo o empregado; e o serviço por bem do qual dá-se êsse fato, é às vèzes realmente prejudicado.

Descendo destas considerações, que faço em tese, cumpre-me declarar, tanto quanto me é possível fazê-lo no pouco tempo de minha administração, que os empregados da secretaria desempenham regularmente seus deveres

O regulamento de 30 de março de 1852 é o que em parte rege esta repartição, havendo sido modificado no que respeita ao número de suas secções pela já citada deliberação presidencial de 17 de abril último e pela de 28 de novembro do ano findo, que criou mais a secção do "arquivo das obras públicas"; a qual porém foi de novo dela desmembrada pela deliberação de 17 de abril último, que restabeleceu esta estação como anteriormente funcionava. O apenso sob n.º 20^o mostra o pessoal que atualmente tem esta e as demais repartições, que em virtude da lei n.º 699 de 7 de outubro de 1854 devem constituir uma repartição central.

Por êle se vê que está vago o lugar de 1.º official, que deixou o empregado que o exercia, e que passou a chefe de secção por nomeação de 30 de abril último. Não tenho provido êste lugar, não só porque não é de pessoal que sente falta esta repartição, como por me parecer que não convém fazê-lo, tendo de se proceder à reforma, para a qual podia ser mais um embaraço êste provimento.

Existe na secretaria uma pequena biblioteca que conviria aumentar com algumas obras administrativas. Como em diversos relatórios se tem tocado nesta necessidade, apresento-vos no apenso sob n.º 21 * a lista dos livros de que atualmente consta a dita biblioteca aditada com os da inspetoria de instrução.

No digno secretário que rege esta repartição tenho encontrado um auxiliar cheio de dedicação e inteligência.

No seu hábil official maior a cooperação valiosa do talento reunido ao conhecimento prático dos negócios da provincia.

Arquivo das obras públicas

COMPÕE-SE esta repartição, depois de desanexada da secretaria da presidência, do mesmo pessoal que antes tinha; isto é:

1 Arquivista	ord	1:200\$	
	grat	400\$	1:600\$
		<hr/>	
1 Amanuense	ord		600\$
1 Desenhador	ord	400\$	
	grat	200\$	600\$
		<hr/>	
1 Contínuo	ord		500\$
			<hr/>
			3:300\$
			<hr/>

Sua organização e funções ressentem-se do estado dêste ramo do serviço administrativo, que a reforma tem necessariamente de melhorar. Todavia no isolamento em que se acha a presidência a respeito das questões profissionais, que até certo ponto tem de apreciar, e sobre que cumpre resolver, serve o arquivo, na pessoa de seu hábil empregado, o major Antônio Pinto de Figueiredo Mendes Antas, de valioso auxiliar ao governo.

* Constitui, na presente publicação, a tabela V.

* Não foi incluído na presente publicação

Inspeção geral da instrução

ESTA repartição, com o pessoal que tem, não pode bem desempenhar os encargos que lhe estão cometidos, achando-se em correspondência com as diversas entidades municipais e paroquiais, e com os professores que formam o pessoal da instrução elementar da provincia, sobretudo depois que a parte da instrução secundária da comarca de Niterói foi também incumbida à sua inspeção.

Como, porém, tenho para mim que a reforma desta instituição deve reunir os dois ramos distintos em que hoje se acha dividida, entendo que será então oportuno ensejo de atender às necessidades dêste serviço.

Tesouraria provincial

ESTA repartição, dirigida por um chefe zeloso e inteligente que com louvável atividade acode às necessidades e lacunas do serviço, vai marchando sem graves embaraços.

Seu expediente está em dia pelo que respeita aos negócios de trato sucessivo. Quanto à importante incumbência da tomada de contas, em outro lugar vos exponho o que ná sobre tão ponderoso objeto.

Parece-me conveniente, enquanto não se trata da reforma das repartições da provincia, conforme havel autorizado, satisfazer a uma necessidade, que a cada momento se faz sentir no correr dos negócios administrativos; quero falar do contencioso judiciário da provincia, que, estando cometido ao procurador fiscal da tesouraria, não tem no entretanto êste empregado os meios materiais de preparar os assuntos em que a fazenda provincial deve ser ativa ou passivamente representada, sendo-lhe para isso indispensável uma secção, a cujo cargo e andamento sejam cometidas semelhantes questões.

Tenciono por isso organizar provisoriamente uma secção denominada de "contencioso" dirigida pelo procurador fiscal, pela qual exercite êste as incumbências que lhe foram cometidas pelo regulamento de 20 de maio de 1842, e onde sejam lavrados ou registrados todos os termos de contratos, arrematações e fianças em que é parte a fazenda provincial, incumbindo-lhe mais o promover por meio do juízo dos feitos a cobrança da dívida ativa, à medida que fôr esta sendo liquidada pela tesouraria.

Informa-me o inspetor que todos os empregados desta repartição cumprem seus deveres.

Mesa provincial

O PESSOAL desta mesa foi aumentado com a criação de um ajudante do conferente por deliberação presidencial de 8 de agosto do ano findo, com o vencimento de 800\$ anuais.

Custa êste pessoal 13:840\$ rs, que com 1:200\$ rs do expediente eleva a despesa desta estação a rs 15:040\$000. O seu único serviço, aliás muito importante, é como o sabeis o da

arrecadação do imposto de 4% sobre o café exportado pelo porto do Rio de Janeiro de produção desta e da provincia de Minas Gerais. A circunstância de não haver-se podido chegar a um acordo com a provincia de São Paulo acerca da quota que teria ela de receber pelo café de sua produção exportado pelo porto do Rio de Janeiro, tem obrigado a que se conserve uma repartição que poderia, e muito conviia, ser extinta em prol dos cofres provinciais.

A natureza de suas funções, seu maquinismo, seus fins, de tal modo são homologados com a mesa do consulado da corte, que é intuitiva a conveniência de ser esta estação geral a que desempenhe cumulativamente a arrecadação de ambas as taxas com que é tributado o género sobre que recai a fiscalização distinta destas duas repartições. Uma vez reguladas as questões que existem pendentes acerca do imposto provincial sobre o café exportado, é evidente que a mesa do consulado da corte, assim como arrecada 5% sobre semelhante produto, sem o mínimo inconveniente, e sem acréscimo de trabalho, pode arrecadar 9%.

O resultado seria uma economia nas despesas desta provincia sem o menor prejuizo de suas necessidades ou de seu serviço. Esforçar-me-ei, pois, por conseguir qualquer solução a respeito de um convênio entre as três provincias do Rio, de São Paulo, e de Minas, a fim de tornar possível a adoção daquela medida, que tenho por manifestamente convinável.

Coletorias

VINTE e nove são as atuais coletorias encarregadas da arrecadação das diversas contribuições directas da provincia nos seus diversos municípios. Da demonstração sob o apenso n.º 22* vereis quais são elas, seu pessoal, a renda que arrecadaram nos três últimos exercicios, o termo médio dessa arrecadação, e a porcentagem dos respectivos empregados.

No referido período oscilou a soma arrecadada entre 505 e 541 contos, sendo o termo médio dela 523 contos anuais, e o de exação 17,35%. Como sabeis porém a porcentagem dos exatores varia entre 10, 15, 20 e 25%, conforme a maior ou menor importância da arrecadação de cada uma destas estações, acontecendo a respeito de algumas delas, que não obstante conferir-se a seus empregados a maior das porcentagens estabelecidas, ainda assim exiguos são os vencimentos que percebem, atenta a pequenez da renda, o que sobremaneira difficulta o bom provimento dos lugares de coletor e de escrivão daquelas coletorias que se acham neste caso, resultando daí serem elas servidas por individuos baldos das necessárias habilitações para bem desempenhá-las.

Nem se diga que é tão pouco importante o trabalho cometido a estes exatores, que se pode dispensar nêles um certo grau de aptidão para o serviço que têm de prestar: a arrecadação das rendas, e as demais incumbências

* Não foi incluído na presente publicação

que lhes estão a cargo, exigem pelo contrário uma certa medida de conhecimentos especiais e de bom senso, sem o que há risco de vexame aos contribuintes ou de lesão ao fisco. Ligeiras noções de contabilidade e escrituração, e sufficiente estudo dos regulamentos fiscaes, tanto do governo geral como do provincial, e das instruções e ordens que os têm alterado ou modificado, é uma exigência imprescindível para o devido e regular desempenho de semelhantes lugares. Ora, creio que não se encontram facilmente estas qualidades nos individuos que entram no exercicio de tais empregos. Por outro lado, e de feito, coletorias como as de Capivari, Parati, Sto Antônio de Sá, Nova Friburgo, e outras, que arrecadam para os cofres provinciais de sete a dez contos de réis por ano seriam inteiramente impossíveis, se a cobrança das rendas gerais não bonificasse a porcentagem dos respectivos exatores. Ainda assim é ela mesquinha para convidar pessoal habilitado, resultando da exiguidade dos estipêndios o prejuizo do serviço.

A circunstância de exercerem estas agências funções gerais e provinciais, exige que em toda e qualquer alteração que o governo provincial entenda por conveniente fazer a respeito das coletorias, subordine previamente suas idéias ao governo geral, e subscreva aos ditames de sua sabedoria e experiência. E como tenha êle já reconhecido a conveniência de regular devidamente este ramo do serviço administrativo, procurarei solicitar sua aquiescência às medidas que tenciono submeter à sua consideração, no sentido de conciliar nesta parte os interesses do fisco com a idoneidade e vantagens destes exatores.

Registos

CONTINUAM os quatro registos de Mambucaba, Parati, Pedra e Ariró.

A fiscalização de semelhantes estações, isoladas e distantes da ação inspetora da autoridade competente, repousa exclusivamente nos empregados que ali funcionam. A dissidência da provincia de São Paulo a respeito do convênio sobre o café de sua peculiar produção, mantém a necessidade destes registos, que de outro modo poderiam ser suprimidos.

Barreiras

EXCEÇÃO das barreiras de Itaguaí, da Pedra e de Cantagalo está a renda de todas as demais arrematada pela quantia de 91.180\$000 rs. O produto daquelas é arrecadado pelos encarregados da conservação das estradas de Itaguaí e do Presidente (1ª, 2ª e 3ª secções), da Pedra, e de João de Oliveira, e da de Cantagalo, que para esse fim foi integrado na importância dos respectivos contratos.

As barcas, excetuando as de Macaé, e São João, também estão arrematadas pela soma de 15.000\$000 rs. Aquelas estão sendo administradas pela provincia, na falta de quem as arremate e a despesa absorve a pequena renda que

produzem Há mais a ponte do Desengano, cujas taxas de passagem foram arrematadas por 12:000\$000 rs

REFORMA ADMINISTRATIVA

BEM compenetrada a assembléa provincial da urgente necessidade de reorganizar alguns ramos importantes do serviço público deu por isso ampla autorização à presidência na lei n.º 699 de 7 de outubro de 1854. Circunstâncias por certo muito atendíveis têm demorado essa imprescindível exigência administrativa, que de dia em dia se manifesta mais veemente.

Não é predominado pelo prurido de reforma que assim me exprimo; mas impellido por uma precisão que estou a cada momento apalmando na gerência dos negócios provinciais

A ausência de um sistema homogêneo em que assente a organização dos diversos ramos do serviço da provincia, de tal modo se faz sentir na constante e violenta pressão que exerce sobre a presidência, que, sem medi-la pelo efeito produzido em mim, falta de forças e baldo de recursos para resistir-lhe, posso afoitamente dizer que acabará em pouco tempo por extenuar a mais viçosa inteligência, e a saúde mais robusta do administrador que empenhadamente quiser satisfazer os variados encargos, e os repetidos compromissos, que reclamam sua atenção e pronto despacho

As questões de maior vulto, como as de menos importância, por tal forma convergem directamente de sua origem e se acumulam, sem um processo prévio e intermediário que as examine e historie, à solução da presidência, que tem esta de remontar a essa origem, acompanhar as circunstâncias que foram ocorrendo, estudá-las em tôdas as suas fases e detalhes até o ponto em que vêm receber sua definitiva decisão

O serviço das obras públicas, por exemplo, que é por sem dúvida um dos mais importantes ramos da administração desta provincia, e o que deve merecer os mais preferentes cuidados do seu administrador, ao menos na extensa parte das vias de comunicação, ressen-te-se do modo por que funciona, sem uma direcção uniforme e especial que lhe dê regular andamento, que inspecione sua marcha, colha e colija seus resultados, e se coloque nas condições de sentir e apreciar todos os fatos que se praticam na longa escala em que se subdivide, reconhecendo a tempo os erros e os inconvenientes que no seu desempenho se dão, para que o remédio não seja tardio e infructífero

A descentralização neste ramo de serviço traz a necessidade de dirigir-se a presidência a cada um dos engenheiros chefes de distrito, para saber do estado de tal ou tal obra cometida a seu cargo, de estudar todos os pontos que lhe dizem respeito, de apreciá-la em tôdas as suas faces, e de finalmente deliberar, depois de haver perdido um tempo que lhe não sobra para as multiplicadas questões que incessantemente tem de resolver. Este trabalho reproduz-se a cada momento, faz-se imperioso tôdas as vezes que se trata de um

consérto, de uma construção, de uma exploração, de um atalho ou de uma estrada, de um contrato, de uma arrematação, ou de uma empreitada, o que é ocorrência diuturna, e sempre indeclinável ante a presidência

Quantas vezes a complicação ou a transcendência destas questões reclamam, para uma solução imparcial e conveniente, que a presidência as faça examinar por quem, profissional e habilitado, leve além disso ao terreno em que elas se debatem, a superioridade do cargo, e com ela a presunção de ser mais competente e equitativo na apreciação dos fatos e das reclamações sobre que cumpre julgar

Quantas outras careceria a própria presidência de ir sobre a localidade retificar as informações que tem recebido, e que não puderam ainda levá-la a uma opinião segura e judiciosa de semelhantes questões, se para assim proceder pudesse dispensar algum tempo em que deixasse a capital da provincia, o que por certo não seria em detrimento das necessidades, e dos melhoramentos locais da mesma provincia

Em um e outro caso sente a presidência o constrangimento de seus meios de acção. Não possui um auxiliar legítimo junto de si a quem consulte sobre semelhantes questões, e a quem cometa o seu exame e estudo, para que assim preparadas e apreciadas tenham elas a mais conveniente solução, baseada sobre a competência e responsabilidade do empregado superior que as analisa e informa. Não pode tampouco na pressão em que se vê por tantos negócios de detalhe que se acumulam a despacho, e cujo estudo consome longas horas de improbo trabalho, dispensar o tempo preciso para transportar-se aos lugares em que porventura mais aproveitasse sua inspecção e interferência

As municipalidades, a guarda nacional, a estatística política, comercial e administrativa, o culto, a caridade pública, a colonização e muitos outros serviços importantes, carecem semelhantemente de nexos que os ligue a um sistema uniforme e concêntrico, e os subordinem ao pensamento constitutivo de uma organização complexa, mas homogênea em suas bases, em suas funções, e em seus efeitos

A instrução pública, conquanto tenha um centro pelo que respeita à parte elementar ou primária, parece contudo não poder dispensá-lo no que é relativo à instrução secundária, persuadindo-me ser conveniente que estes dois ramos, ora distintos e separados, se subordinem à mesma direcção simultaneamente exercida a respeito de ambas

As repetidas reformas do regime da secretaria do governo são ainda uma prova de que o maquinismo das repartições provinciais carece ser montado sob um sistema mais amplo, que em sua larga base compreenda o organismo de cada uma delas, e as faça rodar sem que se estorvem ou entrechoquem

Por vezes se tem querido reorganizar esta repartição; mas como seja ela apenas uma peça da máquina administrativa não pode convenientemente funcionar sem o complexo da rodagem que cumpre completar

É por isso que a sua divisão em secções, como o determina o regulamento de 30 de março de 1852, aliás judiciosamente elaborado no sentido de satisfazer as necessidades e a metódica divisão do serviço da província, não tem podido corresponder às perspicazes vistas do seu ilustrado autor

Serviços de suma transcendência, que só por si demandam uma divisão mais vasta, ficaram acanhados na estreita esfera das secções, que com um pessoal limitado, e porventura carecendo de determinadas habilitações para o desempenho de certas especialidades, não podem preencher a magnitude de suas incumbências

É a tesouraria de fazenda talvez a única estação que com pequenas modificações de seu regime econômico, e com algumas medidas tendentes a tornar mais eficaz a arrecadação e fiscalização das rendas provinciais, melhor se pode adaptar à centralização determinada na lei n.º 699, a que em princípio me refiro. Cumpre sem embargo harmonizar o seu maquinismo ao plano geral, que se houver de estabelecer para a reorganização das repartições de que trata a mesma lei

Domine nessa organização, e sirva-lhe de base, um sistema uniforme, que abranja toda a administração, que não ponha em antagonismo o modo de funcionar dos seus distintos ramos, subordinando-os pelo contrário ao mesmo princípio constitutivo, e divergindo tão somente no que lhes for especial e de detalhe; haja similitude nos materiais dessa reconstrução, e harmonia em seus pontos cardiais, que necessariamente sua marcha simples e desimpedida melhor se regularizará, havendo mais celeridade e exatidão nos resultados que se propõe conseguir a bem sentida e judiciosa autorização desta assembléa

Trazendo estas ligeiras observações à vossa consideração tenho por fim solicitar-vos que continueis à presidência a autorização e fundos que lhe concedestes pelas leis ns 699 de 7 de outubro de 1854, e 848 de 3 de novembro de 1855

PALÁCIO PROVINCIAL

A PAR desta necessidade administrativa de que venho de falar-vos surge uma outra, que por assim dizer, lhe serve de complemento; é ela a de um edifício que materialmente represente e desempenhe a idéa de centralização, direção e inspeção do serviço público das repartições cuja reforma haveis autorizado

Não vos deixeis prevenir, senhores, pela primeira impressão que vos possa causar este pensamento, fixando-vos no que elle tenha de oneroso para os cofres da província, e em face das apreensões que em outro lugar vos expribo. Não entra em meu caráter a tendência para o supérfluo; é ao contrário pelo espírito de economia, aliada com a ordem, que busco modelar o meu procedimento na gerência dos negócios públicos

A nenhum de vós pode ser um momento duvidoso que a inspeção da autoridade, a di-

reção conscienciosa e expeditiva dos negócios a seu cargo, a disciplina, o desempenho, e mesmo o zelo do serviço público, dependem mais ou menos da ação que essa autoridade exerce sobre as principais molas da rodagem administrativa, e que quanto mais immediato, oportuno e direto for o impulso que se lhe der, tanto mais regular, pronto e equilibrado será o seu movimento

As repartições centrais da capital, que estão em contato íntimo com a presidência, e são os canais por onde ela exercita sua inspeção, fiscalização, e direção, no interesse das condições do serviço que venho de enumerar, devem funcionar o mais próximo possível desta autoridade para que possa ela exercer sua ação superior, sem grande perda do tempo que necessariamente consumiria, quer no comparecimento a essas estações em diferentes pontos colocadas, quer na expedição ou cumprimento das ordens que lhes tiver de cometer. E todos sabem que além de ser o tempo um capital precioso e produtivo, que deve ser economizado, a inspeção própria, e não delegada da autoridade, que verifica ela mesmo o modo por que se faz o serviço e se desempenham os deveres, é de um efeito moral e material efficacíssimo em seus resultados

A secretaria do govêrno, a tesouraria, a inspetoria da instrução pública, o arquivo estatístico, o das obras públicas, ainda quando estas repartições conservassem sua actual organização, mas sobretudo devendo ellas reconstruir-se conforme as bases estabelecidas pela lei n.º 699 de 7 de outubro de 1854, podem e devem acomodar-se tôdas no mesmo edificio que servir de palácio da presidência

Assim sendo, a utilização do tempo aproveitará também aos inumeráveis interessados, que com maior celeridade e cômodo tratarão dos variados negócios, que os põem em contato e na dependência dessas repartições; e semelhante construção, com proporções amplas e conformes aos preceitos da arte, apresentará um edificio vasto, mas simples, e sem luxo, com o qual se conseguirá o duplo fim de satisfazer às necessidades do serviço complexo para que é destinado, sem que de sua existência resulte um ônus pesado para os cofres provinciais

Sabeis que um terreno com vários edificios possui a província nesta capital, onde se acham estabelecidas a secretaria, a tesouraria, as coletorias, geral e provincial, e o correio, além de habitações alugadas a particulares. Semelhante propriedade, pelo aumento do valor dos terrenos, e por sua posição, tem subido de importância; ora, se applicardes o produto de sua alienação, em época oportuna, à construção do edificio provincial de que me ocupo, tereis por certo a metade da soma necessária para essa obra. Como porém ao govêrno geral cumpre dar palácio aos presidentes, é muito provável que concorra elle também com uma quota proporcional a esta necessidade que tem de prover; sendo por isso de supor que os cofres provinciais não despendam mais da quarta parte da soma precisa para a edificação de que se trata

Notai que se alguma renda produz a propriedade a que me refiro, proveniente dos alugueis de certos prédios nela encravados, fica isso compensado pela cessação dos que atualmente se pagam pela parte da casa que occupa a instrução pública, que seria acomodada no novo edificio, e pela quota que do governo geral se teria direito de exigir ainda pela repartição da policia e do correio, se não quisesse elle incluí-la, para gozar desta vantagem, na soma com que concorresse para a construção do edificio

Talvez fôsse também possível admitir nelle a câmara municipal, e então conseguir vantagem para o serviço desta repartição, e menor ônus ainda para a provincia

Demais, é isto uma necessidade que em poucos anos se há de tornar imperiosa, e que por isso cumpre ir com tempo tratando de prover: a casa que serve de palácio da presidência, não obstante as obras que se lhe tem feito à custa da provincia, defeituosa e mesquinha como é para os serviços que deve prestar, carecerá brevemente de ser desocupada para fazer indispensáveis consertos, porque sua construção ligeira e má, atacada pelo cupim, vai-se rapidamente deteriorando

Rematarei esta questão memorando-vos uma circunstância, que lhe imprime especial consideração, e subida importância. Por mais de uma vez tem cabido à capital da provincia do Rio de Janeiro a honrosa fortuna de hospedar ao nosso Augusto Monarca, e à Família Imperial, recebendo sempre por tão faustoso successo inúmeras provas da alta protecção e da solícita munificência de Sua Magestade o Imperador, e de Sua Virtuosa e Excelsa Consorte

O influxo benéfico da presença imperial nesta cidade, o regozijo que ella derrama sobre todos os seus habitantes, naturalmente os devem levar a impetrarem a repetição de tamanha honra, que o magnânimo coração do nosso Generoso Monarca não há de por certo recusar-lhes

A necessidade pois de receber tão Preciosos Hóspedes com o acatamento e decóro que lhes é devido, sempre que elles se dignarem honrar esta capital, será por sem dúvida um motivo de transcendente magnitude, entre as considerações que vos tenho apresentado, para decidir-vos por uma medida que concilia tão importantes conveniências

ESTATÍSTICA

Não me acanho, senhores, em dizer-vos que pouco tem podido fazer a repartição encairegada d'este ramo de serviço

Nenhum de vós por certo pôe em dúvida as vantagens reais, as apreciações exatas, as conclusões judiciosas que se podem tirar da estatística em geral. A legislação em todos os seus ramos, o comércio em todas as suas transacções, a agricultura nos seus processos e melhoramentos, as ciências, as artes, a sociedade enfim em toda a longa e variada escala de suas necessidades e reformas, carece muitas vé-

zes socorrer-se da estatística, ciência dos fatos, que dirige o raciocínio e lhe ministra materiais preciosos para toda a construção moral e física, que é o labor perpétuo, a obra constante da humanidade

Não obstante porém essa convicção unânime, como é sempre a que gera uma verdade universal e incontroversa, a estatística, embora guia seguro e prudente, deixa muitas vezes de servir-nos de farol em nossas indagações, desde que o estádio que queremos percorrer não é caminho de trevas ou de todo desconhecido: temos pressa de chegar, e afã em concluir; abrimos por isso mão do guia, por demais cauteloso, que nos retarda a jornada

Eis por que a estatística, feitura moderna da civilização, é ainda pouco apreciada em alguns países, onde por outro lado a difficil e morosa coleção dos fatos, exige recursos, tempo, dedicação e intelligência, que nem sempre é possível reunir para esse fim

No entretanto cumpre não esmorecer nas tentativas, antes continuá-las com perseverança, e ir pouco a pouco vencendo a relutância dos auxiliares nessa tarefa de resultados lentos, e remotos, mas por isso mesmo seguros e preciosos

O arquivo estatístico porém por enquanto só pode dedicar-se a um dos seus mais importantes ramos, o recenseamento da população, e o seu movimento, como o determina o art 2º do regulamento de 30 de março de 1852, que o organizou

E em verdade, levar muito mais longe as indagações seria desconhecer as circunstâncias atuais do país, despendar tempo e dinheiro em pura perda, e talvez com o perigo de induzir a opinião, em muitas occasiões, a graves erros, desvaivando-a em vista de dados revestidos de importância official, e todavia infieis, e incapazes de servirem de base a qualquer cálculo. Mesmo limitando-as, como prudentemente se fez, não poderemos ser tão felizes como outros países, cujo adiantamento é muito superior ao nosso, e que no entretanto ainda hoje não têm noções exatas sobre a sua população, não obstante possuírem registros civis, haverem feito grandiosos trabalhos cadastrais, e disporem em todos os pontos do seu território de um numeroso pessoal convenientemente habilitado: não desanimemos, porém, nem eu quero com estas palavras senão ponderar que não se deve exigir do presente aquilo que só nos pode dar um futuro que ainda não está muito próximo. Contentemo-nos, pois, com o que pudermos colher, se fôr pouco, se o resultado também pouco dispendioso das primeiras tentativas contrariadas por tantos obstáculos

O primeiro desses recenseamentos teve lugar em 1850, e na forma do art 18 do regulamento citado um outro devia ter sido feito em 1854; ficando, porém, adiado para dezembro do anno findo, pelas razões que já vos foram expendidas, só pôde ter começo em 31 de maio d'este anno, em razão do aparecimento da cólera, que tanto influuiu sobre a regularidade do serviço público na provincia. Cem mil listas impressas foram remetidas aos commissários do

arquivo a fim de serem distribuídas pelos chefes de família, dando-se tôdas as providências para que tão difficil e importante operação se efetue com a maior exatidão possível. O director espera apresentar um trabalho mais perfeito que o primeiro, e conclui-lo este ano. Já foram recebidas as listas dos municípios de Parati, Magé, Angra dos Reis, Resende, Cabo Frio e Itaguaí, e procede-se com o maior escrúpulo no seu estudo e apuração.

Os mapas do movimento da população dos anos de 1853 e 1855 ainda não se acham todos recolhidos. Além dos obstáculos gerais que nos mais países encontra este trabalho, outros se dão peculiares ao nosso, que só podem remover o tempo, uma legislação adequada e rigorosa, e a instituição de um registro civil, que tendo sido tentado, como sabeis, pelo governo geral, quando promulgou o regulamento de 18 de junho de 1851, não pôde ser levado a efeito em nenhum ponto do Império.

Sob o apenso n.º 23 * vos dou a apuração dos mapas que vieram completos. Pudera pôr ao lado dos algarismos que ela forneceu os da população aproximada de cada freguesia, compará-los e deduzir conseqüências; mas em presença de um número tão limitado de fatos, tenho receio de lançar-me inutilmente no vasto campo das conjecturas; entrego-a pois à vossa apreciação.

MONTEPIOS

EM virtude do decreto n.º 659 de 14 de outubro de 1853, e na forma do de n.º 679 de 6 de setembro de 1854, 39 empregados públicos provinciais têm instituído pensões nos montepios na importância de 32:465\$996, adiantando para isso a tesouraria 11:322\$563, dos quais já recebeu 4:033\$174, como melhor vereis do apenso sob n.º 24 *.

Chamo a vossa atenção para as judiciosas observações que sobre este objeto fez o excellentissimo presidente da provincia em seu relatório do ano passado, a fim de modificardes os referidos decretos, se em vossa sabedoria assim julgardes conveniente.

A meu ver a modificação mais importante seria tornar graciosa a disposição obrigatória do artigo 1.º do decreto n.º 659. Poderá ser conveniente em alguns casos a tutela que ella impõe ao funcionário público; em muitos, porém, parece-me um ataque ao direito que tem todo o homem à livre gerência de seus bens.

Acontece mesmo que para se subtraírem a esta imposição, alguns empregados simulam enfermidades, ou outros impedimentos, que os excluem da inscrição dos montepios.

* Deixou de ser incluído na presente publicação.

APOSENTADORIAS

SOBRE o decreto n.º 682 de 9 de setembro de 1854, que regula as aposentadorias, fez o excellentissimo presidente em seu relatório do ano passado algumas considerações, que merecem vossa atenção, e às quais pouco acrescentarei.

O citado decreto dispõe que o empregado público provincial que perceber pela tesouraria ordenado estabelecido por lei fica com direito a ser aposentado, no caso de inabilitação produzida por moléstia ou avançada idade, com o ordenado por inteiro quando tiver trinta anos de serviço, e com o ordenado proporcional ao tempo que houver servido quando, tiver menos de trinta e mais de doze.

Aquellas expressões genéricas da lei comprehendem os professores públicos, revogando assim a legislação anterior na parte que a éstes confere o direito de exigirem a sua jubilação com o ordenado todo no fim de vinte e cinco anos, achem-se ou não impossibilitados para o serviço, e antes dêsse prazo com o ordenado proporcional quando não possam mais prestá-lo? É uma questão que não parece resolvida.

Permiti-me agora que sujeite à vossa judiciousa consideração uma dúvida que nutro sobre as autorizações que esta assembléa tem dado ao governo para aposentar certos e determinados empregados públicos da provincia, como o praticou por suas leis ns 810 e 825 do ano passado.

A meu ver semelhante autorização importa o exercício de uma attribuição exclusiva do poder executivo provincial, a quem compete nomear, suspender e demittir os empregados, e por natural inferência dessa faculdade, aposentá-los também, o que está de acôrdo com a lei n.º 682 de 9 de setembro de 1854, em cujo art 7.º se reconhece que preexistia nos presidentes esse direito pela lei de suas attribuições, e pelo ato adicional.

É hoje matéria incontroversa que as assembléas provinciais são idôneas para legislar sobre aposentadorias dos empregados das respectivas provincias; é ainda pelo § 11 do art 10 da lei de 12 de agosto de 1834 da competência delas legislar sobre os casos e a forma por que poderão os presidentes das provincias nomear, suspender, e ainda mesmo demittir os empregados provinciais; mas essas attribuições não me parece que se possam estender a determinar nem intervir previamente na aposentadoria especial dêste ou daquele empregado, assim como não seria regular fazê-lo a respeito da nomeação, suspensão ou demissão dêsse mesmo empregado; visto como fôra isso confundir o ato de legislar com o de executar.

Laborando nestas apreensões venho por isso sujeitá-las à vossa sabedoria para que vos digneis esclarecer-me.

TABELA V

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM O PESSOAL ATUALMENTE EXISTENTE NAS REPARTIÇÕES QUE, EM VIRTUDE DA LEI N.º 699, DE 7 DE OUTUBRO DE 1854, DEVEM CONSTITUIR UMA REPARTIÇÃO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PROVINCIAL

SINOPSE

REPARTIÇÕES	Ordenados	Gratificações	Total
Secretaria do govêmo	22:600\$000	8:320\$000	30:920\$000
Inspetoria das escolas	3:300\$000	\$	3:300\$000
Arquivo estatístico	1:400\$000	\$	1:400\$000
Arquivo das obras públicas	2:200\$000	200\$000	2:400\$000
Tesouraria provincial	37:200\$000	1:620\$000	38:820\$000
SOMA	66:700\$000	10:140\$000	76:840\$000

ARQUIVO ESTATÍSTICO

PESSOAL	Ordenados	Gratificações
Director	800\$000	\$
Amanuense	600\$000	\$
SOMA	1:400\$000	\$

INSPETORIA DAS ESCOLAS

PESSOAL	Ordenados	Gratificações
Inspetor geral	1:600\$000	\$
Amanuense-arquivista	800\$000	\$
Amanuense	400\$000	\$
Zelador, servindo de porteiro	500\$000	\$
SOMA	3:300\$000	\$

ARQUIVO DAS OBRAS PÚBLICAS

PESSOAL	Ordenados	Gratificações
Arquivista	1:200\$000	\$
Amanuense	600\$000	\$
Desenhador	400\$000	200\$000
SOMA	2:200\$000	200\$000

TABELA V

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM O PESSOAL ATUALMENTE EXISTENTE NAS REPARTIÇÕES QUE, EM VIRTUDE DA LEI N.º 699, DE 7 DE OUTUBRO DE 1854, DEVEM CONSTITUIR UMA REPARTIÇÃO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PROVINCIAL

SECRETARIA DO GOVERNO

PESSOAL	Ordenados	Gratificações
Secretário	\$	1:600\$000
Oficial-maior	2:400\$000	\$
4 Chefes de Secção a 2:000\$000	8:000\$000	\$
2 Primeiros Officiais	} 3:600\$000	\$
{ 1 a 2:000\$000 1 a 1:600\$000		
3 Segundos ditos a 1:200\$000	3:600\$000	\$
1 Dito Arquivista	1:200\$000	\$
8 Adidos	{ 2 a 1:600\$000	\$ 3:200\$000
	1	\$ 1:200\$000
	{ 2 a 800\$000	\$ 1:600\$000
	3 a 240\$000	\$ 720\$000
Porteiro	1:300\$000	\$
Ajudante do dito	700\$000	\$
3 Contínuos a 600\$000	1:800\$000	\$
SOMA	22:600\$000	8:320\$000

TESOURARIA PROVINCIAL

PESSOAL	Ordenados	Gratificações
Inspetor	3:200\$000	400\$000
Tesoureiro, servindo no empréstimo com 400\$000	2:800\$000	400\$000
Contador	2:400\$000	\$
Procurador fiscal	2:400\$000	\$
3 Chefes de secção (servindo um de corretor do empréstimo, e outro de ajudante, com 400\$000 cada um) a 2:000\$000	6:800\$000	\$
3 Primeiros escriturários (empregado um na escrituração do empréstimo, com 400\$000 cada um) a 1:600\$000	5:200\$000	\$
3 Segundos escriturários a 1:400\$000	4:200\$000	\$
3 Terceiros ditos a 1:200\$000	3:600\$000	\$
2 Amanuenses a 600\$000	1:200\$000	\$
Arquivista	1:200\$000	\$
Ajudante do dito	500\$000	\$
Fiel do tesoureiro	1:600\$000	\$
3 adidos a 240\$000	\$	720\$000
Porteiro	1:000\$000	\$
Contínuo	600\$000	\$
Correio	400\$000	\$
Carimbador das apólices	100\$000	100\$000
SOMA	37:200\$000	1:620\$000

Secretaria do governo da provincia do Rio de Janeiro, 20 de julho de 1856

O Secretário, José Franciseo Cardozo.

G. BLET

NOVO MÉTODO DE PESQUISA DE RESULTADOS EXPERIMENTAIS

O físico encontra-se diariamente diante do seguinte problema: encontrar uma lei simples, empírica, que relacione duas grandezas. Esse problema é bem apreciado, quando se tem a sua representação gráfica. É necessário então encontrar uma curva que se adapte da melhor maneira possível a todos os pontos.

Quando a dispersão desses pontos é pequena, o método dos mínimos quadrados satisfaz amplamente. Ao contrário, porém, quando há grande dispersão, a curva obtida é geralmente influenciada, de modo apreciável, pelos desvios acidentais. O método de regularização da curva recomendado por Whittaker permite superar aquela deficiência com ótimos resultados, à custa, contudo, de cálculos muito complexos e trabalhosos.

O método que se propõe aqui, baseado em princípios geométricos, a par de conduzir a resultados equivalentes ao de Whittaker, oferece ainda as seguintes vantagens:

a) transformação rápida, de vez que pode ser efetuado graficamente,

b) cálculo da maior simplicidade, visto que só se empregam coeficientes os mais conhecidos (coef. binomiais) em lugar daqueles usados por Whittaker, de obtenção exaustiva.

I — INTRODUÇÃO

Os diversos métodos de regularização utilizados empregam o seguinte princípio: substituição de cada ponto por uma combinação linear dos mesmos. Sejam

$$u_1 \quad u_2 \quad \dots \quad u_p \quad \dots \quad u_n$$

os n pontos experimentais. Estabelecem-se os coeficientes fixos.

$$K_{-i} \quad K_{-i+1} \quad \dots \quad K_0 \quad K_{0+1} \quad \dots \quad K_i$$

O presente estudo, traduzido pelo Sr. Artur Neves Batista, foi divulgado na "Revue de Statistique Appliquée", de Paris. O autor é colaborador do Centro de Pesquisas Científicas e Industriais e Marítimas de Marselha.

em número de $2i + 1$ e obtém-se a transformação

$$U_p = K_{-i} u_{p-i} + \dots + K_{-1} u_{p-1} + K_0 u_p + \dots + K_1 u_{p+1} + \dots + K_i u_{p+i}$$

Esta transformação põe à nossa disposição $2i + 1$ parâmetros.

Vejamos a que condições elementares eles devem satisfazer. Se a transformação é simétrica, isto é, se admite a mesma importância aos pontos precedentes u que aos que lhes seguem, então, $K_{-j} = K_{+j}$, e o número de parâmetros reduz-se a $i + 1$. Por outro lado, se todos os pontos u têm o mesmo valor, então os U deverão, como é óbvio, ter também este mesmo valor.

$$U_p = u_p \sum_{-i}^{+i} K_j = u_p \left[K_0 + 2 \sum_1^{+i} K_j \right] = u_p$$

donde a seguinte relação entre os parâmetros

$$K_0 + 2 \sum_1^i K_j = 1 \quad (a)$$

No momento, não podemos estender-nos demasiadamente, sem estabelecer outras hipóteses suplementares.

O valor de i , bem como a lei de formação dos K , dependerão, entretanto, de novas hipóteses, isto é, novas condições que iremos estabelecer.

Observação

Há uma dificuldade a vencer quando a série de pontos experimentais não apresenta, nas duas extremidades, "antecessores" ou "sucessores".

Três casos podem ser considerados:

a) a série é periódica, em teoria, então, podem ser substituídos esses pontos que faltam por uma simples translação da série;

b) i é pequeno em relação a u , podem ser simplesmente abandonadas as duas extremidades da série,

c) há necessidade de conservar todos os pontos, — que é o caso mais geral, então, as duas extremidades, poderão ser completadas por pontos “fictícios”, calculados de modo tal que satisfaçam as condições impostas

II — MÉTODO DE WHITTAKER

FESTE método é de base analítica Whittaker admite que as diferenças de ordem sucessivas sejam:

- 1ª ordem: $\delta_p^1 = u_p - u_{p-1}$
- 2ª ordem: $\delta_p^2 = u_p - 2u_{p+1} + u_{p+2}$
- 3ª ordem: $\delta_p^3 = u_p - 3u_{p+1} + 3u_{p+2} - u_{p+3}$

Ele considera arbitrariamente, em seguida, as diferenças duma certa ordem, três, por exemplo, e calcula para os pontos experimentais, a soma dos quadrados

$$\sum_1^n (\delta_p^3)^2$$

A transformação aplicada aos pontos u dá para a curva transformada

$$\sum_1^n (\Delta_p^3)^2$$

O coeficiente de “Regularização”¹ é definido pela relação:

$$\mathcal{L} = \frac{\sqrt{\sum_1^n (\Delta_p^3)^2}}{\sqrt{\sum_1^n (\delta_p^3)^2}} \quad (b)$$

que é a relação dos erros prováveis, sobre as diferenças terceiras. Se na relação (b) se admite arbitrariamente o valor numérico de \mathcal{L} , obtém-se então uma relação entre os K_j . Esta relação pode ser resolvida, independentemente, dos pontos u , justamente pelo método que Whittaker desenvolve em sua obra *The Calculus of Observation*

Há ainda uma outra relação da forma

$$K_j = f(\mathcal{L}, i)$$

que não nos dá o valor limite de i para j , mas os coeficientes K tendem para zero tanto mais rapidamente quanto \mathcal{L} mais se aproxima de 1

Whittaker faz intervir um parâmetro ϵ variando de zero ao infinito

para \mathcal{L} crescente de zero a 1, e deduz a seguinte expressão:

$$K = -\epsilon \sum \frac{\alpha^{n+2}}{(\alpha-\beta)(\alpha-\gamma)\left(\alpha-\frac{1}{\alpha}\right)\left(\alpha-\frac{1}{\beta}\right)\left(\alpha-\frac{1}{\gamma}\right)}$$

onde α, β, γ são três raízes de módulo menor que a unidade de equação:

$$(Z-1)^3 = \epsilon Z^3 = 0$$

aqui o sinal Σ indicando as permutações de α, β e γ

Entretanto, o desenvolvimento dessa expressão é complexo, e o seu cálculo numérico trabalhosíssimo e muito longo

No quadro I acham-se os valores de n correspondentes ao nosso j , calculados por Whittaker na obra já referida. O quadro II fornece os valores correspondentes entre os parâmetros ϵ e os coeficientes de “Regularização”

I — Valores de ϵ

n	$\epsilon = 0,01$	$\epsilon = 0,02$	$\epsilon = 0,03$	$\epsilon = 0,1$	$\epsilon = 0,25$	$\epsilon = 1$
0						
1						
2						

II — Coeficientes de Regularização

ϵ	0	0,01	0,02	0,03	0,1	0,25	1	10	∞
Coeficiente de Regularização	0	1/270	1/180	1/105	1/70	1/60	1/17	1/2	1

III — NOVO MÉTODO PROPOSTO

EM princípio, efetuaremos a transformação dos pontos experimentais pelo método geométrico

Se substituirmos dois pontos, pelo meio do segmento que os ligue, obteremos

$$\frac{1}{2} (u_p + u_{p+1})$$

$$\frac{1}{2} (u_{p+1} + u_{p+2})$$

Repetindo a operação, temos:

$$\frac{1}{2^2} (u_p + 2u_{p+1} + u_{p+2})$$

$$\frac{1}{2^3} (u_{p+1} + 2u_{p+2} + u_{p+3})$$

1 O “coefficient de lissage” ou “Smoothing coefficient” é traduzido por Milton da Silva Rodrigues, em seu *Vocabulário Estatístico — Inglês-Português*, por “coeficiente de Regularização” (N do T)

e ao fim de i operações, teremos

$$u'_p = \frac{1}{2^i} (u_{p-i+1} + u_{p+i-1})$$

O símbolo (i) , potência simbólica, significa que cada um dos termos sucessivos

$$u'_{p-i+1} \quad u_p \quad u_{p+i-1}$$

deve ser afetado na ordem dos coeficientes sucessivos do binômio, elevados à potência i . Note-se que, para ter termos simétricos com o coeficiente máximo de u , somos obrigados a admitir para i um valor par

Os coeficientes obtidos dêsse modo têm os valores seguintes

$$k_0 = \frac{1}{2^i} \frac{i!}{\left(\frac{i}{2}\right)! \left(\frac{i}{2}\right)!}$$

$$k_1 = \frac{1}{2^i} \frac{i!}{\left(\frac{i}{2}-1\right)! \left(\frac{i}{2}+1\right)!}$$

$$k_i = \frac{1}{2^i} \frac{i!}{\left(\frac{i}{2}-j\right)! \left(\frac{i}{2}+j\right)!}$$

$$k_i = \frac{1}{2^i}$$

Essa maneira de calcular os coeficientes conduz a um número finito de termos, subordinados ao valor escolhido para i . Os coeficientes binomiais, além de fáceis de calcular, encontram-se em qualquer tabela

Todavia, pode-se ter um valor aproximado, substituindo os fatoriais segundo a fórmula de Stirling

$$x! = x^x e^{-x} \sqrt{2\pi x} \left(1 + \frac{1}{12x} + \dots\right)$$

Substituindo em k_0 , vem

$$k_0 = \frac{1}{2^i} \cdot \frac{e^{-i} \sqrt{2\pi i} \left(1 + \frac{1}{12i} + \dots\right)}{\left(\frac{i}{2}\right) e^{-i} (\pi i) \left(1 + \frac{1}{6i} + \dots\right)}$$

$$k_0 = \sqrt{\frac{2}{\pi i}} (1 + \epsilon_i)$$

Poderíamos ter um valor bem aproximado, fazendo

$$k_0 = \sqrt{\frac{2}{\pi i}}$$

pois, como se vê, o termo geral é dado por

$$k_j = \sqrt{\frac{2}{\pi i}} e^{-\frac{2j^2}{i}}$$

Adotando-se este método de cálculo, a série dos k não é limitada a

$j = 1$, mas os termos tendem para zero muito rapidamente. Na primeira determinação (coeficiente do binômio) logo se vê que a relação básica (a)

$$k_0 + 2 \sum_1^i k_i = 1$$

é satisfeita

Pela fórmula de Stirling, deve-se

$$\text{ter } \left[\sqrt{\frac{2}{\pi i}} \left[1 + 2 \sum_{j=1}^{\infty} e^{-\frac{2j^2}{i}} \right] \right] = 1$$

qualquer valor de i

De fato, esta relação não é rigorosa, mas é verificada com grande precisão, uma vez que i tenha um valor apreciável

Para $i = 2$ o desvio não é senão 0,0001 e diminui consideravelmente quando i aumenta

Ademais disso, a relação pode ser expressa sob a forma

$$\frac{1}{2} + \sum_{n=1}^{\infty} x^{n^2} = \sqrt{\frac{\pi}{i}} \frac{1}{x}$$

Utilizando sempre potências simbólicas superiores a 2, a série dos coeficientes pode ser considerada rigorosamente satisfatória quanto à relação básica (a)

IV — COMPARAÇÃO DOS MÉTODOS

ENCONTRAMOS, portanto, em presença de dois métodos baseados sobre o mesmo princípio de substituição trocar um ponto por uma função linear dos pontos vizinhos. Baseados ambos em premissas arbitrarias seja, redução à soma dos quadrados das diferenças terceiras (ou de outra ordem qualquer), seja a média dos pontos consecutivos

Se a escolha recair no primeiro, resta ainda uma segunda condição a impor o grau de retificação possível de obter. No método analítico, o parâmetro é o coeficiente de "Regularização". Se esse coeficiente é 1, significa então que não se efetuou nenhuma modificação nos dados. Na realidade, corresponde um valor "infinito" para ϵ e a relação de Whittaker torna-se

$$Z^c = \frac{1}{c}$$

e os coeficientes, $k_0 = 1$ e $k_j = 0$

Por outro lado, para um coeficiente de "Regularização" nulo

$$(Z - 1)^c = 0$$

$$e k_0 = k_j \longrightarrow 0$$

o número de coeficientes é ilimitado, todos com valores muito próximos entre si. Em conseqüência, portanto, da

condição básica, todos os pontos u' , que tendem a igualar-se, tornam-se iguais ao valor médio dos u

Em outras palavras, a curva obtida será uma reta, cuja ordenada será o valor médio experimental.

No método geométrico é ainda mais fácil ver como se obtêm os mesmos resultados:

pontos experimentais para $i = 1$
 reta média para $i \rightarrow \infty$

Em resumo, cada um dos dois métodos permite obter, por escolha arbitrária de um parâmetro, uma curva qualquer, cujos extremos são a linha quebrada formada pelos pontos experimentais e a reta média.

À medida que a curva se vai desenvolvendo, desaparecem os acidentes mais pronunciados. No começo, somente as pequenas saliências, em seguida as mais marcantes, e finalmente se diluem tôdas

As curvas das famílias definidas pelos dois métodos descritos são muito semelhantes, senão idênticas.

Pode-se constatar essa semelhança observando as curvas da Fig 1, onde se registram os valores dos coeficientes calculados pelos dois métodos. A escolha conveniente dos parâmetros pode levar a curvas que quase se sobrepõem, pelo menos no começo, uma vez que os coeficientes de Whittaker apresentam oscilações atenuadas, e os do binômio são limitados, e no mínimo têm o mesmo sinal quando calculados pela fórmula de Stirling

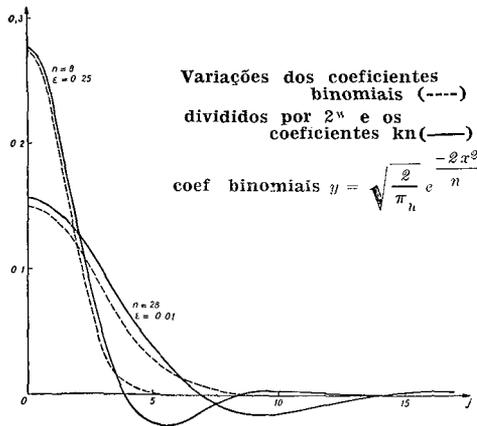


Fig 1

Observam-se igualmente essas mesmas regularidades nos gráficos da Fig. 2 e 3, nos quais se representam três curvas sucessivas, obtidas, cada uma, pelos métodos descritos (geométrico, Whittaker e Blet) para a mesma série de pontos experimentais

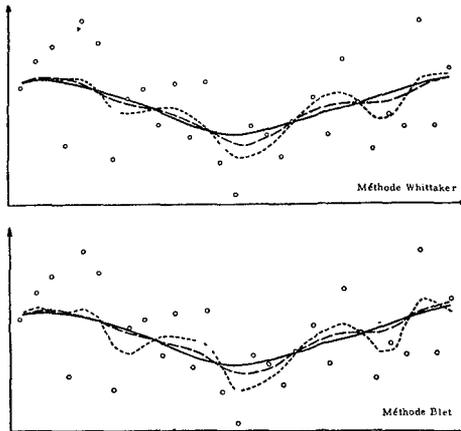


Fig 2

Curvas de "regularização" de graus diferentes obtidas pelos dois métodos.

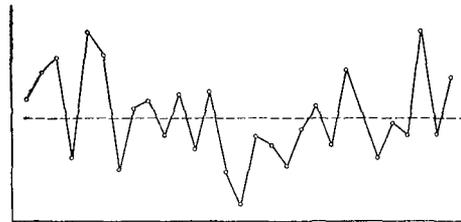


Fig 3

Série de pontos experimentais a interpretar

Dessa identidade das curvas, podemos chegar à seguinte conclusão: O método analítico e o método geométrico podem conduzir, quando feita uma escolha judiciosa dos seus parâmetros, à mesma interpretação dos resultados experimentais. São por consequência, equivalentes.

Whittaker mostra como calcular o coeficiente de "regularização" partindo de k_0

$$\mathcal{L} = \frac{\sqrt{\sum (\Delta^3 k_n)^2}}{\sqrt{20}}$$

Pelos valores calculados para \mathcal{L} , pelo próprio autor, pode-se constatar que a aproximação é bem satisfatória, fazendo $\mathcal{L} = k_0^3$

Ora, como sabemos, $k_0 = \sqrt{\frac{2}{\pi i}}$

$$\text{donde se conclui } i = \frac{2}{\pi k_0^2} = \frac{2}{\pi \mathcal{L}^{\frac{2}{3}}}$$

A tabela III apresenta k e i em função do coeficiente de regularização.

TABELA III

L	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{300}$	$\frac{1}{200}$	$\frac{1}{100}$	
k_0	0	0,14			
i	—	28,5			

Em virtude da equivalência, já demonstrada, entre os coeficientes binomiais e os de Stirling, o método geométrico, que conduz a coeficientes obtidos a partir de uma potência par, sofre uma generalização

Pode-se perfeitamente determinar os coeficientes $k_n, k,$ etc partindo de um valor qualquer de i , o que permite escolher à vontade o coeficiente de regularização desejado

A transformação geométrica proposta procede por etapas descontínuas. O método de cálculo precedente permite assegurar a continuidade dessa transformação

V — MÉTODO INTUITIVO

É PRÁTICA corrente que, em presença de um gráfico de pontos experimentais, procuremos ter uma idéia geral da curva média, traçando-a a “mão livre”, a “sentimento”. Esse método parece evidentemente caracterizado pelo maior empirismo possível. Mas, na realidade deve-se reconhecer que o técnico não é inteiramente livre. Ao contrário, êle é levado por uma idéia preconcebida, consciente ou inconsciente, que faz do desenvolvimento do fenômeno

Temos procurado saber se, despido de qualquer conhecimento antecipado, o “sentido”, que não ousamos chamar de “bom senso”, permitiria a um técnico traçar uma curva média

Então, procuramos representar em um gráfico 29 pontos experimentais (Fig 4), pedindo a um grupo de estudantes “Traçar a curva média que, segundo seu ponto de vista, represente o desenvolvimento geral do fenômeno”

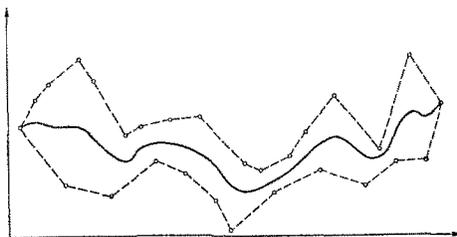


Fig 4

Poligonal envolvente, primeira etapa.

Cada estudante foi isolado e privado de qualquer influência suplementar quanto à natureza do fenômeno. O tempo para o traçado da curva foi estipulado em dois minutos. Não deixamos de reconhecer que esta experiência é passível de crítica, mas indubitavelmente conduziu a algumas conclusões interessantes

Dos indivíduos selecionados alguns nem chegaram a apreender o problema, os demais se distribuíam em quatro grupos. As curvas traçadas por êsses grupos individuais são quase coincidentes, cada uma delas caracterizando-se por um valor diferente para o coeficiente de regularização

É curioso verificar com que precisão a curva feita a *sentimento* se interpõe à curva calculada por um dos métodos matemáticos expostos, procurando-se naturalmente um valor conveniente do parâmetro

Os quatro tipos de curvas obtidas no teste correspondem aos seguintes coeficientes de regularização:

$1 - \frac{1}{17} - \frac{1}{270}$ e 0 . Os que deram à sucessão experimental coeficientes extremos (zero, a reta e 1) estão em minoria absoluta

A maioria traçou a curva de coeficiente $\frac{1}{270}$

Nesse grupo ainda se podem distinguir duas categorias: aquelas que traçaram uma curva com as extremidades elevadas (dando a forma geral de bacia) e os que realmente sentiram a periodicidade real do fenômeno, traçando a curva com a sua extremidade esquerda descendente

A tabela V permite um exame mais minucioso dos resultados do teste

Ainda uma observação: os 10 elementos que não compreenderam o teste são todos indivíduos não familiarizados com êsses estudos

TABELA V

ESPECIFICAÇÃO	Número	%	
Indivíduos não incluídos no teste	10	16	
Linha reta ($L = 0$)	2	3	
Curva $L = 1/270$	Periódica	20	34
	Não periódica	8	13
SOMA	28	47	
Curva $L = 1/17$	13	22	
Curva $L = 1$	7	12	

VI — MÉTODO GRÁFICO

A TÍTULO de curiosidade tentamos ainda a transformação geométrica seguinte: Construir duas linhas poligonais passando pelos pontos experimentais, de modo a não ficar nenhum ponto, quer no interior, quer no exterior. Cada ponto ficará necessariamente em uma ou outra daquelas poligonais. Traçar em seguida a curva mediana com a semi-soma das ordenadas de cada ponto. Esta curva é a que vemos na Fig 6. É digna de nota sua perfeita semelhança com a curva de coeficiente $\xi = \frac{1}{17}$.

O problema seguinte foi: envolver a poligonal precedente por outra que ligue os seus pontos extremos. Sua representação é a da Fig 7, que nos oferece uma ótima reprodução da curva de coeficiente $\xi = \frac{1}{270}$.

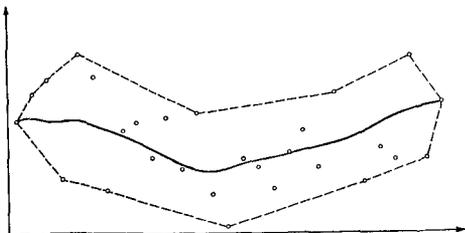


Fig 5

Poligonal envolvente, segunda etapa

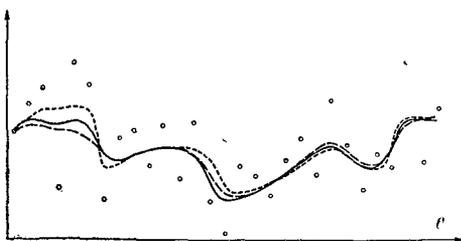


Fig 6

$$\left(L = \frac{1}{17}\right)$$

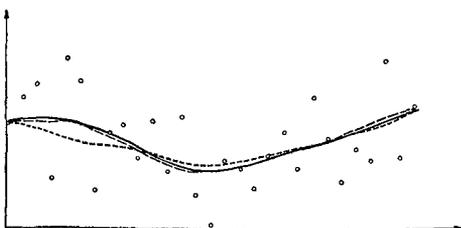


Fig 7

$$\left(L = \frac{1}{270}\right)$$

Este método de aplicação, muito simples, tem, como é óbvio, suas limitações, ou seja, as condições impostas ao traçado das poligonais. Segundo essas condições, as curvas medianas obtidas dariam tôdas as aproximações possíveis compreendidas entre 1 e 0.

VII — EXAME E CRÍTICA DOS RESULTADOS

A COMPARAÇÃO dos quatro métodos estudados é feita a um simples golpe de vista, examinando-se os gráficos das Figs 8 e 9, os quais reproduzem as quatro curvas

O exame desses gráficos mostra perfeitamente que os quatro métodos estudados conduzem, com ótima aproximação, à mesma curva média, que poderá ser uma, dentre tôdas as curvas médias possíveis

À primeira vista, esta conclusão pode parecer uma decepção, algumas palavras, entretanto, mostrarão o seu interesse. Esse interesse reside, essencialmente, numa justificativa recíproca dos diversos métodos

Existe um vínculo muito estreito entre a regularização de uma curva obtida por um método geométrico ou analítico (média dos pontos dois a dois ou diferenças terceiras reduzidas a uma relação dada) e a idéia mais ou menos precisa que um espírito provido de bom senso pode ter dessa mesma curva

Por outro lado, as premissas arbitrárias que presidem a cada um desses métodos são de modo claro postas em evidência, no que concerne ao método matemático: definição do coeficiente de regularização, redução da soma das diferenças terceiras, traçado das linhas poligonais, número de operações efetuadas tomando as médias duas a duas.

No que diz respeito ao método intuitivo, os indivíduos foram privados de qualquer indicação sobre o fenômeno estudado, sua natureza, ordem de grandeza dos erros prováveis etc.. Reagiram, portanto, ao acaso, sem idéia preconcebida. Daí os resultados obtidos. Este método, por conseguinte, foi baseado na idéia que se faz, consciente ou inconscientemente, de um fenômeno qualquer

CONCLUSÕES

ÉSTE estudo comparativo dos diversos métodos de regularização de pontos experimentais destaca claramente os princípios arbitrários, as limitações, em que repousa cada um deles, e mostra que todos são susceptíveis de conduzir ao mesmo resultado, quando feita uma escolha judiciosa de seus parâmetros.

De fato, pode-se aplicar, conforme a preferência, este ou aquele método. Não se pode, todavia, deixar de levar em consideração que o método intuitivo é o mais rápido, o que não se verifica com o método analítico, que exi-

ge cálculos laboriosos e complexos. Mas, qualquer que seja o método aplicado, a escolha do grau de regularização será sempre uma condição imposta, em função da natureza do fenômeno que se queira pôr em evidência.

n	= 0 01	= 0 02	= 0 03	= 0 1	= 0 25	= 1
0	0 1570	0 1769	0 1076	0 2347	0 2771	0 3601
1	0 1482	0 1644	0 1873	0 2056	0 2297	0 2604
2	0 1254	0 1329	0 1397	0 1412	0 1356	0 1045
3	0 0948	0 0928	0 0812	0 0721	0 0486	0 0023
4	0 0628	0 0536	0 0359	0 0191	- 0 0046	- 0 0293
5	0 0341	0 0216	0 0027	- 0 0110	0 0036	- 0 0213
6	0 0117	- 0 0001	- 0 0145	- 0 0211	- 0 0211	- 0 0056
7	- 0 0035	- 0 0125	- 0 0191	- 0 0186	- 0 0108	0 0032
8	- 0 0119	- 0 0165	0 0161	- 0 0110	- 0 0017	0 0044
9	- 0 0148	- 0 0151	- 0 0099	- 0 0035	0 0031	0 0023
10	- 0 0139	- 0 0110	- 0 0038	0 0011	0 0039	0 0003
11	- 0 0108	- 0 0062	0 0005	0 0034	0 0027	- 0 0006
12	- 0 0070	- 0 0021	0 0027	0 0033	0 0010	- 0 0005
13	- 0 0034	0 0008	0 0032	0 0022	- 0 0001	- 0 0002
14	- 0 0005	0 0024	0 0026	0 0009	- 0 0005	0 0000
15	0 0014	0 0028	0 0016	0 0000	- 0 0005	0 0001
16	0 0013	0 0025	0 0006	0 0004	- 0 0003	0 0000
17	0 0025	0 0018	- 0 0001	- 0 0005	- 0 0001	
18	0 0022	0 0010	- 0 0001	- 0 0004	0 0001	
19	0 0017	0 0003	- 0 0005	- 0 0002	0 0001	
20	0 0010	- 0 0001	- 0 0004	0 0000	0 0000	
21	0 0005	- 0 0001	0 0002	0 0000		
22	0 0000	- 0 0004	- 0 0001	0 0001		
23	- 0 0002	- 0 0004	0 0000	0 0000		
24	- 0 0001	- 0 0003	0 0001			
25	- 0 0001	- 0 0002	0 0001			
26	- 0 0003	0 0000	0 0001			
27	- 0 0002	0 0000				
28	- 0 0001	0 0001				
29	- 0 0001	0 0001				
30	0 0000	0 0001				
31	0 0000					
32	0 0001					
33	0 0001					
34	0 0001					
35						

APLICAÇÃO DA AMOSTRAGEM NOS INQUÉRITOS AGROPECUÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

ESTA monografia foi apresentada à III Conferência Interamericana de Estatística pela Repartição de Estatística da FAO e traduzida para o português por Esmeralda de Faria Kunicki e Hespéria Zuma de Rosso

EM numerosos países, os sistemas estatísticos cresceram em torno de suas engrenagens administrativas. Os minuciosos mecanismos administrativos e os registros estabelecidos desde muito tempo proporcionaram as bases sobre as quais assentou a organização dos serviços estatísticos. O novo mundo que é a América Latina não se aproveitou de tais vantagens. Ainda existem nessa região vastas extensões de território virgem e áreas escassamente povoadas. Não há mapas cadastrais da maior parte da área territorial.

Antes de 1950, somente um reduzido número de países, entre os quais se encontravam a Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, tinha estabelecido um sistema oficial de estatísticas agropecuárias em bases elementares. Em outros, ao contrário, dificilmente existia alguma organização permanente encarregada de compilar estatísticas agropecuárias e só se dispunha de dados estatísticos irregulares. O campo coberto pelas informações era, em todo o caso, notoriamente incompleto.

Durante os últimos anos se tem observado, entretanto, na maior parte desses países, um firme propósito de organizar e melhorar os sistemas estatísticos. Em 1950, os serviços nacionais de estatística foram encarregados das operações relativas ao Censo das Américas, cujo programa foi preparado pela Comissão do Censo das Américas de 1950 (COTA), do Instituto Interamericano de Estatística (IASI), em estreita cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), no que toca ao censo agropecuário. Este foi o primeiro trabalho sistemático no campo da estatística agropecuária para a maioria dos países latino-americanos.

Ao empreender a difícil e dispendiosa tarefa de um censo agropecuário previu-se, naturalmente, que ela proporcionaria aos países da América Latina a oportunidade e as bases para estabelecer, reorganizar e melhorar seus serviços regulares de estatísticas agropecuárias contínuas.

A organização dos serviços de estatísticas agropecuárias está, no entanto, estreitamente ligada ao desenvolvimento dos métodos adaptados às condições que prevalecem na região. Existe também uma tendência à utilização de métodos tradicionais, baseados em informações fornecidas pelos agentes agropecuários ou qualquer outro funcionário administrativo, sobre as áreas sob sua jurisdição.

Com efeito, são estes os métodos usados nos três grandes países latino-americanos que possuem um sistema oficial regular de estatísticas agropecuárias. Por exemplo, na Argentina, país que se acha dividido em 50 zonas agropecuárias, as informações estatísticas sobre colheitas são obtidas através de observações diretas feitas por um inspetor. Indubitavelmente, as zonas são demasiado extensas para permitir inspeções individuais a todos os estabelecimentos.

No Brasil, a unidade de contagem é o município e os dados correspondentes a cada um são coletados pelo agente municipal encarregado da estatística, através de investigação feita entre os agricultores locais. No México aplica-se, mais ou menos, o mesmo sistema.

Esses métodos conduzem, geralmente, a resultados estatísticos incertos e de difícil controle, devido, sobretudo, ao caráter subjetivo das apreciações. A magnitude e sentido da diferença entre o número informado e o verdadeiro depende de uma variedade de fatores e pode ser, em conjunto, bastante grande para viciar os resultados. O simples fato de serem as estatísticas obtidas através de uma contagem completa de todas as unidades do país não assegura, necessariamente, a qualidade da informação. Para o emprego de métodos mais objetivos, a unidade de contagem deve ser a entidade básica, tal como o estabelecimento ou o próprio campo cultivado.

A CONTAGEM anual, completa e objetiva, de tais unidades básicas exige pessoal qualificado e eficiência administrativa na tabulação e elaboração dos dados em uma escala fora do alcance da maior parte dos países da referida região. A única alternativa é o método de amostragem.

O número relativamente pequeno de unidades que se utilizam da amostragem, em contraposição ao número total de unidades da população no caso de um censo, torna viável o emprego de pessoal melhor treinado para a contagem, assim como a adoção de técnicas mais adequadas de observação e supervisão. Exceto nos casos em que se dispõe de um plano de trabalho adequado e detalhado, em que se obtenham as estatísticas como resultado de trabalhos normais de administração através de métodos objetivos de contagem, e no qual se garanta que o trabalho é completo e a supervisão apropriada, o total dos esforços e gastos que implica um censo anual seria melhor utilizado se se organizassem inquéritos por amostragem para coletar as estatísticas.

O sistema de amostragem não pode fornecer, no entanto, informações detalhadas para cada unidade ou indivíduo da população, um censo periódico é geralmente suficiente para as finalidades mais práticas e isto é tudo quanto se espera poder organizar-se com êxito.

Em vista das considerações anteriores, a FAO se tem empenhado em estimular o emprego do método de amostragem no campo das estatísticas agropecuárias contínuas nessa região. Estes esforços têm sido coordenados com as atividades do IASI e com o programa bilateral de assistência dos Estados Unidos nesse campo. Entre os exemplos de tais esforços acham-se a organização de centros regionais de treinamento e demonstração, a concessão de bolsas de estudo para os métodos modernos de coleta das estatísticas agropecuárias no exterior e a designação de técnicos do Programa Ampliado de Assistência Técnica em alguns países, para colaborar no estabelecimento de serviços estatísticos agropecuários que utilizam métodos modernos de amostragem.

De julho a outubro de 1952, organizou-se em Quito, Equador, um centro de treinamento de amostragem estatística aplicada à agricultura. Sessenta participantes de 11 países assistiram às conferências, que foram complementadas com uma demonstração prática da aplicação dos métodos de amostragem em inquéritos agropecuários, realizada na província de Pichincha. Foram concedidas, além disso, doze bolsas de estudo a naturais do Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Uruguai para aprendizagem de métodos modernos no exterior. Na Argentina, será organizado dentro em pouco outro centro de demonstração de amostragem. Por solicitação dos países, técnicos e consultores do ETAP foram enviados à Colômbia, Costa Rica, Equador e Panamá. Mais adiante serão discutidos ligeiramente alguns problemas relacionados com os inquéritos por amostragem efetuados nestes países.

Deve-se advertir, entretanto, que nenhum plano particular de amostragem pode ser aplicado indistintamente em todos os países da mencionada região. As condições diferem de país para país. Algumas características comuns são antes de aspecto negativo: escassez de pessoal adequadamente treinado, carência de registros e cadastros e deficiência de máquina administrativa bem estabelecida e organizada, que abranja a totalidade do país e à qual se possa confiar a responsabilidade de obtenção de informações relativas às propriedades rurais individuais como tarefa de rotina.

Por outro lado, a maioria dos países executou censos agropecuários em 1950. O propósito fundamental do programa censitário de 1950 foi o de proporcionar aos encarregados do preparo de planos de política agropecuária a informação básica a ser utilizada no planejamento da gerência da propriedade rural, do fomento do bem-estar rural, etc., seu objetivo adicional, porém, consistia em assegurar um marco de trabalho adequado para o estabelecimento de um sistema de estatísticas agropecuárias contínuas. Os resultados de censo poderiam ser usados também como números de referência para o cálculo de estimativas à base de amostragem. Infelizmente, foram poucos os países que puderam tabular os seus dados censitários.

Não é possível, no entanto, aguardar até que os resultados completos dos censos estejam apurados para proceder à organização e aperfeiçoamento das estatísticas contínuas. Deve-se fazer uso de quanta informação fidedigna possa existir, seja proveniente do censo agropecuário, seja de outras fontes. Por exemplo, no inquérito realizado na Colômbia, descrito a seguir, não se fez maior uso de resultados provenientes das tabulações censitárias do que para verificações ocasionais.

Inquérito agropecuário por amostragem na Colômbia

A PRIMEIRA tentativa de realização de um inquérito agropecuário por amostragem em grande escala ocorreu na Colômbia, em 1953, no Departamento do Vale do Cauca. O marco da contagem desse inquérito foi proporcionado pelo *cadastro*, que é simplesmente uma relação das propriedades rurais e urbanas, organizada alfabeticamente segundo os nomes dos proprietários. A lista dá a superfície e a localização aproximada de cada propriedade. Os dados correspondentes foram retabulados de acôrdo com certos agrupamentos geográficos chamados *veredas*, nos quais se encontram localizados os *prédios*. As *veredas* — total 2 828 — foram primeiro estratificadas segundo o clima (quente, médio, frio, muito frio) e posteriormente, de acôrdo com as respectivas superfícies aproximadas, conforme aparecem registradas no *cadastro*. Foram selecionadas, ao todo, 194 *veredas* na amostra, as quais foram distribuídas entre os diferentes estratos em proporção à sua área total, foram incluídas, porém, tôdas as *veredas* que contavam mais de 4 000 hectares de superfície. A totalidade dos estabelecimentos de cada *vereda* selecionada foi arrolada e agrupada em três classes, a saber: propriedades pecuárias, grandes propriedades e outros.

Como segunda fase deste inquérito por amostragem, selecionaram-se, de acôrdo com a superfície de cada classe, aproximadamente uns 14% dos estabelecimentos de cada uma das *veredas* incluídas na amostra. Desta maneira, foram selecionados, ao todo, uns 2 800 estabelecimentos. As informações foram obtidas mediante entrevistas diretas com os agricultores. O inquérito foi planejado em abril de 1953. As aulas de treinamento de pessoal de campo realizaram-se nesse mês e a contagem foi iniciada em maio. A maior parte do pessoal do campo foi fornecida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e constou de 73 recenseadores, 25 auxiliares de contrôle, 14 supervisores e 5 funcionários de alta categoria. A maior parte da contagem terminou em julho. O referido pessoal, em sua totalidade, trabalhou somente durante um mês.

Este inquérito foi seguido por outro, em escala nacional, em 1954. Tanto o desenho da nova amostra como o marco da contagem usados, foram completamente diferentes. Não se pôde utilizar o *cadastro* como marco da contagem devido ao fato de os diversos departamentos do país não os terem organizado da mesma forma e de tanto a classe como a qualidade da informação variar de um departamento para outro. Por outro lado, a retabulação dos dados do *cadastro* para formar agrupamentos por *veredas*, como se fez no caso do inquérito do Valle, além de demorada e dispendiosa, não tinha relação alguma com as operações censitárias do passado nem com aquelas de possível realização no futuro, a não ser que posteriormente se estabelecesse a *vereda* como uma unidade claramente definida para fins administrativos e que o *cadastro* fôsse atualizado e organizado em bases uniformes em todos os departamentos.

Tendo em vista essas considerações, pensou-se, então, que os setôres em que se dividiu cada municipalidade para fins de contagem no censo de 1950 poderiam ser mais vantajosamente utilizados como unidades de amostra nesse inquérito. Ainda que não se pudesse encontrar o registro dos limites de alguns setores, esta deficiência foi facilmente sanada mediante uma reconstituição dos ditos setores pelos mapas, com o auxílio da Secção de Cartografia do Departamento (Nacional) de Estatística.

Empregando uma taxa de amostragem de 1 em 20, selecionaram-se, ao acaso, cerca de 600 setores para que constituíssem a amostra. Cada setor incluía, em média, uns 80 estabelecimentos. Cada setor selecionado foi contado em sua totalidade por um funcionário que visitou cada agricultor, informando-se sobre a utilização da terra, as superfícies cultivadas, semeadas ou por semear em 1954, e a existência de gado em 1º de junho.

Para os fins da organização do trabalho de campo, o país foi dividido em 21 secções (isto é, alguns departamentos foram divididos em dois, para fins de inquérito), cada uma das quais ficou a cargo de um visitador, em geral funcionário permanente do Departamento de Estatística, conhecedor da região em que atuava. Os referidos funcionários foram treinados durante um período aproxi-

modo de duas semanas e treinaram, por sua vez, os supervisores e recenseadores de suas respectivas secções. A contagem teve início em 10 de junho e terminou em princípios de julho.

Os setores de cada departamento incluídos na amostra foram estratificados de acordo com as bem definidas regiões climáticas da Colômbia. Foi empregado o método de estimativa proporcional. Para rubricas tais como áreas semeadas e número de estabelecimentos, a amostra total dentro de cada estrato foi multiplicada pela razão da área do estrato para a soma das áreas dos setores da amostra incluídos no grupo a que pertence o setor. Para o caso da existência de gado, o número médio de animais por setor incluído na amostra, multiplicado pelo total do número de setores de cada estrato, produziu a informação desejada.

A experiência adquirida na Colômbia indica que a estratificação pelas regiões climáticas pode ser um instrumento de eficiente e útil aplicabilidade em muitos outros países desta região.

UM dos pontos mais importantes desse inquérito foi a verificação física das áreas cultivadas por meio de medições objetivas. Para tal, foi necessário que se ministrasse treinamento especial ao pessoal sobre preparo e interpretação de esboços e sobre técnicas de medição. Este trabalho foi confiado aos supervisores por julgar-se que os recenseadores empregados na contagem geral dos setores não teriam capacidade para realizá-lo. A área das culturas foi determinada usando-se o método de contagem do número de passos dados pelos lados dos terrenos respectivos (facing method).

No entanto, daí resultaram sérias dificuldades, especialmente no tocante às plantações de café. Nas zonas montanhosas, onde se cultivava o café, o número de passos em 100 metros varia enormemente nas diferentes etapas do percurso ao redor dos terrenos. Ademais, o recenseador perde-se amiúde no cafézal devido aos obstáculos que encontra, tais como matas de carvalho, árvores de sombreamento, cana-de-açúcar, matas de bambus e outros arbustos, que o impossibilitam, também, de perceber de modo cabal a forma do lote. Tendo em vista esses problemas e a dificuldade de dispor de pessoal de campo devidamente treinado durante o curto período da contagem, as medições objetivas das áreas cultivadas limitaram-se a uma operação de caráter experimental em 8 setores de 4 departamentos.

Como segunda fase deste inquérito em escala nacional, foram planejadas e executadas duas investigações específicas adicionais. A primeira relacionava-se com os setores da amostra geral nos quais se cultivava café. Para os fins desta investigação, foram selecionados ao acaso 15 estabelecimentos em cada setor. A outra operação desta segunda fase do inquérito por amostragem refere-se a uma investigação-piloto para estimar rendimentos da produção de arroz, mediante coleta objetiva de pequenas amostras nos campos de arroz. Foram tomados dois estabelecimentos de cada setor e dentre estes selecionado ao acaso um lote de 10 x 5 metros em um campo também selecionado ao acaso. A produção desses pequenos lotes foi colhida em sua totalidade.

Espera-se que estas experiências-piloto sejam continuadas em inquéritos futuros. A importância das medições objetivas nunca chegará a ser bastante destacada, particularmente no caso de estimativas da produção de culturas destinadas à alimentação, porquanto sobre estas não existe informação segura que possa ser utilizada como comprovação, esse tipo de informação existe para culturas como café e cacau, geralmente comercializadas.

O método de estimativa dos rendimentos por meio da arrecadação da colheita de pequenos lotes selecionados ao acaso nas plantações já foi experimentado e adotado na Índia, no Japão, na Alemanha e em Ceilão. A adoção desse método por parte dos países desta região pode exigir, no entanto, a resolução de vários problemas de caráter técnico e de organização. Por exemplo, não existem nesta região períodos uniformes de semeadura e de colheita no caso do arroz. Os planos de operação e os processos de estimativa podem, desta maneira, diferir em muitos aspectos importantes dos utilizados nos países anteriormente citados.

Inquérito agropecuário por amostragem em Costa Rica

DESDE 1950, ano em que se levantou o censo, já se realizaram em Costa Rica quatro inquéritos nacionais por amostragem para obter estatísticas agropecuárias. Durante os três primeiros anos empregaram-se amostras que incluíam uns 5 000 estabelecimentos aproximadamente. A amostra compreendia cerca de 10% dos estabelecimentos do cadastro censitário, uma vez separados os estabelecimentos

grandes, que foram todos incluídos na investigação. Os estabelecimentos, ao serem selecionados simplesmente ao acaso, encontravam-se muito dispersos, e por conseguinte, sua contagem implicava em considerável emprêgo de tempo e em custo elevado. No quarto ano, no inquérito de 1953-54, o plano de amostragem foi substituído por outro, a conselho de um estatístico da FAO que então visitou o país por alguns dias. Os estabelecimentos vizinhos foram agrupados em segmentos, que formaram a unidade de amostragem, e estes em vários estratos, de acôrdo com a sua superfície. Isto não somente reduziu o êrro de amostragem, como também reduziu o custo do inquérito em cêrca de 50%, em comparação com as somas despendidas em qualquer dos anos anteriores.

Em Costa Rica, planeja-se levantar outro censo em 1955. Um aspecto especial do programa desse censo está relacionado com a idéia de coletar dados adicionais sôbre alguns aspectos econômicos gerais, a fim de satisfazer às necessidades de várias instituições bancárias e comerciais. Foi sugerido que esses dados sejam obtidos à base de amostragem, empregando-se o desenho da amostra de 1953-54.

Inquérito Agropecuário por Amostragem no Panamá

ENTRE 1953 e 1955 foi executada no Panamá, com a colaboração do programa de assistência técnica da FAO, uma série de inquéritos por amostragem (quatro ou cinco), para estimar a área e a produção de várias culturas e hortaliças e para estimar o efetivo de gado. O desenho geral de todos os inquéritos permaneceu mais ou menos sem alteração. No desenho da amostra e nas estimativas fêz-se amplo uso dos dados censitários.

As unidades primárias de amostragem foram constituídas pelos *corregimientos*, os quais, dentro de cada província foram agrupados em vários estratos de acôrdo com o efetivo da população bovina, registrada pelo censo. O número de estabelecimentos de cada *corregimiento* foi extraído dos dados censitários, e de cada estrato selecionados dois *corregimientos*, com probabilidades proporcionais ao número de estabelecimentos. Dentro de cada *corregimiento* selecionado, formaram-se segmentos compreendidos entre 10 e 25 estabelecimentos. Esses segmentos foram organizados com base nos distritos de contagem usados no censo de 1950. Na etapa inicial do desenho da amostra foi selecionado ao acaso um segmento de cada um dos *corregimientos* previamente selecionados. Este desenho excluiu o subuniverso dos grandes estabelecimentos, todos incluídos na amostra. Foram utilizadas razões de estimativas, empregando-se como números de referências os dados censitários das áreas cultivadas, para aumentar os totais da amostra, o estabelecimento dessas razões produziu estimativas com pequenos erros de amostragem e toleráveis para o conjunto do país.

Um aspecto importante desses inquéritos foi o estudo das possibilidades e importância dos erros não atribuídos ao processo de amostragem. O estudo de alguns tópicos comuns a dois ou mais inquéritos revelou inconsistências notórias. Várias verificações no terreno demonstraram que os erros não atribuídos ao processo de amostragem, podem ser ainda maiores que os erros comuns de amostragem e de tal ordem a viciar completamente os resultados. Algumas das inconsistências lançaram luz sôbre a própria qualidade dos dados censitários.

Não é nosso propósito analisar aqui as causas das deficiências que puderam ocorrer no processo de contagem do censo de 1950. Esse censo foi o primeiro trabalho de tal natureza, realizado por um pessoal relativamente inexperiente, não se pode, portanto, esperar que seus resultados sejam perfeitos. Os inquéritos por amostragem que atualmente se organizam nos diferentes países, com pessoal possivelmente melhor preparado, oferecem oportunidade para estabelecer sistemas de verificação que permitam julgar a qualidade dos dados censitários, além do seu propósito principal de obter estatísticas agropecuárias contínuas. Um comentário geral que se pode fazer em relação à significação da lista de agricultores proporcionada pelo censo de 1950 como marco para selecionar a amostra é o seguinte:

Se um plano de amostragem não inclui medidas para completar a lista, é bem possível que venha a sofrer falhas em sua cobertura. Feito isso, porém, tem-se a impressão, em têmos gerais, de que a amostragem por áreas ou por conglomerados constituirá processo adequado às condições que atualmente existem na maioria dos países latino-americanos.

Não há dúvida de que os dados censitários devem ser usados na demarcação dessas áreas e para determinar a superfície que elas devem ter quando se desenha a amostra, cada área selecionada, porém, deve ser contada em sepa-

rado, a fim de constituir uma lista completa de todos os estabelecimentos incluídos dentro de seus limites

A respeito, cabe acrescentar-se uma observação relacionada com as culturas menores, tais como a de hortaliças. Um volume substancial de hortaliças se cultivava em estabelecimentos de superfície muito reduzida, razão pela qual são, por exclusão, possivelmente ignoradas em um levantamento censitário. Esse fato foi amplamente comprovado pelo inquérito sobre hortaliças no Panamá. Os dados censitários devem ser usados com muita cautela em tais casos. Mais ainda, descobriu-se que os estabelecimentos mudavam rapidamente da produção de hortaliças para a de outros produtos, possivelmente tanto como resultado das alterações da demanda no mercado local, como por outros motivos. Por isso, o inquérito por amostragem para determinar a produção de hortaliças no Panamá não deu resultados satisfatórios. O problema exige maior estudo.

Operações combinadas de censos e inquéritos por amostragem

TAL como se observou no caso de Costa Rica, em alguns outros países também estão sendo feitos esforços para organizar simultaneamente operações censitárias e inquéritos destinados à obtenção de estatísticas agropecuárias contínuas. Esses esforços visam, em primeiro lugar, à preparação de um cadastro completo de todos os estabelecimentos e à obtenção de informação sobre alguns tópicos básicos, tais como utilização e propriedade da terra, superfície do estabelecimento, etc., e em segundo lugar, a selecionar um grupo de estabelecimentos para nêles efetuar mais tarde estudos sobre tópicos tais como áreas cultivadas e produção, número de cabeças de gado, etc.

O Equador oferece outro exemplo desta espécie. De fato não se havia realizado nesse país nenhum censo até 1954, quando a FAO para lá enviou um técnico pelo programa da ETAP, para colaborar nesse plano de dupla finalidade. O programa de amostragem começou em uma das províncias e vai ampliar-se paulatinamente a outras. Para o desenho da amostra fez-se uso total da informação preliminar obtida na operação de registro e listagem de todos os estabelecimentos. As paróquias de cada cantão foram agrupadas de acordo com os traços mais salientes de suas condições climáticas ou conforme as divergências pronunciadas da intensidade de cultivo.

As unidades primárias de amostragem eram constituídas por "sítios" (que podiam ser plantações, vilas, povoados, setores ou qualquer outra unidade conveniente e identificada), que foram selecionadas com probabilidade proporcional ao número de estabelecimentos. Como se conhecia a distribuição dos estabelecimentos por superfície em todo o cantão, a escolha dos estabelecimentos dentro dos "sítios" selecionados foi disposta de tal maneira que cada agrupamento por superfície ficou bem representado. Esta amostra, como ponto de partida, não incluiu o subuniverso dos grandes estabelecimentos, que foram completamente contados.

A FAO tem planos de auxílios para operações semelhantes, de combinação de censos e de inquéritos por amostragem, que se realizaram no Chile e no Peru em 1955. O princípio merece alguma atenção, particularmente no que diz respeito às regiões empenhadas em melhorar seus sistemas estatísticos. Deseja-se fazer notar que a informação básica que se obtém ao arrolar todos os estabelecimentos é útil para o preparo de um desenho eficiente de amostragem, assim como para outros estudos sobre tópicos específicos.

O que talvez seja necessário frisar mais é que a amostragem por si mesma, se se conta com pessoal melhor treinado e com uma supervisão mais intensa, pode ser utilizada para verificar a qualidade das operações censitárias. O custo do inquérito por amostragem geralmente constitui apenas uma pequena fração de uma operação que implique no registro completo de todas as unidades; no entanto, uma integração adequada dos dois sistemas pode melhorar a qualidade dos dados coletados. Deve dedicar-se a atenção devida a este assunto na preparação do programa do censo agropecuário de 1960.

A ECONOMIA AGROPECUÁRIA EM SÃO PAULO

O CENSO Agrícola de 1950 revelou que a área dos estabelecimentos agropecuários do Estado de São Paulo se distribui muito irregularmente. De um lado, latifúndios acima de 1 000 hectares de extensão, que abarcavam mais de um terço da área agrícola estadual, medindo, uns pelos outros, 2 557 hectares; propriedades de menos de 100 hectares — cuja extensão total não atingiria uma quarta parte da área agrícola, computando, em média, 25 hectares — de outro lado. De permoio, estabelecimentos medianos, para as condições locais (entre 100 e 1 000 hectares de extensão), que cobriam mais de 41% da área agrícola do Estado, e mediam, individualmente, perto de 269 hectares. Os grandes latifúndios contavam-se por cerca de 2 500, embora se estendessem por mais de 6,5 milhões de hectares; os estabelecimentos menores somavam 190 milhares, mas só dispunham de 4,7 milhões de hectares de terra.

Quase metade da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários paulistas era utilizada em 1950 como pastagens. As lavouras cobriam apenas a quinta parte da área total (22%). A área restante tem significação e economia restrita (extração de lenha, de madeiras, etc.) São Paulo é uma das Unidades Brasileiras em que a extensão das lavouras permanentes alcança dos mais altos índices. Isto se deve, evidentemente, à cultura cafeeira, base da economia rural do Estado.

Mais de um milhão de trabalhadores agrários, em São Paulo, não possuem a terra em que trabalham. Como o total das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Estado se eleva a 1,5 milhões (Censo Agrícola de 1950), conclui-se que possuidores de terras formam minoria, da ordem tão somente de 30%. Por outras palavras, em 7 trabalhadores, apenas 2 serão proprietários, ou coproprietários, das terras em que exercem o seu labor. Na grande massa dos trabalhadores sem terra estão computados, tanto os arrendatários e administradores de estabelecimentos alheios, como os simples assalariados rurais (jornaleiros, parceiros, colonos, etc.)

Em um milhão e meio de trabalhadores rurais recenseados em 1950 nos estabelecimen-

tos agrários de São Paulo, mais de 250 mil eram menores de 15 anos de idade. Por aí se vê que a mão de obra infantil, mesmo em setor agrícola do País, ainda tem participação ponderável na atividade agropecuária. É de admitir que, desviadas desde cedo para a produção econômica, essas crianças não possam frequentar a escola. Aí está, provavelmente, um dos motivos do generalizado analfabetismo infantil nas zonas rurais do Estado: o Censo Demográfico de 1950 demonstrou que aproximadamente 70% das crianças em idade escolar (5 a 14 anos), moradores nos campos paulistas, não sabiam ler nem escrever.

A mecanização da lavoura registra avanço auspicioso em São Paulo, nos últimos anos. Os dados estatísticos mais completos e atuais de que, entretanto, se dispõe, referem-se a 1950 (resultados do Censo Agrícola). A época, utilizavam-se 3 819 tratores e 224 947 arados, nos estabelecimentos agropecuários do Estado. A cada unidade de trabalho, correspondiam 1 115 hectares de lavouras para os tratores e 19 hectares, para os arados. Embora fossem dos melhores no plano nacional, esses índices figuravam desfavoravelmente no confronto internacional: a relação, por trator, alcançava 48 hectares de terras de lavouras, nos Estados Unidos; 83 hectares no Uruguai; 85 hectares no Canadá; 102 hectares na Alemanha, etc.

Desde 1920 que se realizam, no Brasil, Censos Agrícolas periódicos. O último, promovido em 1950, fez parte do VI Recenseamento Geral do País, que compreendeu, além deles, os Censos Demográfico, Industrial, Comercial, dos Serviços, e inquéritos sobre Transportes e Comunicados. Os levantamentos censitários de 1950 foram executados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, órgão de caráter transitório, criado junto à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (IBGE). Como, por força de lei devemos realizar em 1960 novos inquéritos censitários da mesma amplitude, está sendo estudada a conveniência de transformar-se o Serviço Nacional de Recenseamento em repartição permanente, para que possa melhor aproveitar a experiência passada, em proveito dos futuros levantamentos.

O CONTRÔLE DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO ALEMÃO

DIVULGAMOS a seguir, data vênua, um sugestivo estudo da autoria do prof *Everet Cherrington Hughes*, da *Universidade de Chicago*, publicado em "*The American Statistician*", número de dezembro de 1955. A tradução é de autoria de *Ruth Göttert*.

“**C**LASSIFICAÇÃO Racial de Pessoas que casaram em 1938” No verão de 1953 vi, por acaso, este título em uma tabela do “Anuário Estatístico” de 1941-1942 do Reich alemão, o último publicado pelo regime nazista. Devido ao meu trabalho anterior com a estatística oficial alemã, eu estava praticamente seguro de que os pré-nazistas alemães possuíam uma religião, mas não uma raça. O estatístico alemão era o oposto ao estatístico americano, que possuía raça e não religião.

O acaso, que me fez notar essa modificação de classificação no censo alemão, levou-me a formular uma pergunta: “Que alterações o estatístico do Reich alemão foi obrigado a fazer no Anuário oficial, quando os nazistas se apossaram do Governo?” Atrás disso, há outras perguntas de caráter geral para os estatísticos profissionais: “Até que ponto é o seu trabalho politicamente neutro? Até onde são as próprias categorias em que apresentam seus dados, sujeitas a exigências políticas?”

Não conheço as respostas para essas perguntas. Percorri porém, todos os anuários estatísticos alemães, desde o último da república pré-nazista de Weimar de 1932, os do período nazista e o primeiro volume de após-guerra, para verificar as alterações que ocorreram na apresentação das categorias e das informações à medida que se processavam modificações políticas radicais. Não sei quão profundamente os nazistas interferiram nas opiniões particulares do estatístico do Reich, ou se pessoas do Partido foram postas no seu gabinete para vigiá-lo. Possuo apenas a evidência, apresentada pelos próprios Anuários Estatísticos. O último volume de Weimar e todos os Anuários nazistas, com exceção do último, estão assinados por um Dr Reichardt, do Departamento Estatístico do Reich.

O último volume nazista, de 1941-42, está assinado por Godlewski. Não sei se o Dr Reichardt simplesmente alcançou a idade da aposentadoria em fins de 1940 ou, se aconteceu, finalmente, não ser ele suficientemente “controlado”. Muitos homens tentaram continuar seu trabalho fazendo pequenas concessões ape-

nas para verificarem um dia que era impossível continuar e que a sua renúncia se tornava, então, inevitável. Devo acrescentar, também, que não sei o que aconteceu com Godlewski; ele certamente não assinou o primeiro Anuário da nova república de Bonn.

O prefácio do último Anuário pré-nazista de 1932 é a pequena declaração exata e insípida que se espera de um funcionário público dedicado, acostumado a prosseguir, modestamente, no seu trabalho, enquanto se sucedem os primeiros ministros e gabinetes. Nêle não se encontram palavras a respeito de partidos ou política governamental, nem qualquer símbolo político.

Quando, em novembro de 1933, o Dr Reichardt assinou o Anuário seguinte, Hitler ocupava o lugar de Chanceler do Reich há quase um ano. O prefácio não toma conhecimento desta mudança. O mesmo acontece com o conteúdo do livro. Entretanto, no prefácio seguinte, de 1934, o Dr Reichardt julga necessário expor ao leitor que o Anuário continha, agora, uma série de “curvas alemãs de economia, que demonstram os acontecimentos econômicos a partir do início do domínio do regime Nacional-Socialista”. Em 1935, a alusão se repete: “As diversas tabelas do Anuário refletem expressivamente as poderosas realizações do Estado Novo em todos os setores da vida, no gênero humano e econômico, nos três anos do regime Nacional-Socialista”. Sobre tudo, observa o grande êxito das medidas adotadas contra o desemprego. Menciona de passagem algumas novas estatísticas de família, e as tabelas sobre o Censo Especial da Distribuição Ocupacional e Social dos “Glaubensjuden” (Judeus pela fé) e dos Estrangeiros.

De 1935 em diante, o prefácio sempre menciona o início do domínio dos nacionais-socialistas e refere, em termos cada vez mais brilhantes, as realizações do Estado Novo. A declaração típica é a seguinte: “O Anuário reproduz em cifras sóbrias, porém eloquentes, as medidas tomadas pelo Estado Novo em todos os setores da vida nacional e dos seus resultados no campo da população, economia e as-

suntos culturais e políticos" O Dr Reichardt observa, também, que o Anuário teve de ser maior devido ao aumento da atividade do Estado Novo De 1936 em diante, as curvas que demonstram o progresso econômico aparecem na contracapa anterior, para serem vistas logo ao abrir-se o livro

Em 1938, a página de rosto apresenta um mapa intitulado "População e território desde a tomada do Poder", que mostra como o império se expandiu com a assimilação da Áustria e do Território dos Sudetos Em 1939-40, um mapa semelhante apresenta a maior parte da Europa Ocidental sob a "proteção" da Alemanha Abaixo do mapa aparece uma tabela-resumo, demonstrando o aumento de território e de população durante o Estado Novo O Dr Reichardt nos diz, no seu prefácio de 1938, que o Anuário de então se refere ao grande Reich Alemão e lamenta que muitas das tabelas não contenham dados para os novos territórios, em virtude de não existirem ainda estatísticas comparáveis

Os últimos dois volumes, feitos durante a guerra, não mais se preocupam em agradar o Estado Novo Um prefácio breve diz que o Anuário foi feito com dificuldade por causa das necessidades e exigências do Estado Novo Os leitores receberam ordem, sob penalidade, de guardar os exemplares em cofres de aço e de não transmitir o conteúdo do mesmo a pessoas estranhas ao serviço do governo

O Anuário de 1932 mostra os resultados de todas as eleições do Reichstag de 1919 a 1932, com o número de votos para cada partido A eleição mais recente, a de 31 de julho de 1932, foi divulgada com maiores detalhes ainda O livro de 1933 apresenta o mesmo resumo de eleições anteriores e inclui detalhes de duas novas Uma foi a eleição de novembro de 1932, na qual ocorreu um declínio considerável de votos nazistas A despeito disso, Hindenburg chamou Hitler para que constituísse o governo A outra foi a eleição de março de 1933, a única eleição livre do tempo de Hitler; nessa, os sociais-democratas mantiveram-se, o Centro Católico lucrou um pouco e os nazistas tiveram um avanço tremendo Aparentemente os comunistas contribuíram muito para o aumento dos nazistas, uma vez que perderam um milhão de votos de novembro, antes da entrada de Hitler, até março, logo após a sua tomada do poder Isto, porém, é um aparte O Anuário simplesmente divulga os números

De 1934, em diante, cada Anuário se refere apenas ao novo estilo de eleições "Sim" e "Não" do ano em curso Não sei se ordenaram ao Dr Reichardt que interrompesse a divulgação das eleições da antiga República de Weimar, ou se ele desistiu de fazê-lo por motivos puramente técnicos Não faria sentido tentar comparar os resultados de eleições livres, nas quais uma dezena, ou mais, de partidos lutavam por pequenas vantagens na votação popular e por mais lugares no parlamento, com os plebiscitos de alta pressão do novo estilo, nos quais a escolha tinha de ser a favor ou contra Hitler Talvez o Dr Reichardt não fosse "controlado" nesse ponto,

teria sido suficiente que as eleições fôssem "controladas"

Esse Anuário, porém, nem mesmo se preocupou em comparar as eleições nazistas umas com as outras Talvez os nazistas tenham perdido com isso uma oportunidade de propaganda, pois foi um grande feito o aumento de votos do partido — de 43,9% para o total de 95,3% em poucos meses, como o fizeram os nazistas entre março e novembro de 1933 Naturalmente, a percentagem para o Fuehrer caiu a 89,9% em agosto de 1934, mas elevou-se rapidamente outra vez Em 1936, 99,5% de todos os eleitores qualificados cumpriram com seu dever e 98,8% votaram em favor da "Lista e do Fuehrer" Restaram, então, tão poucos votos negativos que o departamento de estatística simplesmente os reuniu aos votos em branco Após o grande êxito em obter a expressão da vontade do povo, quanto à adesão ao líder em 1936, não se realizou novo plebiscito até que o império se expandiu para absorver mais alemães

Em abril de 1938, permitiu-se aos austríacos que demonstrassem a sua devoção ao Fuehrer e sua satisfação por terem sido absorvidos pelo Estado Novo Aos alemães dos Sudetos foi concedido o mesmo privilégio no devido tempo Depois disso não houve mais plebiscitos Veio a guerra Na divulgação das eleições de 1938 no Anuário de 1939, porém, surgiu uma pequena modificação O que havia sido chamado Áustria em 1938 apareceu então designado por "antiga Áustria" Devemo-nos recordar que o nome alemão para Áustria significa Império Oriental, obviamente um nome inadequado para designar uma parte tão insignificante do imenso e eterno Grande Império Germânico

A RAÇA, nos Anuários pré-nazistas, constituía uma característica dos rebanhos eqüinos O número de seus serviços registrados para a propagação de suas respectivas raças foi fielmente reproduzido na parte agrícola do livro Os homens, por outro lado, professavam uma religião Eram cristãos-protestantes ou católicos-romanos ou, então, israelitas Essas religiões abrangiam a maior parte dos alemães; outras, em número pequeno, foram reunidas em um só grupo

O exemplar de 1932 demonstrou quantos, em cada uma daquelas categorias, viviam nas diversas regiões e em toda a Alemanha em 1910 e 1925 Além dessas, as únicas tabelas de religião são as que apontam a religião de cada cônjuge em todos os casamentos realizados no ano anterior A religião aparece indiretamente nas tabelas de sindicatos e organizações profissionais, pois algumas destas entidades eram católicas ou protestantes Nenhuma era especificamente judia

No primeiro Anuário de Hitler, de 1933, as referências à religião são exatamente iguais às anteriores — com uma exceção Os sindicatos haviam sido dissolvidos O livro apresentou uma relação de divisões da nova Frente de Trabalho, porém lamenta que ainda não existissem os dados sobre o número de membros

Estes não apareceram no volume imediato, nem no seguinte, nem nunca mais. Talvez fôsse disparate fornecer cifras, uma vez que todos os empregados pertenciam por definição à Frente de Trabalho; seriam os mesmos números que as de pessoas empregadas em cada ocupação e indústria.

As expressões "judeu" e "judia" não ocorrem nos volumes pré-nazistas ou no primeiro Anuário do tempo de Hitler, em 1933. Alguns pertenciam à religião israelita; alguns homens e mulheres de religião israelita eram casados com homens e mulheres da mesma religião ou com protestantes, católicos-romanos ou com adeptos de outras doutrinas. Isso era tudo.

O Anuário de 1934 divulga um novo censo de religião, feito em 1933, e compara a composição religiosa da população daquele ano com a de 1925. A comparação de 1910 foi omitida. As mesmas designações são ainda empregadas para as diversas religiões.

Em 1935, embora tenham sido usadas os mesmos números e as mesmas designações, surge um novo conjunto de tabelas que nos revela tudo a respeito de algumas pessoas chamadas "Glaubensjuden", sobre as quais se fizera um recenseamento especial em 16 de junho de 1933. Devem ser as mesmas que pertenciam primitivamente à religião israelita, porque aparecem exatamente no mesmo número. Mas a modificação não se restringe apenas ao nome. O Anuário de 1935 seleciona êsses "Glaubensjuden" por uma atenção especial, não dispensada a pessoas de outras religiões. Mostra-nos qual a percentagem dos judeus na população em todas as divisões geográficas; quantos dêles vivem em cidades de mais de 100 000, mais de 50 000 e assim por diante. As populações judias de Berlim, Hamburgo, Frankfurt, Breslau e de algumas outras grandes cidades são apresentadas em tabela à parte. Os lugares de nascimento dos judeus estão tabulados, assim como o número e percentagem dos que nasceram na Alemanha ou no estrangeiro, e que são súditos daquela ou de outros países.

Nessa época, as leis de Nuremberg haviam estabelecido distinção entre as pessoas que eram súditas da Alemanha e as que eram cidadãs. Os judeus eram súditos, mas não podiam ser cidadãs. Fatos semelhantes não são apresentados para a população em geral nem para protestantes ou católicos. É claro que as estatísticas sobre os judeus são de especial interesse para o governo.

Podemos presumir que o estatístico tenha recebido ordens de preparar dados especiais referentes aos judeus e de alterar sua designação. O nome "Glaubensjuden" (judeu pela fé) ainda é um nome sem conotação racial. Somente nas tabelas sobre casamentos e religião de pessoas que nasceram ou morreram na Prússia apareciam ainda pessoas de religião israelita. De fato, os israelitas continuaram a nascer, casar e morrer até 1939-40, enquanto os chamados "judeus pela fé" tinham suas ocupações e viviam em diversos lugares.

No Anuário de 1939-40 esta designação é abandonada e as tabelas nos fornecem novas categorias que tomam em consideração as mais

sutis distinções das leis de Nuremberg: judeus, misturas judias em primeiro e segundo graus em toda a Alemanha, inclusive na Áustria, em 1939. O mesmo volume apresenta, ainda, uma tabela com a religião da população, incluindo a israelita.

Não obstante, em 1941-42 não aparece mais religião israelita na estatística alemã. As categorias religiosas são protestante, católico-romano, crentes em Deus e outras. A "Gleichschaltung" da estatística está completa. Os judeus constituem uma raça, não um grupo religioso. A segregação estatística germânica é também completa. Os judeus não aparecem em parte alguma como simples categoria de pessoas em tabelas que incluem outros alemães.

Há uma pequena exceção: a boa e antiga estatística prussiana ainda mostra que as pessoas de religião israelita nascem e morrem. O funcionário civil prussiano é um indivíduo obstinado. Cumpre com o seu dever, aconteça o que acontecer. Ou, talvez ninguém tenha providenciado um novo processo para o registro de nascimentos e óbitos na Prússia e os funcionários tenham prosseguido adotando os antigos.

De todas as mulheres israelitas casadas em 1930, uma em oito casou-se com cristão; dos homens israelitas, um em quatro casou-se com cristã. De 1933 em diante, estas proporções declinaram continuamente. Em 1936, cerca de um em cinqüenta casou com pessoa de outra religião. Os alemães estavam sendo "gleichgeschaltet"; entretanto, o Anuário estatístico continuou no seu antigo sistema, registrando casamentos de acordo com a religião.

Somente em 1939-40, a divulgação racial ocupou o lugar da religiosa nas tabelas de casamento. Surge no volume daquele ano uma tabela expondo a "Classificação Racial de Pessoas que casaram em 1938". Os cônjuges são então de cinco espécies: alemães de raça pura, misturas de sangue judeu em primeiro e em segundo graus, judeus e judias, e pessoas de outras origens estrangeiras. Vinte e cinco homens de raça pura alemã casaram com judias, e trinta e três judeus contraíram matrimônio com mulheres de puro sangue alemão naquele ano. Mas êsses traidores da raça alemã eram, quase todos, de origem estrangeira: em 1939, nenhum súdito do Reich de raça alemã casava com judeu ou judia. A "Gleichschaltung" de casamento e de estatística de casamentos estava completa.

O ESTATÍSTICO do Reich foi forçado, eu suspeito, a elaborar tabelas e gráficos para mostrar de relance o progresso do programa de prosperidade e expansão territorial do Estado Novo. Ele nunca apresentou de forma sumária e gráfica o êxito do programa para livrar o país e o povo do sangue estrangeiro (judeu). É preciso extrair os fatos das tabelas. Em 1910, havia 538 909 pessoas de religião israelita no Reich; 564 379 em 1925; 499 682 em 1933. Pode-se calcular, também, que em 1939 havia 451 451 pessoas chamadas judias e misturas judias de primeiro e segundo graus na nova Grande Alemanha.

O regime nazista poderia orgulhar-se da maior parte da redução de judeus entre 1925 e 1933, e poderia, certamente, reclamar como obra sua todo o decréscimo de 48 000 entre 1933 e 1939. Poderia tornar o seu êxito mais expressivo lembrando ao leitor que a nova Alemanha de 1939 incluía o novo território oriental, no qual muitos judeus haviam vivido. Poderia apresentar em lugar destacado a redução da percentagem da população judia. Em 1910 e 1925 cerca de um alemão em cem havia sido judeu; em 1939, apenas um em 190, aproximadamente.

O Anuário poderia, também, ter inventado uma história melhor a respeito da emigração. Registrou apenas os emigrantes que foram para países ultramarinos, mas não acusou quantos deles eram judeus e quantos alemães puros. Isto foi corrigido em volumes posteriores; nos anos de 1937, 1938 e 1939, os judeus emigrantes para o estrangeiro aparecem em separado. Até então o número total de emigrantes ultramarinos por ano havia oscilado entre 12 000 e 15 000 desde antes do período nazista. Essas emigrações foram em número de 14 203, em 1937; 22 986 em 1938; 25 818, em 1939. Pode-se observar em tabela à parte que 7 155 dos emigrantes em 1937 eram judeus; 16 561, em 1938, e 22 706, em 1939. O leitor tem que deduzir que, enquanto em 1937, apenas a metade dos emigrantes era constituída por judeus, mais de 90% deles eram judeus em 1939. Em outra tabela, ainda, o leitor veria que os verdadeiros alemães estavam realmente regressando de outros países em maior número do que os que saíam. Em 1939, apenas 3 112 pessoas não judias emigraram para outros países, ao passo que 10 455 regressaram para viver ou morrer sob a Nova Ordem.

O estatístico poderia ter reunido tudo isto, de modo que uma pessoa pudesse acompanhar com orgulho a purificação de seu povo. Mas não; ele apenas foi divulgando aos poucos, de má-vontade.

Contudo, agiu melhor com a Prússia. Com seu método antigo, a Prússia continuou divulgando nascimentos e óbitos de acordo com a religião, e insistiu em considerar que existia uma religião israelita — uma falácia da qual o Novo Estado havia desistido. Se este método de divulgação tivesse sido adotado para toda a Alemanha, poder-se-ia ter um registro ideal do progresso no extermínio dos judeus. Como está, sabemos, através das diversas tabelas, que havia 370 348 israelitas prussianos em 1910; 404 446 em 1925; 361 826 judeus prussianos pela fé em 1933; e 233 727 judeus, misturas de raça judia em primeiro e segundo graus na Prússia maior, em 1939. Notam-se algumas medidas bem sucedidas no fato de que, na realidade, uma pessoa em cem era judia, em 1925 na Prússia, e apenas cerca de meia pessoa em cem, em 1939.

Mas, como foi alcançado êsse êxito? Através do estímulo à emigração e à taxa de mortalidade? Ou pelo desencorajamento à taxa de natalidade? É necessário fazer um grande esforço mental para se ter alguma idéia da im-

portância desses diversos métodos. Utilizando várias tabelas e formulando algumas hipóteses, como as que fazem os estatísticos, pode-se calcular aproximadamente que 42 000 judeus prussianos emigraram para o estrangeiro desde 1933 até o fim de agosto de 1939.

Quanto aos nascimentos, 2 100 crianças nasceram de mães judias na Prússia, em 1933, e cerca de 100 de outras mães, porém de pais judeus. Os nascimentos diminuíram bastante até 1939, quando apenas 478 nasceram de mães judias, e menos de cinquenta de outras mães e de pais judeus. Isto constituiu uma sólida redução de 75% no número de judeus resultantes de nascimentos. Este, porém é um método lento de extermínio. Depende mais da duração média da vida. Entretanto, apesar do número menor de judeus deixados na Prússia, a cifra de mortalidade manteve-se muito bem. Em 1933, quando havia 361 826 judeus na Prússia, 5 565 morreram. O número de mortes permaneceu acima de 5 000 por um ano. Em 1938, por exemplo, 5 632 morreram.

Em 1939 o número de mortes diminuiu um pouco para 5 182. Não obstante, como restavam então apenas 233 727 judeus e misturas na Prússia, a taxa de mortalidade manteve-se. Imaginemos só isto: a população judia baixou 128 099 em seis anos, uns 35%, sem influir no número de judeus que morriam anualmente! Um ótimo registro, em tudo e por tudo, quando nos lembramos de que a grande campanha não havia sido iniciada ainda. O estatístico poderia ter evitado ao leitor todo este trabalho. Poderia ter coordenado seus dados estatísticos para êsse programa do Estado Novo, assim como para os outros. Começo a pensar que ele não era, na realidade, absolutamente "gleichgeschaltet". Agora é tarde para ele conseguir sê-lo. O Anuário de 1941-42 foi o oitavo e último publicado pelo Reich do Milênio.

Naturalmente, uma nova série de Anuários foi iniciada. O primeiro já foi publicado: Anuário Estatístico da República Federal Alemã de 1952. É muito semelhante aos antigos. O Prefácio, assinado por certo Dr. Gerhard Fuerst, é breve e sistemático. Ele nos revela as dificuldades técnicas causadas pela perda de registros e pelas modificações de fronteiras. Várias tabelas são dedicadas aos numerosos refugiados vindos do Leste. O Estado Novo dos Nazistas, bem como a nova zona-leste da República Democrática Alemã, exportava refugiados. A nova República Federal Alemã ocidental recebe os refugiados.

A estatística da nova Alemanha ocidental perdeu seu racismo e retomou sua religião. Alguns indivíduos até pertencem "à comunidade religiosa judia". Não muitos; apenas 17 116, comparados com 103 293 do mesmo território em 1939. É com satisfação que afirmo que o novo estatístico nem mesmo tenta nos contar o que aconteceu aos outros. Desejo-lhe êxito e espero que ele nunca tenha que enfrentar os problemas dos seus predecessores imediatos.

PESQUISA DO NÍVEL MENTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Um grupo de instituições culturais, por iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que é, no Brasil, a Comissão Nacional da UNESCO, está procedendo a uma pesquisa sobre o nível mental das populações brasileiras. Essa investigação será a maior já realizada, em seu gênero, em todo o mundo.

A coordenação dos trabalhos está a cargo de uma comissão de técnicos presidida pelo professor Lourenço Filho, catedrático da Universidade do Brasil e presidente da Associação Brasileira de Psicotécnica, que concedeu ao vespertino "A Noite" a seguinte entrevista sobre o assunto, publicada na edição de 18 de maio:

— Desde há muito tem-se sentido a necessidade de um instrumento de medida do nível mental entre nós, para os fins de organização escolar, orientação e seleção profissional. A utilização de testes preparados em outros países não é satisfatória, pois a aferição dos resultados deve ser feita com a nossa gente, ou com os grupos de população, tão variáveis, de nossa gente.

Nesse sentido, investigações de pequeno âmbito têm sido realizadas em vários Estados. Havendo elas se servido, no entanto, de material muito variado, seus resultados não são comparáveis entre si.

Para certos fins práticos visados por organizações nacionais, como também para os fins teóricos de estudo de diversos fatores que influem no desenvolvimento mental, entre crianças e adolescentes, e na expressão da capacidade geral, que chamamos de "inteligência", no adulto, impunha-se pois uma pesquisa nacional, como a que está sendo realizada.

Já em 1947, quando dirigi o Departamento Nacional de Educação, esforços foram tentados nesse sentido, com a experimentação de uma bateria de testes verbais, de cuja organização se incumbiu o Dr Otávio Martins, auxiliado por outros técnicos. A esse primeiro movimento, de certo modo se liga a pesquisa atual, que só se tornou possível, no entanto, graças ao descortino dos dirigentes do SENAC e ao entusiasmo dos técnicos em psicologia dessa organização, chefiados pelo Dr Pierre Weil.

Testes Verbais e Não-Verbais — O Professor Lourenço Filho prossegue, explicando:

— A pesquisa está empregando testes verbais, que resultaram do trabalho do Dr Otávio Martins, e testes não-verbais, estes elaborados e aferidos no SENAC, pelo Dr. Pierre Weil.

À base de comparação de pequenos desenhos, estes últimos eliminam em grande parte os fatores culturais, que podem perturbar o diagnóstico mental, ou o confronto desse diagnóstico entre pessoas de diferentes níveis sociais e grau de instrução. Prestam-se, ademais, à rápida coleta de dados entre pessoas analfabetas.

A pesquisa em andamento está empregando uma parte verbal e outra não-verbal, o que permitirá verificações de grande importância.

A Maior Pesquisa do Gênero no Mundo — Perguntamos ao Prof Lourenço Filho se essa pesquisa brasileira seria realmente a maior do gênero já realizada em todo o mundo.

— Pela extensão geográfica e grupos de idades nela compreendidos, estamos certos que sim, foi a resposta. Por ocasião da I Grande Guerra, nos Estados Unidos, fizeram enormes investigações com recrutas do exército desse país. Recentemente, na França, fez-se uma pesquisa que abrangia 100 mil crianças em idade escolar.

Em outros países, investigações mais ou menos extensas têm sido realizadas.

Mas a que aqui está em andamento cobre os nossos oito milhões e meio de quilômetros quadrados e abrange pessoas entre 5 e 70 anos.

Técnica de Amostragem — Isso se torna possível graças ao desenvolvimento dos estudos de amostragem. Ao invés de investigar sobre toda a população, o que exigiria gastos fabulosos, pode-se investigar sobre amostras representativas dos vários grupos que compõem a população, com resultados igualmente válidos.

Em função dos dados estatísticos do IBGE, e prefixadas as características a estudar, verificamos assim que bastaria obter os dados de trinta mil pessoas, desde que distribuídas em porcentagens certas, pelas regiões, zonas de residência (urbana e rural), idades, sexos, atividades profissionais e outros caracteres.

Preparação e Execução — A preparação da pesquisa, esclarece o nosso entrevistado, foi longa, de mais de três anos já: organização dos testes e aferição preliminar, planejamento da amostragem, orientação do pessoal incumbido do trabalho. A execução começou no ano passado, e esperamos que tudo se conclua até o fim deste ano.

O Estado do Sergipe serviu de campo experimental para a primeira realização extensiva. O material obtido pôde desde logo ser considerado idôneo, sem necessidade de maior alteração das instruções redigidas.

No momento atual, faltam apenas os dados do Pará. Já chegaram os resultados completos do Amazonas (onde o trabalho foi penoso), do Piauí, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Estado do Rio, parte de Goiás e quase todo o material do Paraná. Em todos os demais Estados, o material está completo, segundo o plano de amostragem estabelecido.

Resultados a Esperar — Que resultados se poderão esperar do trabalho? — perguntamos.

— Primeiramente, o estabelecimento de uma curva que exprima a média dos resultados do desenvolvimento mental, nas crianças e adolescentes. Onde pára a aceleração desse desenvolvimento? Ninguém sabe, no caso de nosso país. Depois, a variação regional dessa curva. Há fatores que alteram no norte e no sul, no litoral e no centro? Também ninguém sabe.

A diferença entre os dois sexos, as possíveis relações entre renda e nível mental, profissão dos pais e inteligência — tudo poderá ser apurado pelo material que está sendo reunido.

Problemas específicos podem ser estabelecidos, como estes: Há maior rendimento mental do homem da cidade? Os filhos únicos são mais inteligentes que os de famílias numerosas? Qual a importância da ordem de nascimento? Quando se caracteriza o deprecimento mental na velhice?

Como perguntássemos o que se poderá esperar da pesquisa sobre esses pontos, disse-nos o Prof Lourenço Filho:

— Quanto à variação da inteligência nos homens e nas mulheres, por exemplo, ela pode ser mais ou menos grande, mas em consequência de outros fatores concorrentes. Não se tem apurado nenhuma diferenciação que possa ser atribuída apenas ao sexo.

Quanto ao homem da cidade e o do campo, há é evidente, maiores oportunidades de desenvolvimento para os primeiros. Os testes não verbais, pelo menos, permitem afirmar que não

são significativas as diferenças essenciais, entre os homens das cidades e dos campos

— E sobre os filhos únicos?

— Tem-se geralmente apurado em pesquisas, que os filhos únicos apresentam certa precocidade no desenvolvimento mental, por maior convivência com os adultos, donde resultados mais elevados nos testes verbais

— E quanto à fase de depercimento mental pela idade?

— É variável nos indivíduos. Antes dos meus 5 anos, eu aceitava a tese de que o depercimento começava nessa idade. Agora, no entanto, não aceito que venha senão aos 70, ou mais. Mas a pesquisa dirá o que ocorre, em média, sobre esse ponto, como sobre os demais.

Relativamente à correlação entre inteligência e capacidade para produzir, as pesquisas têm demonstrado que, além do fator inteligência, tal como a apurar nos testes mentais, outros atributos de personalidade entram em jogo: persistência, tenacidade, laboriosidade, etc.

Para que possam ser estabelecidos esses e outros confrontos, a comissão nacional contratou serviços de apuração mecânica, pelo sistema

Hollerith, o que permite rápido confronto de dados os mais variáveis

Entidades Culturais Interessadas — Estão interessadas na pesquisa o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, o Departamento Nacional da Criança, o IBEC, a Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial, o Serviço de Proteção aos Índios e o Serviço Nacional de Doenças Mentais.

As despesas foram orçadas, inicialmente, em 650 mil cruzeiros, mas haverá necessidade de gastar um pouquinho mais. Muito deve a pesquisa ao SENAC, ao INEP e ao IBGE. Esta última instituição tem prestado relevantes serviços por seus agentes municipais, que têm prestigiado os trabalhos e facilitado os necessários contactos com populações urbanas e rurais.

— O empreendimento, uma vez concluído, e bem concluído, como se espera, terminou por dizer o Prof. Lourenço Filho, poderá honrar o trabalho de nossos psicologistas, atestando o elevado nível de seus estudos."

RESOLUÇÕES DA JEC

Resolução n.º 502, de 25 de abril de 1956

Altera o orçamento do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1º — Ficam suplementadas, de acordo com a especificação abaixo, as seguintes verbas do orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística, Anexo 2, Subanexo 51:

Verbas	Suplementação (Cr\$)
1-1-01 — Vencimentos	54 000
1-2-02 — Salário de contratados	195 000
1-6-09 — Outras despesas de pessoal	30 000
Total da Verba 1	279 000
2-2-07 — Vestuário, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; tecidos e artefatos	40 000
Total da Verba 2	40 000
TOTAL GERAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	319 000

Art 2º — A fim de atender às suplementações de que trata o artigo anterior, fica aberto o crédito de trezentos e dezenove mil cruzeiros (Cr\$ 319 000,00), resultante da anulação de igual importância na verba 4-3-02 do orçamento vigente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Art 3º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Resolução n.º 503, de 2 de maio de 1956

Dispõe sobre a função de Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando os padrões uniformemente adotados nos estabelecimentos de ensino superior do país, quanto à remuneração dos respectivos diretores;

considerando o que consta do processo número 4 469/56,

RESOLVE:

Art 1º — Fica criada, no Quadro I da Secretaria-Geral do Conselho, a função gratificada — símbolo FG-1 — de Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Art 2º — A despesa com a execução do disposto nesta Resolução correrá à conta dos recursos próprios do orçamento do Conselho

Art 3º — A presente Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro deste ano, revogadas as disposições em contrário

Resolução n.º 504, de 2 de maio de 1956

Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional do Estado de Minas Gerais, instituída pelo Decreto-lei estadual n.º 68, de 20-1-1938, tem sua organização regulada pelo Decreto-lei n.º 1 600, de 29 de dezembro de 1945;

considerando que o Decreto estadual n.º 2 958, de 6 de dezembro de 1948, declarou extinto o cargo de Assistente-Jurídico do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais;

considerando que a representação do Departamento Geográfico do Estado na Junta Regional deste Conselho não atenta contra o espírito da Convenção Nacional de Estatística, celebrada anteriormente à instituição dos serviços geográficos nacionais como sistema autônomo, integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando, finalmente, a documentação constante do citado processo 901 00/56, da Secretaria-Geral deste Conselho,

RESOLVE:

Art 1º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de dezembro de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 29 de dezembro de 1955, é declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais com o disposto na cláusula primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 1º de janeiro do corrente ano e só terá vigor enquanto mantida a organização estabelecida para a Junta Regional no Decreto-lei n.º 1 600, de 29 de dezembro de 1945, com a modificação decorrente do Decreto n.º 2 958, de 6 de dezembro de 1948, ambos do Estado de Minas Gerais

ANEXOS A RESOLUÇÃO N.º 504

N.º 1

Decreto-lei n.º 1 600, de 29 de dezembro de 1945

Dá nova organização aos serviços de estatística do Estado

O Interventor Federal no Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, decreta:

...

DA JUNTA EXECUTIVA REGIONAL

Art 9.º — A Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, instituída nos termos do parágrafo único, artigo 7.º, do Decreto-lei federal n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936, pelo Decreto-lei estadual n.º 68, de 20 de janeiro de 1938, como órgão superior do sistema regional estatístico do Estado, é composta dos seguintes membros:

a) do Diretor do Departamento Estadual de Estatística, que é o seu presidente nato;

b) dos Chefes de Divisão e do *Assistente Jurídico do Departamento Estadual de Estatística*;

c) dos Chefes dos Serviços de Estatística integrados nas Secretarias de Estado;

d) do *Inspetor Regional de Estatística Municipal*;

e) dos Chefes de secções especializadas de estatística existentes noutras repartições estaduais;

f) de um representante do Estado-Maior da Região Militar, de um delegado do Ministério da Marinha e de outro do Ministério da Aeronáutica, devidamente credenciados para tal fim;

g) do *Diretor do Departamento Geográfico do Estado*;

h) de um representante das organizações estatísticas oficializadas, devidamente filiadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

i) de um delegado dos representantes das organizações estatísticas particulares, devidamente filiadas ao mesmo Instituto

N.º 2

Decreto n.º 2 958, de 6 de dezembro de 1948

Declara extintos os cargos de Procurador Fiscal e Assistente Jurídico do Departamento Estadual de Estatística

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de atribuições de seu cargo,

DECRETA:

Artigo único — Fica declarada a extinção dos cargos de Procurador Fiscal e Assistente Jurídico do Departamento Estadual de Estatística, ambos do quadro especial do Departamento Jurídico do Estado, que se acham vagos

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 6 de dezembro de 1948

Resolução n.º 505, de 2 de maio de 1956

Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Distrito Federal com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Distrito Federal foi instituída e organizada pelo Decreto n.º 5 995, de 30 de junho de 1937, do Interventor Federal no Distrito Federal;

considerando a documentação constante do processo n.º 901 21/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art 1.º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos do artigo 6.º da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, é declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Distrito Federal com o disposto na cláusula primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2.º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de primeiro de janeiro do corrente ano e enquanto for mantida a organização do órgão regional do Conselho nos moldes fixados pelo Decreto n.º 5 995, de 30 de junho de 1937, do Governo do Distrito Federal

ANEXO A RESOLUÇÃO N.º 505

Decreto n.º 5 995, de 30 de junho de 1937

Institui a Junta Executiva Regional do Instituto Nacional de Estatística e dá outras providências

O Interventor Federal no Distrito Federal,

DECRETA:

Art 1.º — Fica criada a Junta Executiva Regional, como órgão do Conselho Nacional de

Estatística, com os fins e nos termos fixados na cláusula primeira da Convenção Interadministrativa de 11 de agosto de 1936

Art 2.º — Constituirão a Junta Executiva Regional:

a) como presidente nato o *Secretário-Geral do Interior e Segurança*;

b) como secretário nato e suplente do presidente, em todos os seus impedimentos, o *Diretor de Estatística Municipal*;

c) os chefes de serviço da *Diretoria de Estatística Municipal*;

d) os diretores das repartições que possuem secções ou serviços filiados ao sistema;

e) os chefes das secções ou serviços especializados a que se refere a alínea anterior;

f) um representante do Estado-Maior da Região Militar, e outro do Estado-Maior da Armada, devidamente credenciados

Resolução n.º 506, de 2 de maio de 1956

Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Território do Acre com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que dispõem as Resoluções AG-608, de 9 de julho de 1955, artigo 2.º, e JEC-495, de 28 de dezembro do mesmo ano, artigo 6.º;

considerando que a Junta Executiva Regional do Território do Acre tem sua organização fixada pelo Decreto n.º 89, de 8 de junho de 1955, modificado pelo Decreto n.º 18, de 6 de março do corrente ano, do Governo do Território;

considerando, finalmente, que a documentação constante do processo n.º 901 05/56, da Secretaria-Geral deste Conselho, demonstra que a organização atual do aludido órgão regional se ajusta à estruturação prevista na cláusula primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística,

RESOLVE:

Art 1.º — Para os fins referidos no artigo 2.º da Resolução AG-608, de 9 de julho de 1955, e no artigo 6.º da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro do mesmo ano, é declarada a concordância com a cláusula primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística, da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Território do Acre, tal como a estabelece o Decreto n.º 89, de 8 de junho de 1955, modificado pelo Decreto n.º 18, de 6 de março de 1956, do Governo do Território

Art 2.º — A *Inspetoria Regional de Estatística* no Território será representada na Junta Regional pelo respectivo titular ou, na ausência eventual deste, pelo substituto que designar

Art 3.º — As alterações exigidas pelo desenvolvimento e ampliação do sistema regional devem ser propostas sob a forma de projeto de Decreto, aprovado por meio de Resolução da Junta Regional, o qual será encaminhado ao Governo do Território depois de homologação por esta Junta

Art 4.º — Essa Resolução entra em vigor na data de sua aprovação

ANEXOS A RESOLUÇÃO N.º 506

N.º 1

Decreto n.º 89, de 8 de junho de 1955

O Governador do Território do Acre:

DECRETA:

Art 1.º — Fica criada a Junta Executiva Regional (JER) do Sistema Estatístico Acreano com entidades abaixo discriminadas: a) Presidente — *Diretor do Departamento de Geografia e Estatística*; b) *Secretário* — Cargo eletivo; c) *Membros* — *Inspetoria Regional, Diretor do Departamento de Educação e Cultura, Chefe da Estatística Educacional, Chefe*

da Secção de Estatística Militar, Chefe da Secção de Geografia e Estatística Fisiográfica, Chefe da Secção de Estatística Administrativa, Chefe da Secção de Estatística Econômica, Chefe da Secção de Cartografia e Desenho, Assistente Técnico, o Secretário do Departamento de Geografia e Estatística e o Chefe da Carteira de Estatística Policial, Criminal e Judiciária

N.º 2

Decreto n.º 18, de 6 de março de 1956

O Governador

DECRETA:

Art. 1.º — Fica incluído na composição da Junta Executiva Regional (JER), deste Território, um representante do Comando da 8.ª Região Militar e um representante do Comando da 1.ª Zona Aérea, a que está subordinado este Território

Resolução n.º 507, de 2 de maio de 1956

Estende aos Delegados do Instituto junto a Governos Regionais os benefícios do art 10 da Resolução JEC-479

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, com base na Lei n.º 2 284, de agosto de 1954, todos os extranumerários mensalistas da Secretaria-Geral adquiriram estabilidade;

considerando que, pela Resolução JEC-479/55, os extranumerários das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística já estabilizados passaram a ocupar cargo efetivo nos Quadros respectivos;

considerando, ainda, que esse enquadramento abrangeu inclusive funcionários pertencentes a outros órgãos e postos à disposição do Instituto para exercício de função de chefia;

considerando que a medida deixou de beneficiar apenas os servidores então investidos da função de Delegado do Instituto junto a Governos Estaduais;

considerando, finalmente, que a relevância dos serviços prestados por esses servidores justifica a extensão aos mesmos do enquadramento para os ocupantes de funções de chefia,

RESOLVE:

Art. 1.º — Para os efeitos do disposto no art 10, § 3.º da Resolução JEC-479, modificado pela Resolução JEC-485, ambas de 1955, a função de Delegado do Conselho Nacional de Estatística junto a Governo Estadual equiparase a chefia de caráter estatístico

Art. 2.º — A Secretaria-Geral baixará os atos necessários ao fiel cumprimento do disposto na presente Resolução

Art. 3.º — As despesas resultantes da aplicação das disposições desta Resolução correrão à conta dos recursos próprios constantes do orçamento vigente

Art. 4.º — Os efeitos da presente Resolução devem prevalecer de 1.º de janeiro de 1955, data da vigência dos enquadramentos resultantes da aplicação da Resolução JEC-479, revogadas as disposições em contrário

Resolução n.º 508, de 23 de maio de 1956

Dispõe sobre o adiamento da XVI Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 1 200, de 17 de novembro de 1936;

considerando, porém, que no corrente ano será realizado no Brasil o XVIII Congresso Internacional de Geografia, no período de 9 a 18 de agosto;

considerando que, pela Resolução n.º 524, de 2 de maio de 1956, a Diretoria Central do Conselho Nacional de Geografia promove o adiamento da instalação da Assembléia Geral do mesmo Conselho, no corrente ano, para o dia 17 de agosto, atendendo à conveniência de ser proporcionada aos delegados das Unidades da Federação às Assembléias Gerais do mesmo Conselho e do Conselho Nacional de Estatística a oportunidade de assistirem às reuniões do Congresso,

RESOLVE:

Artigo único — Fica a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizada a realizar as necessárias gestões no sentido de ser transferida, no corrente ano, por Decreto do Sr Presidente da República, a Instalação conjunta das sessões ordinárias da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia e da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

Parágrafo único — A Junta Executiva Central deliberará oportunamente sobre a data em que deverão ser convocados os membros da Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Geral deste Conselho

Resolução n.º 509, de 23 de maio de 1956

Dispõe sobre o Gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto nas Resoluções JEC-400, de 24 de outubro de 1952, e JEC-469, de 28 de dezembro de 1954;

considerando que o Presidente do Instituto, em representação a esta Junta, na sessão realizada no dia 16 de maio corrente, solicitou a modificação do quadro de servidores do seu Gabinete, a fim de atender às necessidades crescentes do serviço atualmente atribuído a esse órgão,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica revogada a Resolução JEC-469, de 28 de dezembro de 1954, bem assim o parágrafo 2.º do artigo 2.º da Resolução JEC-400, de 24 de outubro de 1952

Art. 2.º — O art. 2.º da Resolução JEC-400 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º — Os trabalhos a que se refere o artigo anterior serão realizados por servidores nomeados em comissão, os quais integram o quadro do pessoal do gabinete da Presidência, assim constituído e que funciona sob a direção do Chefe do Gabinete; a) Cargos isolados de provimento em comissão

CARGOS	Padrão de vencimento mensal	Número de Cargos
Chefe de Gabinete	CC-5	1
Oficiais de Gabinete	CC-8	3

b) Funções gratificadas

Auxiliares de Gabinete FG-3 3”

Art. 3.º — Desde que ratificada pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, a presente Resolução terá vigência a partir do dia 9 do corrente

Resolução n.º 510, de 6 de junho de 1956

Autoriza a emissão de Selos de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art. 9º, letra a do Decreto-lei n.º 4 181, de 16-V-942; considerando o que consta dos Prots 19 920/55 e 1 171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art 1º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho autorizada a emitir, pelo Serviço Gráfico do IBGE, "Selos de Estatística" nas taxas e quantidades a seguir discriminadas:

Cr\$ 0,10	12 000 000
Cr\$ 0,20	6 000 000
Cr\$ 0,30	20 000 000
Cr\$ 0,40	35 000 000
Cr\$ 0,50	45 000 000
Cr\$ 0,60	29 000 000
Cr\$ 0,70	27 000 000
Cr\$ 0,80	65 000 000
Cr\$ 0,90	27 000 000
Cr\$ 1,00	15 000 000
Cr\$ 2,00	2 000 000
Cr\$ 3,00	2 000 000
Cr\$ 4,00	2 000 000
Cr\$ 5,00	2 000 000
Cr\$ 10,00	1 000 000
Total	290 000 000

Art 2º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 — do vigente exercício

ATOS DO GOVERNO

Decreto n.º 39 485, de 28 de junho de 1956

Dispõe sobre a data da instalação conjunta das sessões Ordinárias das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Artigo único Fica transferida para 17 de agosto do corrente ano a instalação conjunta das Sessões Ordinárias das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a qual, nos termos dos respectivos Regimentos, deveria verificar-se a 1º de julho

Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1956;
135º da Independência e 68º da República

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos

NOVA LEGISLAÇÃO PARA O BRASIL

O ÚLTIMO recenseamento geral do Brasil, realizado em 1950, assinalará, graças à relevância de seus resultados, uma nova fase, tanto na história da nossa estatística, como nos fastos da evolução econômico-social do País. Nada exageramos se atribuirmos a importância desses acontecimentos ao fato de estarmos atravessando um período em que o Brasil caminha a passos largos para uma posição de destaque no seio das nações desenvolvidas.

Analisando os fatos que se relacionam com a nossa história censitária, vamos encontrar o Brasil, em meados do século passado, já participando de Congressos e Sessões promovidos pelo Instituto Internacional de Estatística.

Quando em 1870 foi sancionada a Lei n.º 1 829, de 9 de setembro, que mandava proceder ao primeiro recenseamento da população do Império, o povo ainda desconhecia o que era a estatística com sua aplicação em campo tão vasto. As autoridades da época, sentindo a necessidade de levar a termo tão relevante empreendimento, empenharam-se na execução dessa Lei. No ano seguinte, isto é, em 14 de janeiro de 1871, pelo Dec. n.º 4 676, criavam na Corte do Império uma Diretoria Geral de Estatística, e, em cumprimento ao art. 2.º da Lei 1 829, mandavam elaborar o respectivo Regulamento.

Em 30 de dezembro de 1871, através do Dec. n.º 4 856, foi mandado proceder ao primeiro recenseamento da população do Império, o qual se realizou no ano seguinte (1-8-1872). Para isso, foi encarregada uma comissão censitária, composta de cinco cidadãos residentes no local e, que conhecessem os limites e seus habitantes, e nomeada pelo Ministro do Império, no Município da Corte, ou pelos Presidentes nas Províncias, ao tempo que fixava o número de agentes recenseadores, recaindo a escolha entre os que sabiam ler e escrever correntemente, os inteligentes, probos e conhecedores da paróquia ou província.

Este foi o marco inicial de um novo ciclo na vida pública do Brasil e da sua estatística.

Embora no seu artigo 1.º a Lei que criava o recenseamento da população mandasse proceder de dez em dez anos ao levantamento censitário do País, somente dezoito anos depois foi restaurada a Diretoria Geral de Estatística pelo Dec. n.º 113 D, de 2 de janeiro de 1890, com o fim de realizar o segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brasil. Ainda

nesse ano dois importantes decretos foram sancionados: dando novo Regulamento àquela Diretoria (Dec. n.º 331, de 12-4-1890) e mandando observar as instruções para a execução desse segundo recenseamento (Dec. n.º 659, de 12-8-1890).

Após dez anos da execução desses trabalhos, pela Portaria de 20 de janeiro de 1900, foram aprovadas as instruções gerais para a realização do terceiro recenseamento em 31 de dezembro do mesmo ano, sendo nomeada nova comissão, desta vez composta de juiz de paz ou distrital em exercício, da autoridade policial mais graduada e do escrivão do registro civil, enquanto para os agentes recenseadores exigiam os "muito conhecedores do distrito ou das seções para que forem nomeados".

Quatro lustros após o último recenseamento, isto é, em 9 de janeiro de 1920, atendendo disposições do Dec. n.º 4 017, o Poder Executivo, ao mandar proceder no dia 1.º de setembro desse ano, ao quarto recenseamento geral, estende esse serviço a outro setor, "aproveitando a oportunidade para coligir também em todo o território da República, informações de interesse econômico, principalmente no que diz respeito à agricultura e à indústria", assim como determina o prazo máximo para a conclusão dos trabalhos.

Novas normas são introduzidas no Regulamento do serviço censitário, passando todos os cargos criados por esse decreto a serem exercidos em comissão, os quais ficariam extintos uma vez concluídos os trabalhos de que tivessem sido incumbidos (critério ainda adotado pela legislação censitária) e os vencimentos pagos mensalmente a título de gratificação *pro labore*. Com o pessoal adido ou efetivo da Diretoria Geral de Estatística, na execução dos censos já se encontravam um delegado geral em cada Estado, subordinado diretamente ao diretor-geral de Estatística, na Capital da República, delegados seccionais, comissões censitárias municipais e distritais, e agentes recenseadores.

Embora alguns dos melhoramentos introduzidos já se fizessem notar, a década em que maiores serviços foram prestados à estatística no país foi a de 30, pois em 1934, pelo Dec. n.º 24 609, de 6 de julho, criava-se o Instituto Nacional de Estatística, sendo fixadas "as disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos no Brasil" e considerada a "conveniência de estabelecer, de

modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos de interesse geral já existentes” ou que viessem a existir. Além de fixar essas normas, estendeu suas considerações a necessidade de um órgão capaz de efetuar os trabalhos dentro de um padrão que elevasse cada vez mais o nível de realizações estatísticas no Brasil, tanto que criava “as mais favoráveis condições para o progressivo desenvolvimento técnico desses serviços” É de lamentar estas normas não se aplicassem na efetivação dos trabalhos censitários, pois se oferecessem condições básicas para a realização dos censos, transformando-os do caráter temporário para o permanente, teríamos desenvolvido esses serviços valendo-nos da época em que se sucedia uma série de fenômenos na vida administrativa do País

Essa época era propícia a tal empreendimento, pois em 1938, pelo Dec Lei n.º 237, de 2 de fevereiro, ao regular o início dos trabalhos preparatórios do Recenseamento de 1940, o Executivo transformava em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o então Instituto Nacional de Estatística, montando oficina gráfica própria, desenvolvendo outros setores e criando o cargo de presidente da Comissão Censitária Nacional, que compreendia a direção-geral do Serviço Nacional de Recenseamento, órgão ao qual compete proceder ao levantamento censitário do Brasil e instituído nos termos do Dec Lei n.º 969, de dezembro de 1938

Cumprindo determinações da legislação censitária, que rege a execução dos censos, e aplicando as recomendações formuladas pela Liga das Nações e outras entidades internacionais, as nossas autoridades levam a efeito o quinto Recenseamento Geral do Brasil, em 1940, compreendendo, além dos censos demográfico e econômico, os censos dos Serviços, dos Transportes e Comunicações, e Social

Cabe aqui um parêntesis para prestar homenagem à memória do grande cientista brasileiro que foi o Prof Carneiro Felipe, cujos méritos, reconhecidos pelo grande estatístico Prof Giorgio Mortara, encerram em si a tradução de palavras nobres e sinceras: “ ficam os resultados do Recenseamento de 1940, fidedignos em virtude da inflexível retidão do organizador, eloquentes por méritos da inesgotável sabedoria do cientista, como monumento perene à memória deste grande brasileiro ”

EXECUTADO o recenseamento e publicados os resultados, o Brasil caminha para o VI Recenseamento Geral, o qual, em obediência à Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, é procedido, em 1.º de julho de 1950, pelo Serviço Nacional de Recenseamento, sob a orientação da Junta Executiva Central, órgão deliberativo do Conselho Nacional de Estatística, e subordinado à Secretaria-Geral desse Conselho

Embora essa Lei discipline os processos de execução das operações censitárias no Brasil e,

ainda, introduza no esquema dessas operações, modificações de alto interesse para os censos, somente agora, depois de praticamente encerrados os trabalhos do censo de 1950 e por proposição do atual diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, — órgão criado pela Resolução n.º 499, de 29 de fevereiro deste ano, em substituição ao Serviço Nacional de Recenseamento —, foi encaminhada pelo presidente do IBGE uma exposição ao Governo no sentido de modificar a atual legislação censitária “tendo em vista ser desaconselhável a realização simultânea dos Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços”

Conforme o leitor poderá depreender, os trabalhos censitários, aliados à sua complexidade, devem ser executados continuamente e em períodos não muito longos, visto que técnica e administrativamente, “notadamente no que diz respeito à dispersão do pessoal especializado”, representa para os cofres públicos gastos extraordinários na preparação de novos elementos Considerando que esse pessoal dispensado por força da legislação censitária vigente se perde no turbilhão das atividades profissionais em busca de outras fontes de renda, teremos a repetição de fatos ocorridos durante as fases preparatórias dos censos

Graças à iniciativa das nossas autoridades censitárias, “o primeiro passo para a instituição, no Brasil, de órgão estável, especializado na realização de recenseamentos” foi dado com a criação do Núcleo de Planejamento Censitário, “o qual funcionará até a criação e organização do serviço permanente”

O encaminhamento pela presidência do IBGE do projeto elaborado pelo CNE, já foi efetuado em fins do ano próximo findo, em caráter de urgência, ao Sr Presidente da República, o que prova a necessidade das modificações solicitadas, “tendo em vista o futuro Recenseamento Continental de 1960”, e atender tanto “a exigências inadiáveis de organização administrativa, como a compromissos de ordem internacional assumidos pelo Brasil”

Para ser avallada a importância desse projeto, além do exposto linhas atrás, devemos ressaltar o interesse dos países desenvolvidos das Américas, e as primeiras contribuições já remetidas ao Instituto Interamericano de Estatística, com sede em Washington

Se os poderes Executivo e Legislativo atentarem para o assunto e se lembrarem que a estatística no Brasil deve ser encarada como realidade para ser compreendida, que supera muitas vezes convicções ideológicas e se encontra acima de interesses imediatos alheios ao seu desenvolvimento, aí sim, terão prestado um grande serviço à Nação — *W Barbosa*

RECENSEAMENTO

SE as nossas autoridades fizessem realizar um inquérito para apurar quantas pessoas, no Brasil, saberiam traduzir o significado do vocábulo *recenseamento*, teriam, no final dos trabalhos, um resultado surpreendente, pois constatariam que, apesar do País vir participando há quase um século de todos os certames internacionais de estatística, e há precisamente 84 anos já procedia ao primeiro recenseamento da população, o povo ainda não está devidamente instruído para saber definir o verdadeiro sentido de tal palavra

No intuito de contribuir para a difusão de conhecimentos úteis a todos, no que diz respeito àquele vocábulo, embora o que divulgamos aqui não tenha a pretensão de ensinar os leitores, visando somente esclarecê-los quanto à necessidade de saber o que representa uma operação censitária, entendemos que recenseamento é pesquisa que se destina a demonstrar as atividades, as situações em geral; que envereda nas investigações relativas a todos os setores da vida humana, tomando como base elementos que se prestem à classificação geral de fatos e coisas que o vasto campo de estatística abrange. Entretanto, encontramos no grande mestre Laudelino Freire uma definição que bem se aplica a este artigo: *Recenseamento* — “operação administrativa, que consiste em determinar o número de habitantes de um país, de uma cidade, com discriminação de sexo, nacionalidade, profissão, etc”

Ora, para levar a efeito tal empreendimento, torna-se necessária uma propaganda intensiva de tudo quanto se refere à estatística, fugindo dos meios-têmos adotados até hoje e que de nada têm servido à propagação das operações censitárias; enfrentar com despreendimento todas as dificuldades, quer de ordem técnica, como administrativa, e apresentar ao povo um trabalho, não para as livrarias e sim para a imprensa, que ainda é o meio de divulgação menos oneroso

ATÉ a presente data foram realizados seis recenseamentos no Brasil. O Recenseamento Geral de 1950 foi a terceira operação realizada que abrangeu os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, e inquéritos especiais sobre Transportes

Dêstes, abordaremos ligeiramente assuntos referentes ao Censo Demográfico, por julgarmos, no momento, de mais interesse para a população, sem, contudo, considerá-los menos importante para a vida econômica do País os demais censos

A primeira e mais importante informação fornecida pelo Censo Demográfico é a da população total. Esta população não é definida facilmente, pois admite várias formulações aceitáveis, das quais se podem destacar duas: população de fato e população de direito

A população de fato é a população *presente* e *residente* no município ou circunscrição, so-

mada à população presente temporária, ou seja, aquela que não reside no local

A população de direito é a residente no local recenseado e *temporariamente ausente*, somada à população residente e que se acha presente no ato do recenseamento

“Os presentes temporários são classificados segundo o lugar de residência fixa, e os ausentes segundo o lugar onde se acham por ocasião do censo”

O Censo Demográfico compreende indagações referentes à pessoa, à família e ao domicílio

A pessoa pode ser recenseada no lugar onde se achar na data do censo, mesmo não residindo no local habitual, ou então entre os componentes da habitação de onde esteja afastado temporariamente e que aí reside habitualmente

Para esse censo é adotado o boletim individual, que, além, das indicações que visam à localização e a identificação do domicílio, contém um quesito especial em que pede o nome e o sobrenome do recenseado, quer isolado ou não, ficando prejudicada qualquer identificação individual, para outros efeitos que não sejam para fins censitários

FAMÍLIA — No modo pelo qual o censo a classifica, constitui família toda unidade de convivência que se encontra de fato no domicílio particular e ligada entre si por vínculo de parentesco ou afinidade; os domésticos, hóspedes, etc., que vivem sôzinhos em uma habitação particular (familiar) ou em parte independente da mesma. Famílias também se encontram nas habitações coletivas desde que ligadas também por vínculos de parentesco

O boletim de família, além das indicações encontradas, no boletim individual, contém um certo número de colunas com os respectivos quesitos, destinadas a receber as respostas de cada membro

DOMICÍLIO — Para fins censitários, domicílio é o lugar onde mora uma ou mais pessoas temporária ou definitivamente. O domicílio pode ser coletivo ou não. Os domicílios coletivos podem ser além de hotéis, pensões etc., os quartéis, os internatos, os hospitais, os asilos e outros

As pessoas que moram em domicílio coletivo e que entre si não constituam família são recenseadas pelos boletins individuais. As listas de domicílio coletivo e que nos mesmos são distribuídas são apenas destinadas a controlar os boletins de família ou individuais

Dos que forem recenseados nos domicílios coletivos, deve ser especificada sua condição em relação aos mesmos (diretor, ou interno no internato; prêso ou guarda, na cadeia, etc.), ou a de chefe de família, no respectivo boletim

Para o primeiro caso, não oferece dificuldade estabelecer a condição, entretanto, para o segundo (família), algumas vezes surgem difi-

culdades, pois em relação ao chefe existe parente que de fato exerce o ofício de empregado e aquele não sabe os outros proceder ou então, pela divergência entre as relações de direito e de fato, isto é, "o filho da mulher que vive em comum considerado como enteado — embora juridicamente não o seja — pelo homem com quem a mulher convive".

Para contornar tais dificuldades aplicam-se as palavras "cônjuge" para os casados no civil e "consorte" para os outros casos, ou seja, nas uniões livres das mulheres em relação ao chefe da família

Aliás, nos quesitos que trazem indagações sobre o estado civil e familiar, acham-se discriminações das possíveis modalidades de solteiro, casado, desquitado ou viúvo; nas instruções encontra-se a modalidade *divorciado*, porque não seria dada uma resposta correta se fôsse classificada como casada a pessoa divorciada, conforme as leis de seu país. É um tanto difícil obter um levantamento exato do estado civil, pois costumes ou preconceitos disfarçam em famílias regulares as que juridicamente sempre são irregulares

Passando sobre alguns quesitos que nenhuma dificuldade oferecem para seu preenchimento, trataremos daqueles que mais interessantes achamos para estudos sobre as necessidades ou dificuldades encontradas pelos serviços cenitários, a fim de estabelecer dados concretos na publicação dos resultados obtidos:

SEXO — "A divisão dos sexos é mantida em todas as apurações e em quase todas as elaborações subordinando-as à idade". Esta classificação é efetuada para população de fato ou de direito, o que permite obter percentagens em que as idades e sexos estão representados na população. Geralmente não surgem obstáculos no preenchimento dos quesitos, a não ser erros decorrentes de omissão causada por esquecimento

IDADE — Dentro dos caracteres biofisiológicos indagados no censo, o ideal seria conhecer a idade exata de cada recenseado. Para isso, seria necessário conhecer a data do nascimento, mas ocorre que muitos, desconhecendo tal ocorrência e só aproximadamente sabem a sua idade, omitem tal fato; o censo, para facilitar os trabalhos de apuração, admite a declaração da idade presumida, desde que não fuja da realidade. Mas, na maioria dos casos, encontramos estas situações nas declarações de pessoas do

sexo feminino, não só decorrente de vaidade como devido ao alheamento total do dever a ser cumprido na observância dos regulamentos. E isto dá motivo a uma apuração não muito correta de dados referentes à idade das mulheres

CÔR — Com o único objetivo de não ferir suscetibilidades das pessoas de sangue misto, somente é pedido a declaração de cor branca, preta ou amarela, cuja finalidade é obter o máximo de cor branca, ou o mínimo de cor preta, deduzindo-se daí que nos casos omissos acham-se as declarações aproximadas das pessoas de cor mista. Muitas vezes ocorre que algumas, despidas de tais preconceitos, respondem o grupo étnico pelos termos usuais de *caboclo*, *mestiço*, *moreno*, *mulato*, *pardo*, ou *índio*, o que facilita, de certo modo, a apuração em sentido mais detalhado.

RELIGIÃO — Na sua significação literal esta é uma expressão que ainda não foi estudada. Seria fugir ao princípio básico da liberdade de consciência pedir aos recenseados respondessem qual a religião que intimamente professam, assim como seria inoportuno pedir declarassem qual a religião que mostrem professar pela manifestação do culto. Adotando solução que mais convenha a esta situação, perguntas são feitas sobre religião de que é adepto o recenseado, pois isto representa, "declaração de uma circunstância de fato e não uma profissão de fé ou relação de comportamento"

EDUCAÇÃO — Todas as perguntas que se referem ao grau de instrução visam somente verificar o estado e particularmente a educação dos recenseados

Concluindo abordaremos um quesito que, pela sua extensão, é dos mais interessantes do Censo Demográfico

FILHOS — Nas respostas dadas ao número de filhos tidos pelos casais recenseados acha-se a base do inquérito sobre a fecundidade. As perguntas estendem-se aos filhos nascidos e sobreviventes na data do censo, e isto permite estabelecer um índice a fim de realizar estudos sobre a mortalidade, enquanto que as informações referentes aos filhos vivos permitem estabelecer paralelo sob o ponto de vista social e econômico da família. — *W Barbosa*

Publicado no "Jornal do Brasil", Rio, edição de 13-V-56

AS INFORMAÇÕES DO IBGE

UM dos serviços gratuitos mais interessantes que a imprensa recebe é prestado pela Diretoria de Documentação e Divulgação do IBGE — Conselho Nacional de Estatística

Quando pensamos numa repartição pública modelo, a primeira que nos vem à mente é sempre o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística. Não só pelos trabalhos que publica, como pelos serviços que presta aos que pessoalmente o procuram. Falamos com experiência. Temos batido várias vezes às portas do IBGE. A começar pelos contínuos que nos atendem, nota-se o ambiente de boa vontade, gentileza, educação e interesse em atender o consulente

As vezes temos nos identificado como diretores de uma revista Outras vezes não O tratamento que recebemos tem sido sempre idêntico, numa demonstração de que não se trata de exceção à imprensa, mas regra geral aplicada a todos Se a estatística que procuramos já existe impressa, é-nos fornecida imediatamente Se existem apenas os dados, mas sem a apresentação na forma que desejamos, no dia seguinte o obtemos datilografado

E ao chegarmos à redação, semanalmente recebemos os originais de "Notas e Informações", redigidos em boa linguagem jornalística, mimeografados em espaço dois, em papel claro e legível Qualquer secretário de redação pode enviá-los imediatamente à linotipo, na certeza de que está divulgando material de primeira ordem em interesse e em nível intelectual

Exatamente aqui é que se encontra o defeito das "Notas e Informações" do IBGE Por quê? Não vamos fazer mistério do caso Porque, sendo, como o são, excelentes peças de publicidade da repartição de estatísticas do país, as notas do IBGE são muitas vezes publicadas sem que se cite a sua fonte Escrupulosos ao extremo em dar sempre as fontes de que se servem quando divulgam uma estatística colhida de outras instituições ou publicações, o IBGE cita muito pouco a si mesmo

É claro que não defendemos aqui um processo de auto-endeusamento por parte dos responsáveis de nossas estatísticas O que sugere-

imos é simplesmente que se ponha mais vezes no papel o nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fazendo-se referências incidentais a êle na redação das "notas" para a imprensa Modêlo do que sugerimos são as publicações da ONU Sem forçar, com a maior naturalidade e em estilo correnteio, faz sempre referências ao seu Departamento de estatísticas, de forma tão bem feita que é impossível a qualquer secretário de publicação deixar de citá-lo quando aproveita algum trabalho seu

A estatística não é coisa barata Pagamo-la em várias oportunidades, até mesmo quando vamos a um cinema, para citar algo em evidência com referência a preços Por isso mesmo tem a estatística também um problema permanente de relações públicas Deve estar dizendo com que gasta o dinheiro do contribuinte Deve vencer essa balela, ainda persistente no Brasil, de que somos um país sem estatísticas

Pois bem Uma das formas simples e ao alcance dos responsáveis pela divulgação estatística é redigir todos os comunicados e notas incluindo o nome da repartição como parte integrante do texto, para que o público saiba sempre de onde está recebendo a informação É essa a sugestão que hoje queremos dar aos modelares funcionários do IBGE — *Manoel de Vasconcelos*

Publicado na revista "PN", do Rio, edição de 5 de junho de 1956, n.º 258

MONOGRAFIAS DO CNE

Ao ensejo da passagem, na última terça-feira, do dia do Estatístico e do Geógrafo, quando também se celebrou o 20.º aniversário de fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não se pode deixar de registrar e mesmo de cumprimentar o trabalho realizado por um dos órgãos do IBGE, o Conselho Nacional de Estatística, na edição que vem fazendo há cerca de dois anos, das monografias sobre os Municípios brasileiros A falta de material, de informações sobre as nossas comunas, já se fazia sentir não só aos professores, aos estudiosos de forma geral, como ao povo desejoso de conhecer o seu país Até há alguns anos atrás era difícil obter dados sobre determinado município, salvo se êste já tivesse repercussão nacional Agora, entretanto, com a publicação das "Monografias" pode o professor, o jornalista, o estudioso, o público em geral, possuir uma biblioteca especializada sobre as comunas brasileiras e, assim, ter às mãos, valioso subsídio

A coleção de monografias já quase na casa da centena, representa sem dúvida, um trabalho perfeito de equipe Cada monografia é um estudo sobre a vida histórica, cultural, econômica, dos aspectos físicos e da vida municipal da comuna focalizada Escritas para o povo, as monografias impressas em bom papel, em

formato 18 por 7 cm se constituem, evidentemente, numa das maiores realizações do Conselho Nacional de Estatística Infelizmente, nem todas possuem fotografias ou desenhos da região, mas temos certeza, esta falha será sanada

* * *

No que tange ao ponto de vista turístico, as monografias representam ótimo material de propaganda Não fossem assim, apenas para citar um exemplo, a Prefeitura de Salvador, Bahia, que presentemente vem desenvolvendo um interessante programa de incremento do turismo na "Terça das 365 Igrejas", não teria solicitado ao Conselho de Estatística e publicação de monografia sobre a cidade, aliás uma das melhores já editadas É claro que o efeito publicitário do folheto não pode ser o mesmo de um prospecto feito com êste objetivo Entretanto, como já diz o ditado "Quem não tem cão " E convenhamos, às vezes, o "gato" sai-se melhor do que o cão na caçada, basta olharmos para algumas publicações que se editam com a finalidade de criar interesse do turista por determinada região Estas ficam muito aquém das monografias

As organizações de turismo, particulares ou oficiais, e os homens do turismo no Brasil deviam expressar seu reconhecimento ao Conselho Nacional de Estatística do IBGE pela ótima propaganda turística que faz dos Municípios

brasileiros através das suas monografias. Os nossos, aqui já deixamos registrados. — *Luiz Bravo*

Publicado no "Correio da Manhã", do Rio, edição de 31-V-56

O ROMANCE DA ESTATÍSTICA

TRATA-SE de um velho assunto sempre novo. Enquanto a suave madrugada escorre lentamente, abro o magnífico volume I do Censo Demográfico do Brasil, e me maravilho com os números espantosos, as revelações surpreendentes, os dados curiosos, alinhados pelo Conselho de Estatística do IBGE. Vejo que há brasileiros budistas e maometanos. Verifico que a raça clareia: há 32 milhões de brancos, contra 13 milhões de pardos (contra é modo de dizer) e contra 5 milhões de pretos. Surgem pouco mais de 320 mil amarelos. O interessante é que 108 mil brasileiros ficaram indecisos quanto à própria cor. Mas o que é mais assombroso é o capítulo que trata das profissões. Se não vejamos:

Há somente 79 patricias engenheiras enquanto mais de 12 mil homens exercem a profissão. Agrônomas, então, só há 17, e agrimen-soras 3. Menos de mil mulheres são médicas e há somente 10 veterinárias para tantos bichos deste país. Em compensação, enquanto 3.535 mulheres são parteiras, apenas 14 homens se dedicam à fecunda profissão. Também no professorado as moças levam a palma. Há uma astrônoma no Brasil inteira e um número surpreendente de meteorologistas mulheres — 213

Continuo a minha leitura, mergulhado nos números reveladores e, de repente, fico sabendo que Evelyn, a fotógrafa do colunista Al Neto, tem 533 outras concorrentes, o que é uma verdadeira surpresa. 3 moças são cinegrafistas. Enquanto isso, setecentas mil suam na enxada. Vou desvendando outros segredos: descubro dez mulheres mineiras, 213 marrocas, 1.145 pescadoras e 67 caçadoras.

Ao lado dessas profissões conhecidas embora inusitadas, há outras de que ouço falar agora: 26 moças são formistas de metais, 65 são furadoras e 26 trefiladoras. Mas há também niqueladoras, soldadoras, ferreiras, relojoeiras, carpinteiras e até uma lanterna de veículos. Fogueteiros temos 617 no Brasil, e noventa e duas pedreiras, mas nenhuma servente de pedreiro. Há 79 queijeiras bem como 449 linguiçadeiras. 7 mulheres são mestres de embarcação, duas são aviadoras, 70 são barqueiras, 317 tropeiras, 74 motoristas, 4 marinheiras, 9 engraxates, 6 juizas, 19 inspetoras de tráfego e guardas civis, e ainda uma lileira e uma lixeira. Para terminar, "mulé rendêra", há 2.517 — *Heron Domingues*

Publicado em "A Noite", Rio, edição de 7-VI-56

Bibliografia

Conselho Nacional de Estatística — *Bibliografia geográfica-estatística brasileira*, vol I, 1936-1950 Rio, 1956

O ACÉRVO editorial do IBGE — que representa uma valiosa contribuição para a difusão da cultura, particularmente no que se relaciona com o conhecimento da terra e das atividades humanas — ressaltava-se da falta de um levantamento sistemático, que facilitasse aos estudiosos a consulta e a pesquisa. O trabalho do estatístico Moacyr Santa Lúcia Gonçalves, que acaba de ser lançado pelo CNE, reveste-se, assim, de inestimável valor para quantos se ocupam de estudos brasileiros.

O volume ora publicado compreende a matéria divulgada, de 1936 a 1950, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Geografia, do Serviço Nacional de Recenseamento, e dos serviços federais de estatística, regionais ou municipais, filiados ao Instituto, mesmo quando a sua publicação não se fez pelo Serviço Gráfico do IBGE. Foram também incluídas as matérias publicadas pelo CNE e pelo SNR em impressão mimeográfica própria.

A *Bibliografia* divide-se em três seções, de acordo com o princípio adotado para a classificação, que foi feita pelos assuntos, pelo critério geográfico e pelos autores. Neste primeiro volume, porém, só foram incluídas a distribuição por assuntos e a distribuição geográfica, ficando a catalogação por autores para o segundo volume, a ser editado oportunamente.

No preparo da classificação pelos assuntos houve a preocupação de separar as publicações periódicas e avulsas dos trabalhos contidos em poligrafias e publicações periódicas, que se constituíram, respectivamente, nas Parte I e II. As publicações da ala geográfica foram separadas das publicações da ala estatística e censitária. A fusão da matéria, para fins de consulta e imediata localização, é realizada por meios de dois índices, o geral e o remissivo.

A classificação geográfica teve o objetivo de apresentar a matéria sob o ângulo dos estudos regionais, facilitando também comparações no âmbito nacional, continental e internacional.

A parte bibliográfica propriamente dita vem precedida de resumos das atividades geográficas no Brasil, ao tempo da Colônia, do Império e da República, e dos levantamentos estatísticos realizados em nosso País, desde a sua descoberta. A organização, natureza, estrutura, funcionamento e principais realizações do sistema geográfico-estatístico são expostas numa bem elaborada síntese.

Volume encadernado, com 362 páginas de papel "couché".

SANTONE, Adolfo — *Sistema de la estadística brasileña* — Rosario, Argentina, 1955

O SR Adolfo Santone esteve no Brasil durante o ano de 1954, como bolsista do IBGE, para realizar um estágio em centros de pesquisas estatísticas do nosso país e particularmente nas repartições centrais do Conselho Nacional de Estatística.

De regresso ao seu país, o estatístico argentino tem publicado trabalhos sobre a organização e o ensino da estatística no Brasil. No volume agora lançado pelos Cursos Livres de Português e Estudos Brasileiros, o autor dedica alguns capítulos não só ao sistema estatístico propriamente dito, como também à história do IBGE, ao Serviço Gráfico, ao ensino da estatística e às estatísticas educacionais.

Esse trabalho, que tem 53 páginas, representa uma valiosa contribuição para o conhecimento, na Argentina, das atividades e da organização peculiar do Instituto.

PUBLICAÇÕES DO CNE DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE

DURANTE o primeiro semestre de 1956 o Conselho Nacional de Estatística editou e distribuiu as seguintes publicações:

Pela Diretoria de Documentação e Divulgação: *Flagrantes brasileiros*, Ns 3 e 4; *Revista Brasileira de Estatística*, Ns 64 e 65; *Revista Brasileira dos Municípios*, Ns 32 e 33; *O Conselho Nacional de Estatística em 1951, Legislação Orgânica do CNE* — vol I; *Resoluções da Junta Executiva Central, 1955*. Monografias municipais: Itabalana, Laguna, Santo Ângelo, Anápolis, Juiz de Fora, Mutuípe, Guaparari, Ipirá, Batuíte, Catalão, Lagarto, São Bernardo do Campo, Quipapá, Ribeirão Preto (2ª edição), Afonso Cláudio, São José dos Pinhais, Aquidauana, Guimarães, Colatina, Anádia e Uberaba.

Pela Diretoria de Levantamentos Estatísticos: *Inquéritos Econômicos*: novembro e dezembro de 1955; janeiro de 1956; *Produção industrial*: 1953, Distrito Federal; 1953, Maranhão; 1953, Alagoas; 1953, Bahia; *Exportação do Distrito Federal por Vias Internas*, 1955 — 4º trimestre; *Exportação do Espírito Santo por Vias Internas*, 1954; *Exportação do Rio de Janeiro por Vias Internas*, 1954; *Exportação da Bahia por Vias Internas*, 1954.

Pelo Laboratório de Estatística: *Pesquisa sobre a Mortalidade no Brasil* (Estudos Demográficos n.º 20); *Análises Críticas dos Censos Demográficos* (Estudos Demográficos n.º 21); *Contribuição para o Estudo da Demografia do Norte*.

Pelo Serviço Nacional de Recenseamento: *Estado do Ceará — Censo Demográfico, vol. XIV, tomo 1; Estado de Minas Gerais — Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, vol XXI, tomo 3; Estado do Maranhão — Censo Demográfico, vol XII, tomo 1; Estado do Rio Grande do Norte — Censo Demográfico, vol XV, tomo 1; Distrito Federal — Censos Eco-*

nômicos, vol XXIV, tomo 2; Estado do Pará — Censo Demográfico, vol X, tomo 1; Estado de Goiás — Censo Demográfico, vol XXX, tomo 1; Estado de Santa Catarina — Censos Econômicos, vol XXVII, tomo 2; Brasil — Censo Demográfico, vol I

Pelo Serviço Gráfico do IBGE — *Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira, 1936/1950*

NOVO PRESIDENTE DO IBGE

Por decreto de 3 de maio, o Presidente da República, Sr Juscelino Kubitschek, concedeu exoneração ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — cargo que vinha exercendo em caráter interino desde novembro de 1955 — e nomeou para substituí-lo o prof Jurandyr Pires Ferreira

A POSSE

No dia 8, realizou-se no Palácio do Catete a solenidade da posse, na presença de altas autoridades e demais pessoas gradas

Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek
— Assinado o termo de posse, o Presidente da República, Sr Juscelino Kubitschek, pronunciou as seguintes palavras:

“Cumprindo-me dar posse ao novo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não desejo deixar passar em silêncio este ato. O protocolo manda que me cale. Entretanto, quero marcar a minha presença nesta solenidade com algumas palavras, que julgo oportunas e necessárias para acentuar o alto aprêço em que tenho o IBGE, instituição que ganhou o respeito de todo o país e tanto tem prestigiado o nome do Brasil no estrangeiro

Rendo aqui as minhas homenagens ao saudoso Teixeira de Freitas, que a concebeu e planejou; ao Sr General Juarez Távora, que,

quando Ministro da Viação, teve a iniciativa da lei que a criou; ao inesquecível Presidente Getúlio Vargas, que lhe deu o mais decidido apoio, até que ela se converteu numa das mais úteis realizações de seu primeiro governo. Por último, desejo agradecer, em nome da Nação Brasileira, os inestimáveis serviços que lhe prestou o Ministro José Carlos de Macedo Soares, o Servidor-Padrão do IBGE, o eminente brasileiro a quem esse Instituto deve, sobretudo, a conservação do espírito de equipe que o fecundou; o homem que durante tantos anos assegurou a continuidade do benemérito esforço desenvolvido por essa organização modelar

Em 1935 instalava-se neste Palácio o Instituto Nacional de Estatística, com a posse de seu Presidente Interino, o Dr José Carlos de Macedo Soares, ocupando pela primeira vez a pasta do Exterior. Por essa ocasião, também quebrando o protocolo, como ora faço, disse o Presidente Vargas umas poucas palavras, tendo afirmado que, para demonstrar o seu carinho pelo Instituto, “lhe dera a sua casa e o seu ministro”. A interinidade do Dr José Carlos de Macedo Soares durou muitos anos e interinamente ele se achava no cargo, até o momento em que tive de substituí-lo, atendendo a razões ponderosas que me apresentou para exonerar-se

A escolha do substituto recaiu em nome de maior relêvo de engenharia e do magistério superior do país: o Dr Jurandyr Pires Ferreira. A sua aguda inteligência e a sua extensa cultura o colocara à altura da responsabi-

Posse do Sr. Jurandyr Pires Ferreira, no Catete, quando falava o Presidente Juscelino Kubitschek



lidade que lhe ponho sôbre os ombros. Político militante, estou certo de que encontrará na tarefa que ora lhe confio oportunidade para demonstrar uma vez mais sua devoção à coisa pública, presidindo ao IBGE com aquele misto de entusiasmo e de prudência que se requer na relevante missão que vai exercer.

Entrego-lhe os destinos de uma instituição brasileira consagrada não só neste país, mas também fora d'ele. Os trabalhos estatísticos e geográficos do IBGE são reputados, neste Continente, como do mais alto nível técnico, dia a dia afirmando-se esse conceito, graças a uma sábia direção que vem coordenando admiravelmente as atividades dos dois ramos em que se divide o Instituto.

Acho-me plenamente convencido de que prosseguiremos nessa trilha, honrando as tradições do prestigioso órgão da administração federal, no momento em que declaro empossado no cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Dr. Jurandyr Pires Ferreira."

Discurso do Prof. Jurandyr Pires Ferreira — A seguir, o prof. Jurandyr Pires Ferreira pronunciou a seguinte oração:

"A honra da investidura que me é conferida se mede pela altura do eminente brasileiro a quem vou suceder.

O desvanecimento pelo encargo que me é cometido se avalia pelo alevantado conceito do patriótico governo a que vou servir.

E o desvanecimento e a honra se entrelaçam ante essa confiança, em mim depositada, pelo mais evoluído, mais dinâmico e o mais humano dos Presidentes da República.

O mais evoluído porque objetiva, nas metas de seu governo, a infra-estrutura de seu programa político.

O mais dinâmico porque compreende a necessidade dessa estrutura agindo no sentido de

seu fortalecimento como alicerce material para o soerguimento moral do Brasil.

O mais humano porque se apega à diretriz comitiana de ser "inflexível por princípio, mas conciliante de fato".

Um governo que se apresenta com a realidade objetiva de seu destino, expresso na clareza numérica de suas tarefas, tem que se guiar pela bússola das estatísticas e se orientar pelos estudos realizados nos laboratórios de pesquisas sociais. O Instituto, que terei a fortuna de dirigir, é, sem dúvida, o mais mobilizável, para ser útil a um governo, como o de V. Ex.ª, Sr. Presidente, que aspira, com tão nobre des-cortino, enquadrar-se na realidade contemporânea. E o é pelo manancial de suas preciosas coletas e a extensão de suas amostras no campo econômico, social e político. E é, ainda, pelas conclusões de seus laboratórios, onde manipula, seleciona e analisa aspectos frisantes da vitalidade da Nação.

Assim, é venturoso colaborar, e dessa forma, num governo que acredita, com Helvetius e com Bentham, que a felicidade das nações reside "no predomínio do prazer de seu povo, apoiado na expressão soberana da comunidade política". Concluindo daí, com Stuart Mill, que "a finalidade do governo consiste na felicidade coletiva" e com êle crendo, e fervorosamente, "na possibilidade de se apressar o progresso, graças ao inteligente esforço dos homens".

É sem dúvida jubiloso dirigir o órgão que fornece os elementos, manipulados e manipuláveis, de geografia e estatística para servir ao Presidente Juscelino Kubitschek, que como Ward "defende a doutrina da fiscalização da inteligência, fundada na aplicação dos métodos científicos e racionais à solução dos problemas da vida social" e com êle usa e acredita no valor da inteligência que vai impedindo os ideais e os princípios para os mais altos fins.

O Ministro Macedo Soares, com a elegância de sua cerebração, e o acervo de suas virtudes intelectuais e morais, pôde, em quase dois decênios em que dirigiu o IBGE realizar uma obra fecunda e notável, tornando esse Instituto capaz de preencher as necessidades reclamadas pelos horizontes de um governo, que marcará, sem dúvida, na história política da Nação, a supremacia da análise sôbre os impulsos primários das paixões."

TRANSMISSÃO DO CARGO

NO auditório do Conselho Nacional de Estatística, no mesmo dia 8, à tarde, realizou-se perante numerosa assistência o ato de transmissão do cargo.

Discurso do Embaixador Macedo Soares — Em breves palavras, de improviso, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares historiou os principais acontecimentos ligados à criação do Instituto Nacional de Estatística, seu

No ato da transmissão do cargo falou, de improviso, o ex-Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.



O Sr. Jurandyr Pires Ferreira, ao ler o seu discurso, na cerimônia da transmissão do cargo.

desdobramento em duas alas, com a conseqüente mudança de denominação para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a instalação da entidade nas salas do Palácio do Catete cedidas para este fim pelo Presidente Getúlio Vargas, até os dias de hoje, quando, além dos seis prédios próprios em que tem instalados os serviços centrais e de algumas Inspetorias Regionais, o Instituto está presente e atuante em tôdas as sedes municipais, através de suas Agências de Estatística

Fondo em relêvo a posição do IBGE no quadro político-administrativo do país, acentuou o orador que a obra realizada deve ser atribuída à grande preocupação que tiveram sempre os governos e os Presidentes da entidade de preservá-la de influências e injunções partidárias, permitindo-lhe trabalhar pelo engrandecimento do Brasil a coberto da interferência desagregadora de interesses capazes de usar a instituição como instrumento de monstruoso crime contra a Nação

Enalteceu a personalidade e os predicados de inteligência e de capacidade de trabalho do Prof Jurandyr Pires Ferreira, dizendo que o Presidente da República fôra buscar um técnico para um cargo técnico, já que a Presidência do IBGE não poderla jamais ser confundida com um cargo de natureza político-partidária

Ao evocar, em suas palavras, a figura exemplar de Mário Augusto Teixeira de Freitas, recebeu o Embaixador José Carlos de Macedo Soares prolongada salva de palmas do funcionalismo dos dois Conselhos do Instituto, que enchia o auditório

Discurso do Prof Jurandyr Pires Ferreira
— Ao receber das mãos do seu antecessor o cargo de Presidente do IBGE, o prof Jurandyr Pires Ferreira leu o seguinte discurso:

“Desde a evolução industrial, que o mundo caminha para o racional aproveitamento da energia humana

As conquistas científicas abriram os horizontes da técnica. E a racionalização nos métodos de produção se vêm desenvolvendo no objetivo de reduzir os desperdícios de esforços

Os problemas sociais que se agravam pela ânsia de ampliar o nível econômico das massas populares vão buscar as soluções raras no estudo da seqüência dos processos da produção

E da base geográfica, a extensão biológica dos aglomerados humanos em seus movimentos, suas expansões, seus ideais, suas reações, suas características e suas ambições vai-se sempre definindo uma gama diferenciada de matizes com influências profundas no rendimento do esforço humano

É a geografia em todos os seus aspectos, e a estatística em tôdas as suas formas, a cartilha para se entender a marcha efetiva do progresso



A máxima: “Saber para prever a fim de prover” representa a sucessão racional das etapas do ideal construtivo do homem

E em sendo assim, nota-se que no fundo de todo o impulso realizador, se encontra o sabor como necessidade lógica da edificação almejada

Saber é a matéria-prima da previsão, e sem esta é efêmero, e quiçá ruinoso, o provimento

Os azares da ignorância levam-nos aos desperdícios da energia vital das nações

O saber é, em final, a base econômica dos povos

Esta casa procura o saber gravando nos mapas a fisionomia topográfica de nossa terra e fotografando em suas cartas a expressão de suas vias de comunicação. Esta casa anseia por saber, focalizando, na variedade comparativa das amostras que coleta, o dinamismo da trepidação econômica, social e política da nação

Esta casa se apaixona pelo saber, nos inquéritos que manipula nos seus laboratórios de pesquisas

Esta casa é, pois, sequiosa de saber e vive em constantes angústias, por aquêle “vir a ser” de Renan, que salta de suas previsões

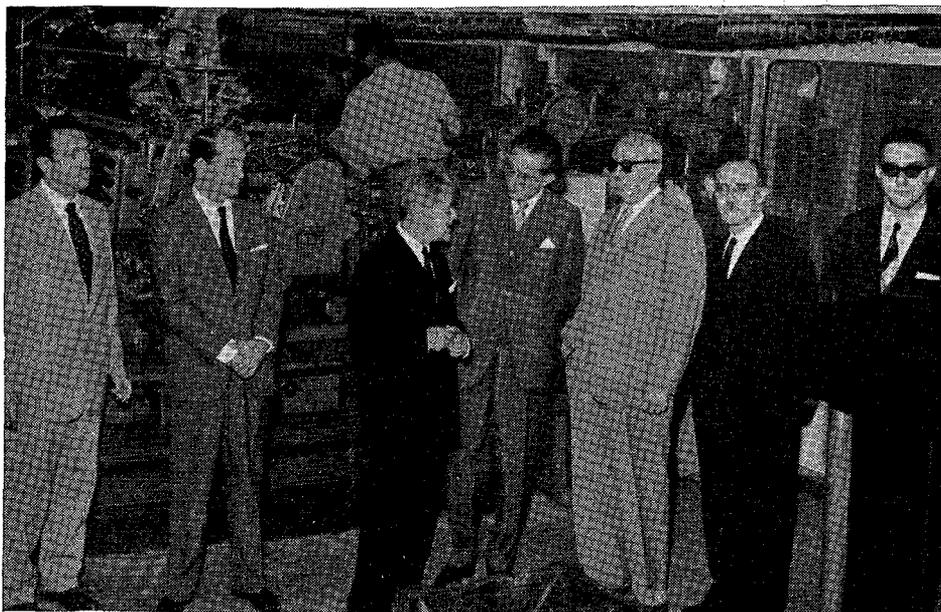
“Induzir, para deduzir a fim de construir”, é fundamento científico da ação realizadora.

Esta casa funciona enquadrada nas diretrizes dêste conceito

Tudo isso justifica o entusiasmo com que assumo sua direção

Num longo passado de magistério, orgulho mais alevantado de minha vida, meu contato humano nos altos e baixos da minha carreira política fazem-me compreender o tesouro de saber que encerra este Instituto. Fazem-me admirar os homens que aqui labutam, a respeitar aqueles que lutaram pela edificação de sua textura orgânica

Recebo do eminente Ministro Macedo Soares esta jóia que tanto lapidou nos estímulos de seu patriotismo com o apêgo de sua cultura



Logo que foi nomeado, o novo Presidente do IBGE visitou o Serviço Gráfico, acompanhado dos Srs. José Eduardo de Macedo Soares e Horácio de Carvalho. Vemo-lo, na foto, com os Srs. Waldemar Lopes, Fábio de Macedo Soares, Guimarães, Renato Pacheco Americano e Paulo de Sousa Vieira.

Não pouparei esforços para mantê-lo à altura de seu prestígio, nem esmorecerei a marcha empolgante de seu aperfeiçoamento

Não tenho um programa a inovar mas um tesouro a preservar

O IBGE é uma máquina a serviço do desenvolvimento nacional

O seu destino se traça no uso que lhe der o Chefe da Nação

O Sr Juscelino Kubitschek tem metas definidas a atingir, tem o ardor de um estadista voltado para as grandes realizações e tem o sadio impulso de seu ímpar dinamismo para a recuperação econômica do Brasil

Acompanharemos o seu programa com devotamento pela Pátria e com exultante entusiasmo perante as vitórias antevistas do Chefe da Nação "

AS CARTAS TROCADAS

Foi a seguinte, na íntegra, a carta que o Embaixador José Carlos de Macedo Soares dirigiu, no dia 2 de maio, ao Presidente da República, Sr Juscelino Kubitschek, solicitando exoneração do cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

"Eminente amigo Presidente Juscelino Kubitschek Atenciosas saudações

Achando-se quase inteiramente organizado o Governo de V Ex^a, parece-me que é chegada a oportunidade do preenchimento definitivo da presidência do IBGE, que, em substituição ao eminente brasileiro, Dr Elmano Car-

dim, venho exercendo interinamente, desde os momentos difíceis do Governo do preclaro Presidente Nereu Ramos

Faço votos para que V Ex^a, com a visão clara e segura que norteia sua atuação no mais alto posto da República, preencha o honroso cargo com um patricio ilustre e patriota, capaz de manter livre das injunções políticas a grande instituição idealizada por Teixeira de Freitas e que está perfeitamente aparelhada para bem servir a administração pública brasileira

Receba V Ex^a as respeitosas homenagens de seu menor admirador (a) *José Carlos de Macedo Soares* "

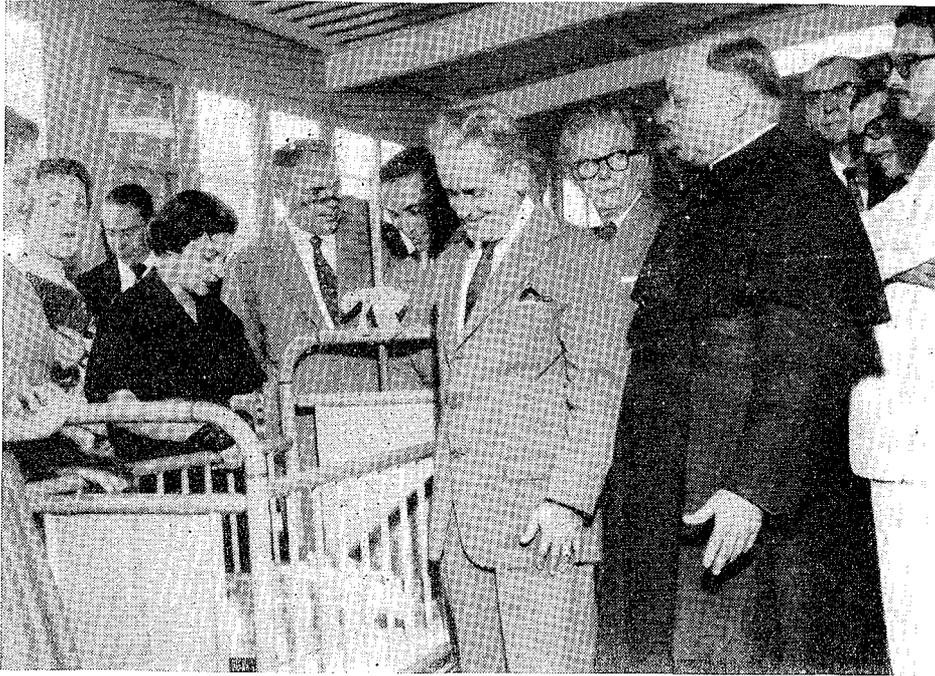
Em resposta, o Sr Presidente Juscelino Kubitschek enviou ao Sr Embaixador Macedo Soares a seguinte carta:

"Ilustre amigo Ministro Macedo Soares:

Acuso o recebimento de sua carta de hoje, colocando à disposição do Governo o cargo de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que vinha desempenhando desde alguns meses, cumulativamente com o de Ministro das Relações Exteriores.

Atendendo às ponderáveis razões de seu gesto, desejo manifestar ao ilustre amigo os meus sinceros agradecimentos pelos admiráveis serviços prestados à frente do IBGE, essa grande instituição a que seu nome está ligado de forma imperecível, desde a fundação

Receba o cordial abraço do seu amigo e admirador (a) *Juscelino Kubitschek* "



Em comemoração ao 20º aniversário do IBGE, foi inaugurada no edifício-sede do CNG a creche para os filhos dos funcionários da entidade

20º ANIVERSÁRIO DO IBGE

A PASSAGEM do vigésimo aniversário de fundação do IBGE foi assinalada, como em todos os anos, por várias solenidades comemorativas, realizadas nas diversas Unidades Federadas

Nesta Capital, os atos comemorativos tiveram início com a celebração de missa votiva, na Igreja do Carmo, às 8,30, seguida da Páscoa dos servidores do IBGE. Foi oferecido, após, um lanche no bar da Secretaria-Geral do CNE.

As 11 horas, na Sala Teixeira de Freitas, do edifício-sede do Instituto, realizou-se uma sessão especial da Sociedade Brasileira de Estatística, para entrega dos prêmios dos Concursos Bulhões Carvalho e Teixeira de Freitas, instituídos por aquela entidade, com a cooperação do IBGE. Abrindo a sessão, o prof. Jorge Kingston, presidente da SBE, solicitou ao presidente do IBGE, prof. Juandyr Pires Ferreira, que dirigisse os trabalhos.

Em seguida, foi dada a palavra ao sr. Waldemar Lopes, que, na qualidade de Secretário-Geral da Sociedade, fez um retrospecto da história da instituição e, aludindo aos prêmios, saudou os contemplados presentes à reunião.

Concurso Bulhões Carvalho — Procedeu-se, primeiramente, à entrega do Prêmio Bulhões Carvalho ao sr. Francelino de Araújo Gomes, que a êle concorreu sob o pseudônimo de "Economicus", com o trabalho intitulado "Índices

do movimento econômico". Da comissão julgadora fizeram parte os srs. João Lira Madeira (telator), Afonso Almio e Lauro Sodré Viveiros de Castro.

Concurso Teixeira de Freitas — De acordo com as decisões da Comissão Julgadora deste Concurso, constituída dos srs. Rafael Xavier, Raul Lima e Emil de Roue e Silva, os prêmios foram atribuídos aos seguintes concorrentes:

- 1º Prêmio — Manoel Borges dos Santos — Muritiba, Bahia
 - 2º Prêmio — Enéas Camargo — São Carlos — São Paulo
 - 3º Prêmio — Fernando Roberto Humaytá — Marília — São Paulo
- Prêmio Região Nordeste — Eduino Silva — Limoeiro do Norte — Ceará
- Prêmio Região Leste — Onésimo Crescêncio — Duas Barras — Rio de Janeiro
- Prêmio Região Sul — Dionysio Trettel — Pirapózinho — São Paulo
- Prêmio Região Centro-Oeste — Guilherme Alves Filho — Santo Antônio do Amparo — Minas Gerais (As normas reguladoras do Concurso incluíram Minas Gerais na Região Centro-Oeste)

Estavam presentes os srs. Enéas Camargo e Fernando Roberto Humaytá, respectivamente

Agentes de Estatística dos Municípios de São Carlos e Marília, ambos no Estado de São Paulo, e que receberam pessoalmente os prêmios que lhes couberam

Em agradecimento, falaram os srs Francelino de Araújo Gomes e Fernando Roberto Humaytá, ambos exaltando a iniciativa da SBE e a obra do IBGE. Os demais prêmios do Concurso Teixeira de Freitas foram entregues nas sedes das respectivas Inspetorias Regionais

Por último, fêz-se ouvir o Prof Juandy Pires Ferreira, que se congratulou com os premiados, ressaltando o estímulo que a Sociedade Brasileira de Estatística vinha prestando às atividades dos estatísticos no país.

Às 12 horas, o Presidente do Instituto, acompanhado de diretores e funcionários do IBGE, inaugurou as instalações da creche destinada aos filhos dos ibgeanos, no 13º andar do Conselho Nacional de Geografia

Comemorações no SEEC — Associando-se às comemorações de 29 de maio, o sr Alberto Martins, diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, fêz inaugurar, às 13 horas daquele dia, em seu gabinete, um retrato a óleo do saudoso estatístico brasileiro Mário Augusto Teixeira de Freitas, idealizador e fundador do IBGE

Nessa oportunidade, o sr Alberto Martins pronunciou as seguintes palavras:

"Não vamos traçar, agora, um panegírico a Teixeira de Freitas, enalteçando-lhe a personalidade de grande patriota, de excelso homem público, de estatístico renomado e de cidadão de extremas virtudes cívicas, que realmente o foi, porque tantos e tantos brasileiros ilustres já o fizeram, quando o Brasil se cobria de luto pelo passamento prematuro do insigne criador do admirável sistema geográfico-estatístico brasileiro

As palavras, pois, que vamos proferir, traduzem apenas a nossa saudade imorredoura e exprimem a gratidão que devemos ao inigualável Chefe e amigo que tamanhas e repetidas provas de afeto paternal nos dispensou durante o feliz convívio que mantivemos com ele nesta Casa que tanto amou

Neste momento de carinho-osa evocação e de indizível condolência, os companheiros de jornada e amigos de Teixeira de Freitas vêm reverenciar mais uma vez a sua memória, escolhendo a data do 20º aniversário da instalação do IBGE, para inaugurar o seu retrato no recinto onde nos encontramos e foi sua oficina de intenso e frutuoso labor intelectual por cerca de 14 anos, como titular ilustre do SEEC, repartição por ele fundada com tanto desvelo e alta proficiência

Com efeito, faz, precisamente, vinte anos que o inolvidável Mestre, exultante de alegria cívica, assistente, no Palácio do Catete, em ambiente



Prof Francelino Gomes,
Prêmio Bulhões Carvalho.

festivo e contando com a prestigiosa presença do benemérito Presidente Getúlio Vargas, à instalação auspiciosa do antigo Instituto Nacional de Estatística, evento memorável que proporcionou a Teixeira de Freitas instantes dos mais felizes de sua vida pública, pois, via êle, nesse dia, tornar-se, afinal, realidade palpitante e imperecível, o monumento de que fôra o arquiteto enamorado

E melhor data, portanto, não poderia ter sido preferida para a singela e comovida homenagem íntima que estamos tributando a Mário Augusto Teixeira de Freitas do que a efeméride cujo transcurso ora está sendo festejada pela família ibgeana

Foi, aqui, nesta sala, tão modestamente mobiliada e desprovida de ornatos, onde, aliás, tudo continua, tal como deixou, ao encerrar sua luminosa carreira de funcionário público número um do Brasil, que o pranteado Chefe escreveu os magistrais trabalhos de análise estatístico-social e formulou, com tanta erudição, os problemas básicos do Brasil, sempre com o pensamento voltado para o bem pátrio

E, em sua homenagem, desde aquele dia, nem de lugar foram mudados os móveis que guardam este Gabinete. Tudo foi conservado como estava ao êle deixar, pela sua aposentadoria, a repartição de que era titular insubstituível

Passamos, de aí por diante, a considerar êste abençoado recesso como que impregnado, todo êle, da presença espiritual e tutelar de Teixeira de Freitas

Cedo salu da nossa convivência física, mas permanecerá indelévelmente em nossa lembrança e na ternura mais recôndita dos nossos corações

Ao lhe erigirmos a efígie numa das paredes desta sala, onde também se encontra a imagem de outro saudoso líder da estatística brasileira — Oziel Bordeaux Régô — dileto colega de Teixeira de Freitas na carreira profissional em que ambos ingressaram com invulgar entusiasmo, fazemo-lo como um preito de lídima veneração àquele que legou à posteridade, pela sabedoria de seus ensinamentos, pela sua obra de cultura exponencial, pela sua vida moral sem jaça, pelo seu devotamento à causa pública e pelo seu entranhado amor ao Brasil, — um patrimônio de inestimáveis exemplos apostolares

E êsse retrato, que reproduz, com fidelidade, no tempo e no espaço, a fisionomia austera e bondosa de Mário Augusto Teixeira de Freitas, possui a virtude de ter sido pintado por um seu dedicado amigo e companheiro de trabalho desta Casa, o nosso caro colega Gabriel Gouvêa

Que, ao descerrar-se o auri-verde pano que o envolve, fiquemos, todos, um minuto em silêncio, no decurso do qual roguemos a Deus para que seja preservada, pela intangibilidade de seus fundamentos e pela manutenção de suas finalidades patrióticas, a sobrevivência dessa obra-prima, desde há muitos anos o grande sonho de Teixeira de Freitas: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E com esta prece sincera teremos, na data que hoje comemoramos, reverenciado melhor a figura ímpar de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que deu tudo de si, sem nunca pensar em si".

Sr. Fernando Humaytá,
Prêmio Teixeira de Freitas



★ Na Câmara Federal, o deputado Monsenhor Arruda Câmara referiu-se ao Dia do Estatístico, congratulando-se com o IBGE pela passagem do 20º aniversário de sua fundação

★ Nos Estados, foram realizadas, entre outras, as seguintes comemorações:

Em Fortaleza: a IR mandou celebrar missa votiva e realizou, em sessão solene, a entrega do Prêmio Teixeira de Freitas, para a Região Nordeste * Em Recife: missa votiva e Páscoa dos funcionários do sistema estatístico regional, seguindo-se a instalação da Biblioteca Teixeira de Freitas, na sede da IR; falou, na ocasião, o sr Mário Melo, delegado do CNG * São Luiz: missa votiva e excursão conjunta do pessoal do DEE e da IR à praia do Olho D'água; na Assembleia Estadual, foi aprovado: um voto de felicitações ao IBGE * Em Aracaju: missa por alma do fundador do IBGE, Teixeira de Freitas; sessão comemorativa no DEE; almôço de confraternização, oferecido pela IR, com a presença de altas autoridades; sessão cinematográfica dedicada aos servidores das repartições regionais de estatística em Sergipe; a Rádio Difusora de Sergipe fez realizar, nos dias 27 e 28, palestras alusivas ao IBGE * Em São Paulo: sessão solene no DEE * Em Niterói: Missa votiva e Páscoa dos estatísticos, torneio esportivo entre funcionários do sistema estatístico; em sessão solene, realizada no auditório Favila Nunes, do DEE, foi feita a entrega do Prêmio Teixeira de Freitas, relativo à Região Leste * Em Rondônia: sessão solene comemorativa * Em Curi-

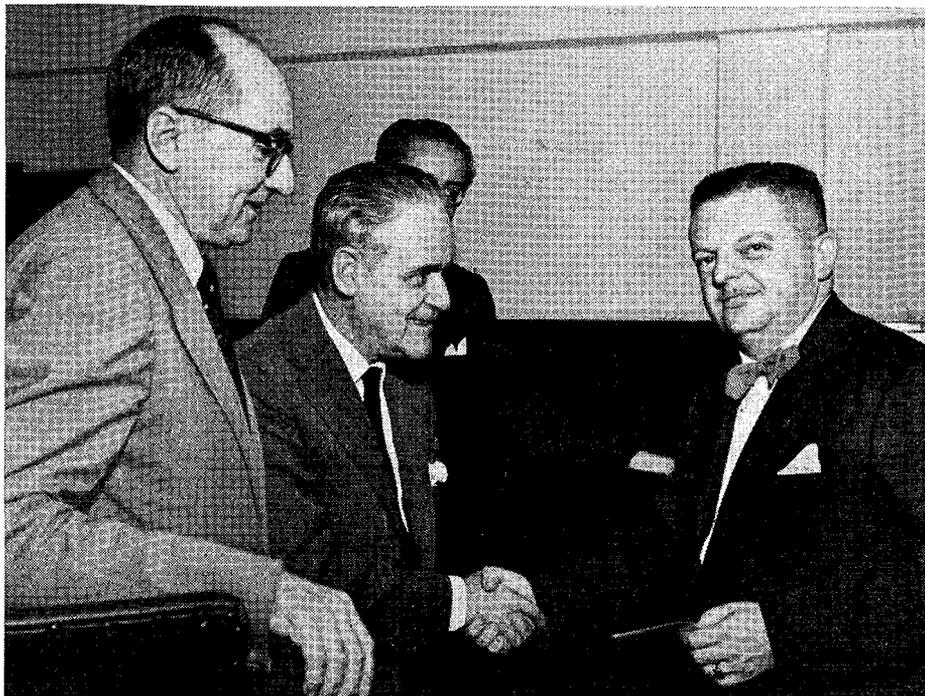
tiba: missa votiva, inauguração do retrato de Teixeira de Freitas na sede da IR e almôço de confraternização

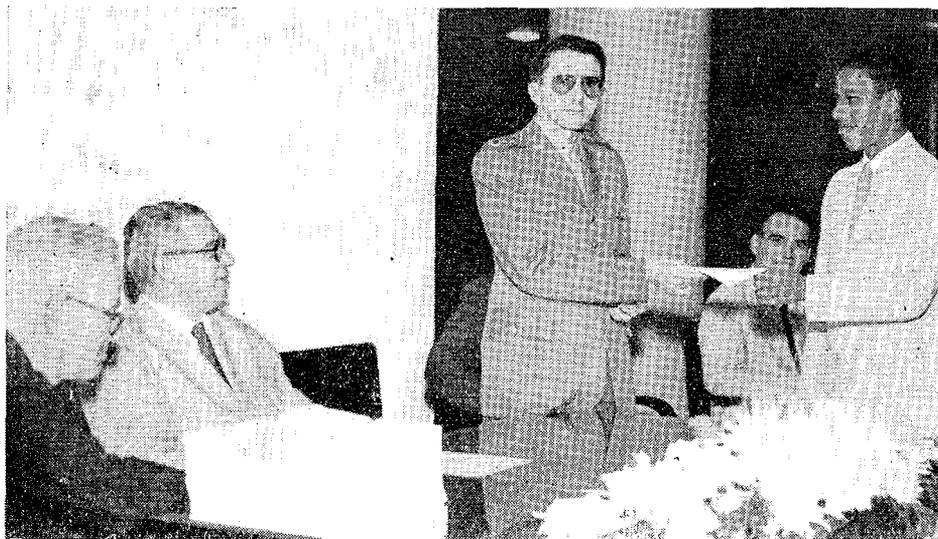
Repercussão na Imprensa — O aniversário do IBGE repercutiu amplamente na imprensa, tendo os jornais, tanto desta Capital como do interior, publicado vasto noticiário sobre as solenidades. Vários artigos sobre a obra que vem sendo realizada pelo Instituto foram divulgados; dentre eles, destacamos o seguinte, de autoria do sr Virgílio Corrêa Filho, intitulado "Instituição Benemérita" e publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no dia 3 de junho:

"Quando o Presidente Getúlio Vargas aceitou com ênfase o projeto, que lhe ofereceu o Embaixador J C de Macedo Soares, então, como agora, Ministro das Relações Exteriores, da criação de um órgão paraestatal, destinado a sistematizar a estatística brasileira, mal poderia suspeitar que daquele embrião viciaria, em curto prazo, a instituição que evidenciou a capacidade patricária para planejar, organizar e executar relevantes serviços, como a de empreender os que lhe estão a cargo. Era, de princípio, apenas o Instituto Nacional de Estatística, de atribuições definidas pelo decreto 21 609 de 6 de julho de 1934, que lhe deu por fundamento o princípio da "cooperação das três ordens administrativas da organização política da República."

No Palácio do Catete, ao inaugurar-lhe os trabalhos, frisou o Presidente que maior prova de confiança nos resultados futuros não podia patentear do que evidenciavam as próprias circunstâncias, em que se realizou a cerimônia de 29 de Maio de 1936. Para demonstrar o seu carinho pelo Instituto, "lhe dera a sua casa e o seu ministro" E assim começou a trabalhar o primeiro grupo de obreiros, convocados pelo idealismo contagiante de Mário Augusto Teixeira de Freitas, cuja incansável dedicação ao traba-

O Sr Jurandyr Pires Ferreira, ao lado do Prof. Jorge Kingston, felicita o Sr. Enéias Camargo, Prêmio Teixeira de Freitas.





O 29 DE MAIO NA IR DO ESTADO DO RIO — Aspecto da sessão comemorativa do “Dia do Estatístico”, realizada no auditório Favila Nunes, no DEE Vê-se na foto o Agente Municipal de Estatística, Sr. Onésimo Crescêncio, no momento em que recebia, das mãos do representante do Governador do Estado, o prêmio Teixeira de Freitas, destinado à Região Leste

lho se amparava em segura técnica e anseios de elevar a estatística aos mais altos níveis, para melhor servir ao Brasil Traçara-lhe as diretrizes no anteprojeto que elaborara e defendera, convicto de sua exequibilidade, embora se baseasse em doutrina renovadora dos processos costumeiros

A sua formação jurídica, e tradição de família, que se gloriava do insigne civilista, a quem o Governo Imperial cometera a incumbência de elaborar o Código Civil, interrompido por acidente de saúde, impelia-o, de preferência, à classe dos conservadores

Mas, aspirações revolucionárias abriam-lhe a mente equilibrada, que ideou reformas integrais da estrutura político-administrativa do Brasil, de maneira pacífica, pela persuasão Que fossem realizáveis, provou o primeiro ensaio de que resultou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cujo título se irmanavam os dois órgãos, o Conselho Nacional de Geografia, criado a 24 de março de 1937, e o Conselho Nacional de Estatística, regulamentado pela Convenção Nacional, que decreto federal de 11 de agosto de 1936 aprovou e ratificou Não havia, no país, modelo algum, que lhe servisse de guia

Direção proveniente de novas doutrinas, que lhe imprimiram feição *sui-generis*

Processos de trabalho acordes com normas orientadas pelo pensamento fundamental da cooperação

Técnica aperfeiçoada de manipular números, para deles extrair conclusões esclarecedoras de problemas brasileiros

Honestidade de propósitos e de atos, contribuía tudo para imprimir à entidade nascente o cunho de seriedade e confiança, que merecem as organizações, em que sadio idealismo se harmoniza com o trabalho construtivo

Não tardaram a aparecer os resultados da experiência ousada, que Teixeira de Freitas dirigia, com a habilidade operosa de regente de orquestra bem afinada E à medida que se comprovava, em números merecedores de crédito, o acerto da orientação adotada, iam crescendo as incumbências que o Governo lhe atribuía, tanto na ala estatística, mais velha, como igualmente na geográfica Assim, foi que lhe coube emprender o recenseamento geral do Brasil, conforme prescreveu decreto de 2 de fevereiro de

1938, que lhe determinou, além de outras tarefas:

1) — a descrição sistemática dos distritos vizinhos;

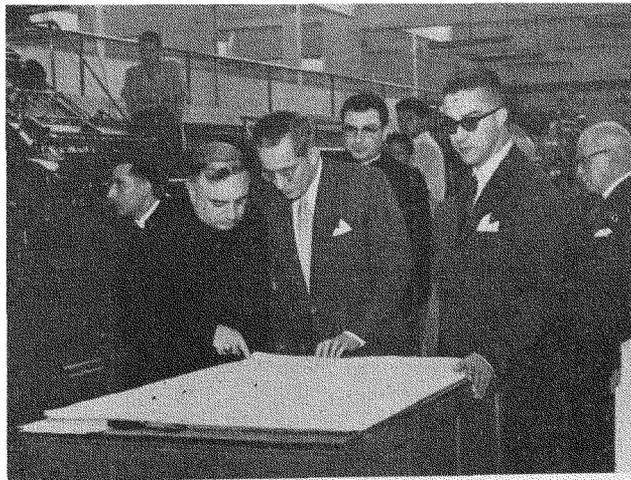
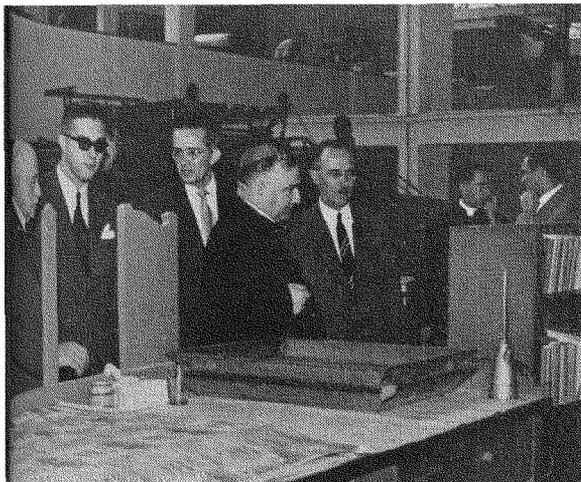
2) — a revisão da carta do Centenário da Independência ao milionésimo;

3) — o cômputo da área e população urbana das sedes municipais e estaduais

Para atender às obrigações acedidas, o Conselho Nacional de Geografia, ainda eficientemente dirigido pelo seu idealizador, Engenheiro Cristovam Leite de Castro, promoveu a primeira campanha, cujo êxito se exibiu na “Exposição Nacional de Mapas Municipais” inaugurada, na Feira de Amostras, a 29 de Maio de 1940, pelo Presidente Getúlio Vargas, que, a propósito, realçou “a dedicação e esforço dos técnicos do Instituto, que têm empregado, nesse trabalho, fé e entusiasmo sem o que nada é possível realizar de duradouro”

“Deve-se isto, friso, ainda, à reconhecida operosidade e aos desinteresses patrióticos do Embaixador Macedo Soares, que, supervisionando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade tão próprias de seu temperamento para conseguir ótimos resultados em todas as empresas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir”

Em seguida, a “Campanha das Coordenadas Geográficas”, para metodizar os trabalhos de campo, conforme processos uniformes de operações, ampliou-se com a dos “Levantamentos Mistos” e de “Triangulação” e “Nivelamentos” A revisão da “Carta Geral” de 1922 já não seria compilação de trabalhos alheios Derivaría, também, de levantamento aerofotogramétrico, e dos dados colhidos nas diversas “campanhas” empreendidas pelo próprio Conselho, que, ao mesmo tempo se esforçou por aperfeiçoar os conhecimentos técnicos do seu pessoal e dos interessados no assunto Para tal fim, levou aos prelos a “Revista Brasileira de Geografia” cuja número 2 do ano XVII já veio a lume, o “Boletim Geográfico” que já alcançou o número 124, mais de uma dezena de volumes da “Biblioteca Geográfica Brasileira”, o “Anuário Geográfico do Brasil” e obras avulsas Os “Cursos de Férias” destinados aos Professores de Geografia, de nível secundário já ultrapassaram a primeira década de existência Revelam perseverantes esforços, que, sem dúvida, contribuíam para difundir a



VISITA AO IBGE — O Núncio Apostólico, d. Armando Lombardi, visitou o IBGE no dia 17 de abril, tendo sido recebido pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, antigo Presidente da entidade. Em seguida, o eminente prelado foi ao Serviço Gráfico, percorrendo demoradamente suas instalações (fotos acima).

metodologia moderna, e modelar a mentalidade geográfica no país, semelhantemente ao que vem realizando o Conselho Nacional de Estatística no ramo de suas atividades. Graças ao prestígio conquistado por seu trabalho, embebido de idealismo, a mentalidade estatística espalhou-se pelas mais distantes regiões, em que não faltará um executor dos ensinamentos do abnegado fundador, cuja presença como que ainda continua a animá-lo, apesar do seu desaparecimento irremediável. A legião dos que lhe sentiram a ação catalítica e transformaram-se em outros tantos agentes de irradiação da mística ibgeana garantiu a sobrevivência da instituição em fase penosa, que lhe perturbou o funcionamento

Restaurada em suas racionais diretrizes, não lhe tem faltado, apesar das alterações no ambiente político, a eficaz direção de individualidades, que souberam atuar superiormente, desde a escolha dos Secretários Gerais, seus auxiliares imediatos, responsáveis pelo bom andamento dos trabalhos, tanto no Conselho Nacional de Geografia, como igualmente no de Estatística

Antigo magistrado, conceituado pela sua integridade, o Desembargador Florêncio de Abreu iniciou a nova fase, em momento de apreensões

Bem percebendo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística derivou da conjugação de patrióticos esforços, inspirados por sadio idealismo, levou para o governo da nau, ameaçada de sobobar, a sua retidão de propósitos, a maneira suave de resolver as dificuldades, que se lhe deparassem, e a exata compreensão do que valia a instituição confiada à sua chefia

Ao deixá-la, por decisão própria, contrariando as manifestações de solidariedade de associações culturais, que lhe instavam pela continuação no cargo, não obstante a mudança ocorrida na política, recebeu as mais expressivas homenagens dos que lhe acompanharam a administração judiciosa

Análogas provas de apreço não faltaram ao seu substituto, Dr. Elmano Cardim, que, aparentemente alheio aos destinos da instituição, por doutrinar em outro pósto, em que justamente conquistou o primado, já lhe cooperara, todavia, para o engrandecimento, com a sua pena de lúcido publicista e colaboração nos trabalhos de uma das comissões. Conhecia-lhe os problemas e soube enfrentá-los, com a sua clarividência costumeira e decisão no atuar sem vacilações. Embora a contragosto, pois aceitaria a incumbência, por equivaler a encargo, depois

de ter recusado ofertas de cargos vários, continuaria a contribuir para a prosperidade da instituição, em análogas circunstâncias, se não ocorresse a inesperada mudança de governo

Para seu substituto, feliz solução apontou o nome do fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, por admirável coincidência, chefiava de novo o Ministério das Relações Exteriores, semelhantemente ao que sucedera quando lhe promoveu a fundação. Conhecia de sobejo a Casa, que edificara, os auxiliares, a quem jamais faltou o seu estímulo para os empreendimentos exequíveis. Com a sua colaboração de bom grado prestada, robustecera a estrutura do organismo, que se mostrou suficientemente forte para revestir ao camartelo dos demolidores

Encerrado o parêntese lamentável que tentou subverter o Instituto, avultaram as provas de sua operosidade, expressas em obras indispensáveis às consultas dos administradores, dos economistas, de quantos queiram conhecer a realidade brasileira sintetizada em números. Mercê dos seus esforços perseverantes, metodizou-se a indagação, como também a interpretação dos respectivos resultados. Em vez de várias fontes informativas, cujos resultados se contradiziam, decepcionando os especialistas, apenas uma colheria os dados, para os apresentar em quadros sistemáticos. Desapareceram as divergências, apesar da expansão da rede especializada nas coletas de informações. Quando apenas editasse o "Anuário Estatístico do Brasil" cujo número correspondente a 1950 se acompanhou do "Mapa" elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia, já faria jus o IBGE à benemerência nacional. As suas seiscentas e tantas páginas enfiexam, anualmente, maior variedade possível de aspectos da vida brasileira. Além desses volumes da série (B) que expõe "Resultados Estatísticos", outros dedicam-se, de preferência, à doutrina, para o "Estudo de Estatística" da série (A), ao passo que se englobam em (C) todas as "Publicações Diversas", cujo número se alonga por várias dezenas. Por meio dessas edições, muitas das quais antecederam a inauguração, em 1953, da "Escola Brasileira de Estatística", transformada, a 29 de Maio de 1954, em "Escola Nacional de Ciências Estatísticas", atuou o CNE, no âmbito da sua especialidade, como o CNG nos domínios que lhe competem. Não somente aplica os processos modernos de pesquisas, como ainda lhes difunde os ensinamentos, em aulas e por livros



O DIA PAN-AMERICANO — No dia 12 de abril realizou-se no auditório do CNE uma sessão festiva, em comemoração ao Dia Pan-Americano (a mesa, acima, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, antigo Presidente do IBGE) O Prof. Manuel Diegues Júnior (abaixo) fez uma palestra sobre o Folclore nas Américas

e revistas. E para avaliar as conseqüências de sua doutrinação constante, pela palavra e pelo exemplo, bastaria ligeiro cotejo entre o que era a estatística brasileira, ao fundar-se o IBGE que fixa o marco divisor de duas épocas perfeitamente caracterizadas. Antes, da multiplicidade de informações desarticuladas, gerava-se o caos, em que se desiludiam os estudiosos, ansiosos de escolher a mais exata. Na atualidade, o volume fundamental contém dados, colhidos por operadores idôneos, e apurados mediante exame rigoroso, em que podem confiar os consulentes, que não lhe regateiam louvores ao trabalho consciencioso. Tanto no país, onde nenhum ensaio sério acerca dos magnos problemas nacionais se ultima, sem os elementos fornecidos pelo "Anuário" e outros volumes, de análoga procedência, como igualmente no estrangeiro, cujas universidades e associações especializadas no ramo têm realçado a valia das contribuições científicas do IBGE.

É esta instituição, que, ao comemorar o seu 20º aniversário de existência fecunda, passou à direção do Engenheiro Jurandyr Pires Ferreira.

Como credenciais para o cargo, as suas qualidades pessoais tiveram especial realce nas palavras com que o Sr. Presidente da República ao dar-lhe posse, a 8 de maio, patenteou o "alto aprêgo em que tenho o IBGE, instituição que ganhou o respeito de todo o país e tanto tem prestigiado o nome do Brasil no estrangeiro". E acrescentou: "a escolha do substituto recaiu



em nome de maior relêvo da engenharia e do magistério superior do país: o Dr. Jurandyr Pires Ferreira. A sua aguda inteligência e a sua extensa cultura o colocaram à altura da responsabilidade que lhe pönho sobre os ombros. Político militante, estou certo de que concentrará na tarefa que ora lhe confio oportunidade para demonstrar uma vez mais sua devoção à coisa pública, presidindo ao IBGE com aquêlo misto de entusiasmo e de prudência que se requer na relevante missão que vai exercer".

Horas depois, ao passar-lhe o exercício, no auditório do Conselho Nacional de Estatística, o Embaixador Macedo Soares resumiu o progressivo desenvolvimento do IBGE, desde a sua instalação em salas do Palácio do Catete.

Acentuou a propósito, que "a obra realizada deve ser atribuída à grande preocupação que tiveram sempre os governos e os Presidentes da entidade de preservá-la de influências e injunções partidárias, permitindo-lhe trabalhar pelo engrandecimento do Brasil a coberto da interferência desagregadora de interesses capazes de usar a instituição como instrumento de monstruoso crime contra a Nação".

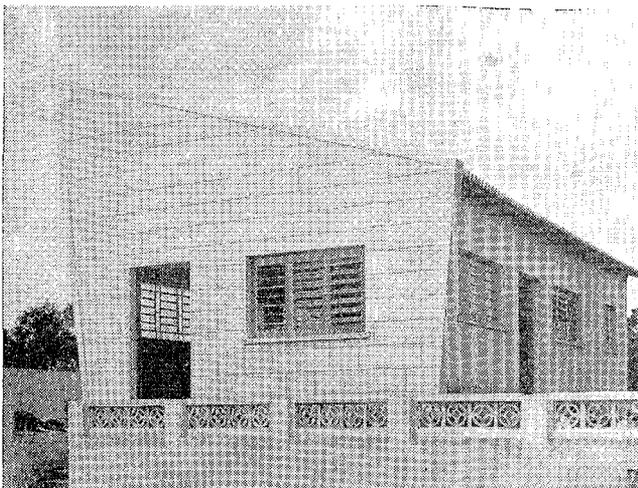
Enalteceu a personalidade de os invulgares predicados de inteligência e de capacidade de trabalho do Professor Jurandyr Pires Ferreira, dizendo que Sua Ex.^a, o Senhor Presidente da República fôra buscar um técnico para um cargo técnico, já que a Presidência do IBGE não

AME DE CAUCAIA — A Prefeitura Municipal de Caucaia (Ceará) doou ao IBGE o edifício Teixeira de Freitas, onde tem sede a Agência Municipal de Estatística

poderia jamais ser confundida com um cargo de natureza político-partidária

Destarte, sob os melhores auspícios, asseguados por vozes autorizadas, da mais alta expressão, começa o novo Presidente a executar os seus sadios projetos, pois que declarou, a propósito, "não pouparei esforços para mantê-lo à altura de seu prestígio nem esmorecerei a marcha empolgante de seu aperfeiçoamento"

✱ Em João Pessoa, o sr Hildebrando Menezes, delegado do IBGE junto ao DEE, publicou no jornal *A União*, do dia 2 de junho, detalhado artigo sobre o aniversário e as realizações do Instituto



ATIVIDADES DA JEC

✱ 4 de abril, sessão ordinária — O Sr Waldemar Lopes fez uma comunicação sobre o problema da denúncia dos Convênios de Estatística e apresentou a prestação de contas e o balanço geral do Serviço Gráfico

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de solidariedade com a população de Santos e Pelotas, pelas catástrofes provocadas por temporais; b) autorizou a aquisição de sede própria para a IR de Alagoas; c) examinou pedidos de isenção do Selo de Estatística; d) aplicou multa por infração à lei dos Inquéritos Econômicos

Publicações distribuídas: *Rio Grande do Sul — Censos Econômicos, As Repúblicas Americanas num relance — 1956, O pan-americanismo em ação; Cameté*, monografia municipal; *Dados sobre a composição da população segundo a côr nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação e Nota sobre a composição da população do Brasil segundo a côr, conforme os dados do Censo de 1950*, estudos do Laboratório de Estatística; *Exportação do Distrito Federal por vias internas, 1955; Produção de origem mineral, de janeiro a dezembro de 1954/55*

✱ 11 de abril, sessão extraordinária — O sr Waldemar Lopes referiu-se à nota que o Conselho Nacional de Geografia distribuiu à imprensa sobre a omissão de algumas cidades no mapa do Brasil. Informou que a JERE de Minas realizava, naquela data, sessão solene em homenagem à memória de Teixeira de Freitas

Foi focalizado o problema da divulgação de dados estatísticos considerados de interesse militar

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aplicou multas a várias firmas por infração à lei dos Inquéritos Econômicos; b) homologou

as Resoluções das Juntas Regionais do Piauí, Paraíba, Rio Branco e Espírito Santo; c) aprovou prestação de Contas do DEE de Santa Catarina; d) aprovou voto de pesar, pelo falecimento do sr Máio Leopoldino Sampaio, antigo servidor do Conselho, e da sogra do sr Antônio Garcia de Miranda Neto; de congratulações, com o "Jornal do Brasil" pela passagem do aniversário de sua fundação; de êxito, para o sr Jah Leal, novo diretor do DEE do Paraná

Publicações distribuídas: *A alfabetização das crianças na Bahia*, do Laboratório de Estatística; *Comércio Interestadual — Exportação do Distrito Federal por vias internas; Exportação do Paraná por vias internas, 1954; Melhoramentos urbanos, 1954; Blumenau*, monografia municipal; *Boletim Estatístico*, de janeiro/março de 1956; *Estado do Rio de Janeiro, Censos Econômicos; Statistika Resumeto pri Brazilo; Algumas informações estatísticas de interesse militar (zonas aéreas), 1954*

✱ 18 de abril, sessão ordinária — O sr Alberto Martins agradeceu a cooperação prestada pela Secretaria-Geral ao SEEC, na realização de obras de melhoramento de suas instalações, e referiu-se à situação dos questionários da estatística do ensino, solicitando a intensificação da coleta

O sr Waldemar Lopes fez as seguintes comunicações: a) o Instituto Internacional de Estatística homenageou a memória de Teixeira de Freitas e elegeu para a vaga de Vice-Presidente o prof Jorge Kingston; b) homenagens vêm sendo prestadas, em todo o país, ao fundador do IBGE; c) o Núncio Apostólico, d Armando Lombardi, visitou o Instituto, tendo percorrido as instalações do Serviço Gráfico; d) realizara-se, no dia 13, no auditório do CNE, a sessão comemorativa do Dia Pan-Americano,

havendo o sr Manuel Diegues Júnior pronunciado uma conferência sobre o "Folclore das Américas"; e) a Secretaria-Geral iria cooperar com a Associação Brasileira de Enfermagem na execução de um inquérito especial sobre os recursos de enfermagem no Brasil; f) referiu-se à crescente receptividade que vêm encontrando, na imprensa e entre o público, as publicações do Conselho

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou Resoluções das Juntas Regionais do Maranhão, Amazonas e Rio Grande do Norte; b) aprovou votos — de regozijo, pelo transcurso do 50º aniversário de casamento do dr Djalma Forjaz, ex-diretor do DEE de São Paulo; de congratulações — com o sr Jorge Kingston, pela sua eleição para Vice-presidência do ISI — com os srs Adalberto de Araújo Barreto e Walter Belo Wanderley, novos diretores, respectivamente, dos DEE da Paraíba e do Paraná; com o sr Otávio Pinto da Silva, por ter assumido a direção do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, e de simpatia e agradecimentos ao sr Waldemar Lobato, pela cooperação prestada ao Instituto quando na direção daquele órgão; e de pronto restabelecimento, ao sr Heitor Eloi Alvim Pessoa, antigo servidor da estatística

Publicações distribuídas: *Exportação de Pernambuco por vias internas, 1954; Campo Grande*, monografia municipal; *Índices de frequência das uniões conjugais livres em alguns Estados do Brasil; Mensário Estatístico*, n.º 57, de março

★ 25 de abril, sessão extraordinária — O Secretário-Geral apresentou o bronze conferido ao Serviço Gráfico pelo I Salão Nacional de Artes Gráficas, bem assim um "dossier" organizado pela IR de Minas Gerais sobre um concurso instituído pela prefeitura Municipal de Diamantina em colaboração com o IBGE, entre os estudantes, destinado a premiar trabalhos sobre aquele Município Declarou, em seguida, que a Secretaria-Geral iria cooperar com a COFAP, no levantamento de estoques de determinados gêneros alimentícios Referindo-se a discurso proferido na Câmara pelo deputado Sérgio de Magalhães, leu a carta que enviara àquele parlamentar, bem como a resposta encaminhada ao "Correio da Manhã", que sobre o mesmo assunto publicara um tópico

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou o balanço geral do Serviço Gráfico, referente ao exercício de 1955; b) baixou a Resolução n.º 502, que altera o orçamento do Conselho para o exercício de 1956; c) aprovou a aquisição de equipamento de monotipo para o Serviço Gráfico; d) homologou Resoluções das Juntas Regionais do Amapá, Distrito Federal e Paraná; e) aprovou prestações de contas do SGE do Amapá e do SGE do Rio Branco; f) aprovou votos de congratulações com o sr Herbert Moses, por haver completado 25 anos na presidência da Associação Brasileira de Imprensa; com a Prefeitura e a população de Franca, pelas comemorações do primeiro centenário; com o sr Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário-Geral do Conselho Na-

cional de Geografia, pela passagem do seu 50º aniversário e por ter sido nomeado delegado do Brasil no Instituto Pan-Americano de Geografia e História; com a Prefeitura de Diamantina, pelo êxito de que se revestiu o concurso instituído nas escolas sobre o homem e a terra diamantinenses, com base na monografia editada pelo Conselho

Publicações distribuídas: *Franca*, monografia municipal; *Exportação do Maranhão por vias internas — 1954; Exportação do Rio Grande do Norte, por vias internas — 1954; Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira*, vol I, 1936/50; *Números índices das quantidades e dos preços do produtor de alguns principais produtos de origem animal nos anos de 1940 a 1954; Boletim de Comunicações do Núcleo de Planejamento Censitário*

★ 2 de maio, sessão ordinária — O Secretário-Geral formulou um apelo no sentido de serem remetidas as contribuições para o *Anuário Estatístico do Brasil — 1956* dentro do prazo fixado em Resolução da Assembléia Geral (31 de agosto).

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou as Resoluções de ns 503 a 507; b) aprovou votos: de congratulações com a Secretaria-Geral pela divulgação dada aos resultados dos Inquéritos Econômicos de 1955 em prazo recorde; de apoio, à iniciativa do Conselho Nacional de Economia de incluir, no seu relatório anual, o Orçamento Econômico do Brasil; de agradecimento ao prof Joaquim Ribeiro Costa, antigo estatístico de Minas Gerais, pela colaboração prestada durante longos anos à estatística brasileira; e de congratulações com a Prefeitura Municipal e o povo de Uberaba, pelo transcurso do primeiro centenário de sua elevação à categoria de cidade; c) aprovou a aquisição da sede própria para a IR de Goiás; d) concedeu isenção da taxa de estatística para espécúculos promovidos pelas "Pioneiras Sociais"

Publicações distribuídas: *Uberaba*, monografia municipal lançada como parte das comemorações do centenário daquela cidade: *A alfabetização das crianças no Rio Grande do Norte; Análises críticas de resultados dos Censos Demográficos; Inquéritos Econômicos, 1955; Produção de conserva, salga e óleo de peixe, 1954; Tabela referente à matança efetuada nos frigoríficos, em janeiro a março de 1956*

★ 8 de maio, sessão extraordinária — Pela primeira vez os trabalhos foram dirigidos pelo novo presidente do IBGE, prof Jurandyr Pires Ferreira, que foi saudado por vários Conselheiros Em agradecimento, o homenageado declarou o seu empenho em manter o prestígio e as tradições da entidade Foram insertos na ata os discursos pronunciados nas solenidades de posse e de transmissão de cargo do novo Presidente Além disso, foi aprovado um voto de reconhecimento aos antecessores, particularmente o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fundador do sistema estatístico-geográfico brasileiro

O sr Waldemar Lopes fez uma exposição sobre a situação excepcional em que se encontra a coleta dos questionários das Campanhas Estatísticas. Comunicou ainda os resultados do Concurso Teixeira de Freitas, promovido pela Sociedade Brasileira de Estatística, em cooperação com o Conselho, e no qual foram premiados vários Agentes Municipais.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) concedeu isenção do Selo de Estatística para determinados espetáculos de fins beneficentes; b) autorizou a Secretaria-Geral a elaborar um projeto de resolução referente ao adiamento da próxima Assembléa-Geral, para meados de agosto; c) aprovou votos: de congratulações com a Prefeitura e o povo de Baependi pelo centenário da cidade e de pesar pelo falecimento, em Buenos Aires, do prof Alcides Greca, líder municipalista.

Publicações distribuídas: *São José dos Pinhais* (Paraná), *Afonso Cláudio* (Espírito Santo) e *Aquidauana* (Mato Grosso), monografias municipais; e um relatório do sr Alceu de Carvalho sobre o Seminário Latino-Americano de Demografia.

★ *Sessão ordinária, 16 de maio* — O sr Alberto Martins, depois de referir-se ao trabalho que vem sendo empreendido a fim de atualizar as estatísticas educacionais na Paraíba, teceu considerações sobre o analfabetismo no país.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) homologou Resoluções das Juntas Regionais da Bahia e de Sergipe; b) aprovou pareceres referentes à aquisição de sedes próprias para as Inspetorias da Paraíba e do Rio Grande do Sul; c) concedeu isenção do Selo de Estatística para um espetáculo beneficente; d) aprovou a prestação de contas do SGE de Rondônia; e) aprovou uma iniciativa da Junta Regional do Rio de Janeiro, relativa a um curso de conferências; f) autorizou a Secretaria-Geral a redigir um projeto de Resolução que discipline o caso de funcionários que façam parte de comissões de tomadas de contas; g) baixou uma Resolução, dando nova composição ao Gabinete do Presidente.

Publicações distribuídas: *Legislação Orgânica do Conselho Nacional de Estatística* (vol I, Legislação Federal); *Guimarães* (Maranhão) e *Colatina* (Espírito Santo), monografias municipais; *Revista Brasileira de Estatística*, número de janeiro/março; *Exportação do Espírito Santo por vias internas — 1954*; *Exportação da Bahia por vias internas — 1954*; *Mensário Estatístico de abril*; e *A composição, em Minas Gerais, segundo o estado conjugal, dos principais grupos de cor, e suas relações com a fecundidade*.

★ *23 de maio, sessão extraordinária* — A Junta baixou duas Resoluções: a de n° 508, que dispõe sobre o adiamento da sessão ordinária da Assembléa Geral no corrente ano, e a de n° 509, que dispõe sobre o Gabinete da Presidência do Instituto.

O sr Jurandyr Pires Ferreira, confirmando esclarecimentos prestados à Presidência da República, declarou que careciam de qualquer

fundamento as acusações feitas ao IBGE pelo deputado João Agripino. Afirmando que, com a criação do Núcleo de Planejamento Censitário, não havia sido feita nenhuma admissão de pessoal estranho ao Instituto, visto que naquele Núcleo foram apenas mantidos os servidores que já vinham prestando cooperação ao antigo SNR.

Publicações distribuídas: *Censos Econômicos do Estado de Santa Catarina*; *Anadia*, (Alagoas) e *Lagarto* (Sergipe), monografias municipais; *Exportação do Estado do Rio de Janeiro por vias internas, 1954*; *Dados médios anuais para o período de 1950-54 sobre algumas produções agrícolas*.

★ *30 de maio, sessão extraordinária* — A Junta tomou, entre outras, as seguintes deliberações: a) aprovou a prestação de contas do DEE do Paraná, referente ao auxílio de 1955; b) concedeu isenção do Selo de Estatística para a realização de espetáculo com finalidade beneficente, em Teresina.

O sr Antonio Teixeira de Freitas, fez comunicações de ordem administrativa, referindo-se ainda às comemorações do 29 de maio, em todo o país.

A Junta aprovou um voto de congratulações com o sr Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do Instituto, pela instalação da creche destinada aos filhos dos funcionários do IBGE.

Publicações distribuídas: *Resultados definitivos do Censo Demográfico de 1950*; *Resoluções da Junta Executiva Central — 1955*; *São Bernardo do Campo* (monografia municipal); *Revista Brasileira dos Municípios*, n° 33; *A Indústria e o Comércio Atacadista* (dados de janeiro de 1956); *Estatística do Culto Católico Romano, 1946-1950* (dados relativos a Minas Gerais); *Estatística da produção da madeira para construção*; *A composição, segundo o estado conjugal, dos principais grupos de cor em algumas Unidades da Federação, e suas relações com a fecundidade* (edição mimeografada).

★ *6 de junho, sessão ordinária* — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n° 510, que autoriza a emissão de Selos de Estatística; b) aprovou a prestação de contas do Serviço Nacional de Recenseamento, relativa aos dois primeiros meses do ano; c) concedeu isenção do Selo de Estatística para festejos comemorativos do centenário de Ribeirão Preto, bem como para exposições cinematográficas em Cabo Verde (Minas); d) multou firmas comerciais pela não prestação de informações para os Inquéritos Econômicos; e) aprovou votos de congratulações com o sr Herbert Moses, pelos seus 25 anos de presidência da ABI e por haver sido distinguido com a Ordem do Mérito pelo Governo da República; de pronto restabelecimento, ao Ministro Alves Câmara; de agradecimento, aos srs Virgílio Correia Filho e Manuel de Vasconcelos, pelas honrosas referências feitas ao IBGE em artigos divulgados na imprensa; e de pesar, pelo falecimento do General Lima Figueiredo, antigo Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia.

Estêve presente à sessão o Almirante Ribeiro Espíndola, um dos fundadores do IBGE, que manifestou seu regozijo pela investidura do sr Jurandyr Pires Ferreira na direção da entidade. O visitante foi saudado pelo senhor Presidente e Alberto Martins.

Publicações distribuídas: *Resultados dos censos econômicos de Pernambuco*; *Resultados do censo agrícola da Bahia*; *Catalão* (Goiás), monografia municipal; *Produção industrial de Minas Gerais, 1953*, *Levantamento do custo de vida no Brasil*.

★ 13 de junho, sessão extraordinária — A Junta tomou, entre outras, as seguintes deliberações: a) aprovou, em primeira discussão, projeto de Resolução que consolida normas de apresentação tabular da estatística brasileira; b) aprovou votos: de congratulações, com o Ministério da Aeronáutica, pelo 25º aniversário do Correio Aéreo Nacional; com os jornais "Diário de Notícias" e "Última Hora", desta Capital, pelo transcurso do aniversário de sua fundação; c) concedeu isenção do Sêlo de Estatística para espetáculos que se realizarão no interior, com fins beneficentes; d) aprovou voto de pesar pelo falecimento do sr João Pinheiro Filho, membro do Conselho Nacional de Economia.

Publicações distribuídas: *Resultados dos censos industrial, comercial e dos serviços, da Bahia*; *Baturité* (Ceará), monografia municipal; *Produção industrial de Santa Catarina, 1953*; *Revista de Imigração e Colonização*, n.º 1. Em edição mimeográfica, foram distribuídos estudos do Laboratório de Estatística, sobre alfabetização de crianças no Ceará e no Maranhão, e sobre números índices das quantidades e dos preços do agricultor de 19 produtos agrícolas nos anos de 1939 a 1954.

★ 20 de junho, sessão ordinária — O sr Antonio Teixeira de Freitas fez entrega da prestação de contas referente ao primeiro trimestre de 1956, e referiu-se à publicação dos dados da exportação do Distrito Federal relativos ao primeiro trimestre de 1956, acentuando a atualização dessas estatísticas.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) autorizou a Secretaria-Geral a estudar o plano de impressão de um novo modelo de registro escolar; b) aprovou voto de congratulações com a Prefeitura de Ribeirão Preto, pela passagem do seu primeiro centenário, e com o

"Correio da Manhã", do Rio, pelo seu 55º aniversário; c) aprovou votos de pesar pelo falecimento do general Alcides Etchgoyen e do sr Francisco Souza, diretor do Serviço de Meteorologia.

Publicações distribuídas: *Ribeirão Preto* (São Paulo) e *Quipapá* (Pernambuco), monografias municipais; e o estudo "Composição da população do Brasil segundo a cor, sexo e grupos de idade", do Laboratório de Estatística.

★ 27 de junho, sessão extraordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) constituiu uma comissão, formada pelos srs Moacir Malheiros, Achilles Scorzelli Junior e Luis de Abreu Moreira, para emitir parecer sobre o projeto de Resolução que consolida normas padronizadoras da apresentação tabular da estatística brasileira; b) homologou Resoluções das JER do Estado do Rio de Janeiro e do Território do Rio Branco, referentes aos auxílios concedidos pelo Conselho; c) aprovou em primeira discussão um projeto de Resolução concernente aos resultados definitivos dos Censos Industrial e Agrícola de 1950; d) concedeu isenção do Sêlo de Estatística para o funcionamento do Museu de Cêra Tudor Procopiu no Distrito Federal; e) impôs muitas a várias firmas comerciais pela não prestação de informações aos Inquéritos Econômicos.

A Junta aprovou ainda os seguintes votos: a) de congratulações: com a Associação Brasileira de Esperanto, pelo seu 50º aniversário; com o "Correio Paulistano", pelo seu 103º aniversário; com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, pelo seu centenário; b) de agradecimentos: ao secretário do Interior de Minas Gerais, pela iniciativa tomada em favor da manutenção dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal; ao Inspetor Regional do mesmo Estado, pelo êxito dos entendimentos que realizou com o mesmo objetivo; ao Presidente do Congresso dos Municípios Mineiros, pelo apoio que assegurou às causas da estatística brasileira, naquela reunião.

Publicações distribuídas: *Resultados dos Censos Econômicos do Estado da Paraíba*; *Florianópolis*, monografia municipal; *Pessoal ocupado na indústria e no comércio atacadista, segundo classes de salário* — abril de 1955; *Mensário Estatístico* n.º 59, do SEEF; *Distribuição territorial dos alemães e austríacos presentes no Brasil em 1950*, do Laboratório de Estatística.

SECRETARIA-GERAL DO CNE

No dia em que o Prof Jurandyr Pires Ferreira assumiu as funções de Presidente do IBGE, o Sr Waldemar Lopes, então no cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, dirigiu-lhe a seguinte carta:

"Rio de Janeiro, 8/5/1956

Excelentíssimo Senhor
Engenheiro Jurandyr Pires Ferreira
Senhor Presidente,

No momento em que assume Vossa Excelência a presidência do IBGE, cumpre-me so-

licitar-lhe exoneração do cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, que, honrado pela confiança dos dignos antecessores de Vossa Excelência, venho exercendo pela segunda vez, desde outubro de 1954.

Devo, ainda, informar Vossa Excelência de que a todos os meus colaboradores nesta Casa, titulares, igualmente, de cargos de confiança, solicitei se mantivessem nos seus postos, até que possam depositá-las nas mãos de quem vier a ser distinguido por Vossa Excelência com a sua escolha para Secretário-Geral.

Formulando os mais sinceros votos pelo feliz êxito da administração de Vossa Excelência, a cujas ordens me coloco, na qualidade de servidor do IBGE, subscrevo-me, com o mais alto apêço, patricio at^o e adm^o

(a) *Waldemar Lopes*"

No dia 21 de maio, o Sr Waldemar Lopes dirigiu ao Presidente do IBGE uma nova carta, nos seguintes termos:

"Rio de Janeiro, 21/5/956

Excelentíssimo Senhor
Professor Jurandyr Pires Ferreira
Senhor Presidente,

Teve Vossa Excelência a bondade de referir-me, pessoalmente, os motivos pelos quais não aprecio ainda o meu pedido de exoneração do cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, formulado quando de sua posse na presidência do IBGE

Embora desejasse aguardar em exercício a solução do assunto, imperiosas razões de saúde obrigam-me, por força de prescrição médica, a reconsiderar essa atitude. Conto, pois, com o assentimento de Vossa Excelência para a decisão, que sou levado a tomar, de passar o cargo, nesta data, ao meu substituto imediato, Dr Antônio P L Teixeira de Freitas, Diretor de Administração da Secretaria-Geral

Renovando a Vossa Excelência a segurança de meu alto apêço, subscrevo-me atentamente,

(a) *Waldemar Lopes*"

Do Professor Jurandyr Pires Ferreira, recebeu o Sr Waldemar Lopes, em resposta, a carta que a seguir reproduzimos:

"Prezado Dr Waldemar Lopes

Ao insistir V S no pedido de demissão do cargo de Secretário-Geral de Estatística do IBGE, invoca motivo de saúde

Nesta forma não me cabe, pois, outra alternativa senão compreender tais razões ponderáveis que não privam o IBGE de sua preciosa colaboração

Os serviços que V S tem prestado a esta modelar Instituição o fazem credor do respeito daqueles que aqui trabalham

Fazendo votos pelo seu restabelecimento para que em breve possa vir a oferecer seu dedicado esforço pelo constante engrandecimento desta Casa, quero reafirmar meu agradecimento à sua colaboração

Com os protestos de alto apêço, subscrevo-me atentamente

(a) *Jurandyr Pires Ferreira*
4/6/1956 "

Ficou respondendo pelo expediente da Secretaria-Geral do CNE o Sr Antônio Teixeira de Freitas, Diretor de Administração

CONFERÊNCIA SÔBRE ASSIMILAÇÃO CULTURAL DO IMIGRANTE

EM Havana reuniu-se de 18 a 27 de abril a Conferência sôbre Assimilação Cultural do Imigrante, promovida pela UNESCO. Além de especialistas convidados pela UNESCO, participaram ainda da reunião delegados dos países de imigração e dos de emigração e observadores de organizações intergovernamentais, não-governamentais e científicas

Por proposta do representante brasileiro, foi eleito presidente da Conferência o prof W D Bonnie, da Australian National University, ao qual estava igualmente atribuído o encargo de relator geral

Os trabalhos da Conferência foram distribuídos nos seguintes pontos, para cada um dos quais foi escolhido um relator, a seguir também indicado: Métodos, instituições e técnicas atuais que visem a facilitar a assimilação cultural dos imigrantes (Manuel Diégues Jr, do Brasil); O problema da assimilação cultural (William S Bernard, dos Estados Unidos); Assimilação cultural no lugar de trabalho (J J Spengler, da Associação Econômica Internacional); A assimilação cultural da família (Manoel Rodriguez, do Serviço Social

Internacional, e Miss Nell West, do Canadá); Problemas de comunicação e o papel do ensino oficial (Stephen Davidovich, do Canadá); Participação na vida da comunidade (Anibal Buiton, da O E A); Necessidades dos países de imigração (Lynn Smith, da International Sociological Association); Necessidades dos imigrantes (Pe Fernando Bastos de Avila S J, da Catholic International Migration Commission); Os problemas psicológicos (S N Eisenstadt, de Israel); e Avaliação dos diferentes fatores que intervêm no processo de assimilação cultural (Alfred Sauvy, do Institut National d'Études Démographiques)

Dos países de imigração estavam oficialmente representados: Austrália, Canadá, Chile, Colombia, República Dominicana, França, Israel, Nova Zelândia, Estados Unidos e Venezuela; em relação aos países de emigração enviaram observadores: Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Espanha, Cuba. Também estava presente um observador da Santa Sé. Das organizações intergovernamentais e de instituições privadas ou científicas, fizeram-se representar por observadores: International Labour Office,

Organization of American States, Intergovernmental Committee for European Migration, Institut National d'Etudes Démographiques, International Economic Association, International Sociological Association, Association Culturelle Italo-Hispanica, Catholic International Migration Commission, Catholic International Union for Social Service, Conference of Non-Governmental Organisations Interested in Migration, International Confederation of Free Trade Unions, International Federation of University Women, International Social Service, Junta Católica Italiana para la Emigración, Lutherand World Federation, National Catholic Welfare Conference, Union Mondiale des Organisations Féminines Catholiques e World Council of Churches

A UNESCO, além do pessoal de secretaria, esteve representada pelo sr Guillermo Franco-vich, diretor do Centro Regional da UNESCO para o Hemisfério Ocidental, e Mr H M Phillips, do Department of Social Sciences

Os especialistas convidados pela UNESCO, a título de conselheiros e peritos em assuntos

de assimilação cultural, foram os professores W D Borrie (Austrália), S N. Eisenstadt (Israel), Alfred Sauvy (França), J J Spengler (Estados Unidos), Lynn Smith (Universidade de Flórida) e Manuel Diéguas Júnior (Brasil). Convidado, não pôde comparecer o prof David Glass (Grã-Bretanha)

O Departamento de Imigração de Cuba ofereceu aos participantes da Conferência dois passeios: um, aos arredores da cidade, onde foi oferecido um almoço regional, e outro, à província de Matanzas e praia de Varadero

Constituíram documentos de trabalho para a Conferência informes preparados pelos governos dos países de imigração ou por participantes da reunião, além de trabalhos oferecidos pela UNESCO, por organizações intergovernamentais, agências privadas e instituições científicas

O documento sobre a assimilação cultural do imigrante no Brasil foi preparado, a pedido da direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, pelos srs Artur Hehl Neiva e Manuel Diéguas Jr

I PAINEL NIPO-BRASILEIRO

REALIZOU-SE em São Paulo, de 6 a 9 de fevereiro, o I Painel Nipo-Brasileiro, promovido pela Escola de Sociologia e Política, em colaboração com o grupo de cientistas japoneses que se encontra em nosso país, realizando pesquisas e estudos. Este Painel versou dois assuntos: Estudos de Comunidade e Estudos de Assimilação de Imigrantes, focalizados em relação aos dois países

O grupo de debatedores brasileiros era composto dos professores Octávio da Costa Eduardo, Alfonso Trujillo Ferrari, Vicente Unzer de Almeida, Aparecida Joly Gouveia, José Vicente de Freitas Marcondes, Oracy Nogueira, Juares Rubens Brandão Lopes e Alceu Maynard Araújo. O grupo de cientistas japoneses, chegado em princípios de dezembro, compõe-se dos professores Seiichi Izumi, da Universidade de Tóquio, especialista em Antropologia Cultural, Tetsundo Tukamoto, da Universidade de Hokkaido, especialista em Sociologia Rural, Masao Gamou, assistente da Universidade de Tóquio, especialista em Antropologia Social, Morio Ohno, assistente da Universidade de Tóquio, especialista em Economia, principalmente Geografia e História Econômica, e Kiyoshi Shima, membro do Instituto Internacional de Emigração. Atuaram como coordenadores os professores Antonio Rubbo Muller, Hiroshi Saito, Katsunori Wakisaka e Teiiti Suzuki. Dirigiu os trabalhos das diversas reuniões o sr Cyio Berlinck, diretor da Escola de Sociologia e Política

Escolhidos como relatores dos assuntos em debate atuaram, em cada tema, um brasileiro e um japonês

Em estudos de comunidades foi relator brasileiro o prof Oracy Nogueira, da Escola de Sociologia e Política, e japoneses, os professores Izumi e Tetsundo Tukamoto, que expuseram a situação atual dos estudos respectivos em seus países

Quanto à assimilação dos imigrantes, foram relatores o prof Hiroshi Saito, sobre o Japão, e o prof Manuel Diéguas Júnior, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, quanto ao Brasil, cabendo-lhes relatarem as condições e situação atuais dos estudos sobre o assunto nos respectivos países

Além dos grupos previamente indicados, várias outras pessoas, principalmente professores e alunos da Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo, acompanharam os trabalhos, fazendo indagações ou formulando objeções sobre os temas expostos, as quais eram respondidas pelos respectivos relatores, proporcionando assim vivo debate acerca dos assuntos em pauta

Durante a realização do Painel Nipo-Brasileiro o prof Alceu Maynard Araújo apresentou filmes por ele feitos quando de sua viagem de pesquisas ao Baixo São Francisco, na região alagoana de Piaçabuçu, Penedo e Coruripe, expondo aspectos folclóricos e culturais daquelas populações

O I Painel Nipo-Brasileiro constituiu um acontecimento cultural de significativa expressão, e seu êxito marcou o início de uma série de outros painéis que a direção da Escola de Sociologia e Política pretende realizar no corrente ano

CONCURSO PARA SOCIÓLOGOS E DEMÓGRAFOS

A FIM de assinalar, em 1956, o décimo aniversário do Instituto Católico de Investigações Sociais, de Haia, Holanda, está sendo organizado um concurso acérca dos problemas demográficos das regiões subdesenvolvidas. O prêmio, de 5 000 dólares, será oferecido pelo diário católico holandês "De Volks Krant", de Amsterdã. A casa editora "Pax", de Haia, se encarregará das despesas de preparação e administração.

As questões propostas para o concurso são as seguintes:

1. Que meios de ordem social, econômica e cultural podem ser empregados para que a transformação da estrutura social, inevitavelmente ligada ao desenvolvimento de regiões econômica e tecnicamente subdesenvolvidas, não seja seguida de uma desintegração moral

e religiosa, mas, sim, que a vida social nestas regiões seja orientada para uma estrutura correspondente ao bem-estar total do Homem?

2. No caso em que o aumento da população nestas mesmas regiões fôsse tão rápido a ponto de suscitar sérias dúvidas sobre a eficiência das medidas propostas no primeiro item de que modo se poderia influir no próprio aumento da população para garantir e eficiência das mesmas medidas?

As medidas propostas devem ser justificadas segundo o ponto de vista católico e, ao mesmo tempo, devem ser eficazes, do ponto de vista científico-positivo.

Informações sobre o concurso podem ser obtidas no Instituto Católico de Investigações Sociais, Paul Gabriëlstraat, 28-30, Haia, Holanda.

XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

REUNIR-SE-Á nesta Capital entre os dias 9 e 18 de agosto, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, com a participação de cerca de mil especialistas, de todas as partes do mundo. Esse congresso é realizado pela União Geográfica Internacional, através da sua Comissão Nacional Brasileira, que para isso criou a Comissão Organizadora da grande reunião. O governo brasileiro vem, através do seu órgão especializado, que é o Conselho Nacional de Geografia, concedendo todas as facilidades possíveis para a realização do Congresso em nosso país.

Essas reuniões internacionais de geógrafos tiveram início em Antuérpia, em 1871, sob a denominação oficial de Congresso de Ciências Geográficas. Desde então, os congressos se têm realizado com regularidade, de preferência em cidades européias: Paris, Veneza, Berlim, Londres, Berlim, Gênova, Roma, Varsóvia, Amsterdã e Lisboa serviram de sede a várias reuniões. Houve um Congresso no Cairo, em 1924, bem como em Washington. No continente sul-americano, porém, é esta a primeira vez que se reúne um Congresso desse gênero.

A responsabilidade direta pela realização do Congresso cabe à Comissão Organizadora, a frente da qual está o Presidente do IBGE,

sr. Jurandy Pires Ferreira, e que tem a seguinte constituição: vice-presidente, o secretário-geral do CNG, sr. Fábio de Macedo Soares Guimarães; secretário-executivo, Hildgard O'Reilly Steinberg, 1º secretário, Orlando Valverde; 1º tesoureiro, Virgílio Correia Filho; 2º secretário, Rodrigo A. Azeredo Coutinho; 2º tesoureiro, Alberto Ildefonso Erichsen.

Do programa organizado para o XVIII Congresso Internacional de Geografia destacam-se as seguintes atividades: 1) reuniões destinadas à apresentação de comunicações científicas, classificadas nas seguintes seções: a) Cartografia e fotogeografia; b) geomorfologia; c) climatologia; d) hidrografia; e) biogeografia; f) geografia humana; g) geografia da população e do povoamento; h) geografia médica; i) geografia agrícola; j) geografia da indústria, do comércio e dos transportes; k) geografia histórica e política; l) metodologia, ensino da geografia e bibliografia; m) geografia regional. 2) Reuniões das onze Comissões que a União Geográfica Internacional mantém com o objetivo de fomentar o estudo dos problemas específicos durante o intervalo entre os Congressos; 3) Reuniões plenárias para discussão de tópicos especiais, de interesse geral; 4) Excursões a várias regiões do País, visando a dar aos participantes estrangeiros um conhecimento direto da natureza e das obras humanas no Brasil.

O número de participantes inscritos até junho elevava-se a mais de setecentos, esperando a Comissão Organizadora que as inscrições cheguem a um milhar. Numerosas associações técnicas e culturais, de todas as partes do Brasil e do mundo, participarão do certame.

CURSO SÔBRE DIREITO FINANCEIRO

O INSTITUTO Brasileiro de Direito Financeiro realizou, no auditório do IBGE, um curso de doze conferências sôbre Direito Financeiro, durante o segundo trimestre dêste ano. As conferências foram pronunciadas pelos professores Teotônio Monteiro de Barros Filho, Rubens Gomes de Sousa, Gilberto Uihôa Canto e C. J. Assis Ribeiro.

O programa do curso abrangia, entre outros, os seguintes pontos:

Questão orçamentária: elaboração, votação, controle e fiscalização da lei orçamentária; aspectos técnicos e políticos. *Direito tributário:* definição, conceituação de imposto, taxa e contribuição; normas gerais, discriminação de rendas e Código Tributário Nacional. *Crédito Público:* dívida interna, externa, consolidada, flutuante; empréstimos voluntários e forçados; aspectos técnicos, econômicos, políticos e patrióticos do crédito público; títulos, bôlsas de valores, emissões; Lei Orgânica das Finanças Públicas.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

DESDE sua criação, no ano passado, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — vem realizando um programa de estudos para um melhor conhecimento dos problemas educacionais brasileiros, bem como dos problemas sociais com êle relacionados.

Dois estudos da maior relevância foram incluídos no programa do Centro, para 1956: uma pesquisa sôbre o quadro de transformações profissionais por que vêm passando as diversas categorias ocupacionais após a revolução industrial de 1930, e outra sôbre a delimitação das nossas regiões culturais.

O primeiro trabalho visa, principalmente, a analisar o impacto do desenvolvimento sôbre a estrutura das ocupações profissionais. A determinação dos deficits de mão-de-obra e de quadros profissionais para as novas ocupações surgidas nos últimos anos será uma das preocupações básicas do estudo, que terá âmbito nacional.

A direção geral desta pesquisa ficará a cargo do prof. João Jochman, técnico do IBGE e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

A segunda pesquisa tem por objetivo estudar as principais formas de adaptação do homem brasileiro, isto é, relações dos homens com as coisas em tóno das quais se definiram os principais tipos de sociedades regionais. Esse estudo, depois de concluído, representará um verdadeiro mapa cultural do Brasil.

A direção desta segunda iniciativa foi confiada a outro técnico do IBGE, o prof. Manuel Diégues Júnior, catedrático de Etnologia da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PEQUENAS NOTÍCIAS

★ O INSTITUTO Nacional do Mate instituiu um Caderno de Assentamentos, a ser preenchido pelos produtores do mate, com dados referentes a operações de compra e venda da erva cancheada e beneficiada, para fins de levantamentos estatísticos da produção nos Estados ervaiteiros.

★ Foi empossado no cargo de Inspetor Regional em Minas Gerais o sr. Lourival Ferreira Carneiro, que substituiu o sr. Luis Faria Braga. O novo Inspetor é um antigo servidor do sistema estatístico, tendo ocupado por muitos anos a direção do Serviço de Estatística da Produção, da Secretaria da Agricultura daquele Estado.

★ PELA Resolução n.º 542, de 9 de março, o Governador de São Paulo incluiu o IBGE, entre outras instituições, na Comissão de Honria para as Comemorações do 50.º aniversário dos vãos iniciais em aeroplano, realizados por Santos Dumont.

★ EM homenagem ao idealizador e fundador do IBGE, o Governador do Estado do Rio de Janeiro instituiu o "Prêmio Teixeira de Freitas", destinado a monografias sôbre municípios fluminenses, a serem apresentadas em concurso organizado pelo DEE daquele Estado.

★ No auditório da ENCE, o sr. João Guilherme de Aragão, diretor geral do DASP, pronunciou, a 5 de maio, uma conferência sôbre "A estatística na administração pública".

★ DEVERÃO reunir-se em Washington, em outubro próximo, estatísticos de todos os países americanos para estudo dos planos do Censo das Américas de 1960. Serão examinados os aspectos gerais do censo de população e habitação, e os assuntos relacionados com a planificação, organização e administração dos serviços.

★ O GOVÉRNO da República Dominicana firmou um acôrdo com a OEA, através do IASI, para a instalação de um curso de formação estatística em Ciudad Trujillo, para os países e territórios das Caraibas. O curso terá início em outubro, com a presença de 40 estudantes do México, Colômbia, Venezuela, Cuba, Haiti, República Dominicana, Pôrto Rico e territórios caribeanos.

★ ESTÁ transitando pela Câmara de Vereadores da Cidade do Salvador, Bahia, um projeto de lei do Executivo Municipal, que restaura a Diretoria Municipal de Estatística, com a denominação de Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação.

★ Foi aposentado, com as vantagens de Diretor do Departamento Estadual de Estatística, um dos mais antigos servidores da estatística em Minas Gerais, o sr Joaquim Ribeiro da Costa, que ultimamente vinha exercendo as funções de chefe do Serviço de Estatística da Secretaria da Educação. O sr Ribeiro Costa se viu como agente no Recenseamento de 1920, no início de sua carreira. Foi, também, diretor do DEE, entre 1939 e 1952, e, depois, Inspetor Regional de Estatística Municipal.

★ TRANSCORREU a 2 de maio o I Centenário de Uberaba. O IBGE participou das comemorações então realizadas, publicando a monografia daquele município, e organizando uma exposição de gráficos, painéis e publicações estatísticas.

★ Com sua posse na presidência do IBGE, passou o sr Juandyr Pires Ferreira, automaticamente, à presidência da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Estatística, a realizar-se no Brasil, em agosto próximo.

★ FORAM instaladas em março as Agências Municipais de Estatística de Frecheirinha e Itatira, ambas no Ceará.

★ ESPERANTISTAS brasileiros vão reunir-se na cidade de Barbacena, Minas, nos dias 6 a 8 de julho, na II Convenção Mineira de Esperanto.

★ O DGE do Distrito Federal lançou o volume de "Tábuas Itinerárias do Distrito Federal", referente ao ano de 1956.

★ A Comissão Nacional de Política Agrária está preparando um levantamento de preços de produtos agrícolas pelo sistema de amostragem, com o objetivo de elaborar um índice de preços dos produtos agrícolas, para efeito de fi-

xação de preços mínimos e financiamento em bases seguras.

O preparo do esquema básico da amostragem ficou a cargo do sr Rui Millel de Paiva, daquela Comissão.

★ Foi designado para exercer as funções de representante do IBGE junto à Comissão Nacional de Folclore do IBECC, o Sr Valdemar Cavalcanti, Diretor de Documentação e Divulgação do CNE e Secretário da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.

NECRÓLOGIO

GENERAL LIMA FIGUEIREDO — Faleceu no dia 3 de junho o General de Divisão José de Lima Figueiredo, membro do quadro de Consultores Técnicos do Conselho Nacional de Estatística. O extinto prestou, durante mais de quarenta anos, serviços de relêvo no Exército e na administração pública, tendo exercido, entre outras, as funções de professor do Colégio Militar, instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Aviação Militar, chefe do Curso de Oficiais da Escola de Engenharia, chefe da seção de cartografia de Inspeção de Fronteiras e chefe do Estado Maior da 3ª Região Militar, além de ter sido deputado eleito por São Paulo.

O General Lima Figueiredo publicou vários trabalhos, entre os quais destacamos: "Instrução de transmissão", "Transposição dos cursos d'água para todas as armas", "Sinalização a braços e ótica"; "Limites do Brasil", "Oeste Paranaense", "Terras de Mato Grosso e da Amazônia", "Índios do Brasil", "Grandes soldados do Brasil", "Cidades e sertões" e "O Acre e suas possibilidades".

PUBLICAÇÕES

Encontram-se à venda na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (Secção de Intercâmbio: Av Franklin Roosevelt, 146-A) as seguintes publicações:

	Cr\$
A) ESTUDO DA ESTATÍSTICA	
Estatística Geral e Aplicada — Croxton e Cowden	500,00
Métodos Estatísticos Aplicados à Economia e aos Negócios — Mills	230,00
Introdução à Teoria da Estatística — Yule e Kendall	200,00
Teoria dos Levantamentos por Amostragem — William Madow	120,00
Pontos de Estatística — Viveiros de Castro	120,00
Exercícios de Estatística — Viveiros de Castro	120,00
Curso Elementar de Estatística Aplicado à Administração — Mortara	80,00
Gráficos: Construção e Emprego — Arkin e Colton	80,00
Fórmulas Empíricas — Running	40,00
B) RESULTADOS ESTATÍSTICOS	
Anuário Estatístico do Brasil — 1955 (com mapa do Brasil, esc 1:5 000 000)	150,00
Anuário Estatístico do Brasil — 1954 e 1953	100,00
Brazil Up-to-date	80,00
Estatística do Comércio Exterior do Brasil:	
1953 — Janeiro-Junho; Janeiro-Setembro, cada	70,00
Janeiro-Dezembro	60,00
1954 — Janeiro-Março; Janeiro-Junho; Janeiro-Setembro, cada	60,00
1955 — Janeiro-Março; Janeiro-Junho; Janeiro-Setembro e Janeiro-Dezembro, cada	60,00
Recenseamento Geral de 1950:	
Censo Demográfico: São Paulo e Minas Gerais, cada	40,00
Outros Estados	20,00
Censo Agrícola: São Paulo e Minas Gerais, cada	50,00
Bahia	20,00
Censos Econômicos: São Paulo e Minas Gerais, cada	40,00
Outros Estados	20,00
Censos Demográfico e Econômico: Paraná	60,00
Algumas Séries Estatísticas (Separata do "Anuário — 1953)	20,30
Inquéritos Econômicos:	
A Indústria e o Comércio Atacadista — 1954	20,00
A Indústria e o Comércio Atacadista — 1955	30,30
C) PUBLICAÇÕES DIVERSAS	
Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira (1936-1950)	130,00
Divisão Territorial do Brasil — 1º-VII-955	70,00
Cadastro Industrial de São Paulo — 1952	50,00
Monografia Histórica do Município de Campinas — 1952	50,00
Brazilian Commodity Nomenclature	50,30
Técnica da Chefia e do Comando — Celso Magalhães	40,00
Nomenclatura Brasileira de Mercadorias — 1953	30,00
Índice Alfabético da Nomenclatura	20,00
D) PERIÓDICOS	
Revista Brasileira de Estatística: Assinatura anual	80,00
Número avulso	20,00
Boletim Estatístico	40,00
Número avulso	10,00
Revista Brasileira dos Municípios: Assinatura anual	80,00
Número avulso	20,00

DESCONTOS: 50% para servidores do sistema estatístico; professores e alunos de cursos oficiais de estatística; sócios quites da Sociedade Brasileira de Estatística 30% para livreiros revendedores, para pagamento a vista, sem consignação. Não são concedidos descontos na venda e assinatura de periódicos e do "Anuário Estatístico do Brasil".

VENDAS PARA O INTERIOR: São efetuadas vendas pelo Serviço de Reembolso Postal ou mediante a remessa da importância correspondente, em cheque, ordem bancária ou vale postal, a favor de CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Av Franklin Roosevelt, 166 — Rio de Janeiro)

* * *

No mesmo local são distribuídas diversas publicações, dentre as quais as seguintes:

- * Inquéritos Econômicos — A Indústria e o Comércio Atacadista
 - 1955 — Setembro; Outubro; Novembro; Dezembro
 - 1956 — Janeiro; Fevereiro
- * Exportação do Distrito Federal por Vias Internas
 - 1955 — 1º Trimestre; 2º Trimestre; 3º Trimestre; 4º Trimestre
 - 1956 — 1º Trimestre
- * Problemas de Base do Brasil
- * Estudos de Estatística Teórica e Aplicada
 - Estatística Agrícola
 - Estatística Biométrica
 - Estatística Comercial
 - Estatística Cultural
 - Estatística Demográfica
 - Estatística da Produção
- * Flagrantes Brasileiros ns 3 e 4
- * Monografias Municipais

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE
JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das es ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro dentro do seu campo de atividades; coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas do Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

1 — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembléa Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembléa Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléa Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembléa Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166
RIO DE JANEIRO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-VI-1956)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — *AFONSO ALMIRO RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — *DULCE DE MATTOS MEURER*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — *NIRCEU DA CRUZ CÉSAR*
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura
Diretor — *ALBERTO MARTINS*
- Serviço Estatística da Saúde — Ministério da Saúde
Diretor — *ACHILLES SCORZELLI JÚNIOR*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Oswaldo Pinheiro Lima</i>
Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Heitor de Azevedo Picanço</i>
Território de Rondônia	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Cirilo Arruda</i>
Território do Rio Branco	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>José da Silva Pereira Campos</i>
Amazonas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Maria dos Remédios V. de Oliveira</i>
Pará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Pe. Cupertino Contente</i>
Maranhão	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Martins Dourado</i>
Piauí	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Lopes dos Santos</i>
Ceará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Tomás Gomes da Silva</i>
Rio Grande do Norte	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Agenor Bezerra de Araújo Lima</i>
Paraíba	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Adalberto de Araújo Barreto</i>
Pernambuco	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Paulo Acióli Pimentel</i>
Alagoas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José de Carvalho Veras</i>
Sergipe	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Rui Elói dos Santos</i>
Bahia	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Felipe Nery do Espírito Santo</i>
Minas Gerais	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Romeu Jacob</i>
Espírito Santo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Antônio Lugon</i>
Rio de Janeiro	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aldemar Alegria</i>
Distrito Federal	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Flávio Faria</i>
São Paulo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Celeste Ângela de Sousa Andrada</i>
Paraná	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Jahyr Leal</i>
Santa Catarina	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Walter Belo Wanderley</i>
Rio Grande do Sul	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Adalberto Tozes</i>
Goiás	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Geraldo Campos</i>
Mato Grosso	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Horminda Pitaluga de Moura</i>

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2 300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.